





A Bahia e as Capitánias  
do Centro do Brasil

TOMO 2.º



Série 5.ª

★ B R A S I L I A N A ★  
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Vol. 247-a

J. F. DE ALMEIDA PRADO

★

# A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil

(1530-1626)

História da Formação da Sociedade Brasileira

TOMO 2.º

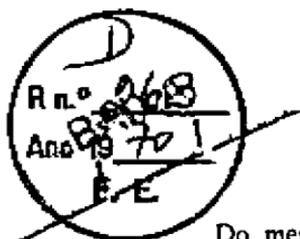
★

984  
B823  
Seri. 5ª  
V. 247-a



COMPANHIA EDITORA NACIONAL  
SÃO PAULO

★ FAC. EDUCAÇÃO E BIBLIOTECA



Do mesmo autor nesta coleção:

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE  
BRASILEIRA.

Publicados:

PRIMEIROS POVOADORES DO BRASIL  
(1500-1530) 2.<sup>a</sup> edição.

PERNAMBUCO E AS CAPITANIAS DO  
DO BRASIL (1530-1630) IV vols.

A BAHIA E AS CAPITANIAS DO CENTRO DO  
BRASIL (1530-1624) I tomo.

Em Preparo:

A BAHIA E AS CAPITANIAS DO CENTRO  
DO BRASIL III tomo.



1948

---

*Obra executada nas oficinas da São Paulo Editôra S/A.*

## O Governo de D. Duarte da Costa.

**D**ECORRERA o praso de Tomé de Sousa no Brasil, o qual, cansado de trabalhos sem conta, ansioso por algum repouso, instava para que o rendessem. Não parecia fácil na conjuntura, encontrar substituto idôneo, como requeria a colônia em plena formação. Eram conhecidos os percalços do cargo, trabalhoso e ingrato, num sítio de desterro. Minguavam candidatos para empregar-se naquella ordem, bem poucos no enxame de pretendentes a cargos públicos que se acotovelava nas ante-câmaras do Real Conselho. Mas recrescendo a insistência, deteve-se a escolha de modo quasi repentino sobre D. Duarte da Costa, resolução que só pode ser divulgada nas vésperas da sua partida para a Bahia.

Recebia maior vencimento que o antecessor, 600\$ réis anuais, em vez de 200, sem que a diferença explique a prebenda; pois D. Duarte deixava em Portugal a esposa enferma e numerosa filharada, devendo ser procurado o motivo da aceitação em outras causas. Desfrutava o fidalgo de invejável posição na côrte, apesar de filho segundo, graças à amizade dispensada a seus pais pelos soberanos. Os Costas eram de origem algo duvidosa, jaça que atribulava os linhajistas cortesãos empenhados em lhes valorizar os avoengos, tal succede hoje aos que tentam descobrir os antepassados de certos nobres aparecidos no Brasil. O grau de importância áulica a que tinham chegado, lhes viera da constante proteção angariada em serviços à sombra do trono, nos aposentos da casa

real, cuja severidade de costumes exigia reconhecidas virtudes nos servidores. Começara D. Álvaro, pai de Duarte, a carreira palaciana, como moço guarda roupa de Manoel I, o que denota entrar no paço bem recomendado. Davam ensejo essas atribuições, à privança del-rei, condição muito invejada pelos múltiplos benefícios que daí manavam. Estava diretamente o escudeiro sob as vistas do soberano, não faltando no correr dos dias, oportunidades para lhe merecer a atenção. Efetivamente, tendo-se desincumbido com acerto do primeiro encargo, recebera Álvaro o título de Dom, privativo dos grandes do reino, quando fôra a Castela, já armeiro mór, buscar a infanta Da. Leonor, esposa del-rei. Não pararam aí as demonstrações do real apreço, e mais ainda se estreitaram os laços entre os Costas e os príncipes, ao ser convidada Da. Brites de Paiva, esposa do armeiro, para ama do infante D. João. Sucedendo, porém, não lhe ser possível continuar a incumbência, receberam os Costas e parentes nova marca de confiança, na escolha de Da. Felipa de Abreu, mulhér de Bartolomeu de Paiva, irmão de Da. Brites, a fim de que continuasse na família o cuidado de velar pela existência do futuro D. João III. Chegados a tão contínuo e estreito convívio, não custou a D. Álvaro traspassar algumas das mercês recebidas ao filho segundo, e pode-se inferir que, em retribuição, aceitasse D. Duarte a governança do Brasil para solver momentâneo embaraço do governo, às voltas com o problema de substituir Tomé de Sousa.

Sofria a expansão colonial lusitana, a partir de meados do século 16, crise semelhante à dos adolescentes de crescimento demasiado rápido, em que se nota hipertrofia de certos órgãos em detrimento de outros. Tinham-se complicado consideravelmente os tropeços de um país pobre, sem riquezas na superfície,

no sub solo ou na indústria, além de lutar com falta de espaço para se desenvolver, reduzido a procurar em fatores externos lucros de intermediário. Infelizmente estes eram, como todos do gênero, incertos e irregulares. Os proventos trazidos pela mercância e traficância da especiaria, se esvaíam nos gastos de esquadras e despesas militares (1). A luta contra o Islam, avantesma do homem ibérico, e as devastadoras epidemias que assolavam as povoações das cidades e dos campos, ceifando trabalhadores livres e escravos de côr, concorriam para o mal estar das finanças nacionais, exigindo proporcionalmente maior esforço por parte dos procônsoles comissionados além mar.

A vinda de Tomé de Sousa numa armada, à testa de tres naus e duas caravelas, em que vinham homens de armas, funcionários e degredados (2), representara pesado sacrificio para o erário público. Não menor se mostrou a do seu sucessor com os reforços apresadadamente reunidos para levar a bom termo a obra encetada. Era preciso satisfazer soldos em atraso, liquidar contas, acudir habitantes, auxiliar missionários, onde tudo estava por completar ou por se fazer. Não era apenas a cidade do Salvador e cercanias que necessitavam do desvelo do governador, também o rosário de povoações pela costa afora tinha de ser atendido, e com urgência, para que se não perdesse o esforço dos povoadores, e passasse a terra para mãos estranhas. Ora, a tarefa, pesada ainda com fartos recursos, tornava-se exaustiva com os poucos meios à disposição do fidalgo palatino, de antemão sacrificado pelo esforço que dele exigiam.

---

(1) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*. Introdução.

(2) Tornou-se costume aproveitar-se em empresas devassadoras condenados possuidores de officios mecânicos e aos quais se oferecia possibilidade de redenção.

Compunha-se a 8 de maio de 1553 o séqüito de D. Duarte da Costa, de pouco mais de duzentas e cinquenta pessoas, contando-se entre as principais o primogênito do governador, D. Álvaro da Costa, e os padres jesuitas Bras Lourenço e Ambrósio Pires, sob chefia de Luís da Grã, acolitados pelos irmãos, João Gonçalves, António Blasquez, Gregório Serrão e Joseph de Anchieta, que ia ser o *Apóstolo do Brasil*. Figuravam também os filhos do malogrado donatário do Maranhão, João de Barros, em trânsito para a sua donataria, numa tentativa de salvar alguma coisa da herança paterna. Iam, mais, as orfãs mandadas pela rainha sob guarda de Maria Dias, para se casarem com reinos desejosos de permanecer na colônia. Na lista elaborada por Pedro Calmon, encontramos Violante de Eça, Inês da Silva e Clemência Dória, que o historiador pensa aparentada com ilústres patricios de Venesa. A essas raparigas deve-se acrescentar a mencionada por D. Duarte, na carta a el-rei de 3 de abril de 1555, em que noticia o casamento da orfã com Sebastião de Elvas. Vinham ainda os habituais elementos pertencentes à organização colonial; funcionários civis, militares e eclesiásticos; em que de permeio, se contavam artifices e mais obreiros utilíssimos para o tempo e lugar. Como indicamos em volume anterior, muitos dos márujos e soldados remetidos para os presidios ultramarinos incidiam em atividades de dupla profissão, lembrados da antiga que tinham antes de entrar para as fileiras, ou ganhando nova segundo às necessidades da região onde as funções criavam órgãos (3).

Desse núcleo em vésperas de representar no cenário americano, o elemento que ia ter ação mais põ-

---

(3) cf. vol. I desta obra, págs. 99, 103.

derosa e duradoura eram os jesuitas. Trazia Luís da Grã para Manoel da Nóbrega, a noticia de que fôra elevado a provincial, e também instruções acerca de medidas intentadas para ativar a catequese, e que não tinham dado o fruto esperado. Mostrava-se descrente Inácio de Loiola da iniciativa do agostinho Domenech, visando aproveitar os orfãos do seu colégio na aproximação do branco com o gentio, graças à convivência dos seus pupilos com os corumins das tribus. Poder-se-ia manter aquela traça por vezes eficiente, mas a parcimônia do régio auxílio, a legislação especial dos orraos, e mais dificuldades de todos jaês, constituíam tropeços e até prejuizo, para o que o santo considerava a verdadeira missão da ordem. Devia o jesuita arrostar o martírio, si preciso fosse, em regiões bravias nos confins do mundo, mas, segundo o pensamento do fundador, as obras de facil benemerência incumbiriam tão apenas às almas caridosas. A Companhia de Jesus dividia-se em duas seções, as dos padres que se dedicavam à exegese de questões religiosas — constituindo o estado maior teórico da ação jesuítica — e a dos evangelisadores, que pela atividade e exemplo defendiam e espalhavam a doutrina cristã pelo mundo. O plano Domenech exorbitava do quadro, num momento em que não convinha dispersar esforços em experiências desprovidas de esteio monetário. Assim sendo, era preferível que todo o encargo da catequese recaísse nos milicianos da Companhia, ardorosamente empenhados na justificação do seu lema *Ad majorem Dei Gloriam*.

No Brasil o reforço jesuita, transbordante de boas intenções, ad instar dos seus predecessores, encontraria a descontinuidade da administração e os seus deprimentos efeitos sobre funcionários e administrados. Sucedia ao ativo Tomé de Sousa um

chefe igualmente estimável, tido por virtuoso no seu comportamento, porém deslocado num meio por completo diverso dos paços reais em que se educara. Ao invés da correção e compostura, que reinavam na corte sob as vistas dos soberanos, encontrava-se o cortesão às voltas com toda sorte de problemas entre gente rude, azedada pelo descontentamento em sítio onde há muitas necessidades e poucos recursos. Da anómala situação resultante de geral falta de meios, seguiam-se as novas instruções de Luís da Grã a respeito, entre outras coisas, dos orfãos de Lisboa. Na organização que foi considerada comunista da Companhia de Jesus; admirável pela direção superior sobre pugilo de abnegados; registava-se o curioso fenómeno, de alterar-se quando passava a regiões longínquas, em que se transmutava, fazendo os seus componentes, isolados entre o gentio, adquirirem caráter mais próximo do anarquismo em estado puro, do que qualquer outra forma política. Referimo-nos ao melhor sentido da palavra anarquista, porquanto foram tantas as deturpações a envolvê-la que se supõe derivada de doutrina absurda, ao invés de a considerar na sua verdadeira intenção, de preservar a individualidade em meio da comunidade de obreiros. Era o que sucedia ao catequista perdido na taba entre selvagens, longe das imposições do Estado e indicações da sua ordem, numa condição de quasi completa independência, a realizar de certo modo o ideal, que teóricos demasiado otimistas imaginaram também possível e benéfico para massas de trabalhadores.

O quadro oferecido momentaneamente pelo missionário, era de fáto invejável, mas de difícil aplicação a continentes de outra cultura e grande densidade demográfica. As *Cartas Edificantes* que tanto entusiasmo despertaram na Europa dos séculos 17 e 18, e que su-

geriram novas concepções político-sociais, proporcionavam argumentos aos "esclarecidos" e à sua propaganda, suscitando apaixonados comentários em torno de viagens reais ou imaginárias, em que a primitivês do índio era delirantemente enaltecida (4). Ultrapassavam no entanto, o quadro imaginado pelos panegiristas da vida tranqüila e pura, adeptos de regiões elíseas onde se ignoravam as "letras de cachet" precursoras de polícias especiais. Nos primeiros governos gerais, a catequese dos jesuitas se assemelhava à proteção do desembarque numa cabeça de ponte, hoje praticada pelos aviões da Força Aérea que antecedem as tropas de infantaria. Vinha completar o trabalho da quinta coluna representada pelos primeiros povoadores da nossa proto-história. Ocioso dizer, que de qualquer maneira, dar-se-ia a ocupação do litoral, a despeito de maior ou menor resistência do gentio, contudo, os resultados da oposição provavelmente erguida sem a presença desses dois fatores, teriam sido muito diversos. Si o primeiro valeu a Martim Afonso e Duarte Coelho, o segundo teve papel decisivo na evolução da colônia no sentido luso, abrindo o litoral e o sertão ao reinol, pacificando o índio, norteando bandeiras, conservando usos, costumes, religiões e tradições do ocidente na terra virjem, além de presidir com a sua alta cultura ao ensino de grandes e pequenos, burgueses e proletários, escravos e classe dirigente, num conjunto que facultou ao Brasil se manter unido, e se dilatar pela América no correr do tempo.

Entretanto, à medida que a fase primeira ia sendo vencida, e os povoadores chegavam atrás do funcionalismo — que também era povoador (5) — mais

---

(4) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, 2.<sup>a</sup> ed., págs. 210-233-234.

(5) *Pern. e as Caps. do Norte* l. Introdução.

inutil afigurava-se à população a presença dos inácinos, por fim considerada nociva aos seus interesses. A reviravolta pode ser acompanhada pela evolução da economia colonial, desde quando as trocas em espécie foram substituídas por pagamento em moeda. A mudança era indício da estabilidade das condições de vida; a máquina administrativa organizada, a produção bem encaminhada, os habitantes prósperos, ocorrendo a frase característica do Santo Offício à respeito de reinol enriquecido "*sobre ser poderoso tornou-se insolente*".



De modo geral, não manifestava D. Duarte da Costa má vontade para com os padres; muito pelo contrário; precisava porém, favorecer os leigos utilitários de que agora dependia o futuro da empresa. Agravara-se ainda a situação dos apóstolos pela maneira como se apresentavam nas capitâneas, apenas providos de ciência; (que muitos povoadores não compreendiam e não apreciavam; e virtudes que muitas vezes lhes pesavam pelos sacrifícios que impunham), ao invés de trazerem braços e capitaes para a lavoura. Naquela altura era impossível prescindir da iniciativa privada a serviço de planos oficiais, visto o governo metropolitano mostrar-se ansioso pelo desenvolvimento da colônia, a fim de que passasse o mais cedo possível de onerosa a contribuidora dos cofres públicos. E, como conseguir o mobil divorciando o interesse privado do governativo? Devia, daí, o governador pensar para os que trabalhavam na construção de engenhos e plantação de cana, num rojo progressista que se sobrepunha aos demais problemas locais.

A vista da atitude desfavoravel do representante del-rei, gizou Manoel da Nóbrega embrenhar-se no sertão sulino, a ver onde pudesse levantar a sua república teocrática longe de ingerências brutais de brancos gananciosos protegidos por autoridades utilitárias. Não renunciaria, nem lhe era permitido' pela direção da ordem, ao ensino e missões no Recôncavo, junto da governança e das classes dominantes, mas voltara os olhos para uma tentativa que poderia ser a obra máxima da Companhia de Jesus, embora precisasse, para ser levada a bom termo, afastar-se da tal coincidência do interesse particular com o imperativo das finanças reiunas.

Logo ao descer em terra, os jesuitas começaram a descontentar a muitos, nas questões levantadas pela cobiça e vaidade dos reinois. Em volumes anteriores aludimos às quizílias registadas entre os que, depois do equador, se embriagavam com a sua importância de brancos no meio do gentio. Todos eram fidalgos, todos queriam mandar, ninguém cogitava de obedecer, começando o mau exemplo por cima. Exasperavam-se os melindres, não faltando oportunidades de conflitos pela dualidade de poderes, parte dependentes del-rei, parte da Santa Sé. Viam-se destarte os missionários ante a dupla tarefa de amainar a competição de brancos em torno do mando, antes de começar o amañamento do gentio.



D. Duarte da Costa incidia na perigosa contingência dos governantes que se movem acompanhados de parentes, circunstância às vezes cômoda, mas em geral prenhe de incidentes nocivos a uma boa gestão, como freqüentemente nos foi dado presenciar através

da dinastia de Aviz, e da república velha, nova, e novíssima do Brasil. Errar é humano, e foi o que aconteceu ao padre Nóbrega quando aconselhou a D. João III evitar governador solteiro e moço, para suceder a Tomé de Sousa. Sugestionado pelo supercilioso zelo dos jesuitas em matéria sexual, para fugir de um inconveniente provocou outros muito piores, que não tardaram a convulsionar a cidade do Salvador. Aguardava a chegada de D. Duarte o bispo Pero Sardinha, um dos espiritos mais cultos do cléro quinhentista português. Fôra em Paris discípulo do célebre Diogo de Gouveia, na universidade que desde os pontificados de Inocêncio III e Gregório IX, se especialisara no ensino teológico. Aí teria conhecido, segundo a versão propalada por Simão de Vasconcelos, o Caramurú e a sua esposa Tupí quando visitavam os reis de França. No Brasil precedera de pouco D. Duarte, de modo a não ter tido tempo para se desavir com o primeiro governador. Ter-se-ia incompatibilizado com Tomé de Sousa? E' provavel que tal acontecesse à vista do carater do fidalgo e a soberba do prelado (6). Ninguém melhor do que D. Pero Sardinha avaliava o seu próprio valor, tendo depois da permanência na Sorbonne, assistido nos colégios de Coimbra e de Salamanca, as duas grandes universidades do período áureo da península, quando não se punha o sol nos seus domínios, e emparelhava nas ciências, letras e artes com os centros mais adiantados do mundo.

Este poço de saber eclesiástico, desambientado na colónia apesar de ter sido provisor e visitador em Goa, apresentava-se imbuído da superioridade que

---

(6) Escrevia D. Duarte a el-rei, "Eu creio que Tomé de Sousa tera dito a Vossa Alteza ho que lhe pareceo o' b'ispo desta cidade o pouco que com elle conversou e parece-me que nan será muito desviado do que a mim parece".

lhe conferiam num meio rústico, os conhecimentos universitários e o seu alto posto na igreja. Não é menor o orgulho do intelectual que o nobiliárquico em regiões antigas, ou o do argentário em países novos, e podemos imaginar qual seria o do bispo; da espécie do abade que se defrontou com Hordle John; e que se ia medir com os Costas palacianos, amparados pela amizade real. O bispo do Brasil era virtuoso, mas afligido de temperamento exaltado, e do veso de corrigir meio mundo, comum dos que procuram oportunidades para irritar e se irritarem. Não tirava a palavra excomunhão dos lábios, e na Bahia era o avantesma do seu pecaminoso rebanho, que apavorava sem muito discernimento, perseguindo aos desafetos com terríveis ameaças a respeito da perdição futura, mais multas e penitências que sobre eles atirava, enquanto fechava os olhos sobre os deslises dos que por cálculo ou fraquesa o lisongeavam. Não se arreceava em fazer inimigos, e depois de feitos em enfrentá-los, mesquinhos ou poderosos, num exagero extravagante de catador de nugas e inconsciente semeador de discórdias. Em uma palavra, mostrava-se D. Pero Fernandes possuído do zelo sectário que se nota nos apóstolos e nos gangsters, indulgentes para os seus sequazes, implacáveis para os que deles discordam nas boas como nas más resoluções.

Era de admirar tal defeito em sexagenário, eclesiástico de condição, estudioso por índole, e de qualquer maneira mais levado a atitudes pacíficas que a embates violentos. Ao chegar na sua diocese nas vésperas de S. João, no ano de 1552, nada indicava o tormentoso triênio que passaria em luta constante com as demais autoridades civis, eclesiásticas e militares. A sua estada na Índia como vigário geral devia lhe ter dilatado a experiência nas regiões ultramarinas.

Sucedeu, no entanto, o contrário, e o dia da chegada foi por assim dizer o começo de uma série de atritos, que se avolumaram após a partida de Tomé de Sousa, até indiretamente causar a morte do irrequieto prelado.

Reinava, por sinal, alvoroço no povo quando chegou por sua vez D. Duarte da Costa à Bahia. A causa da inquietação vinha do bispo e do seu visitador imporem rigorosas penas eclesásticas, que ao depois remetiam por dinheiro, aparentemente na intenção de angariar meios necessários à diocese. O recurso proporcionara, entre outras coisas, a elevação da ermida de S. Pedro no caminho da Vila Velha, expediente porém não muito acertado, porquanto podia causar sérios distúrbios à paz da colónia. A situação logo desagradou ao fidalgo, e mais ainda ao filho que o acompanhava. Não se constrangeu D. Alvaro, militar com brilhante fé de officio em África, a despeito de moço, em dizer sem reboços a sua reprovação ao que julgava altamente reprovavel, angariando com o reparo a immediata malquerença do prelado. Acrescia ainda, para o desassocego geral, a contenda surgida entre D. Pero e os padres jesuitas, naquele momento em pleno fastígio de popularidade e influencia.

No principio do convívio do bispo com os elementos da Companhia de Jesus, escrevera Nóbrega para Portugal dizendo a boa impressão que lhe causara o antigo mestre de teologia, geralmente considerado digno e virtuoso, e por esse motivo esforçava-se o padre em tudo lhe obedecer, hospedando-o enquanto lhe preparavam as casas em que devia morar. Na missiva immediata mudava inteiramente de tom, narrando que D. Pero, chegado apenas há um mês, já se tornara insupportavel. Daí por deante, o bispo contrariava os jesuitas no que podia, e somente consentiu abrandar um pouco a poder de muita prudência

por parte dos perseguidos, e afagos e sacrificios. Continuava porém a menospreza-los, dizendo com soberba que fôra mestre de Inácio de Loiola e Simão Rodrigues, em termos nivelando-os com o gentio protegido pelos missionários da Companhia de Jesus. Era um dos pontos em que mais divergiam, votando D. Pero aos índios o mais completo desprezo, assim como maltratava os cônegos e outros elementos do cléro secular. Na sua crescente irrascibilidade chegava não raro às vias de fáto, lançando mão do porrete com pulso e desenvoltura iguais aos dos desordeiros, que punham as feiras do reino em polvorosa, partindo a cabeça dos desafetos quando não os mandava para a cadeia dos degredados e desorelhados.

Tão repetidos incidentes fizeram com que Nóbrega se retirasse para S. Vicente, cada vez mais interessado pela região sul, ao tempo que mais se adensavam as dificuldades à sua atividade em outras partes da colônia. Na sua ausência azedaram-se os ânimos, assumindo os despautérios do bispo caráter de calamidade enviada pelo ceu à Bahia para purgar os pecados dos seus habitantes. Não havia remédio sinão intervir D. Duarte como mantenedor da ordem, que certo dia convocou o padre Luís da Grã e homens principais do Salvador, a fim de incorporados procurarem D. Pero Fernandes para lhe lembrar a voz da razão. Nas confabulações preliminares entre os que deviam tratar com o genioso bispo, aventaram os jesuitas, à vista do incompreensível do seu procedimento, anteriormente correto e agora censurável, que proviesse do mau passadio no Brasil, e que si lhe arranjassem comendas e mercês talvez abrandasse de gênio. Nesse propósito seguiram em grupo, mas logo se desvaneceu a ilusão no correr da visita, em que o prelado, mais áspero que nunca, conservou-se

intransigente quanto às penas, “*que põe e leva em terra tam nova e pobre*”, segundo escrevia com caradas de razão D. Duarte a Portugal em 1555, narando o malogro da tentativa. Põe apenas repreender publicamente o fautor da desordem, que se lhe tornou inimigo implacavel, desandando em aliciar a todos que se julgavam agravados pela sua administração.

No dia de Todos os Santos, efeméride particularmente cara aos baianos, exprobrou D. Pero Fernandes, com simulada extranhese, a depravação reinante na cidade depois da partida de Tomé de Sousa. Aludiu aos cataclismas que Deus mandava aos povos para castigo de adultério, como sucedera a Sodoma e Gommorra, numa alusão transparente ao filho do governador, ao qual se atribuíam certas conquistas amorosas. Facil imaginar o escarceu levantado pelo mexerico que se espraizou na cidade, arredores e capitánias, em torno da sensacional revelação. Aproveitaram a oportunidade todos os que responsabilisavam o governador pelos castigos que tinham sofrido do ouvidor Pero Borges. O rigor daquele funcionário, pouco propenso à indulgência, amargurado como estava pelo desgosto que sofrera em Évora, foi na conjuntura precioso auxiliar do bispo, pois não havia de desprezar a solidariedade ofrecida pelos inimigos dos seus adversários na luta inglória em que se empenhara. Verificava-se desse modo, na colônia, uma transposição das lutas deflagradas na metropóle onde havia casas fidalgas rivais, a tresandar velhos preconceitos constantes nas cenas provincianas do *Amor de Perdição*. A singela história dos Montechi e Capuletti portugueses, foi sugerida ao romancista por fatos reais com que reconstituiu, mais alguma fantasia, as discórdias principiadas por vaidades feridas em recâmaras, para terminar em conflitos na praça pública. A de-

sordem era o momento asado para muita gente desafogar melindres ou ambições contrariadas, e no remoinho de paixões que envolveu a séde baiana, não houve dislate que o prelado deixasse de cometer, parecendo mais personajem da Renascença italiana, do que eclesiástico incumbido de zelar pela paz católica num longínquo rincão sul-americano. Rodeado de bravi e de numerosa clientela como qualquer barão romano, mostrava-se disposto a empregar na luta, não só o varapau campesino, mas a espada, adaga, ou acqua tófana, sem esquecer o sutil veneno sugerido por D. Basílio.

O auge da contenda foi quando D. Pero Fernandes tornou à Bahia depois de uma visita pastoral a Pernambuco. Soube nessa ocasião que o cónego Francisco de Vacas, outrora chantre no reino, mais o antigo dominicano Gomes Ribeiro, "*pregador e capelão de S. A*", que ele fizera deão na diocese do Salvador, tinham-se rebelado contra a sua autoridade. O primeiro o denunciara por ter ferido gravemente em Portugal a dois homens, motivo mais que suficiente para justificar a proibição da sua entrada na Sé. Atribuiu imediatamente D. Pero aqueles manejos a D. Alvaro da Costa e ao seu amigo o fidalgo João Rodrigues Peçanha, tratando de demitir os descontentes que foram substituidos por indivíduos de sua confiança. Essas providências, acompanhadas de outras, tiveram o condão de apavorar o Gomes, que implorou auxílio do governador. O único meio de o socorrer sem entrar em conflito com o bispo, era ajudá-lo a escapar da Bahia, o que conseguiu graças a Cristovam Cabral, capitão do bergantim que o levou a Ilheus, mas sobre o qual desabou a excomunhão do bispo e multá de cincoenta cruzados. Aumentando a bulha, entrou em cena Fernão Pires, que tinha sido

escolhido para o lugar do cônego, e que ia agora fazer jús à sua nomeação. Antes de vir ao Brasil fôra espadachim na Itália — escrevia D. Duarte a el-rei — constando ter assassinado um homem em Santarém. Este novo cônego, de parceria com o degredado Pero Vaz da Torre, atraiu à sua casa Silvestre Rodrigues, presumido autor das murmurações contra D. Pero Fernandes, e tanta pancada lhe deram que o coitado ficou por morto. Acudiu a multidão em que estava D. Álvaro, encontrando a vítima desacordada, a deitar sangue pela boca e o agressor a vangloriar-se de que desagravara D. Pero Fernandes. Indignados, resolveram os presentes encarcerá-lo, apesar de eclesiástico, que só podia ser preso por ordem do bispo. Efetivamente, no dia imediato apareceu o padre Luís da Grã na modesta residência do governador, e o preveniu que incorrera na pena de excomunhão por ter consentido que levassem Fernão Pires à cadeia. Não teve remédio D. Duarte sinão mandar soltar o capanga, e tratar de coligir provas de que a medida fôra posta em prática, somente por causa do adiantado da hora, alcançando afinal com a interferência dos jesuitas, ser absolvido, assim como D. Álvaro e as demais pessoas que tinham ajudado a efetivar a prisão.

O incidente mostra costumes e mentalidade reinantes em Portugal no século 16, e os seus reflexos no Brasil, onde num meio primitivo adquirem curiosas particularidades. Continuando a examinar o caso, encontramos outros aspétos e variantes no curso daqueles sucessos, do maior interesse na história da formação da sociedade colonial, em que brancos se desavinham no auge da paixão ante mamelucos, índios e escravos multicores. Consentido o levantamento da pena máxima expedida contra o governa-

dor, não renunciava, entretanto, o bispo à vingança. Cedera num ponto insustentavel, como lh'o tinham demonstrado os hábeis advogados de D. Duarte, mas persistia em tirar devassa dos acontecimentos para ulterior punição dos culpados, que seria de modo inapelavel. Chamando testemunhas a depor em sua casa, perguntava-lhes si D. Alvaro "*dormia com algumas molheres*", o que provocou protestos de D. Duarte. Também exercia pressão sobre a vítima, mal refeita da sova, para que confessasse ter chamado de bêbado ao prelado por ordem de D. Alvaro, e como ele recusasse, foi novamente preso sob acusação de hereje, até repetir ante D. Pero tudo que lhe ditaram. Na mesma ocasião, aproveitou o bispo os termos da excomunhão que atirou sobre os fiadores do capitão Cabral, para desancar os Costas pai e filho, assim como persuadiu ao fisico Jorge da Costa, que escrevesse a el-rei contra D. Alvaro e o seu primo Fernão Vaz da Costa. Nessa denúncia, teriam os acusados nada menos que arremessado uma pedra de mais de 27 arráteis, sobre o telhado de uma casa onde ele dormia, e que só por milagre não o matara.

A acusação era absurda, sem efeito na Bahia onde Fernão estava desde 1550, sempre distinguido pela confiança de Tomé de Sousa, e a seguir pela do seu parente, em todos os cargos que ocupara. Mas sem se deter no insucesso da tentativa, praticou D. Pero outra manifestação de má índole, com grande impiedade contra o infeliz donatário do Espírito Santo. Escrevia D. Duarte a el-rei em maio de 1555, que Vasco Fernandes Coutinho, "*chegou aqui velho, pobre e cansado, bem injuriado do bispo, porque em Pernambuco lhe tolheo cadeira despaldar na igreja e apregoou por escomungado de mistura com homens baixos por beber fumo segundo mo elle disse, eu o*

*agasalhei em minha casa e com minha fazenda lhe socorri a sua pobreza pera se poder ir para o Espirito Santo e o bispo (à guisa de conforto) o agassalhou com dizer no pulpito cousas delle tam descorteses estando elle presente que o puseram em condiçam de se perder do que eu o desviei e hei vergonha de o declarar o que lhe disse".* Além da afronta se ajuntava a proibição de fumar, a pretexto de que era rito gentílico, sacrificio intoleravel para o donatário, "*sem o qual nam tem vida*", pelo que dizia.

Parece estranho como questão tão frívola pudessem causar tanto distúrbio, mandando o bispo que desnudassem da cintura para cima um fumante e assim o expusessem na Sé com rolos de fumo presos ao pescoço. Não admitia o vício, dos mais inocentes, posto que nocivo à saúde, justamente lado que o catão desconhecia. Supunha ele, fosse mais remédio do que distração, e os seus destemperos só podem ser atribuidos ao gênio atrabiliário que o afligia. Acrescentava o governador, que condenara à mesma pena outro indivíduo da cidade, o qual para evitar o aviltante castigo, se refugiara entre o gentio de Tutiapara, que o matara. A culpa recaia portanto, sobre o bispo, assim como as conseqüências da guerra que o successo podia acarretar. Abusava também do segredo confessional, mandando que os seus clérigos indagassem si alguém por ventura testemunhara contra ele no secular, e ameaçava excomungar igualmente ao Dr. Pero Borges por não comparecer às suas pregações.

A despeito do carater espinhento do bispo, reunira este em torno de si grupo numeroso, em que havia pessoas das mais qualificadas da colônia. Entre elas figuravam Antônio Cardoso de Barros, antigo donatário do Piauí, homem infeliz em negócios, amar-

gurado por reveses e com tendência a atribuí-los a outrem. Incompatibilisara-se com o governador por se descurar do cargo de provedor mor, absorvido pelos afazeres do seu engenho nas cercanias da cidade, além de muito agastado com D. Duarte por mandar D. Alvaro prover em seu lugar os negócios reiúnos, e mais ainda se encolerizou quando foi substituído pelo ouvidor Pero Borges. Igualmente João Rodrigues Peçanha, outrora amigo de D. Alvaro, e Luis Garcês cometiam irregularidades em assunto de justiça, pelo que foram afastados dos seus cargos e se tornaram inimigos dos Costas, bandeando-se para o bispo.

A discórdia tinha chegado a um ponto desastroso para a colônia, devendo intervir os jesuitas e Simão da Gama de Andrade, receosos de tais excessos e do perigo dos índios, mais o dos franceses que infestavam as águas coloniais. Estava D. Duarte a caminho de Pernambuco, onde havia algumas dificuldades na organização do judiciário, assim como ameaças do gentio, quando se deteve ante Vila Velha, immobilizado por temporaes. Fôra providencial a demora, porquanto aí se alcançaram instruções terminantes del-rei sobre assuntos administrativos, que pela urgência o obrigaram a desembarcar e regredir por terra de volta à Bahia. O inesperado regresso coincidiu com levante geral das tribus próximas da cidade — as que estavam em maior contato com os europeus — visando aproveitar a divisão dos brancos e ausência do governador, para mais seguramente lhes saquear e destruir os bens.

Era uma crise que vinha de longe, amadurecida no governo do protegido de D. João III. A atividade dos portugueses e sua absorvente intromissão em todas as cousas, tornavam difícil a continuação do convívio pacífico com selvícolas *“tam peguados com*

*nosco*", escrevia D. Duarte a el-rei, a um tempo revoltados e cubiçosos pelo que viam em torno de si. Começara o levante pelo assalto dirigido contra a maloca da Porta Grande, situada entre os limites da cidade e o engenho de António Cardoso de Barros. Aí feriram a Manoel Correia, que teve a desventura de por lá passar acompanhado de tres escravos, também agredidos por pertencerem a tribus contrárias aos atacantes. Continuando os distúrbios, cercaram o engenho de António Cardoso aos gritos de que a terra era deles e que os ocupantes a despejassem. Resistiram os atacados como puderam, ao mesmo tempo que outros índios seguiam para Itapoan, para arrebanhar o gado de Garcia de Ávila e o mais que lá houvesse, frechando os vaqueiros que o guardavam.\* Nessa agressão mataram um escravo negro "da Guiné", aprisionando brancos e escravas índias que andavam pelo sítio, por sinal, contra expressas determinações de D. Duarte, desejoso de evitar atritos com o gentio. Ao mesmo tempo, em chegando às tribus visinhas o rebate de guerra, também desandaram em aprisionar escravos e animais pertencentes aos portugueses, o que levou o fogo da insurreição ao norte do Recôncavo.

Podia agora demonstrar D. Álvaro o tirocinio militar ganho em Marrocos, como os demais morgados da sua grei, e que até então não tivera oportunidade de exhibir, atarefado como estivera em afazeres atinentes à rotina administrativa. Reuniu os homens que pôde, e na calada da noite investiu contra a aldeia da Porta, reduto dos sublevados. Chegou a tempo, pois o gentio já se preparara à luta despedindo mulheres e crianças, levantando tranqueiras, e rodeando-as de fossos cobertos com folhas, que deviam ocultar agudos estrepes chantados no fundo. Felismente

para os atacantes a superioridade do armamento europeu compensava a inferioridade do número, e sem embargo de contarem apenas setenta homens a pé e uns seis a cavalo, lograram penetrar na cerca e prender o principal. Auxiliava-os por via marítima Cristovam de Oliveira, embarcado no caravelão Esperança, com que nas imediações da ponta de Itapagipe, afundou canoas e queimou as que estavam em terra, a despeito da nuvem de frechas desferida pelo gentio.

Melhoradas as condições dos brancos, concertaram-se os homens bons da cidade sobre a melhor maneira de aplicar exemplar punição aos revoltosos. Nesse propósito tornou D. Álvaro à peleja, desta vez com cento e sessenta homens, com os quais partiu em direção a Itapoan, onde o gentio, atemorizado pelo insucesso das outras tribus revoltadas, desanimou e entregou como refém o seu principal, até serem recuperados os rebanhos e mais presas caídas em seu poder. O mesmo sucedeu a Cristovam de Oliveira, Manoel Jaques, e um tal Bastião, possivelmente índio, quando em dois bateis artilhados foram socorrer o engenho de João de Velosa. Por fim, sempre sob comando de D. Álvaro, deram os portugueses o seu maior esforço, em número de duzentos homens a pé e alguns a cavalo, em socorro de António Cardoso de Barros, aflito por ajuda, sitiado havia vários dias sem poder conseguir alimentos. As aldeias insurretas estendiam-se até além do rio Vermelho, com inúmeros guerreiros que bravamente combateram, saindo quasi todos os capitães portugueses feridos da refrega.

Serviu o successo, graças ao número dos litigantes, suas peripécias, característicos e conseqüências, para suscitar o primeiro ensaio bélico realizado em maior escala pelos portugueses. Verificou-se na conjuntura, as falhas e as vantagens do modo de combater

no Brasil, e o que se podia alcançar da tática que empregavam os índios, caracterizada pela rapidês de movimentos, aproveitamento de acidentes topográficos para o fator surpresa, eficiência dos recursos naturais na defensiva, e mais expedientes que ao depois figuraram na guerra holandesa. Assimilaram os brancos e mamelucos o método de lutar com pouco apetrecho, ao mesmo tempo que se inteiravam das propriedades de certos recursos fáceis de encontrar em toda parte do sector costeiro. Com o seu emprego podiam levantar cercas ou confeccionar armas, leves, duras e resistentes, recorrendo às taquaras e taquarussús, embiras ou fibras de palmeiras, que supriram a falta de armas europeas e auxiliaram as fortificações de emergência. Era uma guerra de movimentos que se preparava, os pesados redutos de pedra e cal substituídos por golpes subitâneos, ou quando era preciso resistir para atrasar o adversário, pela rápida improvisação de mundeos e armadilhas, longínqua antecipaçaõ tática da última guerra que assistimos.

A atividade dos responsáveis pela segurança da colônia não se resumia, por conseguinte, em lançar mão de couraças de aço temperadas em Toledo ou Nuremberga, usadas por D. Álvaro e outros oficiais ou envergar as de algodão de Jorge Teixeira, que eram as dos homens de armas comuns, mas também valer-se das lições do embate para defesa do litoral e vigilância dos vales dos rios. Tinham que encontrar nos subsídios ministrados pelo gentio o complementõ às instruções trazidas por Tomê de Sousa. A fase final da campanha propiciou a mobilisação geral dos homens válidos da cidade e dos engenhos, das embarcações da ribeira, e dos escravos e selvícolas aliados, segundo a fidelidade que aparentavam ou grau de ódio que nutriam contra tribus imemorialmente ini-

migas. Restabelecida a ordem, formou D. Duarte troços de milicianos, a que deu o nome de Capitánias, confiando o comando aos que mais se tinham distinguido na refrega (7). As ordenanças decretadas por D. Sebastião I, no Regimento de 1679, surgiram com este espirito para congregar todos os recursos disponíveis na colónia no seu resguardo, independentemente de auxilio da metrópole contra inimigos internos e externos.

Acontecimentos ulteriores se encarregaram de dar razão a estas medidas, como também demonstraram que para terem real eficiência dependiam da harmonia reinante entre os seus dirigentes. Estava em andamento desde certa ocasião a esperada transferência do bispo, provavelmente provocada pelo excesso de doestos e increpações dos seus apaniguados. Tantas eram as denúncias que levavam ao conhecimento do Real Conselho, na intenção de comprometer o governador, que logravam efeitos contrários. Iam também da Bahia informações de pessoas insuspeitas, entre as quais estavam os jesuitas, a desfazer as aleivosias dirigidas contra D. Duarte. O desfecho da longa série de casos foi um acontecimento que estourou na colónia como terrível adver-

---

(7) Escrevia D. Duarte a el-rei a 10 de Junho, 1555, uma lista de promovidos que julgamos interessante para a história militar do Brasil, pelo muito que representa naqueles esboços de organização. "*Senhor, para esta guerra fiz seis Capitanias da gente desta cidade, que pode sahir ao Campa, e acudir as Roças de vinte homens cada huma, e os Capitães são João de Araujo, que servio de Thesoureiro, Cristovão Cabral, Fernam Vaz da Costa, Antonio do Rego Moço da Camara da Raynha nossa Senhora, que agora serve de Thesoureiro, e Sebastião Ferreira que foi Moço da Camara do Infante Dom Fernando, e veo a esta terra por Scripvão d'Armada, e servio de Thesoureiro quando suspenderam Lutz Garcez, e em tudo mais, que lhe mandei; e agora estando embarcado para o Reyno, folgou muito de ficar; por esta guerra, que sobcedeo, foi cativo em Africa em servlço de Vossa Alteza... e fiz Capitão João de Loasa, mais por não perder o nome, que por outra cousa; estes Capitães nisto, que lhe subcedido, tem muito bem servido Vossa Alteza*".

tência e a sacudiu da cumieira aos alicerces. Tendo resolvido os principais adversarios dos Costas retirarem-se para o reino, embarcaram em a nau Na. Sra. da Ajuda, demonstração do ponto a que chegara o torvelinho de paixões. A carta dos vereadores inimigos do governador, descreve a partida dos seus parciais, com o mesmo veso da missiva de Francisco Portocarrero, a reçumar ódio exarado em perfídia mentirosa, junto de algumas informações verídicas. Em resumo, diziam como ao invés de seguir D. Álvaro para o reino, farto de incidentes e de calúnias, era o bispo que partia em meados de 56, com os seus mais destacados companheiros de desordem. A mutação proviera em grande parte da guerra dos índios, que impuzera a presença do oficial, na colônia por ser mais util que o letrado prelatício. Amontoaram-se daí, os vencidos na velha embarcação, que devia se assemelhar a caldeira infernal, fumegando por dentro e por fora sob o calor da latitude e dos rancores que continha. Entre os pasageiros estavam D. Pero Sardinha; António Cardoso de Barros e o seu antigo auxiliar Francisco Mendes da Costa; Lásaro Ferreira; Maria Dias, a velha "*que veo com as orffans*", como diz a carta dos vereadores; Rodrigo de Freitas, suspenso em 1555 do cargo de escrivão; Sebastião Ferreira, pomposamente qualificado na mesma carta de procurador da cidade; a mulhêr de Bras Fernandes, funcionário que chegara com Tomé de Sousa; seu pãe António Pinheiro, ex-escrivão da provedoria, cujo filho fôra um dos nomeados capelão da Sé pelo bispo; o deão da dita Sé, o espadachim Fernão Pires; o capitão Lloas, ou Leaes como quer Capistrano de Abreu, mais dois cónegos da mesma parcialidade, de que um seria Luís d'Ávila. Como se vê, exceptuando algumas mulheres que viajavam por outros

motivos, era a reunião dos adversos dos Costas incumbidos de levar amostra do mexerico brasílico à governança do reino, que até aquella data só conhecia o marroquino e o indiano.

Levados por ventos desfavoráveis foram ter quasi à capitania de Pernambuco, na altura dos baixios de D. Rodrigo, na embocadura do Cururupe, onde naufragaram. Aturdidos pelo sinistro, pouco ou nada puderam fazer em sua defesa, morrendo homens, mulheres e crianças, sob os golpes dos Caetés. Expious o bispo os seus excessos com fim horrível que até a seus inimigos dolorosamente impressionou. Na comunicação de Manoel da Nóbrega, vêm pormenores a dizer o choque provocado na população depois da longa e lamentavel luta que tanto perturbava a colónia. Outros descontentes, entretanto, ficavam encabeçados por Simão da Gama de Andrade, Francisco Portocarrero, João Velho Galvão, Vicente Dias de Beja, Pedro Figueira e Damião Lopes de Mesquita, todos da governança, queixosos da suposta tirania exercida pelos tres governadores, como diziam, a saber: D. Duarte, D. Álvaro e Pero Borges. A juxtaposição dos nomes faz suspeitar uma das causas da opposição, possivelmente alimentada pela demasiada severidade do ouvidor. Queixavam-se outrossim na carta a S. A. de que mais valia ser cativo "*do xarife*", do que habitante da cidade, enquanto lá estivessem pai, filho e o seu espírito danado, o Borges.

No correr do libelo enxertavam lamúrias inspiradas pelas acusações de D. Pero Fernandes contra D. Álvaro, assegurando que na Bahia ninguém se podia crer garantido na honra e nos haveres. Teria sido objeto da renitente acusação algum enredo entre o guapo official e uma das orfãs de Lisboa? Nada podemos adeantar, a não ser que voltavam os rumores a

miude quando se tratava de atingir o governador, o qual acusava o alcance do golpe ao escrever; "*E ainda que a suas culpas quando os filhos tem toquem nalma aos paes a mim tocou neste negocio nalma e na vida e fico morto de paixam e de desgosto, porque sei quam ao contrario meu filho aqui serviu e viveu do que escreveram a Vossa Alteza*". A comunicação dos vereadores dissidentes precavia-se outrossim rogando não dêsse crédito el-rei aos dizeres dos outros oficiais da câmara, Diogo Monís Barreto, João de Araujo, Gaspar Lamego, Cristovam de Aguiar, Antonio do Rego, Sebastião Alvares, Antonio Ribeiro, Bernardo de Avelar e Lopo Machado, por serem funcionários sobre os quais era facil a D. Duarte exercer coação, e, in coda venenum, "*à custa da fazenda de V. Alteza*". . .

O rol dos denunciantes devia impressionar, não pelos argumentos, mas pela qualidade de alguns dos signatários. Asseguravam que os outros oficiais da câmara não eram como eles "*casados na terra*", e em tão boas condições para representar a opinião dos povoadores. Vicente Dias de Beja era genro do Caramurú, aparentado com os mais antigos habitantes do sítio, além da influência que porventura exerceria sobre os conterrâneos, os relativamente numerosos alentejanos domiciliados nas redondezas. Francisco Portocarrero era homem de responsabilidade e de alguma instrução, como se pode verificar pela carta sobre assuntos administrativos por ele dirigida a el-rei. Quando ao mais importante de todos, Simão da Gama de Andrade, este escrevera a carta anterior a S. A., em que noticiava o successo dos seus esforços em apaziguar os ânimos, fazendo com que o governador falasse e visitasse o bispo, e mais abrandamento de paixões, que si prosseguisse, talvez teria evitado a matança do rio Corurupe.

No rol dos parciais de D. Duarte, havia homens bons como Diogo Moniz Barreto, provedor da Santa Casa de Misericórdia, mistér que só podia ser exercido por pessoas de reconhecida idoneidade, costume até hoje geralmente mantido entre nós. Chegara a alcaide mor da Bahia pelo seu nascimento e fortuna, proprietário de lavouras e currais de gado no Recôncavo, estadeando casa montada e numerosos creados, ou seja, pessoas criadas no regaço da sua família. Poder-se-ia atribuir as manifestações de solidariedade que testemunhara a favor dos Costas a contra parentesco — como se costumavam dizer, pelo casamento de uma filha de D. Duarte com António Muniz, vice-rei da Índia — mas ninguém na côrte admitiria que o fizesse coagido. A tradição democrática reinante na metrópole e colónias sob a dinastia de Avíz, resguardava os portuguezes de constrangimento por parte de funcionários leigos e eclesiásticos onde quer que estivessem. O virulento dissídio por nós ora examinado na cidade do Salvador, não deixa dúvidas a respeito. Talvez até proviesse das demasias a que dava causa os numerosos conflitos registados em localidades insignificantes, onde os brancos se contavam pelos dedos. As praxes verdadeiramente democráticas têm este veso de provocar desordem nos sitios em que se exercem, porém numa confusão mais aparente que real, embora em certos casos prejudique o bom andamento dos negócios públicos. Destituída do potencial realizador dos regimes ditatoriaes, assegura, porém, condições incomparavelmente melhores à comunidade, pela estabilidade da situação em que o indivíduo pode livremente desenvolver a sua iniciativa e o seu direito de critica. Nas ditaduras só existe uma instituição, que é a inamovibilidade do ditador. O resto são experiências de variavel duração, demoradas ou efêmeras segundo a con-

veniência de quem usurpou o poder. Nos regimes democráticos antigos, como os das monarquias ibéricas, o arbitrio do monarca era mitigado pela religião, tradição, Conselhos Reais e liberdades populares. Entre os soberanos de Aviz vamos encontrar excepcionalmente um Sebastião I, evidentemente desequilibrado, muito mais vítima do que algós, às voltas com a pesada herança do antagonismo secular luso marroquino, que em verdes anos recebeu e para o qual não estava preparado. Complicava-se ainda a sua desorientação com o influxo deletério de uma facção irrequieta e poderosa do seu povo, a exigir guerra contra os maometanos. Inda assim, foi certa vez pateado pela estudantada de Coimbra, quando lá apareceu precedido da fama de nêscio, que a rapasiada rumorosamente espalhava pelos corredores universitários. Onde encontraríamos estúrdios semelhantes em Roma, Berlim, Tóquio ou Moscú no ano de desgraça de 1939! Este singelo exemplo, colhido entre milhares, define uma situação inteiramente favoravel ao período precursor do absolutismo nas Espanhas, assim como, em nosso ver, outros muitos períodos posteriores em diferentes épocas.



Dos inconvenientes que às vezes apresentavam excessos de liberdade política, havia os que traziam progressiva oposição à obra dos missionários. Páginas adiante vimos o seu despontar entre povoadores ansiosos por haver e desfrutar a terra o mais rapidamente possível. O movimento suscitava a má vontade das autoridades para com os missionários, mas com ou sem o seu auxílio, continuavam os jesuitas a trabalhar por todos. O levante de 1555 fôra de certo modo oportuno, porquanto resolvera o problema da

visinhança de brancos com tribus irrequietas, em virtude de luta por elas mesmo provocada. O índio da região, que se abstivera de tomar parte nos sucessos, embora espreitasse interessado e interesseiro o desenrolar dos acontecimentos, agora reconhecia e respeitava a força dos portugueses. Restava que o episódio não mais se repetisse tão próximo da séde da colônia, e que o estado de guerra fosse substituído por íntima e seguida colaboração dos elementos de várias côres, no momento somente possível pela ação apaziguadora dos missionários.

Na tarefa que lhes coubera passaram a contar com o novo auxílio dos meninos orfãos de Lisboa remetidos à Bahia à guisa de reforço para a conversão do indígena. A convivência dos rapazes portugueses com os pequenos aborígenes, era mais um meio, e não dos menos eficazes, para chegar aos pais. A aculturação através de estudos e folguedos entre crianças de diversa orijem, não era processo inventado pelos jesuitas, pois já figurava nas longas instruções que Tomé de Sousa recebera ao partir do reino. Ordenavam que *"trabalheis muito"*, para os caboclos residirem perto dos brancos, a fim de que, *"Converssem com os cristãos e não com os gentios"*. Mas na prática ficou averiguado que só os jesuitas podiam levar a cabo a empresa, graças ao discernimento, desinteresse e entusiasmo com que se dedicavam ao amañamento do índio. Os brancos não podiam visinhar com criaturas ainda em estágio tão primitivo como o das tribus tupis do litoral. Maiores dificuldades surgiam ainda com os mamelucos, que no dizer de missionários, acumulavam os defeitos dos pais sem lhes herdar as virtudes. Os motivos são fáceis de compreender, haja vista no que expuzemos em volumes precedentes ao tratar do início da atividade da Com-

panhia de Jesus no Brasil (8). Havia sem dúvida povoadores como o velho Caramurú, pai e avô de mestiços, que sempre procurou auxiliar os evangelizadores. Constituiu porém a exceção, com a qual não se podia contar.

A morte do bispo e a repressão a que deu causa, imprimiram novo rumo à dupla ação dos padres, que se exercia sobre os índios e os brancos. Descrevia Nóbrega o teatro do novo zelo evangélico "... é tão grande que, dizem, de tres partes em que se dividiu o mundo, occuparia duas, é... mais ou menos temperada, tem muitos fructos... no mar igualmente muito peixe... Similham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto panno de ras tão bello". Transportava-o o entusiasmo de homem culto, recém vindo naquele paraíso suportavel no verão, tépido no inverno, onde a vida podia decorrer ao ar livre, quasi sem precauções contra a natureza e as estações. "*Nos ditos montes ha animaes... quaes nunca conheceu Plinio... e hervas de differentes cheiros muito diversas das da Hespanha; o que mostra a grandesa e bellesa do Creador na tamanha variedade e bellesa das creaturas*". Ao voltar os olhos para o sitio em que se elevava a cidade primás da Bahia embevecia-se com "*a praia, em local de muitas fontes, entre o mar e a terra e circundado das agoas em torno aos novos muros. Os mesmos indios da terra ajudam a fazer as casas e as outras casas... podem-se já contar umas cem... e se começam a plantar canas de assucâr e muitas outras cousas para o mister da vida, porque a terra é fertil de tudo*".

Ajudados por Tomé de Sousa elevaram os inaciões num alto, fora de muros para não ter a sua igreja

---

(8) v. Pernambuco e as Capitãntas do Norte, I, 6-55 e 162-207.

perto de clérigos comuns, alguns ranchos e casas em terreno escolhido com o habitual acerto que empregavam na circunstância. Nessas acomodações ainda por concluir, foram recebidos em 1555 os meninos orfãos de Lisboa. Percebera todavia Nóbrega, que os encantos daquele eden ocultavam alguns espinhos. A tarefa aumentava na rasão das dificuldades encontradas na procura de entendimento com o gentio, pelo que, o primeiro cuidado dos catequistas sempre consistia em aprender a língua Tupí. Faltavam no reino mestres que pudessem preparar convenientemente missionários para além oceano, assim como informantes experientes da região onde se ia exercer o apostolado. Nada sabiam os catequistas ao aportar no Brasil acerca dos usos, costumes, índole e cultura do selvícola. Precisavam se sujeitar em ser alunos, antes de se tornarem mestres, numa perda de tempo perfeitamente dispensável. Para remediar, pareceu aos principais da Companhia, que se devia recorrer a todos os expedientes possíveis, a fim de diminuir os efeitos da demora. Compreende-se por esse motivo resolvesse Nóbrega utilizar a ação dos orfãos reinóis junto aos corumins, para melhor atingir o coração dos primitivos. Além disso, a meninice é o período em que o indivíduo começa o tirocinio da vida, imitando instintivamente os maiores, com maior receptividade da influência do meio e do ensino. Ignora de princípio que os tombos machucam, as arestas ferem, o fogo queima, que a natureza oculta insídias. A experiência adquirida nesse lapso fugitivo, submetida ao influxo de mestres bem orientados, podia facilitar uma aproximação julgada de começo difficilima. Na infância encontramos o período em que mais se diferencia o chamado selvajem do civilisado; quando mais se distancia a educação que receberam,

fase capital em que surjem mais acentuados os factores que daí por diante os irão cada vez mais separar. Na casa do branco ralha-se a todo momento com a criança, applicando-lhe severos correctivos, tanto mais repetidos quanto maior fôr o conforto e alfaias decorativas que é preciso proteger do bulício infantil. Não cessa a vigilância sobre os meninos civilizados, e, às vezes, chega a causar separações, em que os filhos vivem em aposentos apartados dos pais até à idade da reaproximação. Na cabana do gentio, inversamente, existem poucos objetos a requerer precauções especiais contra travessuras. Não custa subtrair certas armas e utensílios do seu alcance, precaução habitual do elemento feminino afeito em a occultar do masculino, nas ocasiões em que os guerreiros indios se embriagavam. Causava também espécie aos europeus, habituados a copiosamente seviciar os filhos, o aparente desleixo reinante nas tabas, onde os corumins (ou mais exactamente columins quanto à pronúncia), faziam o que bem entendiam, sem que ninguém com eles se preocupasse, os acompanhasse ou fiscalizasse.

Constituia este fenómeno educacional um dos muitos obstáculos a dificultar a adaptação do índio a uma existência completamente avessa. Era tarefa ingrata persuadi-lo, quando se dava tão bem na larguesa do seu habitat, em pleno gozo da liberdade, que para o homem vale mais do que os bens terrenos, mais do que a própria vida. Viam-se não raro os catequistas na situação de agitadores hodiernos, quando tentam persuadir às massas deverem adotar sistemas sociais, em que os individuos, enquadrados em rebanhos, cegamente obedecem aos que irão pensar e resolver por eles. Nesta altura, tanto estranhavam os europeus o estado nómade do índio, como este os costumes do

alienígena. Pareciam-lhe complicadíssimos, a depender de infinitos cálculos de providência, providência, e acima de tudo, planos ambiciosos, compelindo-o à prática de atos incompreensíveis ao gentio livre, pela sua aparente inutilidade. O choque assim produzido, só se intensificava depois da doutrinação do gentio pelos missionários, pois, de começo, ao se encontrarem catequistas com tabas desconhecidas, o estado de ambos pode ser qualificado como pertencente à fase de convívio inicial (9). No primeiro contato aparecia o inacino quando isolado, provido de vantagens — revelações mágicas, virtudes sobrenaturais, e conhecimentos médicos que o tornavam superior aos pagés — sem a imposição de sacrifícios, espoliações e iniquidades trazidas pela organização política coletiva dos brancos.

Na aproximação ulterior, quando era preciso avizinhar os antigos donos da terra com os imigrantes recém chegados, o auxílio dos orfãos de Lisboa aparecia deveras util. Tinha a dupla vantagem de lhes dar emprego numa obra de benemerência, ao mesmo tempo que elevava o índio à altura do civilizado. Era como a repetição dos alvares da Idade Média, quando os antigos apóstolos convertiam bárbaros germânicos, e conseguiam radicar hordas nômades às fronteiras romanas, para atalhar as correrias que convulsionavam o ocidente. O mesmo devia ser feito na América para delinear os alicerces da obra aculturadora, e não havendo motivo de ordem espiritual para que os orfãos deixassem de ser incluídos na falange evangelista; resolveu-se no reino que seguissem para as Índias orientais e ocidentais, onde os padres da Companhia de Jesus tinham avocado o labor quasi sobre-

---

(9) No sentido "individualista" como já explicamos adiante.

humano da conversão do gentio. Recomendava-se ainda o emprego dos meninos pelo duplo aspéto da catequese, dividida desde o princípio em duas partes, a dos rapases e a dos adultos, os quais eram mais difíceis de alcançar, porque se dispersavam durante o dia em várias occupações em dilatado espaço.



Aparecera em fins de 1548 em Lisboa, na intenção de se tornar jesuita, o agostinho catalão Pedro Domenech, abade do mosteiro de Na. Sra. de Villabeltran. Antes, porém, desejava obter de D. João III auxilio para fundar um abrigo para orfãos. A eloquência com que se houve nas entrevistas com o monarca, e o apoio do jesuita Simão Rodrigues, seu guia na côrte, conseguiram as desejadas doações, que consistiram em algumas casas junto ao colégio inacino de S. Antão. Encarregou-se Pedro Domenech de reunir os recrutados da obra pia, saindo sob chuva ou sol pelas vielas à cata dos que "*em Portugal chamam patifes*", como escrevia em carta a S. Inácio de Loiola. Foram sete os primeiros a serem recolhidos, vadios e ladrões, dos piores que à noite se ocultavam pelos desvãos da Ribeira das Naos, e durante o dia praticavam toda sorte de malfeitos. Em agosto de 1549, depois de receber del-rei a confirmação das regras e estatutos, inaugurou-se solenemente o reformatório, em presença da familia real e dignitários da côrte. Os meninos vestiam em público hábito branco, adornado com uma cruz vermelha à esquerda do peito. Em casa tinham outro de serguelha parda, provavelmente o mesmo que mais tarde usariam no Brasil. O successo coroando a iniciativa foi immediato. As perdas de homens nas colónias e nos

mares deixara na orfandade inúmeros abandonados, que vagavam à esmo na desordem existente no reino, onde o afluxo de gente estranha, vinda dos quatro ângulos do mundo à procura de mercadorias exóticas, gerava nos portos a maior dissolução possível. Contudo, a atividade dos caes de Lisboa era intermitente, dependendo dos comboios que chegavam de além mar durante as monções, com períodos de modorra em que a população portuária pouco trabalhava. Sucede ainda, que muitas vezes, demasiadas vezes, resumia-se a faina em baldear gêneros das naus da carreira da Índia, para os barcos flamengos que os iam transportar para o norte da Europa. Das operações superintendidas pelo capital estrangeiro, infimas porcentagens remanesciam em mãos de portugueses. As quantias que sob forma de impostos deviam chegar às arcas do tesouro, de antemão recebiam destino, absorvidas pelos juros das dívidas contraídas em Antuérpia, Augsburgo e outras praças (10). Reduzia-se, destarte, a prosperidade da parte baixa de Lisboa; onde permanecia o nateiro marítimo em vez de capitais geradores de bem estar para o povo; numa multidão heterogênea, estrangeiros, enjeitados, escravaria multicôr e portugueses mal nutridos, de aspêto semelhante à turbamulta que aparccia em toda a parte onde se estabeleciam mercados ultramarinos.

Nessas condições, nascia o orfanato na hora mais oportuna. Vinha sanar males gravíssimos, com o mérito extraordinário de possuir a melhor das orientações, comparavel ao que hoje se consegue, ou se tenta conseguir, de mais racional em matéria de ensino, após longas pesquisas em torno da psicologia

---

(10) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte* 1. Introdução.

infantil. O prodígio devia-se à caridade cristã, que alcançava pela simples prática dos mandamentos os mais extensos e fecundos resultados. Refazia-se o que a miséria desfizera, restituindo-se a saúde moral e física, aos que tinham sido compelidos a se apartarem das normas de dignidade dos seus semelhantes. Voltavam ao regaço dos costumes, religião e tradições, que antes lhes era defeso, podendo agora participar sem peias da solidariedade geral dentro da lei e dos hábitos regionais, da vida íntima e pública dos compatriotas, num meio em que se tornavam elementos benéficos.

Os resultados foram tão rápidos que em pouco colaboravam na obra de redenção de outros infelizes, angariando pela cidade, junto aos grandes e poderosos, recursos para ampliar a casa que os abrigava. Do rebotalho humano socorrido por um idealista, que para muitos parecera sonhador, emergia proveitosa instituição para elevar da cloaca aqueles pobresitos, que despertavam agora gerais elogios admirativos. Ascendia no orfanato, dois anos depois de fundado, a cento e sessenta o número de asilados, cifra elevada para o tempo, lugar e circunstância. Afirmava-se, pois, o valor do abade Domenech, à medida que o seu intento se aperfeiçoava com o diligente auxílio dos jesuitas. Da estreita cooperação de duas elevadas mentalidades, alargava-se a diferença com os estabelecimentos anteriores e posteriores do mesmo gênero. O que mais concorria para acentuá-la era sem dúvida o caráter de apostolado da instituição, visivelmente haurido nos princípios fundamentais da Companhia de Jesus. Convém notar que se trata de acontecimentos registados em meados do século 16, em pleno ciclo heróico das missões, quando jesuitas, dominicanos, beneditinos e franciscanos rivalizavam

em esforços para corrigir os males do mundo e arrebanhar novos fieis para a cristandade. O mesmo ideal a serviço do Bem, era comungado pelo catalão numa iniciativa, que tivera a felicidade de se aproximar do gênio de Inácio de Loiola.

Passado o período inicial, o alvenitante esquadrão não se contentava em mostrar aos lisboetas o fruto da educação recebida no colégio do abade Domenech, lançando-se mais longe, em incursões semelhantes às que Nóbrega e os seus companheiros de roupeta tinham envidado para combater descaminhos da fé entre as populações provincianas. Dirigia-se à vila de Almeirim em grupo de trinta meninos, quando para lá ia veraneiar a côrte com o seu séquito palaciano e administrativo. Representavam ante os soberanos autos à moda pastoril, e com tanto agrado de todos, que ao mestre pediam lhes deixasse os orfãos mais tempo, para que doutrinassem não só os filhos das principais familias, como os criados e os escravos das maiores casas do reino (11). Era prodigioso o efeito produzido por aqueles pequenos evangelisadores salvos da perdição, a proclamar pela voz e exemplo a glória do Senhor. Em 1550 enviava Domenech quarenta e sete discípulos a Caminha, destacado centro de estudos, para pregar e doutrinar pelas ruas e praças a fim de converter increus, apaziguar contendas, diluir ódios e restabelecer concórdia onde a cisânia própria dos meios intellectuais parecia querer imperar. Impressionava a dedicação que demonstravam ao transpor os umbrais das casas dos desavindos, pondo-se de joelhos para implorar que se reconciliassem, recusando deixar o aposento enquanto a amizade não se reatasse. À noite, recitavam

---

(11) Francisco Rodrigues Ha. *da Companhia de Jesus em Portugal*, I, 704.

nas igrejas a santa doutrina e os fastos da vida de Jesus, com tanto ardor que se tornavam contagiosos, movendo os mais empedernidos corações à prática de virtudes. Elogiavam os justos, observavam aos pecadores, tratando a todos segundo os preceitos de indulgência e comiseração da fé católica, prosseguindo sem desfalecer na estrada que lhes abriera o abade de Vilabeltrán.

De volta à Lisboa ouviam os ecos das empresas coloniais, a refletir empresas em que não se tratava mais de corrigir demasias de civilisados, mas arrostar o perigo de canibais entregues à lei da natureza. No mesmo ano da romaria a Coimbra, solicitara o governo que lhe cedessem alguns rapases para abreviar a conversão do gentio ultramarino, além do que pudessem no cuidado de manter os bons costumes dos reinos. Era finalmente a oportunidade que se deparava aos jovens em satisfazer num campo ilimitado o seu anseio de glória religiosa. Para esse fim, foram escolhidos sete entre os voluntários de melhor comportamento para servir no Brasil, e nove na Índia. Quando a notícia da sua partida se espalhou por Lisboa houve verdadeiro alvoroço na população, não se falando em outra coisa, todos abalados por aquela manifestação de fé. O momento marcava o ocaso da Renascença e o alvorecer da era moderna, em que os povos voltavam as vistas para regiões do outro hemisfério, consideradas mananciais de prosperidade e bem estar. Era como atualmente a fé ingênua nos milagres proporcionados por certas doutrinas, capazes de transformar o mundo na Terra-sem-males que os seus teóricos imaginam. A esperança era partilhada pelo povo e casta dirigente, à espera de benefícios incontáveis, consistindo em mercadorias várias, animais estranhos, pedras preciosas, prata e

ouro, muito ouro, que devia derramar a felicidade sobre os habitantes das cidades e dos campos da indigente metrópole. A essa expectativa juntava-se a curiosidade que atraía o povo para ver os orfãos descerem processionalmente entre mestres e colegas em direção à Ribeira. Deixou o autor do *Oriente Conquistado* relato dô successo; "*Eram no seminário de Lisboa os mais provecos na virtude e primeiras letras, destros na solfa e variedade de instrumentos idoneos do Evangelho, criados à sombra e com a doutrina da Companhia... Na viagem despertaram a devoção e piedade dos navegantes na doutrina que se fazia todos os dias, e os alegravam com cantigas devotas, cuja novidade e melodia fez desaparecer as profanas*".

Não faltou quem reparasse na pouca idade dos meninos, e nos perigos a que se expunham, advertindo-os de que eram ainda muito jovens e inábeis. A que respondiam, segundo Domenech, "*Dêus é grande e nos ensinará aquilo que havemos de dizer*", sem se entibiar com os avisos. Embarcaram com ânimo sereno, acompanhados pelos padres Manoel de Paiva, parente de João Ramalho; Salvador Rodrigues; Francisco Pires e Afonso Bras, no velho S. João Batista, de ilustre memória, veterano da carreira da Índia, vazando água, revestido por dentro de sevandijas e por fora de gusano, tão gasto e imprestavel que bastava dizer o "*Galeão*" para todos os navegantes saberem do qual se tratava. Continuou no Brasil o desvelo dos orfãos, a Bahia ainda no nascedouro, a cidade do Salvador por se delinear, empenhados padres e neófitos em improvisar as primeiras acomodações e o preparo do terreno para roças de sustento. Tinham que cuidar, além disso, dos brancos jacentes em acampamentos de fortuna, e dos

índios, de cuja tranqüilidade dependia a obra encetada. Entre os imigrantes registavam-se casos de desalento que era preciso atalhar, e em todos, fossem administradores ou administrados, verificavam-se moléstias físicas e morais a pedir ajuda. O resultado do esforço, caso vingasse como desejavam, saíria quasi por completo do cadinho americano, mal bafejado pela metrópole, esperançosa de benefícios das possessões que não requeressem auxílio dos cofres vazios, o povo inquieto e os competidores a se adensarem na rota do comércio da Índia. Nos domínios não se empregava o termo colônia, em uso oficialmente só tres séculos depois do descobrimento, mas a iniciativa pública e privada existente no Brasil, levada a cabo por capitais particulares, governadores com dilatados poderes e missionários desvelados, levantava empresa desse carater, dentro do molde antigo, que ficara na mente europeia através do vinco romano.

As esperanças do velho reino não se frustraram, pois já em meados do século 16 tornavam-se realidade as promessas que dera, graças à feliz aclimação da cana de assucar no litoral, com significado para os portugueses de nervo de guerra, tal como o Potosi proporcionava a Castela. Si pelas suas condições tardou em prover de modo dirêto às necessidades financeiras do governo, por outro lado estabeleceu na terra bases duradouras do melhor padrão económico — como seja a prosperidade baseada na agricultura — por onde se extravasou do equador ao Prata e garantiu a posse daquela imensidade. Neste desígnio foi notavel a contribuição dos elementos de que vimos tratando. Na Bahia, os rapases que chegavam foram aproximados pelos padres a "*outros orfãos da terra, que havia muitos, perdidos e faltos de criação e dou-*

*trina e dos filhos dos gentios quanto se podia metter em casa".* Com o acréscimo, complicavam-se todavia os problemas a surgir entre os interstícios da obra, e deplorava Nóbrega que no reino (entenda-se tanto o governo da metrópole como o colonial) houvesse relutância em lhe cederem os recursos de que tanto precisava. Os habitantes da Bahia confessavam o bem que lhes vinha da atividade dos padres, sem embargos das restrições que logo aduziam quanto aos devidos auxílios. *"A rasão disto",* escrevia Nóbrega a Miguel de Torres, *"é porque posto que mostrem ser nossos devotos, não entra em seu entendimento dever-nos El-Rei fazer o collegio, estando a Sé por fazer e assim um engenho que El-Rei mandou que fizesse, que todos julgam ser muito proveito da terra, e muitos ordenados por pagar".*

À vista desse egoísmo, pensava o principal dos inacinos dever expor a S. A. as dificuldades empecendo as missões brasileiras da Companhia de Jesus. Lutavam antes de mais nada, com falta de braços, dispondo apenas de dois escravos da Guiné, dos três que lhes tinham sido doados para o sustento dos meninos. Tiveram igualmente de comprar doze vacas, por preço superior a trinta mil maravedís, de que o padre Nóbrega ficara responsável ante o governo. Esperava o apóstolo resgatar a dívida no vencimento, caso cumprissem a promessa de lhe dar mais alguns escravos da Guiné (indicação genérica para os pretos africanos, para diferenciá-los dos índios, também chamados negros), e indicava, *"Si assim por peça V<sup>a</sup>. Rev. provisão para mais tres ou quatro, porque com elles e com os que esta casa tem, antes de pouco tempo se manterão cerca de cem meninos dos gentios."*

A carta era de 1552, e quando D. Duarte da Costa chegou, tres anos depois, o caridoso intento ainda não

se realisara, pois causou grande aperto a chegada de mais 18 ou 20 moços mamelucos ou índios, aos 24 que já ali havia, sendo preciso reparti-los pelas capitâneas e casas particulares. Na mesma carta, rogava a el-rei estendesse a doação de roupas aos neófitos, que no Brasil resolvessem ingressar na Companhia de Jesus, pedindo mais, num estilo prenunciador de Gôngora, que viessem mais missionários, preso de angústia ao presenciar quão generoso era o Senhor em favorecer as conversões e quão avarento o provincial Simão Rodrigues em lhe mandar reforços. De fato, não era só a América Portuguesa que reclamava jesuitas, mas todo o continente, assim como a África, a Índia e a Cochinchina, enquanto não penetrassem os inacinos no Tibet e no Japão (12). Tinha porisso de contemporisar, preso aos trabalhos da Bahia, sem poder invadir o sertão, embora o apóstolo e os companheiros já se enfadassem "*de ver paredes do collegio*".

Concorrem os dizeres desta carta para elucidar velha contenda acerca das diretrizes dos jesuitas nas colônias no tocante ao emprego de escravos. Podia o auxílio do governo simplificar muitos dos problemas atormentando os padres. Havia, porém, os momentos de completa exaustão das finanças nacionais, que impediam satisfazer aos mais justos pedidos. Entretanto, nunca parecera tão acertada a vinda de missionários da Companhia para maior segurança das cabeças de praia lançadas em a nova colônia. Na conjuntura, as aldeias das vizinhanças da cidade do Salvador eram indício do que se podia alcançar com selvícolas. Aparentemente, mostravam-se suscetíveis de se deixarem pacificamente evangelisar, quando tratados por métodos brandos. Pareciam interessados

---

(12) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, II, 13.

pela religião, ou pelo menos, admiravam-n'a em suas formas exteriores, acompanhando curiosos as cerimônias litúrgicas, assim como prestavam atenção ao que os doutrinadores contavam do poder superior e invisível, que do alto dos céus era capás de milagres muito superiores à tosca fabulação do gentio.

Auxiliava aos padres no afã catequisador a superioridade técnica dos brancos, a confirmar de certo modo aqueles dizeres. As armas e mais utensilios que traziam consigo, simplificavam e abriam novas possibilidades ao aproveitamento da natureza a favor do homem, e o tratamento de moléstias por métodos europeus demonstrava efeito mais rápido, seguro e regular, do que o preconizado pelos feiticeiros quando abandonavam a farmacopea indígena e descambavam em grosseira magia. Mesmo assim, sobrevinham suspeitas levantadas pelo número crescente dos brancos, não faltando para agravar as cousas, possíveis abusos de reinois boçais, e inda procedessem diversamente — o que seria deveras milagre! — traziam os inevitáveis rebates defensivos das coletividades repentinamente invadidas por excessivos alienígenas. Ademais, bastava a repulsa à antropofagia, poligamia, alcoolismo, mais as intrigas dos pajês, em que nefastas epidemias eram atribuídas à ação misteriosa dos missionários, para manter sempre vivos germes de conflitos. Tampouco, os sacrificios impostos por uma religião, que muito exigia e nada galardava aos fiéis no terreno material, não conseguia de pronto entusiasmar o gentio, que desde séculos estava à espera da Terra-sem-males. Compreende-se o quanto custava, nestas precaríssimas condições, aproveitar-se o braço indígena em estafantes operações exigidas pelo desbaste da interminável faixa litorânea. A solução estava evidente ante os olhos de leigos e missionários,

presos a um complexo colonial, que dispunha da terra americana em u'a margem do oceano e na outra de abundante braço africano, único próprio para o seu cultivo. Em volume anterior tratamos do assunto, e logo mais tornaremos à sua importância, continuando por ora com os orfãos de Lisboa, num percurso que mais tarde nos ajudará a analisar as causas e efeitos da luta pela valorização da terra.

Recebido o reforço dos padres e dos rapases, imediatamente melhoraram as condições do pugilo de inacinos que os antecederam. Intentou o padre António Rodrigues em 1556, quando governava D. Duarte da Costa, elevar uma ermida na aldeia indígena do Rio Vermelho, situada a meia légua do estabelecimento dos jesuitas no Terreiro de Jesus. Celebrou-se a inauguração com toda a solenidade possível, comparecendo o mestre de capela da Sé, juntamente com o padre António Blasques à testa dos alunos do colégio, mais professores e grande séquito de fieis. Houve procissão e cõro a duas voses, acompanhadas por flauta, que era ensinada pelo próprio António Rodrigues, o qual também pregou em "língua brasilica" como chamavam ao Tupí.

A cerimônia devia ter agradado aos rústicos assistentes, correspondendo ao desejo dos jesuitas, peritos na arte de impressionar mentalidades infantis. Em época não muito distante iriam os padres destacados no oriente cercar-se de munificência — a despeito de que no íntimo divergissem de taes excessos — a fim de ofuscar as imaginações dos japoneses, geralmente abalados por demonstrações de grandesa. Empregavam-n'as tão somente naquelas circunstâncias, para alcançar certo determinado objetivo, e não porque disso ressentissem qualquer prazer. No Rio Vermelho esperavam o mesmo fruto, e provavelmente o

conseguiram junto de alguns índios, com exceção do principal, que tinha meia dúzia de mulheres e pouco apreciou a pregação dos padres contra a poligamia. Era menos custoso abandonarem aqueles selvagens o hábito da antropofagia (desde que encontrassem abundante alimentação graças aos recursos proporcionados pela técnica dos europeus) do que abandonar o vantajoso costume de dispor de várias servas, compradas sob forma mais ou menos matrimonial para o trabalho caseiro e o trato da roça.

Em quasi todas as tribus das redondezas, de origem Tupí, a faina da agricultura, plantar, limpar, colher, etc... incumbia às mulheres. Afigurava-se, destarte, rápida a catequese do gentio americano, incomparavelmente mais simples do que a das populações da Índia e da China, onde o cristianismo fôra reencontrar as fontes mais remotas dos seus preceitos fundamentais. A ausência de religião, o tosco espiritismo reinante, o predomínio da língua Tupí nos setores capitais para os europeus, simplificavam muito esforço. Mas a indiferença do índio pelas questões que mais preocupavam os brancos, levantava o enorme obstáculo da inércia interposta à conversão, que de todas as formas de hostilidade é a mais invencível. Havia, porém, outra maior, mais grave e em pouco aparente, consistindo nas demasias dos reinos que tudo desvirtuavam e até às autoridades governamentais acabavam por se impor.

As desinteligências entre índios, padres e governadores, tinham-se esboçado no tempo de Tomé de Sousa, e daí por diante não cessaram de se manifestar. Por estranho que pareça, na porfia estabelecida, não raro faltava ao missionário o apoio dos que eles mais desejavam proteger. Carpia o abnegado Luís da Grã a descoroçoadora versatilidade dos rapases

índios, que em número de quinze ou dezesseis — narra a carta — tinham fugido para o mato depois de dar mostras de aptos ao ensino religioso. Aparentemente, a deserção era sem motivo, porquanto no colégio só recebiam bom tratamento. Viria a causa principal da lembrança da livre existência silvestre, que invencivelmente sentiam depois de saciada a curiosidade pelo modo como viviam os brancos. Desfeitas as ilusões tornavam à selva para se unir a mulheres pagãs, devendo permanecer nas tabas — segundo costume Tupí — às ordens dos sogros e cunhados. Pensou-se na cidade do Salvador, que o remédio seria a vinda de mulheres honestas “e idosas”, para educar cristãmente as cunhatãs destinadas a se casarem com os rapazes índios, único meio para de vez prendê-los à civilização.

Demoraram-se os padres na Bahia à espera de Nóbrega, que estava no sul para resolver o assunto, quando Luís da Grã começou a tomar certas providências oriundas pela notícia de que a Companhia de Jesus renunciara ao encargo dos orfãos portugueses. Decidira S. Inácio concentrar os esforços da ordem que fundara em outros campos, alcançando de D. João III o elogio exarado na carta a D. Duarte da Costa, em que el-rei dizia, “*O fructo que os Padres de Jesus com sua doutrina, virtude e bom exemplo fazem em toda cousa do Serviço de Nosso Senhor e Salvação das Almas é tão grande, que se deve estimar, grangear e favorecer sua Companhia e conservação*”. No caso dos orfãos lisboetas não se deve ver mais do que a lamentavel falta de meios a perseguir todos empreendimentos da época, fossem bons, péssimos ou excelentes. Pelas palavras supra, vê-se que havia a melhor boa vontade de D. João III para com o trabalho dos inacinos. Entretanto, não podia mudar o

curso das determinantes geográficas e económicas que cerceava a capacidade realisadora dos habitantes do seu reino.

Na Bahia cogitaram os apóstolos durante algum tempo em mandar orfãos do Brasil para a metrópole, os quais, na volta, depois de concluidos os estudos, deveriam substituir os de Lisboa. Alguns destes, "*por mal dispostos*", convinha recambiar, o que succedeu a dois ou tres, além de um tardiamente reclamado pela sua mãe. Em 1556 terminou virtualmente o Colégio dos Meninos da Bahia, segundo escreve Serafim Leite, por ter sido elevado a colégio canónico. Na sua existência primeira prestou bons serviços, apesar dos contratemplos que por vezes o agitaram, inevitáveis em toda obra de vulto. Dos rapazes lisboetas radicados no Brasil, alguns se casaram e foram troncos de úteis linhajens, outros completaram a sua evolução educacional, entrando na Companhia de Jesus, onde não desmereceram dos antigos mestres que do abandono os tinham conduzido à posição que ocupavam.

O amparo dos indiosinhos nunca foi descurado pelos jesuitas, nem tampouco o da mocidade colonial, para o que muito concorreu o Colégio de Jesus, successor do primitivo de Nóbrega. Todavia, o ensino passou a se exercer de outro modo, graças aos recursos que os seus directores souberam encontrar junto dos poderes públicos e da caridade particular. E' ponto pacífico, por todos admitido, que os jesuitas foram os melhores educadores da mocidade no período anterior a abolição da ordem. O fáto apresenta aspéto dos mais interessantes para o estudo da formação da antiga sociedade brasileira, dando ensejo a que largamente aproveitássemos o ensino dos incinos, no momento em que era disputado pelos povos

mais cultos da Europa. Entretanto, os que prestavam tão insigne serviço à coletividade, estavam bem mal alojados nas casas que os padres tinham erguido às pressas logo depois da chegada. Faltava espaço no Colégio dos Padres, em que os mestres permanecessem apartados dos alunos, segundo as disposições da ordem. Em 1555 vieram instruções del-rei para D. Duarte da Costa iniciar o edificio, boa intenção sem muitas probabilidades de realização, o próprio Nóbrega descrente do resultado, pois a Sé ainda estava por concluir, assim como o engenho do governo, e os franceses e índios hostis cada vez mais ameaçadores por todo o litoral de norte a sul.

Experiente de negócios com el-rei, propunha o padre que se desse à Companhia apenas um "*pobre agasalho da banda de fora do muro*" — que era a cerca feita por Luís Dias para a defesa da cidade — deixando para os meninos as casas levantadas em forma de quadra, de que fôra empreiteiro na construção um tal Nuno Garcia. Este indivíduo, pelo que se dizia, aqui chegara degredado por 11 anos pelo insignificante delito de ter assassinado um mulato. Escreve Serafim Leite, "*Os Padres combinaram com ele que os servisse durante 5 anos, comprometendo-se eles a alcançar-lhe perdão dos outros 5 (um ele já o tinha cumprido). Acedeu. Em 1555, escreveu D. Duarte a El-Rei, pedindo êsse perdão — ou pagamento dos seus serviços durante os 5 anos, acabados de cumprir*". Por onde se vê, que o espírito realizador dos jesuitas nada tinha de cego fanatismo, sabendo perfeitamente unir senso prático a grandes designios idealistas. Não será por certo este o lado que os leva a mais se distanciarem dos utopistas, seus pretensos imitadores em outras épocas, totalitaristas pseudo igualitários, que ao passar da teoria à realidade provoca-

ram as mais atroses calamidades registadas na história. O delinqüente de que se aproveitavam havia de lhes causar aversão, talvez mitigada pela indulgência da fé catolica, que eles com tanta lucidês sabiam compreender, mas antes de tudo estava o prosseguimento da educação na colônia, e tinham de admitir as contingências locais, do contrário, escrevia na mesma carta Nóbrega: "*seria perder toda esperança de se frutificar na terra*".



De propósito demorara-se o apóstolo em S. Vicente á espera que amainasse a animadversão entre o bispo D. Pero Fernandes e os Costas. Encarregaram-se os Caeté de Cururuípe de resolver o caso, supprimindo a principal fonte de distúrbios que atormentava a Bahia. Pensou então o apóstolo que poderia se dedicar a uma campanha urgente — o combate á antropofagia — já muito adiantado desde que chegara, mas que era preciso de vez erradicar. Há certa tendência nos etnólogos modernos, particularmente afeiçoados aos índios do Brasil, de apresentar o monstruosos hábito, pertencente a costumes ancestrais de algumas tribus, como provindo do complexo vingativo indígena ou quando julgavam adqüirir as qualidades dos mortos devorando-os. O estudo das cartas jesuíticas não permite aceitar "in totum" quaisquer das afirmativas, sem dúvida apoiadas em repetições verificadas entre muitos tupís, porém igualmente acompanhadas de grande número de exceções, a sugerir a existência de muitas mais determinantes (13). Nem

---

(13) O padre Navarro attribua a antropofagia unicamente á vingança, no que coincide com as noticias de Pigafetta e de Hans Staden. Achava Pero Rodrigues que a morte no terreiro era como que o auto

sempre a rudimentar lavoura, caça, pesca, e outros recursos naturais davam ensejo às tribus antropófagas saciar o seu apetite. Qualquer irregularidade nas chuvas, estado de guerra ou outro fator, podiam agravar a deficiente armazenagem de viveres, não sendo muito claro nessas condições, até onde principiava entre os Tupí o ritual ancestral e acabava a exigência da fome. Tornava-se indubitavelmente a antropofagia mirífico reforço para o cardápio diário, que de magro e insípido na mor partes das estações, se transformava em tempo de guerra em pletórico banquete.

Do hábito viriam também gostos e predileções. Não exclamou certa velha com tendência sibarítica, que nada havia de mais saboroso do que mãosinhas de criança inimiga? Quando porventura faltavam estes delicados acepipes, sobrevinha outro costume a reunir o util ao agradável, de origem mais ou menos semelhante, que variava desde a ingestão de adversários adultos (complexo vingativo), até os restos de falecidos na tribo por morte natural. Era valente o defunto, e os seus apreciadores também o seriam, adquirindo as suas virtudes pela diligência com que lhe tributavam a derradeira homenagem.

A luta contra costumes tão arraigados, e procedentes ante o "primo vivere" na coletividade gentia era tarefa das mais ingratas. Decretaram-se em princípios do século 16, nos domínios de Castela, editos condenando sumariamente ao cativeiro os índios que praticassem o canibalismo. No Brasil, cinquenta anos

---

público e judicial dos índios. Fernão Cardim descrevia a honra e glória ressentida pelos matadores e banqueteadores. Anchieta discorda e dá o costume como puro canibalismo. Consultar a respeito estes autores, que foram os que mais pormenorizadamente trataram do assunto, assim como a *História* de Serafim Leite II, 35, e o *Dicionário de Etnologia e Sociologia* de Baldus e Willems, verbetes Antropofagia e Endocanibalismo.

depois de a attitude do Conselho, S. A. reunido na côrte se mostrava muito mais circumspecta. A fraquesa da colônia desaconselhava medidas tão drásticas, recomendando os entendidos as instruções que foram ministradas a D. Duarte da Costa, para que de modo geral não se melindrasse os indios; opinião também partilhada pelos povoadores, cujo utilitarismo pouco se affligia com o deploravel costume. Desavenças com o gentio só arriscariam os reinois necessitados de braços quando estivessem bastante fortes, podendo as medidas de ordem moral esperar tempos melhores, inda demorassem em apparecer.

Assim não entendiam os missionários. Desejavam iniciar sem mais dilação a campanha contra a antropofagia, custasse o que custasse, com ou sem o consentimento e apoio dos demais portuguezes. Como observamos em volume precedente, a orientação imprimida por Santo Inácio de Loiola à Companhia de Jesus permitia certas contemplações para males humanos, desde não colidissem directamente com os princípios cardiais do catholicismo. No que diz à antropofagia, e outros pecados igualmente nefandos, transmudavam-se os padres de maleáveis em inflexiveis, sem a minima vacilação em arrostar o pior dos martírios si preciso fosse para manter intangiveis os dez mandamentos do Senhor. O canibalismo não podia ser tolerado sequer por um instante, devendo os cristãos combate-lo por todos os meios, nas tabas onde os missionários se arriscavam sem protecção militar, e junto ao governo sediado na cidade do Salvador. Este embate parecia no entanto desproporcionado à fraquesa do pugilo de missionários, perdidos na imensidão brasilica, e no entrosamento de interesses que fazia com que D. Duarte expedisse decretos conde-

nando à morte o gentio antropófago, mas de modo a que o processo ficasse no tinteiro.

Chegados à Bahia em 1549, erijiram os jesuitas uma capela no Monte Calvário, nos limites da nascente cidade e o território de tribus vizinhas. Neste mesmo ano os índios trouxeram para a sua maloca, à vista do templo, o cadáver de um contrário na intenção de proceder a um banquete. Os padres o enterraram às escondidas, embora com isso arrostassem a cólera dos selvagens. Efetivamente, como fizessem questão de devorar o prisioneiro e procurassem por toda parte, tiveram os inácinos de carregar o corpo para o interior da cerca protetora da cidade, gesto considerado afrontoso pelos canibais, que se levantaram com tal alvoroço que houve rebatido de guerra entre os brancos do Salvador. Murmuraram, daí, civilizados e aborígenes, contra o zelo dos apóstolos, dirigindo sem número de azedas reclamações ao governador. Incrêpavam-n'os de imprudentes e prejudiciais aos interesses de todos, pelo seu excesso de zelo, e mais doestos partindo de quem pouco depois havia de culpá-los por se mostrarem demasiado protetores do gentio. Por felicidade, o primeiro governador era Tomé de Sousa, inteiramente de acordo com os missionários, que nunca cessou de os prestigiar durante seus quatro anos de governo.

Sabiam os jesuitas, todavia, como proceder na conjuntura e não esmoreceram. A despeito desse choque inicial, lograram enorme ascendência sobre o gentio, conseguindo se impor a guerreiros que dantes pareciam obedecer somente à força bruta. Inúmeras vidas de brancos e de caboclos foram salvas graças ao seu prestígio, tornando-se a preocupação dos padres não mais a hostilidade do índio, mas à pouca firmeza na fé que demonstravam. Entregues a

si mesmos, por falta de catequistas suficientes para mantê-los sob constante doutrina, voltavam à antropofagia, escrevendo Afonso Bras que hesitava em os batisar, porquanto a sua falibilidade abrangia até "*aos que tinham estado em Portugal*". Acresce ainda a deletéria ação de franceses, e mesmo de portugueses, que não raro, entregavam prisioneiros índios a principais contrários para que fossem comidos, da mesma maneira como hoje em dia regatões sem escrúpulos distribuem aguardente a selvícolas do Amasonas quando necessitam de auxiliares. Contra semelhante abuso se alçavam indignados os missionários. De uma feita, Anchieta e Nóbrega caíram prisioneiros de uma tribo indómita em S. Vicente, e ao saberem que se cogitava de se entregar aos seus captos inimigos deles a troca da sua libertação, encontraram meios de se comunicar com os regedores das vilas, ordenando-lhes que nada fizessem, ainda lhes custasse a vida. Voltando agora ao começo, percebemos através de tantos tropeços o quanto era trabalhoso e perigoso tratar com gentio e europeus, e não nos será difícil conceber o que representava persuadir ao índio sacrificar a sua liberdade milenar em proveito da prosperidade de forasteiros. Não pequena se tornou a missão dos jesuitas nessas condições, às voltas com a tarefa de evitar a catástrofe que se anunciava, e que lograram aplacar quasi sem meios, na sua pobreza de cristãos do tempo áureo.



Em 1557 chegava D. Duarte da Costa ao termo do seu governo. Sucederia-lhe o mesmo que ao predecessor, e pior ainda aconteceria ao sucessor, que largamente se demoraram além do praso estipulado para as suas funções. Dedicara particular interesse ao as-

péto económico da colónia, esforçando-se por ativar, segundo as instruções do Conselho de S. A., a produção que dava, entre as quais avultava o engenho planejado no Pirajá. Destinava-se a moer a cana dos lavradores enquanto não construissem por sua vez o seu próprio, permanecendo durante algum tempo o único da região baiana. Uma carta régia de 1555 mandava fosse levantado numas terras que o primeiro donatário Francisco Pereira Coutinho doara a João de Velosa. A falta de capitais e rebeldia dos índios fizeram com que se malograsse a tentativa do povoador, cujos esforços se perderam. Revertidas ao domínio real, as glebas deviam receber novas edificações, que só entraram a trabalhar no governo seguinte de Men de Sá. O rio fornecia a força motriz e o transporte da cana das redondezas, além disso, *"mui farto de pescado e marisco"*, noticia Gabriel Soares, *"de que se mantem a cidade e fazendas de sua visinhança, em o qual andam sempre sete ou oito barcos de pescar com redes, onde se toma muito peixe, e no inverno em tempo de tormenta (no mar) pescam dentro nelle os pescadores de jangadas dos moradores da cidade e os das fazendas duas lagoas a roda, e sempre tem peixe de que todos se remedeiam"*. Essa contribuição era utilíssima para a empresa semi-industrial semi-agrária representada pelo engenho, onde se condensava uma população equivalente a de pequeno arraial, providencialmente socorrida pelo peixe e mariscos do rio que lhe fertilisava as terras.

As providências do governador foram no entanto perturbadas pelas desordens de D. Pero Sardinha, desleixo de funcionários como António Cardoso de Barros, e a temerosa atividade de corsários franceses pelo litoral. A carta de Francisco Portocarrero enumera os seus malfeitos de norte a sul, e acusa o

governador de inércia ante o inimigo. A situação piorou em 1555 com a chegada na Guanabara de Villegaignon. Coroava a ingerência dos interlopos no comércio de pau brasil e algodão, com a empresa apoiada pelo rei de França, e numerosos particulares pertencentes aos dois partidos religiosos, que para felicidade de Portugal, naquele momento dilaceravam a França. A acusação de Portocarrero não procede, como se vê na gestão seguinte de Mem de Sá, o qual tampouco de princípio pôde combater os rivais do seu rei, que depois de se imiscuirem no tráfico de produtos naturais, queriam também participar da indústria do assucar. Embalde rogava D. Duarte que lhe mandassem reforços; quem os recebia eram os adversários com a armada de Bois le Comte em que vinha Jean de Lery. O resultado de tantos contratempos foi o governador sentir-se tolhido na construção do engenho real, forçado a aplicar os poucos recursos de que dispunha em medidas de defesa. A revolta dos índios das visinhanças da capital serviu, no entanto, para congregar os milicianos organizados por D. Álvaro. Com isso parecia garantida a cidade do Salvador, mas restava manter o litoral, em que os franceses ocupavam o Rio de Janeiro, e pelo temor que infundiam, provocavam algum tempo depois as fortificações ordenadas pelo rei de Espanha no rio S. Francisco do Sul, hoje Estado de Sta. Catarina.

De certo modo, o zelo do imperador parecia mais perigoso que a tentativa de Villegaignon. Felizmente, a união das duas corôas sob Felipe II e o cuidado de não melindrar os portugueses nas suas pretensões sulamericanas, retardaram o conflito que só se verificou mais tarde, quando todas as vantagens estavam do lado del-rei João IV. Neste ponto, foram os lusos bafejados pelos imponderáveis políticos que

desde o começo da epopeia das navegações os protegeram. Também os franceses perderam tempo em lutas estéreis na antiga ilha de Sergipe, proporcionando aos adversários a oportunidade de serem expulsos da Guanabara, a despeito do reduzido número das tropas, mais brasileiras que lusas sob comando de Estácio de Sá.

No trato com os brancos sob sua jurisdição imediata, houve-se D. Duarte da Costa com larguesa de vistas digna de sábio estadista. O desaguisado com o bispo foi muito contra a sua vontade, e sempre se mostrou disposto a lhe perdoar os agravos a bem do serviço público quando instado pelos jesuitas intercessores. Narra fr. Vicente do Salvador possuir D. Duarte utilíssima virtude nos governantes, a propósito de episódio mui característico com ele sucedido. De uma feita, rondando de noite a cidade, passou perto da casa de certa pessoa que publicamente o mal-sinava, sem suspeitar da sua presença. Depois de muito escutar, interrompeu o maldizente e companheiros advertindo-os que os ouvia, os quais, ao reconhecer a voz do primeiro magistrado da colônia, atemorisaram-se à espera de justo revide. O governador, porém, nunca mais lhe tocou no assunto, nem lhes mostrou mau semblante, "*tratando*" diz o cronista, "*mais de emendar-se que de vingar-se*". Outros casos confirmam a opinião de fr. Vicente. Em carta a el-rei demonstrava nítida compreensão das condições coloniais, assim como do que se podia e se não devia fazer, onde a sociedade era incipiente, os brancos insignificantes e as dificuldades desalentadoras.

Outro exemplo do seu bom senso, ocorre na maneira como procurava favorecer o estabelecimento de portugueses de acordo com este espírito, deixando de

parte preconceitos cabíveis na metrópole, mas prejudiciais à colônia si applicados com rigor. Era preciso não exagerar, nem cair em demasiada complacência, num meio termo que não alterasse a ordem privada e coletiva dos coloniais. Em carta a D. João III, referia-se o governador a um tal Jácome Pinheiro, morador em São Vicente, degredado pela morte, ao que parece accidental, da sua mulher mameluca. Passados tempos, refugiou-se entre os jesuitas, que o casaram com a filha de um índio recém convertido, e por isso rogavam às autoridades fosse perdoado. O governador endossava o pedido, pois o casamento e o perdão deviam transformar um elemento quasi inutil para a sociedade (o pobre fôra condenado a servir nos bergantins como na Europa se mandavam delinquentes às galés) num possível auxiliar dos patricios pela aproximação que proporcionaria com o gentio. Caso semelhante succedeu com outro reinol, de nome Sebastião de Elvas, ladrão incorrigível, que viera degredado por furto do reino, e no Brasil roubara um dispenseiro de Tomé de Sousa. Condenou-o o ouvidor geral a ser açoutado e desorelhado, mas a cadeia de Luís Dias devia se ressentir de construção apressada, porquanto conseguiu Elvas escapar do cárcere, mais alguns companheiros, e se amparar no colégio dos inacianos. Como de costume, rogaram os padres misericórdia, e transmitiram ainda a pretensão de Elvas de se casar com uma das orfãs trazidas pelo governador, o que lhe foi concedido por D. Duarte, interessado como estava, em radicar reinois na colônia.

Ao chegar no último ano da sua gestão, faleceu na Bahia o português que mais concorreu para o entendimento entre brancos e índios, tanto pelo seu esforço, como pela sua união com índia, e obra que fizeram os seus mamelucos. Permaneceu lendária a figura do

Caramurú, ou Caramelú, segundo lhe chamam as cartas dos missionários, a avultar através do tempo, personagem de romance como Alexandre Selkirk na sua ilha (14). Observações recentes reforçam os dizeres de Simão de Vasconcelos, que lhe atribue, depois de aventureira existência de naufrago isolado entre selvagens, uma visita à côrte de França, acompanhado da cunhã, nessa ocasião batisada com o nome de rainha Catarina de Medicis. Sempre fôra bom cristão, segundo declarou em 1535 aos tripulantes da nau espanhola de que fala Oviedo, morador havia 25 anos na Bahia, segundo dizia, onde se tornara acatado e obedecido pelos índios "*como se nascera senhor deles*". Socorria aos outros naufragos que por ali apareciam, e mais navegantes necessitados do seu auxílio, pelo que recebeu honrosas cartas do imperador Carlos V, agradecendo a ajuda dispensada a marujos castelhanos, e de D. João III, recomendando-lhe o primeiro governador geral Tomé de Sousa. Os jesuitas por sua vez louvaram a sua fiel amisade, pois os servira de muitas maneiras, principalmente como intérprete e intermediário junto dos índios seus parentes, graças à tradição do "cunhadio" entre os Tupí, muito util na circunstância.

Era também o mestre dos conhecimentos da terra e dos seus primitivos habitantes, pelo crédito que entre eles desfrutava, por "*ser velho honrado que anda pelas aldeias com os padres*", diz o jesuita Francisco Pires ao descrever como Diogo Álvares, feito guia e lingua, ajudava os missionários nas visitas ao gentio. Em dado momento, pensaram até em lhe confiar a administração dos orfãos de Lisboa, de

---

(14) Pensam hoje alguns historiadores e geógrafos, que pelos característicos tenha Dan'el de Foe se inspirado em nossa ilha de Trindade para teatro das aventuras do seu heroe, ao invés de Juan Fernandez situada no Pacífico.

acordo com a legislação especial que os regia. Ao morrer legou "*a metade de sua terça*" escreve Nóbrega, que também lhe chama "*o mais nomeado homem desta terra*", aos jesuitas. Era, além de primeiro povoador incontestado da Bahia, aparentado com toda gente, índios e governança, pai de verdadeira tribu de ativos mestiços, ecoando a sua morte pelo Recôncavo como o episódio do avô do menino de engenho tão bem descrito alguns séculos mais tarde por José Lins do Rego. A doação contrariou o vigário da diocese, por se lhe afigurar que os padres tinham desviado em seu proveito o que ia fazer falta aos estudantes da Sé, parecendo motivo pelo qual os rapazes o abandonavam. A chegada do novo governador teve dom de dirimir dúvidas e apasiguar a igreja baiana, tanto mais que restava a viúva Catarina em meio da sua filharada e netos, ainda de posse de parte dos bens grangeados pelo defunto, mulher caridosa e devota, embora não soubesse português, o que também sucedia à maioria de sua prole.

Antes de partir outorgou D. Duarte grande sesmaria a seu filho D. Álvaro em Jaguaripe, provavelmente segundo instruções recebidas dos seus régios protetores no reino, que desejavam recompensar o moço oficial pelos serviços prestados na guerra, e fazer com que simultaneamente contribuisse ao progresso da região. Era o mesmo que se fizera e se ia continuar com governadores e outros funcionários graduados, Tomé de Sousa ou Conde da Castanheira e mais personagens da côrte, a fim de que applicassem a sua experiência na terra, ou nela invertessem as quantias ganhas no serviço de S. A.. Requereu D. Álvaro que tivesse a doação o regime das capitâneas, com que elevaria engenhos, povoações e vilas. Nada conseguiu, entretanto, por perder a vida na ba-

talha de Alcacer Quibir, com a flor da nobresa lusa tombada em torno do infeliz D. Sebastião I. Este epílogo da passagem dos Costas pai e filho pelo Brasil desmancha de vez as caluniosas alegações de Portocarrero. Demonstra que só por absoluta falta de meios não atacou aquele governador aos francezes Villegaignon, restando de aproveitavel na carta do aleivoso personagem, apenas a parte informativa sobre a nociva actividade de corsários pela costa afora, pesado encargo que passava da administração de D. Duarte para o sucessor Mem de Sá.

## O Governo de Mem de Sá.

**D**EPOIS de um guerreiro e de um fidalgo palatino sucedeu um jurista no governo do Brasil. Pertenciam todos, antecessores e sucessores, à casta dirigente que se formara em Portugal à roda do poder, metodicamente seleccionada para o serviço administrativo da monarquia. Esse elemento de governo distinguia-se da nobresa feudal existente em outros países pelo carater peculiar da democracia ibérica, a que já temos feito várias alusões. O regime instituido de ha muito nas Espanhas era de orijem por assim dizer patriarcal, proveniente dos antigos germanos fixados na península, e acentuado quando os cristãos se refugiaram nas serras, ante o ímpeto das hostes islamitas a se derramarem pela planície como inundaçào irresistivel. Em a organisação politica que se seguiu depois da queda dos califas, e do triunfo dos descendentes de visigodos, o rei se apoiava na burguesia, desejosa de ordem e de paz, a fim de conter os chefes militares aproveitadores de guerras. Tiveram daí, de conceder toda sorte de privilégios e garantias aos burgueses para que se tornassem mantenedores da segurança pública. Adquiriram então força, coesão e independência, ligados por interesses comuns, desconhecidos na mesma escala, além dos Pirineus. Foi preciso o advento do Richelieu, seguido do esplendor de Luís XIV, e consequente difusão da monarquia absoluta nos reinos visinhos, estreitamente ligados por casamentos à Espanha, Portugal, Nápoles ou Austria, para que se obliterasse o antigo espirito de-

mocrático, acabando por se diluir no servilismo que veio a reaparecer no século 20 nos países submetidos a ditaduras.

Antes, e mesmo depois, da dinastia bragantina subir ao trôno a nobresa era mais uma classe técnica especializada em negócios públicos, a se mover nas côrtes da península, do que uma casta à espera de guerras para entrar em cena, afastada da máquina administrativa civil e jurídica em tempo de paz. Na sua composição, nem sempre entravam os filhos dos antigos reconquistadores do solo pátrio sobre os sarracenos, mas tão somente os que se evidenciavam mais aptos ao serviço real. Não possuía D. Duarte da Costa avoengos de esclarecida linhagem, e si o bastardo Tomé de Sousa percorreu, antes de chegar à Bahia, toda a habitual trajetória dos jovens de velha nobresa, era porque possuía reais qualidades, e não por ser parente por via trávessa do valido del-rei (15). Outros nas mesmas condições, ou inferiores, também atingiram os mais altos postos da hierarquia administrativa, especializados em leis que regiam a sociedade portuguesa, herdeira da tradição jurídica da Roma imperial. Era outro ponto em que se firmava o espírito democrático, na justiça conseqüente da tácita aliança dos monarcas com os mais ativos e produtivos elementos do povo, ou seja, os burgueses capazes de se organizarem em classes, que só acatavam a autoridade da Igreja e a do soberano.

Foi o caso de Mem de Sá, o qual, graças ao regime em que vivia, sabia manejar a espada e se diplomara em jurisprudência. No Brasil guerreou índios e franceses com tanto denodo quanto um veterano de Marrocos e da Índia, a anteceder o que vamos

---

(15) cf. vol. I, págs. 75-80.

encontrar na expansão colonial inglesa dos séculos 17 e 18. No império britânico, sucessor do lusitano, também vemos o magnífico trabalho da sua aristocracia dirigente — que não devemos confundir com a de sangue — embora às vezes uma seja o complemento da outra, pois a origem traz consigo a dignidade haurida numa casta aprimorada pela sua condição, feita de patriotismo, desvelo pelo nome e noção do dever, indispensáveis ao indivíduo destinado a governar os seus semelhantes. Não pertencia Mem de Sá à alta esfera de onde saíram os Meneses e os Sousas ilustrados na Índia, e ao depois na América, mas vinha precedido de lisongeira fama adquirida no Desembargo do Paço e no Conselho del-rei. Contudo, a escolha causou espécie aos historiadores que não atinavam com o motivo da sua vinda ao Brasil. A recente divulgação da sesmaria que lhe foi doada por Jorge de Figueiredo Correa em Ilheus no ano de 1537, doação repetida em 1544, estando ainda Mem de Sá no reino, explica o seu interesse pela colônia e sugere ter possivelmente solicitado o cargo que a outros afugentava.

Em o novo posto obteve ensejo de confirmar todas as qualidades, e foi dos procônules escolhidos pela corôa o que mais longos serviços prestou nos quasi quinze anos decorridos no Brasil, onde veio a falecer. Ficaram na Bahia os seus ossos, apesar de recomendar em testamento os levassem para o reino, como que presos à terra que ele tanto beneficiara. O seu predecessor pouco pudera realizar num ambiente sacudido por mesquinhas competições, levantes de índios ou ameaças de franceses, e muito conseguiu em não comprometer o processo de evolução que se iniciara, quasi pelo exclusivo esforço dos elementos humanos existentes no litoral militarmente ocupado. Competia, destarte, ao terceiro governador serenar a

colônia para depois cogitar da expulsão dos invasores do sul.

Os franceses nunca renunciaram em possuir parte do Brasil, a despeito das tréguas e tratados que assinavam com Portugal. Em a teima não faziam mais que seguir as pegadas de Francisco I, o qual costumava dizer, ignorar o testamento pelo qual o seu avô Adão o excluira da partilha do mundo. Devia aludir ao ajuste de Tordesilhas, celebrado pelos monarcas ibéricos sob presidência de um pontifice espanhol, inteiramente à revelia de um poderoso rei.

A exclusão muito afetou ao Valois, quando a prata do Potosi se transmutou em nervo da guerra contra os seus planos políticos, permitindo que o adversário comprasse votos de eleitores e aliciasse mesnadeiros, para garantir a sua elevação a imperador do Santo Império Romano. Cubiçavam também os armadores da Bretanha e Normandia os gêneros que os portugueses consideravam principaes do seu monopólio, mormente o lenho de tinturaria apreciado pela indústria francesa. E, si acaso conseguissem deitar pé no litoral brasileiro de modo permanente, talvez descobrissem jazidas como as do imperador na orla costeira do Pacífico! Assim sendo, mais dia menos dia haviam de tentar alguma empresa colonizadora nas terras, onde os lusos pretendiam ser donos, mas deixavam desgarnecidas por falta de meios.

Já Tomé de Sousa prevenira S. A. do completo abandono da fértil região sul. Continuamente escalavam no litoral interlopos a traficar com indígenas, que se afeiçoavam aos franceses e os preferiam aos portugueses. Não seriam raros os sintomas desse entendimento, como se percebia pelo número crescente de mamelucos às vezes alourados, vistos nas

tabas costeiras. O desembarque de Villegaignon na ilha de Sergipe, que hoje ostenta o seu nome, foi definitiva advertência do que podia suceder à toda a colônia. Era preciso varrer de vez os estranhos do Rio de Janeiro, e o homem encarregado da pesada tarefa foi Mem de Sá, que chegou à Bahia em 28 de dezembro de 1557 à testa de pequenos reforços.

A viagem correria inçada de dificuldades, obrigados os viajantes a arribarem na ilha africana do Príncipe, sedentos e famintos, antes de poderem reencontrar a derrota para a cidade do Salvador. Chegava o jurista por um triênio, com 600\$ de vencimentos anuais (Varnhagen), maiores que os do seu antecessor. A falta de conforto do sítio continuava, porém, tendo o governador de se aposentar por algum tempo no colégio da Companhia de Jesus, única entidade bem organizada do Brasil. Apresentavam ainda os padres a vantagem de o informar, e da melhor maneira, sobre os problemas da colônia, pois, disseminados por todo litoral perfeitamente o conheciam. Desde os primeiros dias depois do desembarque, gisaram governador e conselheiros planos para solver as dificuldades que emperravam a administração. Do precioso auxílio recebido no início do governo nasceu o espírito colaboracionista entre o principal funcionário da corôa, alguns antigos povoadores como o Caramurú e os padres, espírito esse que se manteve até o fim da sua estada no poder. Neste período, como em muitos mais no correr de século e meio, vemos a decisiva cooperação do jesuíta na expansão lusa na América do Sul. Todos, fossem portugueses, castelhanos ou italianos, concorriam direta ou indiretamente para o fortalecimento da hegemonia das torres e quinas no território em que se formou o Brasil. Na tarefa de apasiguar o

gentio, dirigir expedições devassadoras, ou arrolar tropa indígena contra os franceses, ou precauções acerca de espanhóis, sem falar na importantíssima questão da educação dos brancos na colônia, o papel da Companhia de Jesus foi primordial, segundo vimos nas capitâneas e novamente verificaremos nos acontecimentos do governo de Mem de Sá e sucessores.

No espaço em que o governador conviveu com os padres informantes, veio a saber pormenores de fatos dependentes da sua especialidade, objeto de instruções que a respeito lhe tinham dado no reino. As demandas se multiplicavam na coletividade lusotupí como erva daninha, quízílias que provocavam outras, num torvelinho alarmante de desconfianças a terminar em ódios prejudiciais à atividade dos povoadores. Não raro, chegavam operosos elementos a desanimar e renunciar a qualquer empresa progressista, tais as peias da chicana jurídica emaranhadas ante seus passos. Determinou o novo governador intervir nessas lamentáveis pendências chamando as partês à sua presença. De interrogatórios e acareações dimanavam composições sob o influxo da sua sabedoria, e quando não o era possível, por tropeçar em pretensões descabidas (16), impunha Mem de Sá termo justiceiro à contenda. Aos poucos conseguiu em grande parte remover o mau costume, embora lhe acarretasse rancores, manifestados como sempre por murmurações e calúnias. Passando a seguir dos grandes males a menores, que poderiam lograr deploráveis proporções si em tempo não fossem atalhados, perseguiu o vício do jogo extremamente

---

(16) Ordenara o governo metropolitano a Mem de Sá que se não intentasse na colônia nenhuma ação judiciária de cobrança sem informação e licença do governador: "O que mandou el-rei por ser informação e licença do governador: "O que mandou el-rei por ser informação das muitas usuras, que já em aquelle tempo cometiam os mercadores no que vendiam flado". Vicente do Salvador 165.

difundido nos principais centros da colônia. Tratamos em volume precedente do desenvolvimento dessa anomalia em Pernambuco, em época e circunstâncias bastante parecidas, sendo dispensável volvermos a repetir notícias e comentários (17). A energia com que se houve Mem de Sá em ambos os casos, logo fez sentir aos coloniais que estavam na América para levar avante faina desbravadora e não para se divertirem, registando-se desde aqueles primórdios a antifonia que representa até 1939 a vida europeia consubstanciada no luxo e no prazer, e a brasileira no desconforto e trabalho.

Problemas de mais vulto que estes reclamavam entretanto a atenção do governador. Vimos que entre os danos causados pela hostilidade do gentio figurava o abandono da tentativa de engenho de João de Velosa, no esteiro do Pirajá, reduzido a alguns ranchos de palha. Intentara D. Duarte da Costa levar a cabo o projéto a fim de cumprir as instruções del-rei, mas a falta de recursos, tão molesta para Tomé de Sousa, continuou na sua gerência e nada pôde fazer o sucessor de ambos. Ainda assim, pôs resolutamente mãos à obra, porquanto inteirado como estava sobre as condições da empresa colonial, sabia não ser possível de outro modo promover o fomento da região. A falta de meios dos povoadores vedava empreendimentos de grande porte, acenando-lhes com o mesmo desfecho do Velosa si se abalançassem a uma indústria requerendo muito capital. E como não os possuíssem precisava o governo auxiliá-los de começo, levantando por sua conta e risco o engenho onde pudessem fazer os seus assucares mediante o pagamento de pequena porcentagem em

---

(17) Pernambuco e as Capitanias do Norte IV, 204-6.

espécie. Mais feliz do que os predecessores logrou Mem de Sá realizar o intento, que imediatamente começou a favorecer a atividade dos lavradores.

Antes de prosseguir devemos reparar, no estudo das primeiras administrações, que um governador recebia não só os encargos, mas também os frutos das situações precedentes. Dizemos de propósito "situações" em vez de "gestões", porquanto o resultado vinha mais do impulso com que de qualquer modo se desenvolviam os núcleos povoadores, que às vezes, da sabedoria do seu decurião.

Branco, índios e mamelucos conviviam na cerca interna e externa da cidade do Salvador mais ou menos em paz, o que permitia o trabalho e o rápido aumento da população. Nesta fase, o papel dos jesuítas superava o do régio funcionário, principalmente quando este se desavinha com outras autoridades delegadas do reino e se tornava participante em distúrbios. Os oficiais mecânicos nas oficinas, os lavradores no campo, os índios a pescar e caçar para os senhores e população em geral dependiam, na ausência de abundante auxílio da metrópole, muito mais do fator tempo que de governadores. O mesmo se pode dizer da experiente "governança" da polis democrática cooperante do meneio dos negócios públicos. A construção do engenho inicial fôra resolvida no Conselho de Sua Alteza, através dos relatos de funcionários reais e pedidos dos "homens bons" locais, e si D. Duarte deixara ao seu continuador o mérito de satisfazê-los, não o seria por desídia ou incompetência, mas porque o espaço decorrido desde 1549, dava maiores possibilidades a quem viesse depois administrar a Bahia. Em qualquer período administrativo há momentos oportunos e inoportunos na realização de projéto, diferindo além disso as con-

dições de um organismo recém nascido, com as medidas administrativas de ordem mais conservadora do que inovadora em sítios de antiga civilização, onde cada centímetro quadrado de terreno recebeu no correr de séculos alterações pela diligente mão do homem.

Igualmente sucedeu que os encargos aumentavam, muito valendo a Mem. de Sá o surto económico que se verificou no começo do seu governo. Escrevia Nóbrega ao procurador da Companhia de Jesus em Lisboa, produzir o engenho reiuno recém acabado cinquenta arrobas de assucar por ano, no valor de um cruzado cada. A mesma comunicação aduz a este o rendimento das miuças, orçando cento e vinte mil reis, e o do peixe, mandioca e algodão, de setenta a oitenta mil reis em dinheiro. Esperava-se que tais dízimos aumentassem com o progressivo povoamento do solo, como de fâto aconteceu, a julgar pelo salto verificado na produção do assucar. Informava por sua vez Mem de Sá, algum tempo depois do jesuita, que o dito engenho del-rei, em plena atividade, dava de porcentagem ao governo cerca de quinhentas arrobas.

Ante o rojo progressivo duvidavam os padres si era preferível aceitar os dízimos das miuças, em que entravam também criações, que lhes eram oferecidos pelo Conselho de S. A., ou terra e escravos de Guiné para granzearias, assim como um barco para suprir de pescado o colégio. O espírito reinante na ordem era, segundo Santo Inácio, contrário a negócios de qualquer espécie. Sobreveio, todavia, a necessidade de prover à diária subsistência, forçando os missionários a procurar por sua iniciativa o que os soberanos prometiam e nem sempre cumpriam. Acrescia ainda no caso a manifesta superioridade dos padres, cuja obra rendia incomparavelmente mais do que a dos funcionários governamentais. Habituará-se daí

à orientação, que os levou, como várias vezes apontamos, a gizar repúblicas teocráticas longe de brancos e de autoridades leigas raramente escorreitas, quando não francamente adversas.

Os serviços que os padres podiam prestar, e que não eram poucos, foram muitas vezes desprezados por motivos alheios à praxe de uma boa administração. Um dos méritos de Mem de Sá, foi estabelecer fecunda colaboração entre os dois fatores de progresso, o leigo e o missionário, ao invés de suscitar rivalidades como aconteceu no tempo de Manoel Teles Barreto. Espírito penetrante, habil em distinguir a razão das partes no officio de desembargador de agravos, sabia avaliar devidamente a empresa e dela tirar partido para beneficio da corôa. Pensavam os padres da Companhia de Jesus que o melhor sistema a se aplicar no momento aos índios, era aldeá-los segundo o plano inutilmente apresentado a D. Duarte da Costa. No seu entender, receberiam por meirinhos os principais da própria tribu, escolhidos entre os que tivessem maior prestígio e qualidades, de sorte a continuar independentes, posto que sob as vistas das autoridades coloniais. Tampouco, deveriam ser lançados em manchas de terra estéreis ou insalubres, onde não pudessem trabalhar convenientemente para o seu sustento. Toda atenção era pouca no caso, pois, verificava-se o maior choque dos catequistas com a mentalidade utilitária dos povoadores brancos, justamente no aproveitamento das várzeas. Percebendo a competição do gentio, proclamavam que de não passava de besta de carga, sendo até preferível que desaparecesse caso não lhes emprestasse os braços. Nessas condições, viam com maus olhos conceder-se aos antigos donos da terra as extensões que cubiçavam para si, onde se aninhavam fora do seu al-

cance os trabalhadores tão necessários à sua indústria. Sem levar em conta o grosseiro anseio, anuiu Mem de Sá ao projeto dos inacinos pelos inúmeros benefícios que encerrava para todos, brancos e índios, aceitando-lhe as sugestões. Nem se poderia alegar que prejudicariam o trabalho adoptando esse regime, pois os índios, nos momentos em que ficassem desocupados, estariam, em condições de auxiliar os visinhos brancos mediante soldada. Reuniu para esse fim o governo as várias tabas de tupis próximos da cidade — os que tinham ficado na expectativa durante a luta de D. Álvaro da Costa com as tribus rebeladas — em tres povoações, respectivamente sob invocação de S. Paulo, S. João Evangelista e Sancti Spiritus, em boas glebas nas marjens dos rios Vermelho, Pirajá e Joane, boas para roças e currais de gado.

A providência era das mais acertadas na fome de braços em que estavam os povoadores, sôfregos por montarem engenhos, e ainda desprovidos de recursos para comprar africanos de elevado preço. A morte do bispo Sardinha, levantara onda de odiosidade contra o gentio em toda a colônia, mais que nunca considerado estúpido e cruel, devendo ser reduzido à escravidão sem dó nem piedade, sob açoites e pena de morte. Acontece, porém, que havia entre os Caeté indigitados matadores dos náufragos do Cururuipe, muitos já cristãos, exemplarmente atarefados nas aldeias dos missionários, que, entretanto, eram presos, ferrados na face e atirados no eito, com absoluto desprezo pelo que a igreja desejava. Não ousavam mais os convertidos sair das missões para tratar das roças, à vista das perseguições que perduravam mesmo depois de castigados os responsáveis pelo morticínio. Aproveitavam-se da confusão os que desejavam trabalhadores, e se abasteciam de braços pouco

se atendo à legislação vigente, ou ante os efeitos que o abuso provocava entre selvícolas desconfiados e vingativos. Teve de intervir Mem de Sá, de acordo com o padre Luís da Grã, para obrigar os captores a libertar as presas, medidas que deram em resultado restituir aos catequistas cerca de quarenta pupilos abusivamente escravizados.

Estes e mais incidentes, fizeram com que o governador elaborasse um estatuto a respeito do indígena, a fim de reforçar a proteção facultada pelos jesuítas quando os incolos perseguidos se refugiassem nas aldeias missionárias. Motivos humanitários e de sã política, ditavam estas resoluções aprovadas no reino, e que foram completadas pela nomeação de um leigo curador, já naquela época semelhante ao atual superintendente do serviço de proteção aos índios. A escolha do primeiro recaiu sobre Diogo Zorrilla, castelhano de reconhecida probidade na Bahia, e mais tarde muito conhecido em todo o Recôncavo, por ser sogro de António Dias Adorno, e do senhor de engenho Fernão Ribeiro de Sousa, dos mais opulentos entre os que então surgiam. Sucedeu-lhe muitos anos depois em 1633 no mesmo cargo, outro genro, Pedro Paes Machado; apud Pedro Calmon; data que mostra o longo espaço em que superintendeu a proteção ao gentio, caso não haja erro ou omissão no cálculo supra.

Necessitou, contudo, Mem de Sá, manifestações de força contra o aborigene, que independentemente da cobiça dos povoadores, sponte sua perturbava os trabalhos das capitânicas. A multiplicidade de problemas para pacificar, dirigir e proteger o gentio, constituía tarefa absorvente num período em que não havia praticamente outra fonte de braços para a lavoura. Hoje em dia adquiriu o verbo proteger, de-

pois de toda sorte de abusos de propaganda doutrinária, acepção elástica, e às vezes bastante estranha. Proteger o visinho, proteger a produção ou proteger classes sociais, presta-se a infinidade de artimanhas inconfessáveis, terminando invariavelmente na auto proteção do delinqüente que deitou mão no poder (18).

Por uma fatalidade histórica, precisou o índio da Bahia de um gênero de proteção parecido, a implicar violenta aculturação, porquanto, como todo primitivo, atribuía não raro ao medo ou fraquesa o bem que lhe fizessem provocando medidas repressivas. Muito contra a sua vontade teve Mem de Sá de recorrer à força para domar turbulentos, antes de os confiar a doutrinadores proficientes. Neste propósito, seguiu Vasco Rodrigues de Caldas no comando de pequena força contra o gentio de Paraguassú, arremetendo a seguir contra o principal da ilha Curupeba e mais gentios que se obstinavam em comer carne humana. Os primeiros mostravam-se particularmente audaciosos, tendo de uma feita assaltado canoas de caboclos e de portugueses, em que se apossaram do precioso cabedal representado por escravos africanos. Juntou-os o governador em uma só aldeia, ao depois entregue aos padres que os deviam aquietar e impedir a continuação do seu abominavel costume.

O mesmo Vasco Rodrigues, que capitaneara descidas semelhantes, mais uma vez obteve pleno êxito em duas operações complementares, com que ficou assegurada por algum tempo a paz nos arredores da cidade do Salvador. Em Porto Seguro efetuaram-se outras entradas sob comando de Bras Fragoso contra

---

(18) Isto foi escrito no periodo ditatorial ultimamente registado no Brasil. Poderíamos ter suprimido a reflexão mas outros conceitos semelhantes figuram nos volumes anteriores, portanto, mais um não fará diferença.

o gentio Aimoré, segundo vimos em volume precedente. Menos bem sucedido foi, contudo, o filho do governador Fernão de Sá, que se dirigira à Capitania de Espírito Santo em lugar de seu pae, retido na Bahia por múltiplos afazeres, e que foi encontrar a morte numa emboscada de tapuias no rio de Cricaré. Atribuiu-se o malogro aos mamelucos netos do Caramurú, que ao se verem assoberbados pelo número de assaltantes não duvidaram em abandonar o campo da luta. Pereceu o jovem oficial de armas na mão quando procurava assegurar a retirada, tornada precária pela súbita deserção dos que praticavam a guerra pelo costume gentio. De volta à Bahia, procuraram os crioulos justificarem-se perante o pae inconsolável, que recusou os receber. Neste ponto aparecia outra diferença de mentalidade entre europeus, índios e mamelucos. O modo de combater indígena, feito de surpresas, não implicava desdouro em fugir ante o inimigo, para em sítio e condição favoráveis voltar à carga, ao passo que o branco ostentava código de honra completamente diverso, a exigir que nessa conjuntura soubesse morrer sem recuar tanto o fidalgo, como o simples homem de armas empenhado em combate.

Com a morte do jovem Sá, ganhava a casa mais um título de nobresa, na prática da melhor tradição aristocrática, que desfazia o seu primitivo aspecto de mais togada que acutiladiça. O sacrificio do jovem, acrescentado aos feitos praticados por outros representantes da família, incluíam-n'a entre as boas linhagens do reino, assinaladas pelo copioso sangue que tinham derramado a serviço del-rei.

Era o segundo filho de Mem de Sá a tombar no campo de batalha. Antes dele morrera valorosamente na África, João Rodrigues em combate contra os mou-

ros ao lado do capitão D. Pedro de Meneses. Ninguém cogitava mais da costela eclesiástica do governador do Brasil, filho do cônego Gonçalo Mendes de Sá, e de mulhêr tida pelo romancista Camilo Castelo Branco, através de certa menção de Gil Vicente, por camponesa. Os Sás pertenciam pelo lado paterno à conhecida família de Coimbra, situada no plano que hoje diríamos, burguesia acima da mediana, provida de sólidas humanidades, produtora de régios servidores em nível respeitavel posto que secundário. Daí a sátira de Gil Vicente quando ros-nava a respeito das pretensões dos Sás:

Vejo eu portugueses  
Da côrte muito alterados,  
Mais propinquos dos arados  
Que parente dos Meneses.

Provinha a má vontade do poeta da rivalidade que mantivera com o confrade Sá de Miranda, irmão de Mem de Sá, mais bem sucedido materialmente do que ele graças a parentescos e úteis relações. Em outro passo de Camilo, vem à baila o nome do governador em estudos de genealogias conimbricenses, em que Mem de Sá aparece como trisneto de João Rodrigues de Sá, o das Galés, assim alcunhado porque provavelmente as capitaneara. Preferira, porém, o seu descendente, a carreira jurídica à das armas, casando-se com Guiomar de Faria, filha de outro jurista, o licenciado Afonso Anes, e desse consórcio houve os filhos tombados nos campos de batalha, para maior glória e grandesa da sua gente e da monarquia.

Recebeu o pai enlutado manifestações de condolências do reino e da colônia, com aumento de prestígio que atenuaria na coletividade colonial a virulência das queixas contra ele levantadas. Decorriam das se-

veras tomadas de contas, com que a todos obrigava cumprir obrigações e respeitar os direitos do erário. Nas medidas que applicava transparecia cuidado extremo em incentivar o progresso da colônia a bem dos habitantes e do aumento das rendas publicas. Não vacilava tampouco o governador em se arriscar pessoalmente onde fosse necessária enérgica intervenção, como succedeu em Ilheus, onde os índios rebelados ameaçavam destruir os estabelecimentos dos portuguezes. Graças às suas prontas e eficazes resoluções o perigo foi debelado, mas vencidos num setor, sublevavam-se de repente em outro, sem dar descanso às autoridades. Surgiram desordens nas terras de D. Álvaro da Costa, felismente logo atalhadas graças ao imediato e poderoso auxílio, que o governador recebeu dos índios visinhos sob custódia dos jesuitas. Por esse motivo saiu em 1558 Mem de Sá da Bahia à testa de alguns portuguezes e do gentio amigo, obrigando em pouco os rebeldes a se sujeitarem, e renunciarem à antropofagia que tanto horror causava aos civilizados.

De volta à cidade do Salvador foi alvo de ruidosas manifestações, *“em que a cidade e o povo della fez grandes mostras de alegria, e o festejou com momos e invenções novas e touros e outras festas, até então entre elles pouco costumadas”*. A descrição vem exposta no episódio do naufrágio da nau *São Paulo da História Tragico Maritima*, em que percebemos o quanto Mem de Sá depois de algum tempo, se tornara bem-quisto, e também como ainda era rudimentar o estado da séde colonial. Corridas de touro faziam parte da alma ibérica, e não menos apreciado era o entrudo, parecendo jazer ainda em grosseiro esboço qualquer vila ou arraial que os não praticasse. Aquelas expressões *“invenções novas”*, e *“até então... pouco costumadas”*, não abonam a evolução da capital em matéria

importantíssima de divertimentos coletivos no ano de 1558. E' verdade que na sucessão funcional de uma sociedade de orijem Mediterrânea, como era a portuguesa, a despeito de situada no Atlântico, surgiam os festejos profanos depois das solenidades e outras manifestações de fé, que eram as primeiras a serem executadas. Somente depois de elevado o templo, e celebradas procissões é que se cogitava numa povoação católica de outros entretimentos, e isso mesmo, quasi sempre providos carater de religioso, como os autos e entremeses representados para maior edificação dos ouvintes nos colégios jesuíticos (19).

\* \* \*

Contido por algum tempo o gentio, disponíveis os tenentes da governança, cogitou Mem de Sá das instruções que recebera a respeito de pesquisas auríferas, complemento das medidas destinadas a incrementar o rendimento da colônia. Encarregou Vasco Rodrigues de Caldas subir o Paraguassú, pouco antes teatro de lutas contra o gentio. Supunha-se que o rio desse acesso às riquezas ocultas no âmago do sertão, na bacia em que a fabulosa Manoa dava nascimento ao rio mar. Seguiu o oficial com alguns elementos baianos, brancos, mamelucos e índios, mais um grupo de homens de armas deixados para esse fim pela supracitada nau *São Paulo* da carreira da Índia. Alcançaram os expedicionários 60 ou 70 léguas rio acima, até encontrarem os Tupiguaem, então muito numerosos naquela

---

(19) Um fato característico da importância que os padres davam ao teatro sucedera em França. Certa vez Mme. de Maintenon resolveu num acesso de beatério proibir representações teatraes, no que foi obstada pelo seu confessor o padre La Chaise sob alegação do perigo que representava a mocidade a qual iria procurar distrações pecaminosas na falta de "prazeres innocentes e instrutivos".

altura, que os atacaram de surpresa num trecho apertado do percurso, e com tanta violência, que os obrigaram a fugir, abandonando as armas e mais petrechos da expedição. Nessa data começaram os portugueses a adotar o modo de pelejar dos índios, e não se doeram com excesso do ocorrido, pois a parte mais aproveitável do percurso ficara devassada. Levaram-os, entretanto, o revês a recorrerem repetidamente aos inácinos, aos quais incumbia dar a última demão aculturadora do gentio, pelo que o governador expediu sucessivos alvarás concedendo-lhes a redízima (décima parcela dos dízimos reiuos), e mais auxílios para a conclusão da fábrica dos colégios e meios de subsistência dos seus futuros ocupantes.

O paulatino desenvolvimento da colônia também auxiliava a obra civilisadora, permitindo que os colonos — os lavradores que trocavam na guerra o látigo com que obrigavam os escravos a trabalhar, pelas armas com que se assenhoreavam da terra — desbastassem as várzeas mais aproveitáveis e aplainassem o terreno para a chegada de outros imigrantes. Temos exemplo com Egas Muniz Barreto, da vila de Machico, na ilha da Madeira, que em 1563 requereu uma légua em quadra na zona de Paraguassú, onde pretendia construir engenho e lá morar com sua mulher e cinco filhos. Requereu mais a ilha dos Franceses, defronte da primeira concessão, no que encontrou delongas por parte de Mem de Sá, dependente a resolução de diligências para averiguar si ainda estava disponível. Logo ao lado, concedeu igualmente o governador duas léguas no Paraguassú a Fernão Rodrigues de Castelo Branco. Duas outras próximas foram outorgadas a Francisco Toscano, na parte norte da barra do dito rio. Também contemplados foram Sebastião Álvaro, com uma légua defronte da ilha da Maré, e meia a

Paulo Dias, cunhado do precedente, acima do rio Serpique, mais tarde do Conde, assim chamado por ter o conde de Linhares recebido em herança a sesmaria do seu sogro Mem de Sá. Segundo diziam, teria o primeiro governador escolhido aquele sítio inçado de índios hostís amigos de franceses, à guisa de tarefa desbravadora e protetora dos seus subordinados. A vizinhança dos parentes do Caramurú, parece também confirmar a reunião de várias forças em um núcleo combativo para exercer eficaz vigilância nas redondezas.

Restava conservar boa harmonia entre os povoadores a fim de que essas resoluções não viessem a sofrer interrupções danosas. Preliminarmente, apurara o terceiro governador, o que asseguravam os antigos governadores, jesuitas (20) e demais funcionários aqui destacados, de que os problemas brasileiros não podiam ser encarados pelo estalão metropolitano. Era preciso fazer vista grossa sobre certos deslises, considerando certos povoadores tão somente pelos resultados materiais que podiam dar. Entre os habitantes dos presídios costeiros havia de tudo; virtuosos e perniciosos; emigrados por necessidade e por espírito de aventura; não sendo raro junto de individuo perfeitamente respeitavel, um trãnsfuga ansioso em opor a larguesa do oceano à incômoda curiosidade da justiça. Na América muitos dos elementos da congêrie portuária do ocidente, lançados nas praias americanas pelo acaso de uma navegação, sentiam-se outros em o novo habitat, em que a insignificância dos brancos, e extensões separando-os, amorteciam choques e amainavam defeitos. Com sagacidade escrevia Mem de Sá; *“Não se pode nem deve regular pelas leys e estylos do*

---

(20) v. Carta de Nóbrega, in vol. I desta obra, págs. 280-1.

*Reino*", os homens quasi abandonados pela corôa, submetidos a trabalhos exaustivos, rodeados de mil perigos. Ao contrário de querer impor normas inflexíveis, era preferível orientação em que o administrador se mostrasse "*facil de perdoar*", pois de outra forma, "*não terá gente no Brasil; e porque o ganhei de novo* (21), *dezejo que conserve*".

A advertência sintetisa a condição colônia melhor que as mais pormenorizadas explanações a corroborar os pedidos de reforços dos missionários, chegados a ponto de afirmar que até mulheres "*erradas*", dariam fruto onde os homens deixavam as esposas no reino, receosos do meio em que se arriscavam. Engolfados numa desmedida empresa, clamavam por socorro os soldados da Companhia, porquanto, tendo-se constituido cérebro e coração daquela coletividade, percebiam melhor do que os outros os escolhos da sua rota. Não esqueçamos na conjuntura, que os inacinos se viam empenhados em terrível luta contra a antropofagia, mal sustentados por moradores e pelas autoridades.

Narra a carta do padre Antônio Blasques um dos meios empregados no seu combate, quando chegou em 1557 à taba do rio Vermelho, em companhia do seu confrade Aspilcueta Navarro. Mandou primeiro que os meninos orfãos da comitiva atraíssem os indiositos à procissão, os quaes "*ficavam como atonitos, porque em extremo são dados à musica e ouvir cantar*". Em seguida entraram no povoado, em que o irmão João Gonçalves aproveitou a presença de seus principais reunidos em conselho, para lhes pregar contra a antropofagia, com a eloquência que lhe inspirava o abominável costume. Certo lado curioso do indígena era a

---

(21) Com acepção de agora.

importância que attribuia à oratória. Escutaram-n'o os morubixabas, e a despeito de se tratar de um hábito ancestral, prometeram abandoná-lo si em troca também salvassem os brancos os seus parentes caídos em mãos de adversários. *"Com isto nos despedimos delles, e porque abafavam os meninos não acostumados ao fedor de suas casas; e diziam quasi todos que estar alli era estar em purgatório"*. Avaliamos a intensidade da exalação por ainda persistir na Europa o desasseio da Idade Média, que devia calejar o olfato de reinois: *"...e na verdade"*, prossegue Blasques, *"eu não tenho visto cousa melhor que o reprezente. São as suas casas escuras, fedorentas e afumadas, em meio das quaes estão uns cantaros como meias tinas, que figuram as caldeiras do inferno. Em um mesmo tempo estão rindo uns e outros chorando, tão de vagar que se lhes passa uma noite em isto sem lhe ir ninguem à mão. Suas camas são redes pôdres com a urina, porque são tão preguiçosos que ao que demanda a natureza se não querem levantar. E, dado caso que isto bastara para imaginar em o inferno, todavia ficou-se-nos mais imprimido com uma invenção que vimos saindo desta... Vinham seis mulheres nuas pelo terreiro, cantando a seu modo, e fazendo taes gestos e meneios que pareciam mesmo diabos. Dos pés até a cabeça estavam cheias de penas vermelhas; em suas cabeças traziam umas como carochas de pena amarela. Em as espaldas levavam um braçado de penas que pareciam como de cavallo, e por alegrar a festa tangiam umas frautas que têm feitas de canelas dos (índios) contrários para quando os hão de matar. Com estes trajes andavam ladrando como cães, e contrafazendo a fala com tantos momos que não sei a que os possam comparar; todas estas invenções fazem sete ou oito dias antes de os matar"*.

Podemos pela amostra conceber, o que se passava no íntimo dos pobres eclesiásticos, ao presenciarem o espetáculo das mejeiras numa grotesca farândula no dia do sacrifício, a puxar prisioneiros por cordas, e metralha-los com "laranjadas", antes de os esquartejar e devorar. Do alvoroço lembrava-se o padre das carochas do Santo Ofício, amarelas como o cocar da indiada, arvoradas nos autos de fé metropolitanos em que às vezes também perdiam a vida, e de modo horrível, criaturas humanas. Só o desvelo provindo da missão podia sustenta-los naqueles trabalhos, e fazer com que não desanimassem, molestados como se viam por tantos obstáculos, em que entravam em primeiro lugar incompreensão por parte do gentio e a má vontade dos brancos.



Dava-se o contáto entre catequistas e os índios do litoral em maioria Tupí, na esteira da conquista militar. Uma coisa era o complemento da outra. Sem a imposição pela espada, demoraria a aproximação dos inacinos com os primitivos, e sem a ação persuasiva da catequese o estado de guerra fatalmente deflagrado atrasaria a posse definitiva do território. Com efeito, só demonstrações de força não bastavam para sujeitar centenas de guerreiros destemidos, quando a metrópole não podia distrair muitos homens de armas na distante colónia. A conquista tinha que se proceder lenta e metodicamente, numa coletividade em que o jesuíta ocupava lugar preponderante. Na Europa também lhes custara duro sacrifício doutrinar as populações rurais de Portugal, quasi recaídas no paganismo. Os seus esforços naquela ocasião serviram todavia de tirocínio, mas não tinham os após-

tolos de combater o canibalismo e a poligamia, dois costumes tão antigos na indiada, que se tinham tornado princípios básicos da sua organização. Esses tropeços e as credices de bruxos e espíritos, que supunham lhes dirigir a existência, empeciam gravemente a doutrinação, juntando-se ainda o problema do tapuia, numeroso e agressivo do sul do Recôncavo até as visinhanças do Rio de Janeiro. Ninguém lhes entendia "a língua travada", dificultada pela diversidade dessas tribus alófilas, muito mais arredias e ferozes que os tupís conhecidos dos portugueses, e por conseguinte fora da alçada dos missionários.

A carta jesuítica conhecida por "dos Meninos do Colégio", descreve as peripécias de uma excursão em que os orfãos de Lisboa foram ter à tabas de índios onde *"queimavam sal e pimenta, para que com a força e fedor, não passassemos; e nós contudo vizitavamos as casas todas com a Cruz levantada... pregando a Cristo a grandes vozes, ser elle verdadeiro Deus que fez os céus e a terra, e todas as cousas para nós... nomeando-lhes os elementos com seus frutos, e como de lá vinha o Sol, chuva, dia e noite"*, numa grandiloqüente seqüência que lembrava os profetas de Israel. Acessíveis como eram os índios a efeitos de oratória, muito se ressentiam daquelas palavras, principalmente quando os meninos aludiam aos tremendos castigos advindos das infrações aos mandamentos celestes. Ficavam estarecidos pelos conhecimentos dos orfãos, *"porque lhes falavam do inferno e do diabo, de quem elles tem medo, de tudo o qual os meninos lingoas (intérpretes), andam muito ensinados"*. Tanto saber em rapases de tão pouca idade, fazia com que viessem, *pedirmos saude; outros nos rogavam lhes não deitassemos a morte"*, e para reforço da comoção, interveio o padre que acompanhava os rapases (pos-

sivelmente Francisco Pires), a instar com os selvícolas para que obedecessem ao bispo, que era o verdadeiro Pagé Guassú, e *“se aparelhassem para ser cristãos, não como seus antepassados que se tinham feito cristãos por camisas, e não por amor de Deus, e por isso tinham morrido os mais delles”*. Os crentes da verdadeira santidade não morriam, porque teriam vida futura, os bons nos ceus e os maus no inferno, *“a arder com os diabos”*. Essas preleções produziam funda impressão, embora às vezes de modo diverso do que desejavam os catequistas. O resultado era ver-se certos índios atemorizarem-se com a música e cânticos dos visitantes, certos de que eram incantações destinadas a lhes trazer a morte, ao passo que outros folgavam, dançavam e bailavam, sem mais temor dos hóspedes que dos seus próprios músicos.

Os pormenores dessas tentativas de aproximação mostram como mesmo entre os componentes de uma tribo divergia um índio de outro, e como é perigoso generalisar a respeito deles. O gentio citado na carta era apenas um pequeno ramo do galho Tupí, e no entanto uns se acamaradavam com os padres, outros fugiam para resguardar a prole dos seus supostos malefícios. Os que aceitavam os missionários traziam-lhe os filhos doentes, a fim de que as preces dos meninos orfãos lhes restituísse a saude. Da persuasão, um principal entregou o filho ao padre diretor desejoso que aprendesse a ciência dos corumins brancos. Fez mais, imitou os visitantes no ato de adorar a cruz, atirando-se de joelhos, *“o que é para elles de muita dor e afronta, que o demonio põe: a quem faz como nós chamam-lhe mulher dos cristãos”*. Demonstravam assim grande disposição para se converterem, *“salvo que as mulheres que teem, os*

*impedem, das quaes teem filhos*". Por outra, manifestavam interesse pelas procissões, em que aparecia uma cruz, *"toda pintada de pluma da terra (sobre a qual os orfãos tinham grudado penas policrómicas imitando a delicada arte plumária dos índios), e com o menino Jesus no cimo... vestido de anjo e uma espada pequena na mão"*. Práticos eram os jesuitas em ordenar solenidades aparatosas em qualquer lugar onde estivessem, na Europa, na Ásia ou na América. Dizia a propósito, a famosa imperatriz Catarina da Rússia a um dos seus correspondentes franceses, *"Tous les autres ordres sont des cochons près d'eux"*, enlevada por um Te Deum que os inacinos expulsos das monarquias católicas, lhe tinham oferecido quando os amparara no exílio:

Não se olvidavam os padres do mesmo recurso nos alvares das missões brasileiras, em que uniam o desejo de venerar o credo, e o cuidado de prestigiar a religião perante as massas. Entravam nas tabas precedidos pela cruz, cantando e tocando música à moda dos índios, apenas mudadas as palavras em louvor divino. Na opinião do padre que acompanhava os meninos orfãos, muito lucraria a conversão com o emprego de *"flautas, e gaitas e néspira e uns ferrinhos com umas argolinhas dentro, as quaes tocam dando com um ferro no outro, e um par de pandeiros com soalhas. Se viesse cá algum tamborileiro e gaiteiro, pareçe-nos que não haveria principal que não desse os seus filhos para que lhos ensinasse. E junto com isto, como o Padre Nobrega determina ir longe pela terra a dentro, iriam seguros com isto, porque os negros a seus contrários (aos quaes querem muito mal, tanto que se comem uns aos outros) os deixam entrar em suas terras e casas se lhes levam musicas e cantos"*. Com esse recurso psicológico,

acudiriam até os tais adultos que escondiam os filhos para que se não encantassem por artes dos novos feiticeiros. O ritmo enlevante daquela novidade atrairia grandes e pequenos, conseguindo induzi-los a esquecer os enganos sofridos "*dos cristãos passados*"; ou seja, dos brancos que em má hora tinham visto no seu caminho. A recente instituição dos latifúndios, com a sua sêde de braços para trabalho disciplinado, único capaz de resolver o problema da produção destinada a escambo internacional, criava infelizmente deplorável situação, de que o exemplo acima — de justa desconfiança por parte do gentio — representa um caso em cem mil. Tornava-se preciso cuidar cada vez mais da separação dos selvajens vermelhos, dos brancos e seus mestiços, definitiva conclusão a que chegavam os apóstolos após ingratas experiências.



Concluídos os trabalhos das visitas, que a miude os levavam ao recesso das tribus, podiam os padres de volta à Bahia se dedicar aos povoadores. A mesma pompa litúrgica que atuara sobre o índio, devia se projetar com outros efeitos sobre o reinol, cujo nível moralurgia elevar graças aos preceitos cristãos. Supunham os catequistas que as melhora porventura incutidas nos brancos; ou pelo menos na sua elite; acarretariam atitude mais compreensiva para com os selvícolas. Poderiam daí, os doutrinadores se consagrarem ao primitivo necessitado dos seus cuidados, sem tantas preocupações em o proteger. Nesta suposição enganavam-se por completo, com a agravante de se tratar de brancos como eles, persistindo os atilados mestres na ilusão, de que o homem

chamado "económico" pudesse tão facilmente se emendar...

As cartas jesuíticas remetidas do Brasil no começo do governo de Mem de Sá, veem cheias de pormenores a respeito de solenidades realizadas com toda a pompa possível nos presídios costeiros, ainda bem rudimentares em meados, do século 16. *"Chegado o tempo da Semana Santa"*, escrevia Antonio Blasques, *"determinou-se que se fizesse o monumento mais concertado e devoto que ser pudesse, e delle tomou encargo um devoto ourives que viera aquelle anno de Lisboa, mui afeiçoado á Companhia. Está o corpo da igreja coberto de guademecins e por cima delles alguns retabulos frescos e devotos, que faziam a igreja lusida e graciosa. Nas grades da capela estava um frontespicio, que o padre Manoel Alvares, indo para a Índia, fez para este effeito: tudo o mais assim de ambos os lados, como de cima até abaixo, que era uma grande altura, cobria uma cantaria feita de aguedas com maravilhoso primor, não como o que se costuma, sinão tiradas do natural muitas pinturas de diversas cousas, obra lustrosa e digna de louvor que lhe davam. Em cima desta cantaria, no mais alto de tudo, parecia uma imagem de quando o Senhor orou no Horto, a quem um anjo oferecia o calix da Paixão, e assim uma imajem como a outra estavam honesta e devotamente debuxadas. Isto era o que estava por fora. Dentro da capela estavam em arcos de tufos mui lindos e bem concertados, dai por deante se seguia um tabernáculo, no qual estava o monte Calvario, e nelle feitos ao natural uns como montes de cor de terra, enterexida nelles goteiras de sangue. Corriam pelo meio deste tabernaculo uma figura de quando o Senhor levou a cruz ás costas, passo que movia a gente á devoção e lagrimas; mais ao interior subiam*

*umas escadas, nas quaes, de uma parte e outra, em cada degrau estavam uns anjos que sustinham cada um os passos da Paixão: em cima de tudo isto estava o Santissimo Sacramento, coberto por um docel rico, em uma custodia coberta de joias e cadeias de ouro que os devotos quizeram oferecer para isso. Assim que concertado o nosso monumento, que a todos desafiava a devoção, se fizeram os officios daquelles tres dias com o melhor concerto e ordem que soubemos, acomodando-se ao modo que soe guardar em Portugal, quanto cá se podia compadecer”.*

Desculpámo-nos da longa transcrição, mas tantos são os dados preciosos para a época do seu contexto, que não nos pareceu conveniente abrevia-la. Note-se que simultaneamente talhava o padre Manoel Álvares o frontespício das grades da capela, e outros padres debuxavam a cena da Paixão, assim como o devoto ourives de Lisboa se encarregava dos ornatos da cantaria, enquanto a poucos metros de distância ainda se lutava contra índios. Essa atividade decorativa só podia ser levada a cabo com prodígios de engenhosidade. Padeciam os padres de aguda falta de recursos, percebendo de começo mensalmente Nóbrega e os seus cinco companheiros, dois mil e quatrocentos réis do governo, com que deviam prover ao seu sustento, pagos às vezes em ferro, e outras em gêneros alimentícios. Com tão magros subsídios tinham ainda de acudir aos índios e aos orfãos mandados do reino. As esmolas del-rei, e a caridade de alguns habitantes, seguindo o exemplo de Mem de Sá, permitiram à custa de ingentes sacrificios levantassem os padres toscas habitações de taipa para seu abrigo e o dos orfãos e mais alunos sob seus cuidados. A chegada dos meninos de Lisboa agravava extraordinariamente o seu desconforto, pois à

necessidade de prover à manutenção do colégio, se contrapunha a obra das missões, iniciando-se edifícios e lavouras com prejuízo de outros trabalhos. Inda assim, a despeito de todas as dificuldades, logravam os padres dar festas com aparato, pompa e grandiosidade de que possuíam o segredo.

Substituíra D. Pedro Leitão ao malogrado Sardinha, e o novo prelado se mostrava muito mais tratável para os jesuítas. Reinava agora edificante harmonia na família católica, servindo dois inacinos respectivamente de diácono e subdiácono ao bispo, quando celebrou a missa pontifical em que se deviam sagrar os casamentos coletivos, *“a qual se começou mui solene de canto de organ”*, informa Leonardo do Vale, *“para que elle levara a sua capela, ajudando-lhe alguns dos nossos que entendem delle”*. Acabado o ofertório sentou-se o bispo em uma cadeira no degrau do altar, *“com a mitra de brocado na cabeça, e assim elle como os dois, scilicet: diacono e sub-diacono, revestido elle de vestimenta e dalmaticas de veludo verde e sabastros de brocado muito rico, que foi da capela del-rei, afora outros quatro, que estavam ao redor delle vestidos com capas novas de damasco branco, com os capelos e sabastros ou barras de veludo carmesim, e com este aparato, começou elle mesmo a casar os novos cristãos (índios conversos) que o padre Provincial lhe apresentava, dizendo as palavras formaes pela lingua brasileira”*.

A arte que presidia as funções litúrgicas concorria poderosamente em atrair os fieis e impressionar o gentio, que a tudo assistia com grande curiosidade. Procuravam tirar os missionários o máximo partido dessê interesse, *“...tão bem ordenada esta procissão que, para Índios Brasis, não se podia exigir mais”*, escreve António Blasques da Bahia em

1564; “deixando de parte os meninos (entre os quaes os “indiosicos” do padre António Rodrigues, que os tinha “mui bem adextrados” no canto coral) á porfia trabalham em quem irá mais galante com seus diademas e grinaldas”. Em meio a eles iam dois principais (indios chefes de taba), “muito antigos e anciões e mui bem vestidos á portuguesa, os quaes com as suas varas nas mãos (insígnia que lhes davam os jesuitas para comando de aldeias gentias) regiam a procissão. Saiba V. Revm. que, vendo alguns os seus trajos e vestidos e o aparato e boa ordem... se maravilhavam de que nesta terra houvesse gente de tanto primor e decoro”. Ao se aproximarem do templo em que se realisavam as cerimônias do jubileu de S. Tiago; saiu-lhes à frente os que tinham vindo assistir, “com tambor e folia e... bandeira de tafetá de muitas cores... tambem a musica dos cantores... e assim divididos em dois coros faziam o seu officio”. Na ocasião houve igualmente auto e mais festas rituais, para maior edificação dos “Indios brasis, como ha onze annos que trata com elles (o padre Gregório Serrão) tem-se mui compenetrado das suas condições e sabe por onde os há de levar acomodando-se a sua capacidade e engenho”. Com este fecho temos mais uma demonstração do senso com que os missionários lidavam com a indiada, e prudência com que se haviam no esforço para os integrar no plano geral de administração estabelecido pela metrópole.

Entretanto, foi também a estrada por onde colidiram, após dois séculos de aturados trabalhos da mais alta relevância e benemerência, com a monarquia absoluta dirigida por um primeiro ministro ditador. Aconteceu na era moderna o que por motivos correlatos, golpeará em outras épocas agrupamentos como templários e judeus. No estudo desses casos polí-

ticos, sucessos atuais ajudam a esclarecer eventos passados, do mesmo modo que os de há séculos podem explicar a origem de embates presentes e talvez a sua evolução futura. Nos volumes relativos à capitania de S. Vicente tornaremos ao assunto à luz dos elementos que o espetáculo atual largamente nos proporciona. Poderíamos acrescentar aos comentários supra com demasiada abundância, fatos históricos com aparência de prenúncios bem desalentadores, posto seja nosso maior anseio, que a marcha do progresso também se manifeste em outros terrenos, além do aperfeiçoamento dos meios de destruição de vidas e de cultura, e que os exemplos de horrores de outrora não mais se repitam; perfeito sonho utópico, sem a mínima possibilidade de realização.



Felises eram os padres quando ainda norteavam o rebanho na incipiente povoação do Salvador, num passo em que a primitivês da região vedava demais aos novos donos. Apresentava os reinois grande santimônia nas festas religiosas, debulhados em lágrimas ao ouvir o verbo inflamado dos padres, pouco antes em missão volante junto ao gentio, que exprobravam os vícios e malfeitos dos brancos. Narra o padre Blasques o efeito das vésperas, em que houve mostras de sincero remorso e contrição de pecados, enquanto se executavam *“tres coros diversos: um de canto de organ, outros de um cravo e outro de flauta, de modo que acabando um, começava o outro, e todos, certos, com muita ordem quando vinha a sua vez. E dado que o canto do organ deleitava ouvindo-se, a suavidade do cravo detivesse os animos com a doçura da sua harmonia, todavia quando se tocavam*

*as flautas se alêgravam e se regosijavam muito mais os circunstantes, porque... os que as tangiam eram os meninos brasis, a quem já de tempo o padre Antonio Rodrigues tem ensinado".* Tamanho foi o entusiasmo despertado pelos meninos, que certo mercador desistiu de um bom terno de flauta, mandando-o aos pequenos músicos, com a menção de "*que muito melhor empregado seria nelles do que nelle*". Ouviam, pois, contritos e enlevados os povoadores aquelas cerimônias, mas ao chegar à casa voltavam a obedecer aos imperativos económicos e outros da sociedade a que pertenciam, por maior que fosse a sua real devoção e sincero desejo de viver de acordo com os preceitos católicos.

Dos orfãos vindos do reino, que ficaram nas capitánias, temos o padre João Pereira, verdadeiro recordista de conversões, graças ao conhecimento que tinha da língua e da índole dos indijenas. Ad instar dos demais jesuitas colaborava nas obras de apasigução das tribus, e no seu complemento que era reprimir os excessos dos povoadores. O mexerico ou simples vaidade ferida, bastavam para engendrar infinitas complicações, capases de tragédias. Refere o mesmo padre Blasques ao trabalho que lhe deu certo personagem da Bahia, o qual, atingido por um recado descortês de outro povoador, mobilisou a sua parentela e clientela a fim de se desagravar pelas armas. Prevendo a consequência do desforço, interpuzeram-se os jesuitas, à espera de que o acaso e a ação lenitiva do tempo aplacassem a cólera do soberbo homem. Não menor esforço tinham de envidar para que os brancos melhorassem o tratamento dispensado aos escravos. No desprezo em que estes se viam, considerados animais de carga, sem direitos nem aspéto humano, afundavam-se cada vez

mais na abjeção da miséria moral, depois de curtir a miséria física. No afã de sustar a lamentável degradação, arriscavam-se os padres em se intrometer na vida íntima dos poderosos, que viviam em concubinato com as cativas no recesso das suas propriedades *“e, porque publicamente não se lhes podem provar, deitamos muitas pesquisas secretamente”*, escreve Antonio de Sá em 1563, *“e si os achamos compreendidos, buscamos todo o meio que podemos para os tirar do peccado”*.

Peias deste gênero não seriam estranhas a malquerença e levantes contra os jesuitas, pois se juntavam aos protestos contra a sua opposição ao cativoiro dos índios. Ambições de bens visinhavam com caprichos libidinosos, ambos tornados difíceis de coibir pelo apoio que encontravam no funcionalismo público. Este por sua vez, agastava-se freqüentemente contra os missionários, porquanto pretendia valer-se do ascendente dos mestres sobre os pupilos, para aproveitá-los nas bandeiras mandadas ao sertão, ou mais exatamente, para arrebanhar cativos a pretexto de procurar ouro. O governo metropolitano não perdia oportunidade em repetir esta recomendação aos seus prepostos do Brasil, concorrendo em manter a sua intenção de se apoderar do gentio aldeado. Contra semelhante desígnio levantavam-se expressas determinações de S. Inácio, apoiadas por repetidos decretos de soberanos, todavia sem grande efeito na sua aplicação por parte de funcionários solidários com a maioria dos povoadores.

A presença na colônia de um espirito esclarecido como Mem de Sá, auxiliado pela dedicação de Nóbrega e ponderação do respeitavel bispo D. Pedro Leitão, sucessor do infeliz Sardinha, evitava os choques que ao depois esporadicamente se registaram

ao norte e ao sul do imenso litoral, em todo sítio onde o branco desejava dar largas à sua iniciativa. Esta concordância de poderes surgiu do modo mais auspicioso quando tornou imprescindível enxotar os franceses do Rio de Janeiro. Eram grandes as preocupações que a sua presença provocava, mas tantos pareciam os problemas envolvendo a sua expulsão que a empresa foi sendo constantemente adiada. Em primeiro lugar, as vistas políticas da monarquia voltavam-se para acontecimentos europeus, ou próximos do litoral africano que lhe ficava fronteiro, desviadas por completo da ilha onde se encastelara Nicolau de Villegaignon. Combater em rincão tão afastado da base do Salvador no tempo da marinha de vela era custoso e dispendioso, e de incerto resultado. Enfraqueciam-se as poucas forças coloniais portuguesas na rasão dirêta das léguas que tinham de vencer para chegar ao teatro das operações. Assim sendo, ultrapassavam os recursos à disposição do governador, uma empresa anfíbia para combater no mar e em terra. Favoreceu na circunstância aos lusos um conjunto de fatores, em que entrava desde a desunião dos adversários, até a anuência dos jesuitas em auxiliar o poder temporal contra os inimigos del-rei e da religião. Pôde Mem de Sá contar com os catecúmenos, mais a experiência e saber dos próprios mestres conhecedores da região, estabelecidos em capitánias visinhas em que agrupavam gente, recursos e materiais para a luta. Esta campanha, teve à guisa de resarcimento pelo sacrificio pecuniário, proporcionar o adestramento dos coloniais para a luta contra os franceses no Maranhão, antecessora da cruenta, prolongada e destruidora guerra holandesa, de modo que a população não foi apanhada de todo desprevenida quando sobre ela desabou.

O socego reinante nas capitánias produtoras do norte no intervalo das lutas, proporcionava o nervo da guerra indispensavel aos aprestos do governador. Aumentara logo a renda pública depois de entrar em atividade o engenho real do Pirajá. Com os proventos que distribuía aos lavradores de cana, outros engenhos surgiram no Recôncavo em surto promissor, competindo com os do nordeste, sustentados pela fertilidade dos deltas costeiros da Paraíba e de Pernambuco. Um dos estabelecimentos então aparecidos era de Jorge de Lamego no Páripe, a cinco léguas apenas da cidade do Salvador, terminado mais ou menos ao mesmo tempo que o de Egas Muniz, de que já tratamos. Assim que se pacificava um trato de terras próprias para cultura de cana, apareciam lavouras e engenhos a produzir renda em benefício do Estado, e os recursos assim obtidos, mais os contingentes proporcionados pelos índios das aldeias missionárias do norte e do sul, da Bahia e de S. Vicente, e alguns brancos de mistura com mamelucos, supriam com meios de fortuna os efetivos e o armamento que a metrópole não podia mandar para a colónia ameaçada.

Um acaso apressou as hostilidades que se preparavam. Estava Mem de Sá em Ilheus, a reprimir o levante a que aludimos em precedente volume, no capítulo desta capitania, quando recebeu a inesperada visita de um companheiro de Villegaignon. Era Jean de Coynta, senhor de Boulés, um dos fidalgos que a conselho de Coligny tinham seguido o capitão na sua aventura fluminense. No espaço em que o governador português se ausentara da Bahia, declarara-se entre os ocupantes da ilha de Sergipe o esperado dissídio entre católicos e protestantes. A infeliz composição do corpo expedicionário francês, apresentava aspéto

de verdadeira “menagerie”, onde por falta de resguardo misturavam-se as feras. Bastava que chegassem notícias da luta processada “lá-bas”, para raposas, lobos e hienas arreganharem as fauces, prestes a se atirar umas sobre outras. Semelhantes embates num recinto minúsculo deviam ser infernais, a justificar o aparecimento do trãnsfuga entre os lusos. Pertencia Boulés ao pequeno grupo de letrados da heterogênea expedição, portanto, dos que assumiam atitudes mais intransigentes ante as opiniões dos companheiros de doutrina contrária. O caos assim formado, não devia diferir muito do que presenciamos hoje em dia, onde ideologias baseadas na violência querem a nossa felicidade por quaisquer meios, inda nos mande preliminarmente para o outro mundo. O sectarismo é uma das especialidades francesas menos amenas, e o deploravel espetáculo da ilha de Sergipe era uma triste demonstração do ponto de cegueira a que podia chegar. O resultado fôra indispor-se o visitante com os calvinistas, obrigado a fugir, dizia ele, indo ter a São Vicente, de onde passou a Ilheus à procura do governador.

Alegara que o fizera de tão agastado pelas questiúnculas que o zelo calvinista provocava, afirmação compreensível visto representar uma minoria com todo o seu zelo no desagradavel período de evangelisação proselítica. A exaltação de que estavam possuídos levou Villegaignon a compreender um pouco tarde o erro que praticara com a desastrada mistura. Serviam apenas os ministros protestantes da expedição para empeçonhar e desunir os expedicionários, dividindo-os, enfraquecendo-os, desarmando-os quando o adversário se preparava para os atacar. Que diferença com a obra dos inácinos do lado português! Para onde dirigisse Villegaignon os olhos, em direção

às bandas vicentinas, ou mais longe, no reduto baiano onde se adensava a população inimiga, via a ação dos missionarios se processar como si fosse a argamassa que une as pedras de magestoso edificio.

Resolveu nessa altura pedir auxilio aos jesuitas franceses, a ver si obstava a dissolução do ambiente guanabarinno, medida que se tornara de todo inexequível. Ocioso supor que os da Companhia admitiriam a eventualidade de se combater entre si para salvar empresas malogradas eivadas de reformismo. Igualmente ante a desagregação que se manifestava nos franceses, tudo que de lá provinha era suspeito, devendo haver exagero ou intenção preconcebida nos dizeres do desertor aparecido em Ilheus.

Entre outras cousas alegava que prevenira aos vicentinos dos planos offensivos contra eles preparados pelos invasores do Rio de Janeiro, e que ajudara aqueles portuguezes a levantar fortificações para lhes resistir. Esta suposta arremetida seria somente possivel si acaso os calvinistas tencionassem golpear os visinhos como medida preventiva. As aparências, todavia, eram a favor do contrário, pela desordem já reinante no forte de Coligny, mormente na hora em que tornava à França Villegaignon, e Mem de Sá recebia algum reforço de Portugal. Aparecera-lhe em 1559 Bartolomeu Vasconcelos da Cunha com gente e embarcações, que facultaram ao governador aprestar duas naus e oito navios menores.

Sem perda de tempo navegou Mem de Sá para o Rio de Janeiro, ajudado pelo sobrinho Estácio, que apesar de muito moço — começava-se cedo naquele tempo o serviço del-rei — passara a substituir junto dele o filho perdido. À testa da força, onde como de

costume predominavam os recursos improvisados na colônia, atacou o desembargador aos franceses, e depois de viva luta arrasou o forte de Coligny. Desalojados mas não dispersos, conseguiram os insulares se embrenhar nas matas e morros do litoral, junto dos seus aliados indígenas. Sentindo falta de munições e reclamado em S. Vicente, recolheu-se Mem de Sá a esta capitania, conservando a maior parte da força consigo. Era acertada tática, jogando com o tempo favorável, graças às povoações portuguesas da região sul, bases permanentes de aproximação do inimigo. A prudência com que se houve, colocando todos os trunfos do seu lado na intenção de obter as maiores vantagens com o mínimo de perdas, foi mal recebida no Conselho da rainha regente. A crítica é fácil quando exercida a distância, não se vendo os reparadores na obrigação de vigiar adversários com navios avariados e falta de munições, e o gentio visinho prestes a se sublevar.

Entretanto, perdurava demora na remessa de recursos da Europa onde lhe censuravam os atos, nunca a régia administração, tão avara em dispensar à sua maior colônia auxílios em grave emergência. Era incrível cegueira por parte dos responsáveis pelo futuro da monarquia, pois havia indícios de outras intromissões por parte de potências interessadas em fundar colônias no hemisfério sul. Ensaivavam ingleses e holandeses, na cola de franceses, correrias nos domínios antes reservados aos iberos, cômicos como estavam da sua força, e da fraquesa dos antigos senhores dos mares. Em vão apelara Mem de Sá para que o socorressem urgentemente, continuavam na côrte a fazer ouvidos de mercador, desidia em parte explicada pela intensa penúria financeira da metrópole. Foi preciso que Estácio de Sá partisse

para Lisboa e em nome do tio expusesse de viva voz aos responsáveis dos negócios coloniais o que se passava na América. Após muitas delongas foi atendido com uns poucos homens de armas e alguma munição, com que voltou ao Brasil e substituiu no Rio de Janeiro o governador, que tivera de reassumir o seu posto na Bahia. Entrementes, agravara-se consideravelmente a situação; a indiada agitadíssima, incitada pelos franceses, que às tribus vizinhas se apertavam, no aperto em que se viam. Prevendo adiantados os preparativos bélicos portugueses, recorriam aos índios que lhes eram adversos, no que teriam sido plenamente satisfeitos não fosse a divergência de grupos tradicionalmente inimigos, em absoluto inconciliáveis, tamoios com temininós, fossem quaes fossem os argumentos empregados para os persuadir a se coligarem, inda momentaneamente, contra inimigos comuns. Neste período verificamos serem os aborígenes muito mais agressivos que os franceses, motivo pelo qual o governador deixara de se aventurar em terra, onde ficaria exposto a surpresas nos alcantís guanabarinós cobertos de florestas. Todas as suas comunicações tinham que se efetuar por via marítima, ainda assim à mercê de um ataque de canoas ao se aproximar de terra, numa angra como a fronteira à ilha de Sergipe, onde hoje se eleva o bairro do Flamengo. O gentio do norte, tampouco se mostrava docil longe do governador, avisado pelo instinto de que as cousas não corriam bem para o alienígena. Tiveram os baianos que organizar, como vimos em volume anterior, expedições contra as tribus hostis aos habitantes de Ilheus e Porto Seguro. Iguais perturbações se registavam no Espírito Santo, onde Vasco Fernandes Coutinho, completamente desanimado, entregou a donataria à administração real.

Há momentos na história, em que se verifica inexplicável contágio a se derramar simultaneamente sobre regiões distantes entre si, além de desprovidas de comunicações diretas. Mil e um imponderáveis, de par com acontecimentos graves, preparam essas similitudes espontâneas, que em dado momento estouram sem combinação prévia, obedecendo ao mesmo objetivo. Parecia suceder no Brasil coisa semelhante na vigência do terceiro governo geral, atingindo até a capitania de S. Vicente, onde os jesuitas do planalto se viriam ameaçados por assaltos de tupiás na recém fundada São Paulo. Os surtos esporádicos visando todos os núcleos de portugueses de norte a sul, abonavam por conseguinte a sabedoria do governador, quando procurara evitar o desgaste das suas forças, incumbindo aos missionários a tarefa de aos poucos amansar o gentio. A substituição das armas pela catequese assegurava um mínimo de perturbação no período crítico em que os povoados lusos começavam a crescer.

Entrara em crise a convizinhança de brancos e índios no Brasil enquanto durava a luta na Guanabará, demorada pela imposição de angariar na própria colônia os principais meios de a defender. Havia na expedição dirigida em 1565 por Estácio de Sá elementos do norte e do sul, das capitanias vizinhas, e do Recôncavo baiano, vendo-se ao lado de Paulo Dias Adorno e Belchior de Azevedo e seus índios e mamelucos, os pupilos dos jesuitas trazidos de S. Vicente por Anchieta e Gonçalo de Oliveira. Ressentiam-se, contudo, de certas deficiências em suprir com meios incompletos a falta de armamento europeu. Os franceses estavam melhor armados e também dispunham de numerosos guerreiros índios, o que obrigou ao conselho de regência metropolitano

acudir dois anos depois Estácio de Sá, que passara de sitiante a sitiado. Uma força composta de tres galeões, sob comando de Cristovam Cardoso de Barros, seguiu para o sul em fins de 1566, em que embarcaram o governador em pessoa, o bispo D. Pedro Leitão, os homens de armas que pôde juntar, e tres jesuitas, a saber, o visitador Inácio de Azevedo, o provincial Luís da Grã, e o apóstolo Anchieta. A campanha devia ser radical, até terminar com as longas hostilidades que se arrastavam desde a carta onde Portocarrero expunha a el-rei as atividades francesas prenunciadoras do inevitavel desembarque. No ano seguinte, em janeiro de 1567, atacaram os portugueses o reduto que os calvinistas tinham elevado em frente à ilha de Sergipe, no sítio em que muito depois se edificou a igreja da Glória. A luta foi renhida, com forte perda de lado a lado, caindo mortalmente ferido por uma seta ervada o moço Estácio de Sá. Continuou a refrega na ilha do governador, centro da resistência dos tamoios, ou grupo assim genéricamente denominado, obrigando-os Mem de Sá a fugirem para o continente, onde continuou a sua perseguição. Desta vez não cessaria enquanto não estivessem por completo vencidos, estendendo-se a luta até o Cabo Frio.

Desfeito o foco perturbador representado pelo conúbio de calvinistas com os tais tamoios, lançou Mem de Sá os alicerces de uma cerca fortificada no sopé de um morro, que por esse motivo ficou denominado do Castelo. Sob a sua proteção esgalhou-se a futura cidade do Rio de Janeiro, mais tarde metropóle da região sul, como a cidade do Salvador era a do centro da colônia, e Olinda a das povoações da costa leste-oeste. Nos acontecimentos deu-se o fato significativo, de grande parte da luta girar em torno

da colaboração do índio, começando o episódio da tribo Maracajá, pertencentes aos tupis Temininó, expulsos da atual ilha do Governador pelos tamoios. Os vencidos, dirigidos pelo seu principal Araribóia, foram se abrigar na capitania do Espírito Santo, junto dos portugueses, oferecendo-lhes o auxílio dos guerreiros sob suas ordens na vila da Vitória. Em o novo habitat não renunciavam à vingança, e valentemente respondiam a todos os apelos que se lhes fazia para combater os tamoios e franceses da Guanabara. Como se vê, estivessem unidos esses selvícolas, em vez de desavindos, dar-se-ia coligação muito mais perigosa que a sucedida anos depois no governo de Antonio Salema, e maiores dificuldades encontrariam os expedicionários em vence-la, talvez ainda por longo tempo os calvinistas entrincheirados na praia, ou outeiro escolhido como ponto de resistência.



Regressou triunfante Mem de Sá à Bahia, embora o júbilo da vitória fosse empanado pela perda em combate de Estácio de Sá, no limiar de promissora carreira. Bem podia agora o proconsul se jactar pelos seus serviços e os da sua família, de ter ganho o Brasil para el-rei. Contudo, pagara caro esse direito. Estava álquebrado e exausto pelo esforço dispendido na campanha, onde deixava outro sobrinho, Salvador Correa de Sá, encarregado de prosseguir nas obras do Rio de Janeiro. Sentia prenúncios de morte e voltava os olhos para a pátria distante, de que por tanto tempo se afastara. Rogava que lhe mandassem um sucessor, porquanto muito trabalhara para a corôa, e até na escolha da localização de seus bens, continuara organizador e desbravador. Presidira a

defesa da colônia e o clan dos senhores rurais, que no seu governo, começaram a se desenvolver e valorisar a terra. No espaço em que foi o seu chefe, organizou-se o latifúndio no Recôncavo e nas capitânicas limítrofes, em que figurava a recém pacificada Sergipe del-Rei. Conseguiu conter os índios bravos no momento agudo em que se tornara insustentável a sua convivência com reinos aculturadores. Valera-se igualmente dos padres para aliciar parciais índios, e soubera dirigir empresas bem sucedidas contra fortes inimigos europeus, que não precisavam dispersar forças num imenso litoral como sucedia aos portugueses.

Vencido o passo angustioso, tranquilizada a coletividade colonial, procurava descansar Mem de Sá na Bahia, que o recebera com festas e galas, sendo lícito ao velho funcionário, envelhecido no meneio dos negócios públicos, consagrar-se à família abandonada outrora por ordem régia em Portugal. Queixava-se de ter descurado as condições dos seus, absorvido nos cuidados que lhe tomavam toda atenção, ao passo que outros menos merecedores tinham sabido evitar encargos ingratos para se dedicar a misteres mais rendosos. Segundo a lista das propriedades que possuía no Brasil, constantes no testamento de 1569, a situação em que se via não causava precisamente dó. Os queixumes por ele dirigidos a el-rei lembram a modéstia dos mandarins, quando se referiam à cabana em que moravam, ou à insignificância dos seus haveres, a fim de não atrair a cólera celeste. Como os chins, carpia-se de que os filhos andavam desagasalhados, e que a paga pelo seu desvelo à monarquia, era de grado em terra esquecida (e nisto tinha alguma razão), onde dispendera muito mais do que amealhara. Divisámos nesta atitude, o sentimento comum do por-

tuguês antigo, em que se via, ad instar da sabedoria confúcia, à modéstia e mesmo humildade imposta aos grandes pela religião católica. Aparentar-se-ia também Mem de Sá ao ibero da espécie estoíca, existente em todas as classes sociais das Espanhas, duro para si e para os outros, fiel cumpridor dos seus deveres, submisso à Igreja e a el-rei, e entretanto mesquinho na apertada economia com que ceutil por ceutil, grangeava o patrimônio da família. De outra maneira, não se concebe como um desembargador chegado ao alto da hierarquia jurídica, com certo vernís intelectual, aceito na côrte e escutado pelo Conselho de S. A. pudesse se manter quasi quinze anos na agreste América do século 16.

Antes do sucessor chegou-lhe a morte em 1572. O testamento aberto logo depois, enumerava longa série de piedosos legados, e outras disposições para o morgadio que desejava constituir sob o nome de Sá. Destinava-o ao filho mais moço Francisco, que ficara em Portugal, e aos filhos deste si fossem de mulher legítima, ou mesmo "*solteira*", porém não "*escrava preta nem da Índia nem do Brasil*". A precaução era evidentemente inspirada pelos inúmeros bastardos policrômicos que medravam à sua roda, de grande utilidade na colônia, mas de aspéto demasiadamente exótico numa côrte europeia. O rol dos bens a serem distribuídos incluía o êngenho de Ilheus, na fazenda Sant Ana, sêde de uma empresa, que se estendia por dez léguas em quadra, com numeroso gentio da terra e algum da Guiné, então no fastígio de rendimento, pois segundo o padre Estevam Pereira produzia de doze a quatorze mil arrobas por ano. Um outro êngenho no Sergipe do Recôncavo, rodeado de terras que mediam tres léguas e meia de costa e duas de *sertão*, mais duas ilhas na boca do rio do mesmo nome,

propriedade que os futuros possuidores deveriam manter *“bem consertado com duzentas e sincoenta pessoas, de serviço, e trabalho de doze juntas de bois”*, que seria a sua condição na hora em que o governador ditava as suas últimas vontades. Possuía ainda cerca de quinhentas cabeças de gado, cifra elevada para o tempo e lugar, das quais cento e cincoenta deviam ficar no curral sito no rio de Joane, e o restante mandado para o Acu, no engenho de Sergipe. Tinha várias casas na metrópole, em Torres Vedras, lugar de bom vinho, confiadas a João de Goes, que também recebia os rendimentos da tença e hábito pertencentes ao antigo desembargador na Europa, além de créditos e empréstimos em estado de cobrança, remessas de assucar e pau brasil que tinham chegado sem novidade a Viana de Caminha e às Flandres. Dos bens restantes no Brasil uma terça devia caber à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, e as 12 léguas de Camamú aos jesuítas, a que se seguiram mais duas no Passé. Recomendava ao depois, à atenção del-rei, os colaboradores que o tinham auxiliado na administração da colónia. Principiava com o sobrinho Salvador Correa de Sá, *“que está por capitam do Rio de Janeiro”*, para o qual pedia a mercê de moço fidalgo com mil réis de moradia, pela grande dedicação que servira a S. A.. Juntava a esse sobrinho outro, Diogo da Rocha por ele trazido de Portugal, seu ativo ajudante quando elevara um engenho, e que ficou no Brasil como seu testamenteiro, mais o provincial da Companhia. Recômandava ainda que desse S. A. foro de cavalheiro fidalgo a pessoas de sua criação, *“por quam bem o tem servuido nestas partes nas guerras e na paz”*, homens que o tinham auxiliado nas campanhas militares e mais trabalhos da colónia. Entre eles constavam Vicente Monteiro, incumbido de

zelar pelo curral do rio Joane, Gaspar da Cunha, Diogo Fernandez, Domingos de tal, Gaspar de Siqueira, Luiz Homem, e por ter falecido Bastião Machado, a sua mãe em seu lugar. Alforriava alguns índios, índias e mamelucas, que também recebiam legados em dinheiro, com menção a Diogo da Rocha para que se esforçasse por cassá-las convenientemente graças ao dote que lhes deixava. A título de curiosidade pelo que revela de um fidalgo português do tempo, com os seus pendores e noções de belas artes, vamos citar o pedido aos herdeiros para que continuassem o telhado e forro do mosteiro de Jesus, ainda incompleto na hora do testamento, instando que tivesse painéis, *“para se poder pintar de figuras com oleo avendo bom pintor que o saiba bem fazer”*.

Rogava igualmente que o seu corpo fosse trasladado para o reino, vontade que se não realizou, porquanto no mesmo ano da sua morte veio a falecer Francisco Sá de Menezes, ficando Da. Felipa herdeira universal do pai e do irmão. No testamento dizia Mem de Sá que renunciara a uma comenda de duzentos mil reis outorgada por S. A. em proveito dos seus filhos em Portugal, concedendo-lhes assim, a oportunidade de uma honrada condição. Em outras palavras, que interviesse el-rei na escolha de partidos matrimoniais para a sua prole, de acordo com o patriarcal costume da corte e das famílias antigas. Veio daí, a demora do casamento da filha até 1573, dependentes da escolha e negociações com um noivo na altura das condições desejadas, quando na idade de vinte e cinco anos — quasi solteirona numa sociedade em que as meninas se casavam aos doze e quinze — desposou D. Fernando de Noronha, herdeiro do título de conde de Linhares. Por esse motivo, daí por diante as terras de Sergipe sitas na orla do Re-

côncavo, passaram a se chamar "do Conde", para se diferenciarem da capitania do mesmo nome, por essa época conquistada nas margens do S. Francisco.

O testamento é dos mais característicos para o tempo e pessoa, digno da elevação e experiente cabedal de negócios públicos do seu autor. Legara Mem de Sá importante quantia à Misericórdia de Lisboa, complemento da que deixara à Bahia, ambas pertencentes à tradicional iniciativa democrática portuguesa, expandida desde os alvares da Idade Média, e que muita honra lhe fazia pelos incomensuráveis serviços prestados à coletividade. Doação semelhante aquinhoava os padres missionários, afim de que lograssem recursos para continuar a obra encetada no Brasil, sob forma de propriedade rural cultivada com a sabedoria que em toda a parte marcava a atividade técnica dos inacinos. Simultaneamente eram favoráveis à catequese e ao lavrador brasileiro, que aí aprenderia a cultivar espécies autóctones e exóticas, e humanamente tratar aos seus escravos. Não prevera Mem de Sá que em breve a capitania de Ilheus, tão próspera e promissora no seu governo, seria devastada pelos tapuias com fúria que os seus sucessores não souberam aplacar. Ao morrer deixava a colônia em invejáveis condições, com a sua estrutura económica concluída, repousando sobre o latifúndio organizado em todas as suas principais peças. Não dependia mais da alçada do antigo desembargador promover correntes de negros que deviam completar as funções da lavoura. A última demão seria dada pelo Conselho da rainha regente, com medidas que ultrapassavam o âmbito de três continentes. Foi por volta de 1560 que a rainha Da. Catarina estimulou o devassamento dos profundos territórios angolenses, viáveis de braços que os domínios de Castela compra-

vam, e o Brasil também necessitava para o desenvolvimento da cultura da cana de assucar (22).

Reunindo o tino político à visão de grande cabo de guerra, congregou Mem de Sá tôdas as forças de que dispunha para levar avante o progresso da colônia. Na sua opinião, valia mais a lavoura canavieira do que as minas da América Castelhana. Infelizmente esta providência significava a monocultura a se implantar por séculos na região norte do Brasil; não havia porém outra alternativa, pois nem as condições geográficas, falta de braços, fase da colonização, recursos da metrópole ou variedade de produção, permitiam destino diverso, facultando à Bahia e capitânias adjacentes, passarem de monocultoras a policultoras ou de agrícolas a industriais.

Entretanto, na paz como na guerra, incentivara Mem de Sá aos brancos com a sua autoridade e exemplo. Prosperara licitamente sem prejudicar as diretrizes coloniais, porquanto os seus engenhos e demais empresas, auxiliavam a iniciativa particular ao invés de estorvá-la. Aos administradores dos currais de gado, cedia porcentagem nos lucros, fazendo deles colaboradores interessados no cuidado de fornecer alimento à população, aproveitando os tratos de terra impróprios à lavoura assucareira. Não foi tampouco adverso a cristãos novos, e a lhes dar emprego, no que talvez procedesse com alguma temeridade. Dispunha como agente recrutador de trabalhadores ao judeu Domingos Ribeiro, que muito à sua revelia se excedera no sertão de Sergipe, onde fôra resgatar peças, ou seja, trocar quaisquer bugigangas ou utensílios pelos prisioneiros de guerra existentes nas tribus. A prática parecia condenável à primeira vista,

---

(22) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte do Brasil*, 1, 261, e 262 in nota 100.

atenuada todavia pelo fato, de que na posse dos seus inimigos seriam os cativos inevitavelmente devorados. Era portanto, deveras meritório resgatá-los, somente residia a imprudência do governador em cometer o trato a pessoa inidônea pela ganância e falta de escrúpulos. Ansioso por logo concluir as transações (os índios cada vez mais exigentes na escolha dos objetos que serviam ao escambo), não hesitou o tal converso em lhes ceder armas de fogo. Mais tarde adveio daí um processo perante a inquisição, e o rumor de que nessa circunstância aprendera o gentio o manejo de armas aperfeiçoadas. Responsabilidade direta não cabia a Mem de Sá, porquanto quem combatera a indiada revolta e avaliava o mal que podia fazer, não a proveria de meios que a tornassem inda mais temível. Seria proceder nesse caso contra os seus próprios interesses, arriscando-se ainda a graves censuras. O desarmamento do gentio invariavelmente preocupava o Conselho del-rei em Portugal, e os seus prepostos nas colónias, atitude de que sempre participou o governador. No lamentavel ocorrido só podemos ver, portanto, abuso praticado por indivíduo demasiadamente esperto, contra um cliente demasiadamente confiante.

Quanto à atividade particular de Mem de Sá, outra qualidade sua, a diferencia-lo dos demais governadores do Brasil que se não interessavam pela colónia além da gestão pública, consistiu em fazer com que as suas propriedades representassem na época o mesmo papel que as fazendas de lavradores ricos em décadas posteriores, as quaes animados de espírito progressista, mostraram-se sobremodo benéficos às regiões onde existiram.

Este influxo se processa através da ação do complexo imitativo, que nem sempre os institutos officiais de agronomia podem provocar com igual intensi-

dade. E' muito diverso o efeito produzido por estabelecimentos privados sobre a população vizinha, dos governamentais entregues a funcionários às vezes pouco acessíveis, afetos à lei do menor esforço consistindo em receber cuidadosamente os vencimentos no principio do mês, e evitar massadas acarretadas pelo público. O amor pela coisa própria, o interesse e a ambição, a liberdade oriunda do fato de não ter que prestar contas, trazem precioso potencial realizador ao dono de fazendas, provido de fartos recursos e de anseio empreendedor. Assegurava Paulo Prado que nunca se devia ter sócios, pois um dos maiores prazeres da vida era cometer asneiras em matéria de administração privada. Queria dizer, que administrar era também realizar toda sorte de aspirações tais como pesquisas e experiências, sem as peias da responsabilidade perante outrem. Assim sendo, com acertos ou desacertos, o grande proprietário si tiver essa ambição (caso pertença à classe culta dirigente é provavel que a tenha, e em elevada proporção) tornar-se-à um dispensador de conhecimentos e de estímulo aos lindeiros. Sugere-lhes até consultar as tais repartições do governo, e afrontar a inércia do funcionalismo, para conseguir os meios oficialmente oferecidos ao produtor para melhorar a sua produção.

O fenómeno parece indiscutivel em países novos de origem colonial, que se estendem em largo espaço, desprovidos de capitais para aproveitá-lo. Infelizmente a real contribuição do latifúndio, quando em mãos dignas de possuí-lo, não está ainda bem compreendida no Brasil. As funções semi-agrarias-semi-industriais do senhor de engenho de outrora, são hoje sistematicamente desvirtuadas perante o grande público por sentimentalismos vários, oriundos da extrema confusão causada em matéria social pelas duas últimas guerras universais

(23). E' quasi impossivel neste momento estudar com lucidês assuntos relacionados com a produção e os seus reflexos políticos, fáto agravado entre nós por indigestões de leituras estrangeiras, que levam com demasiada freqüência certos estudiosos a disparatadas comparações em que misturam o Brasil com países completamente diversos. Confundem os nossos recursos com os dos Estados Unidos, Argentina ou Rússia, atribuindo à incapacidade administrativa ou injustiça sociais as deficiências notadas em nosso desfavor. Do veso predominam digressões fantásticas, onde só deveria haver intenção objetiva e critério técnico, e dessa turbada atmosfera aproveitamos apenas o sábio enunciado, que assevera não poderem andar juntas, saber e exaltação sentimental doutrinária.

A desapaixorada exegese do regime anterior a 1808 mostra os esforços do grande proprietário, às vezes cerceados por longa série de obstáculos, que só um governador omnipotente podia vencer. A falta de dinheiro líquido, o crédito limitado a empréstimos com juros extorsivos, enormes famílias que manter, vasta clientela de protegidos e afilhados tratados segundo critério tradicional em a fidalguia, a divisão e subdivisão das heranças, as limitações impostas pela política colonial, e principalmente o eterno problema brasileiro da falta de comunicações, obrigavam-n'ó a prodígios de paciência, prudência e habilidade para continuar as suas empresas. Ai reside o seu fadário e o seu mérito. Sem embargo de todos esses estorvos, e muitos outros que seria fastidioso enumerar, ele conseguia para os filhos a melhor educação possível no tempo e sítio, recorrendo primeiro ao ensino dos jesuitas, e depois da expulsão dos padres ao recurso do estudo em Coimbra, para

---

(23). v. Introdução e notas in tomo I desta obra.

onde mandava os varões com o rendimento de engenhos, roças e currais de gado. Era também o máximo que as autoridades lhe consentiam, e siquer encontrava assistência técnica no imigrante reinol acaso aparecido nos portos, porquanto chegava o português no Brasil de mãos abanando e algibeira vazia, cheio de presunção e da incomensurável ignorância infligida pelo proverbial atraso da metrópole.

Era portanto em condições bem pouco favoráveis que imprimia aos seus negócios privados uma organização superior à dos negócios públicos. Maior ainda era a diferença que o separava de pequenos lavradores, sendo mais rendoso o seu engenho que o estabelecimento similar em mãos de funcionários, ou que a almanjara do sitiante. No seu anseio de progresso não entrava apenas ambição e vaidade, mas o sentimento comum a homens cuja instrução e meios de vida os levam a se tornarem produtores pelo prazer de elaborar uma coisa sua, inteiramente sua, moldada no seu modo de a compreender e de a desejar. Quem de nós jamais sonhou com a realização de qualquer empreendimento, grande ou pequeno, mas que fosse produto nosso, ainda que permanecesse desconhecido ou anônimo! Nesse afã, tampouco é o remate da obra que mais nos interessa, mas o prazer na concepção e trabalhos subseqüentes, tão intenso no menino que eleva castelos na areia, como no varão que levanta fábrica de pedra em condições de impressionar os pósteros!

Não será estranho ao complexo, a disputa de posições governamentais; como a de governadores de estados ou de cidades; que se nota em pessoas que se tornaram politicamente militantes, a fim de satisfazer desejos de há muito consciente ou inconscientemente afagados, e que não poderiam concretisar de outro modo. Entretanto, o regime colonial desfavorável ao

progresso do antigo lavrador perdurou até o advento da independência, que trouxe novo estímulo aos rebentos de latifundiários quando se viram em condições de se governar a si mesmos, ao invés de obedecer a governadores nomeados em Lisboa.

Encontramos caso típico a respeito no magnata baiano Felisberto-Caldeira Brant Pontes, que em 1810 acedera à posse da fazenda de Sant Ana, havida pelos jesuitas de Mem de Sá em 1570. O notável estabelecimento abrangia então 20 léguas de superfície; segundo o príncipe de Wied, que o encontrou no começo do século 19 sob o nome de Santa Maria; servido por duzentos e setenta negros azafamados no engenho de assucar, e máquinas de limpar algodão e descascar arrôes. Pouco antes da visita do naturalista alemão, lá estivera um engenheiro inglês para concertar e melhorar o maquinário. Empenhava-se o dono em aparelhar a fazenda como as da Jamaica, cujos proprietários tinham servido para outro viajante, o contrabandista Lindley, desdenhosamente se referir às demais da região, imersas no maior atraso e descaso. Séculos antes, no tempo dos jesuitas, o latifúndio do marquês de Barbacena fôra exemplo que o vice-rei conde de Atouguia costumava apontar para os fazendeiros do Brasil. Ali se produzia assucar, arrôes, cacau, e mais os gêneros necessários à sua numerosa e lusida escravaria, além de beneficiar o algodão com que era vestida, e as sobras dessa variada atividade, mandadas para o colégio da cidade do Salvador. Não menor era o cuidado dispensado pelos padres aos estabelecimentos insulares próximos, onde se encontrava em 1717 a serra idráulica de que fala Serafim Leite, para fornecer madeira de lei à sede da colônia. Note-se de passagem, que taes resultados eram obtidos igualmente através dos maiores contratempes, capases de

desanimar ao mais obstinado produtor. Desapareceram o grande engenho de Mem de Sá atacado pelos Aimorés, e o de Camamú, onde os jesuitas tinham gasto mais de vinte mil cruzados, este destruído em 1640 pelos holandeses. Na ilha, haviam os técnicos da Companhia de Jesus, organizado a fazenda de Santa Inês, em que se cortava madeiras para casas, marcenaria, navios, caixotaria, e faziam-se telhas e tijolos para obras do lugar e das capitânicas vizinhas. Completavam a sua utilidade remetendo, em tres pequenos navios, profusão de gêneros à cidade do Salvador, valiosa contribuição na paz, e mais tarde na guerra holandesa, não sendo estranho à sua intensa produção o feliz desfecho da resistência brasileira.

Qualquer atividade dos padres, fosse nas suas hortas, fosse nos seus latifúndios, tinha para mais cunho científico. Coube-lhes em grande parte a difusão de espécies exóticas, que pela sua curiosidade de homens cultos, arrecadavam em constantes viagens nos quatro continentes. A maioria das frutas das duas Índias, aclimadas de modo admirável no Brasil, chegaram com eles, assim como flores, legumes ou "árvores de espinhos" europeas, e palmeiras, raízes comestíveis, ou tubérculos da África. A fazenda de Santa Inês estava compreendida neste quadro progressista, pois aí se cultivavam a canela e o cacaueteiro, que veio a ser a riqueza de Ilheus no século 20. Não contentes em fomentar grandes culturas para fins económicos, também formavam os inactivos centros piscatórios, preciosa e abundante reserva alimentar para a população local e povoados adjacentes. Do exposto temos de admitir que onde falhavam planos officiaes, assumia a iniciativa particular em periodos embriónarios — e mesmo mais desenvolvidos — carater providencial, como tornou patente em periodos ulte-

riores na região sul brasileira, a expansão cafeeira impelida pela classe dos grandes proprietários rurais, que abriam fazendas no sertão virgem e proporcionaram ao país o arcabouço financeiro da era contemporânea.

Bem diferentes eram os discursos oficiais em matéria administrativa pelo que se infere das próprias cartas do governador. Numa comunicação de Mem de Sá ocorrem críticas acerbas à falta de critério das nomeações feitas no reino. O resultado era "...*cá não ha official que preste, nem capitão que defenda uma ovelha, quanto mais capitancias, de tanto gentio e degradados*". E' verdade que apontava a causa no "...*pouco fundamento que da terra se fazia*", deixando de socorrê-la convenientemente. Nesse ponto não se cansava de advertir os perigos do abandono, e tratava de remediar na medida dos seus poucos recursos. Nos últimos dias do seu governo fez promulgar várias leis, para obrigar os brancos domiciliados no Brasil, possuidores de mais de quatrocentos mil reis, terem um arcabuz, um pique ou lança (segundo acudissem a pé ou a cavalo aos rebates de guerra), uma rodela ou adaga, e um capacete ou celada. Sugeriu também a provisão de 16 de março de 1570, que dava isenção de tributos aos engenhos que se fizessem no prazo de dez anos, pagando o assucar apenas dez por cento ao entrar no reino, em virtude da perda sofrida com a rebaixa da moeda de cobre, objeto de ativo contrabando no momento. Essa providência foi algumas vezes renovada, embora nos pareça, em que pese a opinião de Varnhagen, mais para incrementar a elevação de engenhos, do que resarcir produtores já existentes de um prejuizo evitavel por outros meios.

De todas essas medidas, a maior que pretendeu impor foi sem dúvida a lei da liberdade dos índios, que era por assim dizer, a cláusula essencial do testamento

político que deixava para o sucessor. Levantou, porém, tal oposição entre os lavradores do Brasil, que a despeito do decidido apoio dos jesuitas, que em grande parte a inspiraram, teve de ser modificada (24). Em resumo, tornava forros quasi todos os índios em mãos de povoadores, e impedia que a partir do decreto outros selvícolas viessem a sofrer igual servidão, exceto em casos especialíssimos. A modificação atenuando os seus termos, entrou a vigorar depois da morte de Mem de Sá, de sorte que não chegou a ver baldado o seu generoso esforço. Mais feliz foi na recomendação a respeito de pagamentos atrasados dos missionários.

Tampouco alcançou Mem de Sá ver o desastre de Alcacer Quibir, só lhe tendo chegado a conhecimento o regimento dos capitães mores, datado de dezembro de 1570, que na opinião de Varnhagen era uma espécie de prelúdio à infausta expedição de Marrocos. Vindo a falecer, a sucessão governamental deveria passar ao bispo D. Pedro Leitão, infelizmente também em más condições de saúde, e que não tardou a se encontrar no outro mundo com o antigo governador. Deixava o prelado a sua livraria aos jesuitas, de quem sempre fôra amigo e protetor, transparecendo de ambos os testamentos, o do governador e o do prelado, a boa harmonia que para felicidade dos portugueses reinava entre os principais poderes da colônia, na feliz vigência do mais longo periodo administrativo da América lusitana. Assumiu o governo o ouvidor Fernão da Silva, segundo as vias de sucessão em vigor no caso, enquanto se esperava por D. Luís de Vasconcelos e Menezes, o mesmo felisardo que provocara a chistosa reflexão de Tomé de Souza

---

(24) cf. Varnhagen *História Geral*, I, 438-39, de onde tiramos estas notas.

(25). A flotilha em que vinha foi surpreendida por corsários e temporais, caíndo nas mãos dos protestantes, quarenta jesuitas ansiosamente esperados no Brasil, que foram atirados no mar. Desgarrado D. Luís do resto da expedição, foi ter às Antilhas, e quando tentava alcançar o Brasil, teve de se haver com tres barcos corsários perecendo na luta que se travou. O desenrolar destes acontecimentos deu-se no reinado de D. Sebastião I, ao qual se aconselhou dividir a administração da sua maior colónia em duas partes; de Porto Seguro para cima com séde na Bahia, e daí para o sul sob jurisdição do Rio de Janeiro; providência provavelmente ditada pelo receio de uma nova aventura de algum Villegaignon, assim como vigiar castelhanos que intentavam levantar fortificações contra francezes na ilha de Santa Catarina, que o Conselho del-rei julgava parte dos domínios lusitanos.

---

(25) v. tomo I desta obra, capitulo do governo de Tomé de Sousa.

## Luís de Brito e Almeida e a conquista de Sergipe.

A política do novo reinado em Portugal ditara a escolha do novo governador. Chegava ao norte D. Luís de Brito e Almeida munido das habituais instruções a respeito de pesquisas de minérios preciosos ocultos nos recessos do sertão. Os seus emolumentos tinham sido elevados a 200\$000 a mais que os do seu predecessor, alcançando 800\$000 por ano, a fim de que pudesse zelosamente trabalhar. No reino, fôra o jovem D. Sebastião I aclamado, no momento em que mais aguda se manifestava a crise envolvendo a monarquia. Herdara da administração passada problemas que ia agravar sem resolver. De todos, o que se lhe afigurava de maior vulto, era o poderio dos xerifes de Marrocos, os quaes depois de resolverem entre si velhas pendências ameaçavam as praças portuguezas norte africanas à beira mar. Estavam persuadidos na côrte de Lisboa, príncipes e Conselho, de que expulsas as lusas guarnições daquelas praças, não tardariam os infieis a desembarcar nas praias metropolitanas. Frequentemente vilas costeiras eram assoladas por "comandos" barbarescos, e da outra banda do estreito de Gibraltar chegavam noticias desoladoras de assaltos que se abeiravam até os muros da capital pontificia. E, não eram só os portuguezes, mas a cristandade em peso se preocupava com o recrudescimento de atividades notado nesse setor da África musulmana, deixando de atinar que o poderio do grão turco, cabeça do Islam, parecia diminuir no próximo

orientes. Mas tanto sofrera a Europa durante séculos em sangrentos embates entre a cruz e o islam, que o receio se tornara cego, alcançando o Brasil, onde os habitantes por vezes se apavoravam, certos de que iam surgir na Bahia barbarescos à procura de escravos brancos para vendê-los em Tunes ou Alger. Maior ainda era o pânico no litoral algarvio, ao alcance das galeras algerianas, que muito mais perigosas se tornariam quando os agressores encurtassem a distância entre as suas bases e os objetivos visados. Essa preocupação inúmeras vezes prejudicou os socorros destinados ao Brasil, principalmente quando o xerife Abd-el-Malec reuniu sob seu governo os territórios conquistados pelos Beni-Sad, e outras muitas regiões visinhas (26).

Não faltavam em Portugal pessoas de todas as classes que, através da liberdade assegurada pela democracia, externavam o desejo de ver organizada uma grande expedição contra o inimigo. Na plebe da Ribeira como nas recâmaras do paço, havia coincidência de pensamento, a despeito da viva oposição de jesuitas e pessoas graves. Formara-se à volta do jovem rei grupo influente e belicoso, logo transformado em corrente avassaladora por encontrar eco no jovem soberano. Uma guerra em Marrocos tendo à testa o próprio D. Sebastião I, era empresa muito mais apaixonante que remeter contínuos subsídios para a longínqua América, onde pareciam derreter antes mesmo de chegados. A vitória sobre os marroquinos traria invejável e imediato prestígio no mundo cristão, provocando desde o reconhecimento dos povos maltratados pelos barbarescos, como vantagens económicas graças ao comércio aberto em regiões dantes de-

fasas aos mercadores europeus. Traria, mais, o resplendor de glória sobre o monarca português, expresso em homenagens de papas, reis e imperadores, e inevitavelmente maior crédito junto de banqueiros. Desde sempre, por estranho que pareça, os distribuidores de moeda sonante pendem mais para caudilhos felises do que para administradores modestamente aplicados no ingrato mistér de equilibrar orçamentos. O setor bancário possui de certo modo mentalidade eminentemente feminina; deixa-se deslumbrar e apaixonar pelo herói feliz, a ponto de esquecer as suas precauções em torno de habituais garantias. Triunfante D. Sebastião I nos desertos marroquinos, a igreja católica e os príncipes do ocidente o tomariam por oráculo, e os capitalistas da Alemanha e das Flandres lhe desatariam as cordo-veias da bolsa. Haveria competição para ver quem tributasse maiores lisonjas ao salvador da cristandade, e por certo, ninguém ousaria depois do triunfo lhe disputar o título de senhor do comércio ultramarino.

As novas praças no litoral atlântico africano situadas no percurso da carreira da Índia, posto não auxiliassem diretamente aos portugueses, contudo eliminariam ataques imprevistos, assim como facilitariam organizar flotilhas de proteção para os comboios que tornavam do hemisfério. Depois da conquista, também seria fácil cogitar de remessas de homens de armas, casais colonisadores, dinheiro e o que mais fosse necessário, para devassar a América onde se dizia existir ouro e pedras preciosas.

Alude Varnhagen a um edito de 1570, em que ocorrem providências tendentes a reunir tropa destinada à futura expedição. Era uma das muitas medidas preliminares com que concretisava a velha aspiração popular. Não havia no reino sinão aprestos,

que antes se não tinham realizado por falta de recursos, e pela impressionante chusma de guerreiros árabes, densos na outra margem de Gibraltar, como as nuvens que os ventos africanos sopravam sobre Portugal nos meses de verão. A descida tinha que ser bem armada, e para lhe aumentar a eficácia, convinha aproveitar o dissidente Mutauaque que apparecera em Lisboa. Descrevia o árabe a desunião dos seus conterrâneos, dilacerados por lutas intestinas que segundo afirmava, esmaecera o seu ardor combativo. Talvez assim fosse, mas uma intervenção dos detestados vizinhos naquelas contendias, provocava immediata reacção, delindo agravos e unificando facções dantes inconciliáveis, tornando a expedição sacrificio inutil para uma nação, que daí por-deante ficaria jungida à produtividade do seu domínio americano.



Os títulos com que se recomendava Luís de Brito e Almeida, consistiam em ser amigo dos jesuitas, assim como mostrar-se homem de ação. Quisera o Conselho que fosse para a Bahia quem auxiliasse os missionários, e deles recebesse a maior retribuição possível na organização da colônia. Parecia o fidalgo indicado para o fim, entre outras razões pela sua atividade durante a Peste Grande, que em 1561 assolou o reino. Calcula-se em mais de quarenta mil pessoas o número de vidas ceifadas, a capital trans-tornada pelo êxodo geral, permanecendo insepultos nas ruas os cadáveres das vítimas. Ante a calamidade manteve-se impávido Luís de Brito, nessa altura escrivão da Misericórdia, justamente a instituição mais atingida pela calamidade, prosseguindo nas suas funções valendo-se dos galés, requisitados

sob promessa de indulto, para recolher os mortos, enquanto ele cuidava dos vivos. Os serviços que prestou quando nobres e plebeus, administradores e administrados, fugiam espavoridos, fizeram-n'o ingressar no Conselho del-rei, e como insistisse Mem de Sá em deixar o Brasil, lembraram-se de quem seria capaz de governar a colônia no momento em que a monarquia ia se engolfar na mais incerta das aventuras.

Durante a estada do governador na América não poderia aspirar a socorros da metropôle, empenhada como estaria numa luta que lhe requisitava todos os recursos. Era uma nova situação de isolamento em que ia ficar Luís de Brito como estivera em Lisboa durante a peste. Os termos da nomeação dizem a confiança que inspirava para as funções do cargo "*com o cuidado e vigilância que delle se espera, e como ho sempre fez nas cousas de que athe qui foi encarregado*". A promoção a governador era ao mesmo tempo uma recompensa, e a colocação num posto difficil de pessoa util aos negócios da monarquia. Ajuntou-se-lhe para maior certesa da sua atividade e interêsses na colônia, uma dada de terras semelhante a que fôra outorgada a Tomé de Sousa, Mem de Sá ou D. Álvaro da Costa, com a diferença de que, ao invés de ser no fim do governo, era no começo. Pensamos, no entanto, que esta medida sábia em aparência, tenha sido a causa dos prejudiciais conflitos mais tarde verificados entre D. Luís e os jesuítas.

No aportar à Bahia em 1573 avistou-se o magistrado com os padres, como lhe mandavam, e mais homens bons do lugar, para se enfrontar dos problemas administrativos. O seu associado António de Salema já assistia desde algum tempo em Pernambuco, onde ficara retido por vários motivos. O du-

plo funcionalismo, devia teoricamente acudir às contingências de uma colônia de vastas proporções, cubiçada por muitos, com um hinterland desconhecido e fronteiras imprecisas, prenhe de incidentes com o visinho castelhano. Os trechos produtores das duas regiões ficavam muito longe entre si, e também eram muito diferentes, o norte impondo a concentração de imigrantes à beira mar, ao passo que o sul dispunha de profundos bastidores, revestidos de matas, riçado de montanhas e regado por largos rios, que serpenteavam por léguas de terras férteis. Supunha-se que a dualidade de poderes facilitaria a tarefa dos administradores, e conseguinte aplicação do programa elaborado em Lisboa, para desenvolver o Brasil com o mínimo de despesas possíveis.



No terreno prático, infelizmente, mudavam por completo as ideais condições imaginadas além oceano. Logo de início, deparou-se a Luís de Brito o insana-vel antagonismo entre missionários e os povoadores que progrediam; e cada vez mais exigiam a contribuição do braço índio. O problema era apenas vagamente conhecido no reino, não se lhe atribuindo maior importância, ao passo que no Brasil absorvia todas as atenções. A crise era tão premente, que em 1574 reuniram-se na cidade do Salvador os governadores do norte e do sul, o ouvidor Fernão da Silva, que governara a colônia interinamente, e os principais padres jesuítas, para modificar certas disposições da última lei sobre índios de acordo com as circunstâncias. Em fevereiro do mesmo ano terminavam os trabalhos do conclave, atendendo às várias modalidades do cativoiro e tráfico (ou resgate de "peças"), "*guerra justa*"

e injusta, e o meio de coibir abusos, para que não permanecesse "a devassidão que até agora nisso houve". Dez artigos consideravam a matéria, tendo resolvido com a sua elaboração as causas de dissídio entre brancos e índios. Em volume anterior vimos o mau resultado que deram em Pernambuco (27), e de modo geral, encontramos a repetição do seu fracasso na Bahia e em todo o Brasil. O mesmo aspéto negativo alcançava onde visinhassem os dois elementos étnicos, não tardando a se mostrar o próprio governador do norte interessado na sabotagem daquelas prudentes deliberações. Relutava o europeu, avesso ao íncola, em o manter livre, e não socegava enquanto não destruísse a última resolução de Mem de Sá, inspirador daquelas medidas. Efetivamente aos poucos foram se desfazendo, quando Luís de Brito se convenceu de que era inexeqüível para o progresso da colónia, esperar pelos frutos demorados da catequese. Os padres inversamente pouco se preocupavam com o tempo, aceitando aguardar séculos si preciso para chegar ao fim, ao passo que algumas semanas de detença em seus planos parecia excessivo aos emigrantes que não tinham vindo à América para converter índios, mas para enriquecer.

Na mentalidade de régios funcionários, de modo algum podiam entrar cálculos tão dilatados como os dos eclesiásticos. A média da vigência de um governador era de três a quatro anos, espaço insignificante numa época em que as comunicações eram demoradas, e qualquer obra dependia de recursos em grande parte angariados no lugar. Dificilmente um homem de ação se conformaria em quedar-se à disposição dos padres,

---

(27) *Pernambuco e as Caps. do Norte*, 1, 85.

que em momento asado lhe diriam o que tinha de fazer, permanecendo até então inativo. Outro óbice surgia na incerteza de que a tentativa missionária daria todos os frutos esperados pelos inacinos, à vista da desanimadora versatilidade do índio. E, si desse, não seria certamente nos moldes do trabalho assalariado português, ou do europeu do norte onde ainda reinava a servidão da gleba. Daí o dilema, sacrificar o desenvolvimento económico da colónia em benefício incerto do gentio, ou esquecer os solenes termos da proclamação das capitánias, assegurando que se destinavam à exaltação da *"nossa santa fé catholica, com trazer e provocar a ella os naturaes da ditta terra infieis e idolatras"*!

\* \* \*

Verificou-se nesta data, pronunciada expansão baiana não só em torno do Recôncavo, como em direção norte, voltada para a margem direita do S. Francisco. Era a continuação do progresso esboçado sob Mem de Sá que se acentuava no governo seguinte. Já vimos no tempo do terceiro governador geral estabelecer-se em 1573 Duarte Dias na sesmaria de Sergipe do Conde, confinante com o sucessor, não tardando logo depois a também aí se localizar Miguel de Moura. Outro povoador nosso conhecido, Egas Muniz, dono da ilha dos Franceses, recebeu ainda uma légua em quadra no litoral fronteiro, mais conveniente que a propriedade insular por ter maiores facilidades de transporte. A vizinha capitania de Paraguassú foi por ordem de seu dono D. Álvaro da Costa vendida em lotes, mais ou menos na mesma data, por intermédio de seu procurador Pero Carneiro. Entre os

compradores estavam Gaspar Rodrigues, João Fernandes Correia, Jorge Fernandes, Matias de Carvalho e António de Paiva em 1574. Segundo Felisberto Freire, no mesmo ano estabeleceram-se em terras outorgadas pelo govêrno, Belchior Dias Porcalho, ao sul da barra do rio de Jaguaripe; o João Fernandes Correia, supra, na ilha do Medo; Antão Gil e Catarina Alvares, entre Antonio de Paiva e a barra do mesmo rio Jaguaripe; devendo aí soltar gado no prazo de seis meses a partir da doação. Registou-se com essa atividade pronunciado encaminhamento de povoadores entre o Jaguaripe e o rio Real, ao passo que as capitâneas de Ilheus e Porto Seguro eram flageladas por violenta agitação do gentio tapuia. A migração para Sergipe logrou novo estímulo, com a compra efetuada pelo ativo Garcia de Ávila da sesmaria que fôra do seu protetor Tomé de Sousa, onde dispoz os seus rebanhos. Sucederá a Diogo Lopes de Lima, genro do primeiro governador, que tombou em Alcacer Quibir com a nobresa lusa, quasi na hora em que o sogro falecia. Também devia concorrer para o progresso da região o fato de ter sido preferida por D. Luís de Brito e Almeida, para nela localizar as suas doze léguas de costa por cinco de fundo, onde mais tarde, em 1573, recebeu o seu filho mais terras na visinhança até entestar com o rio Sergipe. Mandara primeiro D. Luís, que se fizesse nova demarcação nas terras de Tomé de Sousa, cujas dimensões pareciam excessivas nos limites indicados por S. A. (28). Situadas junto das do parente, do governador conde da Castanheira, não podiam medir mais que duas léguas, ao invés das dez referidas no decreto, como de fato se comprovou. Os cálculos eram feitos

---

(28) Grafamos Sua Alteza até o reinado de D. Sebastião e a seguir, Sua Magestade, em virtude de alteração introduzida no real tratamento por este príncipe.

a olho, baseado em acidentes naturais, norma iniciada com a promulgação das capitanias, e que por séculos se manteve no Brasil.

As circunstâncias eram propícias à afluência de criadores para o norte da Bahia. Aparecera em 1574 na cidade do Salvador um grupo de índios do rio Real à procura dos jesuítas, pretendendo estabelecimentos onde pudessem encontrar instrução e mais benefícios. Acederam os missionários depois de averiguada a sinceridade do convite. Infundia a região temor aos brancos pela bravesa do principal Surubí, chefe de grande prestígio, obedecido por numerosos guerreiros, responsável pela morte de muitos portugueses. Mandou D. Luís de Brito que os catequistas seguissem acompanhados por vinte homens de armas sob o comando de um capitão, demonstração de força que os padres não tinham solicitado. A sua utilidade pareceu tanto mais duvidosa quando se deteve nas margens do rio Real, prosseguindo os inacinos até o sítio em que fundaram sucessivamente tres igrejas, primeiro passo para a evangelisação, segundo vimos pelo processo jesuítico destinado a impressionar e atrair o homem primitivo. No caso, a tarefa se simplificava pelo desejo expresso pelo aborígene, o que era levado em conta pelo padre Gaspar Lourenço, e o irmão João Saloni, aliás Salônio; modo de aporтуguesar nome italiano. Desconhecemos onde se elevaram os núcleos iniciais do cristianismo em Sergipe, sabendo tão somente que o primeiro foi à sombra da igreja de S. Tomé, e que logo começou a dar frutos com a freqüência de uma centena de corumins. Na outra aldeia e colégio de Santo António, reinava o mesmo entusiasmo, e tanto, que ausentados os catequistas por nove dias, encontraram ao voltar o índio de sua confiança encarregado da casa, substituindo

por vontade própria o irmão nas aulas, feito mestre interino. Tais acontecimentos se espalhavam nas paragens dantes palmilhadas por cabildas hostis aos portugueses, logrando remover as últimas dúvidas do Surubí quanto à doutrinação da sua própria aldéia. O passo era decisivo para o bom sucesso do cristianismo na terra sergipana, e sem embargo do pavor infundido por aquele índio, dirigiu-se Gaspar Lourenço para o seu fojo, onde erijiu a segunda igreja das redondezas sob invocação de Santo Inácio. Continuando de boas avenças com a indiada, levantou outra capela à beira mar em 29 de junho de 1575, intitulada S. Paulo, para comemorar a efeméride do dia, mas teve curta duração pela desconfiança entre gentio e portugueses numa zona de acesso, onde vinham a ter maior contáto.

Mesmo assim, prosseguia a doutrinação por mais 28 ou 30 tabas para maior ufania de Gaspar Lourenço, que não se cansava de instar junto ao governador, não alvortasse o gentio, pois em pouco a catequese garantiria o percurso litorâneo em direção a Pernambuco. A causa do mal estar perturbador aludido pelo padre era a soldadesca acampada nas margens do rio Real, cuja presença era muito mais nociva que util. O comportamento das praças e indiscreções que daí advinham, difundiam rumores espalhados por índios e mamelucos, de que atrás dos padres viria a invasão dos brancos. Era a mesma insidia surgida em várias partes do oriente, em particular no Japão onde um marujo holandês, para servir os interesses dos seus patrícios, ou por fanatismo religioso, denunciara por esta forma aos jesuítas que lá se encontravam e lhes acarretou a morte em atrozes suplícios. Como os confrades vítimas de trabalhos missionários, teve o padre Gaspar Lourenço de afrontar o martírio, cor-

rendo risco semelhante ao de Nóbrega e Anchieta em S. Vicente. Na conjuntura foi socorrido exatamente pelos que dantes mais receios lhe incutiam, os principais Surubí, e outro de nome Tipitã. A conversão dos dois chefes por esse tempo verificada representava lisongeiro resultado para as missões, infelizmente de curto efeito, porquanto só poderia se intensificar com o resguardo do trecho costeiro como pleiteava o padre junto às autoridades, providência admissível em regiões distantes da cidade do Salvador, impraticável porém, num sítio cubiçado pelos povoadores.

Uma das causas que iam precipitar os acontecimentos, residia na proteção oferecida pelas aldeias missionárias aos foragidos originários do lugar, que, em atitude compreensivelmente inamistosa, abandonavam o eito dos lavradores. Esse amparo contribuía para o sucesso do apostolado, mas levantava virulenta agitação entre os moradores da Bahia. Sentiam-se apesar de bons católicos — como Garcia de Ávila — prejudicados pelo afã dos padres em não consentir que penetrassem naqueles campos próprios para criação. Também se opunham os jesuítas à expedição contra os indígenas esgalhados pelos rios sergipanos, mais ou menos hostis aos brancos. A atitude desse gentio viria das incursões predatórias de indivíduos pouco escrupulosos, cujas canoas por lá tinham estado a resgatar dando aso a toda sorte de malquerenças. Razão de sobra assistia aos padres em proceder lentamente, mas a sofreguidão dos povoadores se irritava com tantas delongas, nada querendo saber de conselhos de prudência. Leves de escrúpulos religiosos, pelo menos em matéria de índios, não se pareciam com os mercadores portugueses, italianos e castelhanos, que nas Flandres assediavam de consultas ao cardeal Belarmino, para saber quais os negó-

cios lícitos e ilícitos segundo o catolicismo. A pobre eminência, cansada de dar pareceres, por fim os remeteu à universidade de Paris, para ouvirem o que os seus doutores opinassem orientados pelas lições de S. Tomás de Aquino. Mais adequado ao papel de consultor se mostrou Diogo Lainez, quando residia em Antuérpia, alcançando tal êxito que os principais mercadores latinos da praça, não queriam daí por diante outro diretor espiritual sinão jesuita. Muito diferentes eram os cristãos de mesma origem, imigrados para o outro lado do oceano, desejosos de terras e braços para as cultivar. e como lhes parecesse que os missionários eram os responsáveis pelas delongas, solicitavam a sua substituição por franciscanos, menos políticos, ou carmelitas, mais contemplativos.

Enquanto esperavam pelas outras ordens religiosas — a que muitos habitantes seriam sinceramente afeiçoados, sem mais intenções — levantaram celêuma contra Gaspar Lourenço e João Saloni, obrigando ao principal dos jesuítas mandar Luís da Grã a Sergipe, acompanhado do futuro martir do Ceará padre Francisco Pinto, em correição a fim de verificar os abusos de que os acusavam. Ao contrário do rumor público, inteiraram-se de que a obra era meritória, digna de encômios ao invés de censura. Teve ainda a medida o dom de intensificar os trabalhos de conversão do gentio, com a vinda do padre João Pereira, e do irmão Pero Leitão, mandados da Bahia. Fundaram-se igrejas, aldeias e colégios, aumentaram o número dos pupilos de todas as idades, e parecia afastada a hipótese de uma interrupção de trabalhos em tão bom andamento, quando interveio o fator de que há pouco falávamos. Participava do modo de ver dos povoadores o governador e seu filho, ambos interessados na valorisação de Sergipe por

causa das terras que aí possuíam. Chegadas as coisas neste ponto, qualquer incidente podia deflagrar a intervenção temida pelos missionários, como de fato sucedeu com o anúncio dos preparativos dos portugueses contra os Aperipê.

Estavam convictos os padres de que não tardariam também a amançar estes índios, pelo que, não convinha inquietar sem motivo o gentio de toda a região. Interessava, porém, aos povoadores uma "justa guerra", e a oportunidade se lhes afigurava extremamente favorável. Vadeou rápido D. Luís o rio Real à testa de brancos, índios e mamelucos, avançando contra a tribo visada, o que estabeleceu pânico entre os índios litorâneos, que viam confirmados os dizeres de há muito espalhados nas redondezas. Apenas soube o Surubí do avanço, apressou-se em abandonar a sua aldeia, a despeito dos repetidos conselhos que os padres lhe davam. De fato foi o quanto bastou para ser manhosamente envolvido nos sucessos, responsabilizado pelos invasores de conivente com os demais gentios brabos. Atacado teve de se defender, caindo depois da sua morte os parentes e afins nas garras dos predadores de escravos, ao passo que o Aperipê, indigitado causador da tragédia, fugia perseguido por mais de cinquenta léguas antes de se considerar seguro. Conseguiram, destarte os atacantes, o ambicionado efeito para o seu desejo, embora com a completa destruição da obra dos jesuítas.

Em Portugal estranhou-se a futilidade dos motivos da campanha, considerada guerra injusta, pois mais parecia cego vandalismo movido por deplorável cobiça do que decorrente de absoluta necessidade. Veio ordem para que o governador mandasse libertar os prisioneiros em mãos de povoadores interessados nos acontecimentos, medida fácil de recomendar porém

difficil de executar. Transparece a verdadeira rasão das ocorrências nos obstáculos empecendo os esforços dos padres no transferir o gentio das duas aldeias que escaparam à Bahia, onde devia se unir aos catecúmenos mantidos em paz. Escrevia Inácio Tolosa, que no percurso a menor distração dos padres era aproveitada pelos caçadores de escravos para assaltar os pupilos indefesos, amarrá-los e arrastá-los no mato. Tornava-se lamentavel nessas condições o êxodo, sem aprestos indispensáveis para uma jornada semeada de insídias, em que por mã's de cincoenta léguas os paes carregavam os filhos, os novos aos velhos, as crianças em choro contínuo, as mulheres lamentando-se, todos curtindo fome, sêde e cansaço. De permeio com velhos e crianças, vinha uma índia cega, cuja idade era calculada além de cem anos, *"que não podia já ter-se nos pés, que parece não vinha mais que a ser baptisada"*, a qual se carpia do trabalho que dava e propunha que a abandonassem caso atrasasse a marcha. Respondia o padre Gaspar Lourenço, preferir ele mesmo carregá-la do que consentir no sacrificio, conseguindo dois milagres graças ao auxílio dos demais missionários; primeiro, conduzir ao destino mil e duzentas almas; segundo, impor que os aldeados da Bahia recebessem com boa sombra os de Sergipe, outrora seus mortais inimigos. Por sua vez, os sergipanos se apavoravam com a perspectiva de se entregarem aos seus semelhantes em ânimo vingativo, traço comum aos índios do litoral e do sertão, de tupis e tapuias, dos aliados dos portugueses e dos seus inconciliáveis adversários. O próprio padre Tolosa descreve a intensidade desse costume ancestral, *"não descansam até terem vingança dos que lhes mataram os seus parentés, ainda que seja mister desenterrá-los depois de mortos para lhes quebrar as ca-*

beças". Entretanto, os agravos foram esquecidos, a vingança obliterada, como já o fôra a antropofagia (uma ligada à outra), e os retirantes puderam gosar de fraternal acolhida onde pensavam encontrar ódio e morte.

Não estavam inda assim no termo do seu fadário. O repentino acúmulo de tanta gente num pequeno espaço, em péssimas condições sanitárias, tornavam os sergipanos facil presa dos contágios registados nessa época. Assolou-os moléstia chamada sarampão, que seria variola, prostrando-os às centenas nas aldeias e nas tabas, nova calamidade a se ajuntar às precedentes. Na emergência, os pupilos dos jesuítas foram os que menos sofreram comparativamente, pois quando não perdiam a vida continuavam livres, enquanto os pagãos caíam em tal estado de miséria, que para escapar à fome, iam se entregar aos agricultores brancos ou a seus mamelucos de Japacé, Pernambuco e outros lugares, propondo-lhes trocar a liberdade por um pouco de comida.

\* \* \*

O interesse dos moradores baianos pela região sergipana fôra em grande parte estimulado pelo arrendamento em enfiteuse das terras do conde da Castanheira a Garcia de Ávila. O arrendatário aproveitara as primeiras remessas de gado do arquipélago de Cabo Verde para constituir o seu rebanho (29). Custavam caro os bois em meados do século 16, ao se iniciarem os alicerces da cidade do Salvador, em sítio ainda por desbravar, apenas arranhado, segundo a expressão de um cronista antigo, pelo núcleo do

---

(29) cf. vol. I desta obra págs. 104 e seguintes.

Caramurú, e insignificantes esforços de Francisco Pereira Coutinho. Com o que arrematara e obtivera ao depois, através de trocas e mais combinações com outros arrematantes, vira Garcia de Ávila aumentar as reses, cumprindo o vaticínio do seu protetor Tomé de Sousa, de que as cabeças remetidas para o Brasil não tardariam a formar "*a maior nobresa e fartura que pode haver nestas partes*". Com efeito, o seu preço e procura correspondiam aos adjetivos, no tempo em que a terra era distribuída de graça e faltavam víveres.

No leilão a que se procedeu depois da chegada das cabeças trazidas do Cabo Verde, alcançavam mil réis cada uma mais ou menos, licitadas pela melhor gente da cidade. Tão bem sucedido fora com estes e outros esforços, que em 1552 podia Garcia de Ávila vender, "*dois bois maninhos para os carros de Sua Alteza*", provenientes dos currais que fizera em Itapagipe, não longe da cidade, seguidos de outros perto da Torre de S. Pedro de Rates, que em breve contavam cerca de duzentas cabeças de gado vacum, afora éguas e criação miúda, e em data próxima elevou-se o matadouro, última construção oficial por ordem cronológica da primeira fase colonizadora. Daí por diante não cessou de aumentar a importância dos rebanhos no abastecimento dos funcionários do séquito dos governadores, das tripulações das naus transatlânticas, dos imigrantes espontâneos ou chamados pelos parentes e conterrâneos, dos colégios e todos mais que desejavam e podiam consumir carne de vaca.

Proporcionavam ainda, além do gado de corte, o boi de carro do trapiche, a funcionar onde não havia água como força motriz, que vinha a ser o caso da maioria dos engenhos. Todavia, se antepunha aos criadores o problema criado pela dificuldade de encontrar pas-

tajens adequadas que não prejudicassem a lavoura. Nem sempre era facil separar as duas atividades quando não existiam fios metálicos. Devia-se mandar os rebanhos para muito longe das roças, deixando de per-meio accidentes naturais, como rios e lagoas, bastante largos e profundos para conte-los e evitar que refluissem sobre as roças. Mas o afastamento só era permitido sob especiais condições, atendendo às necessidades das manadas e segurança dos pastores, apenas admissivel onde os índios não os atacassem. Ante tantos enleios, exclama com muita razão Pedro Calmon que o preço de 13 mil réis por um touro velho, em agosto de 1549, e de 15 mil por um novillo, representava *“soma consideravel, desde que pagaram pelo baluarte e casa da Povoação da Praia apenas dois mil e cem réis! Ainda uma rez valia um bairro...”*

O pastoreio dos brancos tornara-se incômodo e prejudicial ao indigena. Não encontrava limites nos descampados por onde se estendia, e tanto ocuparia dez, vinte ou cem léguas, subindo vales e rios pelo sertão a dentro, como si fosse esculca da ocupação europea. A penetração do gado em Sergipe foi para o norte do Brasil o mesmo que o do Paraguai para a bacia do Prata. Marcava as vias de acesso e fornecia os meios de subsistência aos pastores, enquanto não completava a sua evolução como fonte económica. A velocidade do seu progresso ultrapassava de muito o lento espriar dos canavais pelos deltas costeiros, e embora não demonstrasse a mesma perigosa fome de braços dos estabelecimentos semi-agricolas, semi-industriais, era, no entanto, outro poderoso elemento de expropriação que intervinha na atribulada existência do gentio. No tempo de Tomé de Sousa principiara por esse motivo o desentendimento de Garcia de Ávila com os jesuítas. De

começo amigos, quando a atividade do povoador se limitava aos arredores de S. Pedro de Rates, concedia-lhe Nóbrega elogios, asseverando que era o homem de quem ele mais se "*alegrava e consolava nesta terra*". Mudou de atitude na carta de 1559, em que lamenta a atitude do antigo almoxarife da cidade, culpado de toda sorte de agravos contra a Companhia de Jesus. Levantara pretensões a respeito dos índios que os padres doutrinavam em Tatuapara, onde o povoador desejava se estabelecer. Queria nada menos que lhe entregassem os catequisados desde 1553 por António Rodrigues para lhe servirem de trabalhadores. A solicitação tinha aspéto inocente, partindo de quem sempre se mostrara amigo dos doutrinadores, e caíram os padres na imprudência de consentir que visinhasse Garcia com a aldeia gentia, sob promessa de mandar os pupilos à missa celebrada aos domingos na ermida de S. Paulo, distante meia légua da fazenda. Por causa do pedido deixou-se de recolher a indiada às aldeias mais próximas do colégio baiano, como de início pensavam os inacinos de combinação com Mem de Sá. Talvez aceitassem o pedido pelo desejo de cooperar no desenvolvimento da terra, como também no intuito de delir as antigas inimizades entre os habitantes de Tatuapara e os do Recôncavo, que empeciam a vida de tribus diferentes. De qualquer maneira não tardaram a se arrepender, solicitando Nóbrega ao governador a retirada dos índios das mãos de Garcia — ou mais exatamente — de um capatás seu, completamente esquecido da promessa em manter os deveres religiosos dos seus auxiliares. Foram atendidos, como de razão, e apesar de faltoso indignou-se o povoador com a medida, julgando-se gravemente prejudicado e levantando dissídio que ainda mais se agravou quando Luís de Brito assumiu o

governo. As probabilidades levam a crer, que foi o dileto criado de Tomé de Sousa, quem mais instigou a conquista violenta de Sergipe, com flagrante prejuízo para a promissora catequese empreendida através de mil dificuldades pelos missionários.

Todo o mal vinha de que o adversário dos jesuítas, prosperava em bens, importância e influência a representar contagioso exemplo de lucros dados pela iniciativa privada para maior benefício de um indivíduo e da coletividade. Graças ao êxito tornou-se ouvido pelo governador — o qual, de certo modo, estava nas mesmas condições que ele, pois também recebera terras naquela direção, e ansiava por valorizá-las antes de ser transferido para outro posto. Queriam os acontecimentos que todo o bem feito pelos inactos ao povoador redundasse em prejuízo da evangelização de Sergipe, além de espalhar o vírus de futuras contendas entre as missões e os habitantes da colônia. A fama de Garcia de Ávila já era no momento das maiores no Brasil, devendo ele figurar logo depois do donatário de Pernambuco entre os homens de posses e prestígio regional. Os seus pareceres demonstravam grandes conhecimentos da região acatados em Conselho e nas práticas que lhe solicitavam. Tinham, ademais, o apoio da larga folha de serviços do desbravador, almoxarife e almotacé da séde colonial, ou quando alferes de D. Álvaro da Costa, colaborava Garcia na repressão do gentio em momento particularmente angustioso, em que muito valeram os seus combatentes na luta sustentada por um punhado de brancos contra uma legião de selvajens.

Começara a sua opulência nos currais levantados em direção a Sergipe, com as edificações da fazenda de Tatuapara em 1563, que adquiria por compra ou arrendamento de Tomé de Sousa. Nessa altura des-

frutava de abundantes meios de realização, dispondo, segundo Borges de Barros, das primeiras praças dos navios que trafegavam para os portos de Lisboa, África e Ásia. Não sabemos de onde tirou o historiador baiano estes dados, mas é possível que assim acontecesse, posto nos pareça a atividade do povoador mais voltada para a indústria pecuária, do que agrícola ou trato comercial. Tampouco nos é dado conhecer si foi a pedido seu que D. Luís de Brito teria mandado Sebastião Álvares devassar a margem direita (a sergipana) do rio S. Francisco. Informa fr. Vicente, que por essa ocasião, saíram em nome do governador dois línguas, Diogo de Crasto e Jorge Velho, em demanda do morubixaba daquelas paragens, de alcunha Porquinho. Presentearam-no a mando das autoridades, com uma vara de meirinho, "*pera trazer na mão*" e um vestido de escarlata, que pelos tons berrantes lhe deveria ter causado extraordinária satisfação. Com os presentes e auxílio dos intérpretes, um dos quais, o Velho, era antigo elemento da Companhia de Jesus, pôde Sebastião aparelhar uma barca e subir o rio até encontrar a cachoeira de Paulo Afonso. Tinha visos de predatória a algara, embora não seja muito explícito a respeito fr. Vicente. Apenas noticia que Sebastião recebeu ordem de Lourenço da Veiga, sucessor de D. Luís, para tornar à Bahia, e que ao invés de lhe obedecer, embrenhou-se no sertão de Pernambuco onde pereceu com o resto da comitiva. Não foi contudo o único a se exceder neste sentido pois no fim do governo de D. Luís multiplicava-se a caçada ao índio, naturalmente pela atitude de quem do alto a estimulava, ou pelo menos, nada fazia para coibí-la. *Reza o Discurso das Aldeias* (30), que "*só do sertão do Arabo*" (ou Orobó, serra a 60 léguas ao ocidente

---

(30) S. Leite Ha. da C. de Jesus no Brasil, II, 182.

da cidade do Salvador), “desceram para as Aldeias dos Portugueses, num biennio 1575-1576, 20.000 almas, conta redonda, de que em 1583, apenas restavam algumas”. O restante fôra destruído pelo cativo e moléstias, que os jesuítas consideravam castigo divino advindo da criminoso cobiça dos povoadores.

As correrias de Sebastião Álvares pelas margens do S. Francisco aparentam maior vulto do que entendeu fr. Vicente do Salvador. Alguns dizeres confessados pelos numerosos mestiços, que na época enveredavam pelo sertão à cata de trabalhadores para a lavoura canavieira, mostram que a sua atividade era diretamente instigada por representantes do governo. Sabemos que João de Brito de Almeida, em funções de governador na Bahia na ausência de seu pai durante a guerra da Paraíba (31), fomentava entradas sertanejas de mamelucos no gênero do Tomacauana e outras (32). Os escusos manejos de um dos maiores proprietários do momento, o famoso Fernão Cabral de Ataíde, se tornaram muito conhecidos através do processo da inquisição que ele provocou (33). O mesmo filho do governador, também proprietário em Sergipe, fornecia recursos aos que assolavam o grande rio, balisa da capitania dos Albuquerque Coelho. Na ausência do donatário olindense, tratava dos seus negócios particulares na qualidade de procurador o seu parente João Fernandes Coelho. A certa altura, teve este de protestar contra D. Luís de Brito, tido por responsável, “*porque não dava caravelões com gente e seus Capitaes a resgatar gentyo ao sertam da Capitania de Pernãobuco... dizendo que vinha vigiar o Rio de S. Francisco por lhe dizerem entravão alli*

---

(31) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, III, 90.

(32) *ib.* 88 e seguintes.

(33) *ib.* 92 e seguintes.

franceses". Percebe-se o quanto eram fundados os receios dos índios amigos dos jesuítas, e o motivo da retirada do Surubi da aldeia em que não se sentia seguro, mudança fatal para ele e seus parentes quando caíram nas garras dos perseguidores do Aperipê. O documento acusador contra D. Luís, acrescenta mais, que o filho do governador só desistira das investidas em Pernambuco, ao se inteirar que lá lhe tomavam as peças, e o "*Capitam que mãodava esta entrada se chamava Sebastião Álvares grande limgoa*" (34). A respeito deste personagem não temos infelizmente certeza si era o natural de Porto Seguro, que figurou no processo de Tourinho descrito por Gabriel Soares (35). Eram tantos na época os indivíduos com igual nome na colônia, principalmente quando se chamavam Álvares, Rodrigues, Pereira ou qualquer outro apelido comuníssimo nos rois de imigrantes. Igualmente ignoramos si era o vereador da Bahia que levantava protestos contra D. Duarte da Costa, ao qual doara Mem de Sá uma légua no litoral próximo à ilha da Maré. Talvez seja mais provável tratar-se do primeiro, o portosegurano, pois a sua capitania natal era ponto de partida para o interior das terras, por causa das noções geográficas do momento que supunham ser por ali o melhor acesso à região de Manoa.

Das expedições realizadas na vigência de Luís de Brito de Almeida, tais como a do ouvidor Cosme Rangel contra os primeiros quilombos negros da Bahia, assim como as entradas nas capitâncias meridionais apoiadas por numerosos índios amigos dos jesuítas, por ora não trataremos para não nos desviar do assunto. Mais interessante se nos afigura prosseguir na história da ascensão do maior latifundiário

---

(34) v. tomo I desta obra, capítulo de Porto Seguro.

(35) Leite, *Ha. da C. de Jesus no Brasil*, II, 182.

da época, digno émulo de Mem de Sá, e a dos seus descendentes imediatos, em que se consubstancia a história da região entre o rio Real e o S. Francisco (36).

Termina em 1578 o governo utilitário de Luís de Brito, para começar outro bastante diferente quanto às relações com os jesuítas sob Lourenço da Veiga. Antes de sua conclusão ainda conseguiu o funcionário cessante armar porfia com os padres com o fortuíto incidente levantado pelo indivíduo Sebastião da Ponte. Era cunhado do rico senhor de engenho Simão da Gama de Andrade, e como ele possuidor de numerosos escravos. O tratamento que lhes dava era o pior possível, marcando-os nas faces (provavelmente quando fugiam e eram recapturados), com o ferro marcador dos bois, e outras muitas brutalidades que o colocavam entre os autores da lenda negra da escravidão coeva, como Fernão Cabral de Ataíde, André Fernandes Margalho e muitos outros. Propalava-se daí, que mandavam atirar cativos nas fornalhas, para exemplo e terror da senzala, e sem número de outras prepotências nos seus engenhos arvorados em feudos, onde dispunha da alta e baixa justiça sem que ninguém lh'as tivesse concedido. O resultado foi passar Sebastião da Ponte em matéria de sevícias, depois do gentio a homens brancos, o que motivou queixa a el-rei. Felismente naquele tempo ainda existia democracia em Portugal, não sendo permitido semelhantes dispautérios à revelia da legislação em vigor, decorrendo dos seus enunciados inquérito e ordem de prisão contra o despótico indivíduo. Apavorado como todo veseiro de violência quando chega a hora da prestação de contas, correu Sebastião refugir-se numa capela jesuítica, a ver se assim conseguia ganhar tempo e preparar a sua defesa. Neste comenos interveio

---

(36) .v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, II, 90.

Luís de Brito, que o mandou retirar à força do santuário, com grande escândalo da população, o que só se explica pela grande ojerisa que então o governador alimentava contra os padres. Dividiram-se as opiniões sobre o caso, parte a favor dos inacinos, parte contra, segundo os interesses de cada um. Num caso de aparência fútil, de mera demasia governamental, exercitaram-se propósitos vários, em que entravam muita paixão e pouca equidade. Ordens emanadas do reino vieram entretanto sanar a situação, mandando que Sebastião fosse restituído à igreja até o seu processo correr os trâmites legais, e ao depois fosse entregue às justiças, como de fato aconteceu, removido para Lisboa onde findou nas masmorras do Limoeiro.

Ainda bem que na conjuntura, não viessem os padres a sofrer maior dano da antipatia do governador. Agravara-se a hostilidade da sua atitude ante reclamações que levantavam contra a destruição das missões sergipanas, e mais ainda pela resolução que adotaram de não atender o seu pedido de línguas e de índios pacificados para completar expedições. Insistia igualmente com os mestres, quasi a exigir que eles mesmos acompanhassem as descidas no sertão, pela habilidade e prudência com que se haviam e conhecimento do gentio de que dispunham. Da falta de gente capaz entre os leigos decorria a forçada consideração pelos mestres, em absoluto insubstituíveis naqueles primórdios, em que o reino empreendedor tinha de trabalhar entre degredados movediços e índios inconstantes, dependente da catequese da Companhia de Jesus a única com que podia contar.

Destacava Varnhagen das empresas empreendidas por D. Luís de Brito, a conquista das terras do rio Real e as do litoral norte da Bahia. Na sua opinião, o movimento fôra tentado de primeiro por Gar-

cia de Avila, que fracassou e teve de esperar que lhe chegasse o auxilio das forças reiúnas para se apossar dos cubiçados campos de criação. Antes de partir da Bahia, delinear a o governador os fundamentos da primeira vila, sob *“invocação de Santa Luzia com que deixou prevenida a formação da capitania, depois chamada de Sergipe”*. Podiam agora os senhores de rebanhos dispor da região de há muito considerada complementar da lavoura canavieira, e cujo aproveitamento viria livra-la da incômoda visinhança de manadas às soltas. O resultado foi sem dúvida o melhor fruto da administração do quarto governador geral, de muito maior alcance que as providências militares por ele intentadas para proteger o nordeste como vimos em volumes anteriores, porquanto o impulso imprimido à pecuária nunca mais arrefeceu pela imensa orla leste-oeste do Brasil.

## Lourenço da Veiga e os Ávilas de Sergipe.

**E**M princípios de 1578 chegava ao Brasil Lourenço da Veiga para substituir D. Luís de Brito. Temos neste fidalgo, mais um elemento das famílias constituindo núcleos de servidores do Estado, que se revesavam de pai a filho nos quatro ângulos do império lusitano. No mar e em terra, nos presídios do oriente ou nas capitanias da América, decorria-se-lhes a existência nos prazos dos cargos, mais tarde encadeados na fé de ofício para fazer jús ao ingresso no Conselho del-rei, onde ainda traziam à administração colonial os frutos da sua experiência. No Regimento que Lourenço da Veiga recebeu para o desempenho das suas funções, notamos o desinteresse de D. Sebastião I pela colónia, tal como já prenunciava na administração anterior. No entanto, era o momento em que o Recôncavo e redondezas mais necessitavam de apoio para os povoadores. Sem auxílio do governo aumentava o custo em firmar pé na terra virgem, atrasando a produção até se tornar de todo impossível. Bastava um salto de tapuias em Ilheus ou Porto Seguro, ou descida de corsários, para retardar ou desfazer para todo o sempre trabalhos em vias de beneficiar colónia e metrópole. No volume precedente vimos os males trazidos pela hostilidade da indiada, que só numerosos catequistas apoiados em forças bem armadas poderiam conter. No atual assistiremos a continuação

do descaso a emperrar a evolução dos povoados coloniais, no governo do monarca em vésperas da aventura de Alcacer Quibir, e administrações subsequentes, traumatizadas pela mudança de dinastia e consequências da sua política externa.

A escolha de novo governador obedecia ao propósito de não desviar forças da metrópole. Deveria descobrir modo de bastar a si mesmo, encontrando na sua longa carreira os expedientes para dirimir problemas com recursos de que dispuzesse, como por mais de uma vez fôra obrigado nos postos por onde transitara. Em muito moço recebera gloriosos ferimentos nas praças de Arzila e Tânger, sitiadas pelos mouros, alcançando depois de inúmeras refregas e afanosas campanhas em armadas e expedições terrestres a patente de capitão mor. Pouco antes de chegar ao Brasil estivera à frente da flotilha mandada em busca do corsário que assaltara e matara D. Luís Fernandes de Vasconcelos, quando desgarrado nas Antilhas procurava rumar para a cidade do Salvador. Comandou ainda antes de assumir o posto no Brasil a armada da costa de Mina, e outra que foi às ilhas esperar o comboio da Índia ameaçado por corsários franceses. Beirava os cinquenta anos e pertencia ao Conselho de S. M. ao ser nomeado governador, com seiscentos mil réis anuais de vencimentos e mais umas poucas vantajens sobre o predecessor. A idade faz crer que o preferissem em a nova incumbência, a te-lo em Marrocos, luta reservada para cavaleiros mais jovens e afoitos, que cercavam el-rei com a sua turbulência, e não o importunavam com prudentes conselhos.

Foi portanto, entre os preparativos da sinistra jornada, que Lourenço da Veiga embarcou em Lisboa para uma terra que provavelmente já conhecia. E'

quasi certo que estivera na Bahia, no comando da *Annunciada*, destinada ao extremo oriente na flotilha do capitão mor João Gomes da Silva, em 18 de março de 1567. O precedente e mais informações subministradas pelos seus colegas de Conselho, por certo lhe proporcionavam orientação sôbre a colônia que ia governar. Davam-lhe ademais alguns auxílios. Tornara-se a reunir a administração do Brasil numa só, e por motivos de economia, reduzia-se vários cargos do funcionalismo sob suas ordens, e suprimiam-se outros, tais como o físico da cidade do Salvador, o mestre de obras, posto inaugurado o Luís Dias, assim como se diminuía o número de carpinteiros da Ribeira, numa ânsia que suprimia ou mutilava justamente os que mais serviços prestavam à coletividade. Por outra, eram aumentados os subsídios aos inácinos, mandando-se que também fosse empossado Salvador Correia de Sá no governo do Rio de Janeiro, com 100 mil réis de vencimento, devendo o governador criar para si uma guarda de doze homens, que receberiam 500 réis por mês. Fôra igualmente desdobrada a administração eclesiástica, sob pressão de absoluta necessidade, nomeando-se o padre bacharel Bartolomeu Simões Pereira para zelar os negócios do clêro e da igreja no sul, independentemente de D. António Barreiros sediado na Bahia. Mas junto desse pequeno acrescimo de despesas, vinha a expressa recomendação de providenciar Lourenço da Veiga sobre as economias que se pudesse fazer na colônia. Uma delas, a do físico da cidade, seria compensada, no cálculo dos planejadores das medidas, pelo fáto de possuírem os padres melhores conhecimentos de medicina que vulgares matasanos, e farta botica de medicamentos sempre à disposição do povo. Para quê manter um mau sangrador, si os jesuitas prodigalisa-

vam da melhor maneira a sua caridade? Equilibravam-se destarte despesas forçadas, aumentando-se de um lado as disponibilidades dos padres, e de outro suprimindo um cargo fixo aparentemente dispensável.

O triste episódio administrativo é dos que inspira reflexões sobre os males causados em determinado momento por governante rodeado de indivíduos desejosos de pescar em águas turvas. Havia junto do jovem e inexperiente monarca de Portugal, numerosa camarilha, que explorava os seus defeitos em proveito próprio, através das manifestações do sentimento nacional exacerbado contra maus vizinhos. Uma coisa servia para outra, prejudicando de modo extraordinário não só a metrópole, porém até o mais ínfimo desvão sob domínio português. No que respeita o Brasil, foram desastrosas as conseqüências do ambiente formado na corte em torno del-rei, porquanto desde Luís de Brito de Almeida, começaram a escassear os indispensáveis subsídios que a colônia reclamava. As intrigas tecidas na corte do infeliz Sebastião I, que provocaram a absorção do reino por Felipe II, e o desabamento da guerra holandesa sobre o seu indefeso domínio colonial, assemelham-se, guardadas as proporções, aos acontecimentos de 1939, em que se viu a quadrilha de Hitler impelir por interesses inconfessáveis o demente ditador para uma guerra universal.



No mesmo ano em que Lourenço da Veiga recebeu o governo do Brasil deu-se o desastre de Alcacer Quiber. Encontraram absurda e heróica morte nos arcas marroquinos o rei e a maioria da nobreza lusa, desaparecendo nomes ilustres da Índia, famosos

além e além mar, ostentados por fidalguia megalomaniaca quando procurava exceder os avós em nova cruzada. No rol dos componentes da estranha empresa, temos muitos ligados à crónica brasileira, que exprimem o influxo crescente da colónia na sociedade lusa. Em primeiro plano vemos os irmãos Albuquerque Coelho, cuja renda havida na capitania de Pernambuco serviu para resgatar o sobrevivente (37). A seguir notava-se o genro de Tomé de Sousa, que favoreceu com a sua morte em África a rápida fortuna de Garcia de Ávila em Sergipe. Acompanhavam-n'o Pero Lopes de Sousa, filho de Martim Afonso, donatário de S. Vicente, e o seu primo irmão Martim Afonso, filho de Pero Lopes, donatário de Itamaracá, afora muitos de menor tomo. Alguns conheciam o sítio onde encontraram a morte, pela narrativa dos pais que aí tinham ganho no training da guerra as esporas de cavaleiro. Outros estavam familiarizados por experiência própria com aqueles adustos desertos, como D. Álvaro da Costa, que apesar de moço já era veterano em Marrocos quando veio para o Brasil.

Na Europa sucedeu ao visionário D. Sebastião I o tio cardinal D. Henrique, velho e doente, que nas aperturas de assegurar a sucessão do trono — dever precípua de todo dinasta — pensou em casar-se e o comunicou a Felipe II. E' fácil imaginar a impressão do astuto "*Demônio do Meio Dia*" ao ler a missiva em que se lhe anunciava o ingênuo propósito. Devia ter esboçado, atraz da montanha de papéis que diariamente despachava, o sorriso indefinível que os seus biógrafos lhe emprestam. Mas seria de pouca dura, pois logo iniciava as medidas que trariam a unidade da península sob o cétro dos Habsburgos.

---

(37) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte do Brasil*, II, 133.

Não havia de perder a extraordinária oportunidade que se lhe apresentava em realizar o sonho dos monarcas castelhanos, e a despeito das favoráveis condições que o cercavam, não se descurou em longamente pesar os pró e contra do projeto até os mais ínfimos pormenores. Não se olvidou na conjuntura, do poderoso fator corrupção com que devia iniciar o amaciamento de resistências, e mais seguro colher o fruto dos seus planos. Um dos obstáculos a serem arredados por êste processo consistia na fortaleza de S. Julião da Barra, chave de Lisboa, sob comando de Tristão Vaz da Veiga, irmão de Lourenço. Existe hoje a teoria (e estamos na época das teorias), que assegura não haver antes da Revolução Francesa noção de patriotismo como se entendeu no correr do século 19. Assim sendo, existiria apenas entre os países do ocidente a fidelidade ao monarca escolhido por Deus, e não à nação, porquanto uma pertencia ao outro. Não haveria daí dobrês no procedimento de Tristão da Veiga, em aceder às solicitações castelhanas, visto o filho de Carlos V se colocar na primeira linha dos sucessores ao trôno lusitano. Era neto materno de D. Manoel I, casado com a irmã de D. João III, o que ainda mais aproximava Felipe II e os seus descendentes da corôa visinha, concedendo-lhes direitos insofismáveis segundo uso consuetudinário nas monarquias católicas. Emprenhavam-se por essa época os reinos graças a casamentos, processo que paulatinamente vinha assegurando a grandesa dos Áustrias. Entretanto, o que parecia certo para a maior parte do continente, não o era para o paradoxo luso, continuador do Mediterrâneo, apesar de lhe voltar as costas, além de separado desse mar por montanhas e se defrontar com o Atlântico. Acontece, porém, que si racial e historicamente participava das Espanhas o

espírito democrático dominante da península, também criava regionalismo de caráter muito diverso ao que vamos encontrar em outros países europeus da mesma época. Nesse ponto Portugal quinhentista antecipa os princípios apregoados na Grande Revolução que difundiu a democracia pelo mundo sob inspiração de princípios políticos anglo saxões. Por este e mais motivos, mostrava-se propenso o povo a preferir um soberano como o português Prior do Crato inda fôsse ilegítimo, ao neto de D. Manoel personificando visinhos cujo predomínio lhe feria o nativismo. Os sucessos registados depois da morte de D. Henrique inclinaram a plebe para o candidato nacional, hesitante em acompanhá-la a nobresa remanescente da catástrofe africana, assim como o cléro encabeçado pelos jesuitas, que antipatisavam com a nova dinastia, mas seguiam os que tinham Felipe II por defensor da cristandade.

Semelhantes casos de psicologia política coletiva são de grande interesse para a filosofia da história, principalmente num momento como o atual, em que vemos a civilização dar saltos repentinos passando de um extremo a outro. A nossa geração teve avós nascidos no regime absoluto, imitante ao que Luís XIV arquitetou com os elementos deixados por Richelieu; ao passo que nossos pais, pelo contrário, cresceram na atmosfera do patriotismo do povo, para o povo, pelo povo. Para eles não havia morte mais bela que a do defensor da pátria em perigo. Até nas ciências, letras e artes, havia movimentos contra pendores exóticos julgados deliquêscientes, e explosões de nacionalismo, bastante estreito de concepção, mas eventualmente capaz de grandes realizações.

A guerra mundial de 1914 veio mudar por completo as condições materiais de vida, e os princípios

oriundos da democracia que pareciam para todo sempre arraigados em muitas nações do mundo. Povos houve na segunda guerra universal, em que a burguesia simpatisava com o hitlerismo, suposta garantia da ordem, em oposição ao proletariado desejoso do triunfo russo, por imaginar que o stalinismo (38), significa novo Robin Hood, que tira de alguns ricos para dar a milhões de pobres. Nesse conflito o velho patriotismo pouco apareceu, não faltando no Brasil tempos depois quem promettesse em caso de guerra com a Rússia, o auxílio da quinta coluna aos stalinistas por meio de guerrilhas. Temos por conseguinte em poucas décadas, a passagem do extremo da liberdade, apanágio das democracias baseadas no voto livre e livre discussão política, ao extremo de servidão caracterizado pela divinização de um individuo. O caso é tanto mais espantoso levando em conta, que o enorme movimento extremista a favor da violência, ao invés da liberdade que delimita o arbítrio político, do supercesarismo, em lugar da igualdade do cidadão, da crença da infalibilidade de uma doutrina, sem perceber que dá em resultado prático a suposta infalibilidade de um homem quasi sempre insano, gira em torno da confusão que acima aludimos. O resultado do que Cassirer denominava a *entronisação do instinto económico*, é vermos apoderar-se das multidões, esquecidas do elementar, "*Untersuchen was ist, und nicht was behagt*", prodigiosa fé numa panacéa política, em um século tido por descrente. Incon-

---

(38) Dizemos stalinismo em vez de botchevismo ou comunismo, pela fragilidade que apresentam os regimes ditatoriais. São colossos com pés de barro, e nós mesmos fizemos a experiência em quinze anos de despotismo. No Brasil como na Alemanha e na Itália, o que havia era o ditador, pois nunca tivemos estadonovismo mas apenas getulismo. Caido este, tudo desmoronou, como sucedeu ao hitlerismo e ao mussolinismo e vai acontecer ao stalinismo, quando morrer Stalin e se deparar à Rússia o ensejo de se tornar uma verdadeira democracia.

táveis indivíduos de toda categoria cultural, batem-se por um regime, que de princípio deita mão sobre toda a propriedade, de sorte a lhe ficar pertencendo até a camisa que o cidadão trás às costas; em seguida um grupo que o povo não escolhe, nem controla, nem pode substituir, encarrega-se da partilha dos meios de subsistência. Esse grupo, porém, é composto de títeres, simples cortina do ditador, que de um momento para o outro manda-os desta para melhor, e desfaz o que tinham feito sem dar satisfações a quem quer que seja. Temos assim, em última análise, um ser omnisciente e onnipotente, senhor dos homens e das coisas, que se tornou novo Deus sobre a terra.

Outrora, pairava acima de reis, papas e imperadores uma força maior, julgadora implacável por consenso unânime na hora suprema. Hoje quem se atreveria na Rússia descrer da infalibilidade de Stalin! Aquí temos, nesta pequena amostra das variações políticas da opinião pública, a absoluta necessidade para um historiador, em se colocar no tempo que ele descreve e comenta como desejava Herder, e não no centro das suas aspirações. Só a poder de grande familiaridade com o assunto, e larga visão apoiada em conhecimentos gerais, conseguirá se aproximar do objetivo. Esta precaução nos faculta perceber, no caso do governador de S. Julião da Barra, o quanto seria desarraçado sentenciá-lo, por ex., com a mentalidade de juizes nacionalistas do século 19, reunidos em Tribunal contra traidores da pátria; assim como tampouco, é possível encarar a opinião professada por portugueses simpatizantes com a dinastia filipina, através do estalão de outros povos do século 16. Partindo deste postulado, sentimos dúvidas em admitir que do procedimento de Tristão da Veiga resultasse o falecimento do irmão governador, mortalmente ferido pelo que ima-

jinava infâmia inexpiável, no dizer de cronistas antigos e historiadores modernos. De interessante no caso, temos todavia a notícia de fr. Vicente do Salvador referente à morte de Lourenço, com as côres do mais ressentido nativismo, o que revela junto de ecos de outra orijem, um sentir generalizado paracido com o patriotismo moderno, esparso no fim de algum tempo entre grandes e pequenos, metropolitanos e coloniais.

O aparecimento do chamado sebastianismo e as estranhas lendas que o envolvem, mostra que o pequeno reino nunca aceitou a hegemonia castelhana. Em primeiro lugar, era-lhe prejudicial economicamente (e a invasão do Brasil pelos holandeses o demonstrou), em seguida, a epopéa do comércio marítimo fôra demasiadamente portentosa para que não sobreviesse no povo um complexo de superioridade, a se confundir com nativismo, e finalmente, patriotismo no sentido mais elevado da palavra. Tais sentimentos não eram ignorados no Escorial, e a despeito dos arcos de triunfo com que Felipe II foi recebido em Lisboa, em que se viam alegorias às possessões lusitanas, inclusive o Brasil, o manhoso estadista teve sempre maior cuidado em não melindrar os novos súditos, concedendo-lhes autonomia administrativa, mais o privilégio de hospedar S. M. durante certo espaço do ano para que se não dissesse que somente de longe os governava. Muito menos ainda se esquecia Felipe II, e os seus conselheiros castelhanos e portugueses, de proseguir ativamente na destruição das últimas forças do Prior do Crato, como aconteceu nos Açores, onde pereceu Felipe Strozzi e se dispersou o auxílio francês que devia apoiar o pretendente a troco da cessão do Brasil (39).

\* \* \*

---

(39) v. Pern. e as Caps. do Norte, IV, 198-9.

Enquanto tais sucessos se desenrolavam na metrópole, cumpria no Brasil Lourenço da Veiga as instruções recebidas ainda em tempo de D. Sebastião I. Viera em sua companhia o ouvidor geral Cosme Rangel de Macedo, a que logo volveremos, e outros funcionários, mostrando-se omissos os registos quanto a povoadores brancos. Si chegaram foram bem poucos, pois como vimos a côrte não estava muito inclinada a despesas coloniais. Antes pelo contrário, a palavra de ordem era economia, e mais economia. Dessa orientação originaram-se atos do governo como succedeu na Paraíba, em que resoluções de cunho official foram substituídas por iniciativas particulares, infelizmente sem bastante recursos (40). Uma tormenta repentina desmanchou os aprestos colonizadores de Frutuoso Barbosa, indo ter a Pernambuco os missionários carmelitas que os deviam acompanhar, e os beneditinos à Bahia (41). Verificou Wanderley Pinho pelo exame do livro velho de Tombo do Mosteiro de S. Bento, da cidade do Salvador, que aí chegaram em 1580. O povoado que os recebeu ainda era indigente, pelo que, pareceu à Câmara prejudicial a presença de tantos religiosos cujo estabelecimento dependia de caridade pública. Afigurava-se aquela multiplicação demasiada sobrecarga para governo e particulares, entretanto, deviam ser bem vistos de muita gente, pois a opposição dos edis pôde ser superada e os frades foram admitidos na comunhão brasileira. Lutaram porém durante algum tempo com dificuldades, mantendo-se segundo Gabriel Soares, de esmolas que pediam pelos poucos engenhos e fazendas das visinhan-

---

(40) *ib.* II, cap. Paraíba.

(41) Escreve Bras do Amaral, discordando de Varnhagen e Ca-pistrano de Abreu in *Hist. Ge. I.* 470, datar do governo de Luís de Brito a vinda dos carmelitas para a Bahia onde erigiram o seu primeiro convento no Monte Calvário. *Actos do Amaral I.* 413.

ças, cada vez mais conceituados pela santa e honesta vida que levavam. Não tardaram as doações de fieis a socorrê-los, como a do condestavel Francisco Afonso e sua mulher, que lhes deixaram os chãos da pequena ermida de S. Sebastião, nas portas de Santa Luzia. Em 1584 se ajuntou a vultosa dádiva de Gabriel Soares à precedente, e em 1586 o de Catarina Alves, consistindo na capela da Graça por ela fundada, mais as suas alfaias e terras adjacentes. Ajudados pelos moradores foram assim prosperando, e puderam condignamente representar na Bahia a illustre agremiação, que remontava ao ano quinhentos da nossa era, e se especialisara em longos e aturados estudos para maior brilho da renascença das artes e ciência no mundo occidental. Assumiram em dado momento o aspéto de agremiação aristocrática, não só pela condição dos seus componentes, como pelo saber, tornando-se os preferidos para agentes diplomáticos incumbidos de sanar questões entre papas e soberanos temporaes. Muito mais cultos que os irmãos de ordens aparecidas nos séculos seguintes, como os combativos dominicanos ou os contemplativos franciscanos, o extremo cuidado com que resguardavam textos antigos, ou os reconstituíam para illustração de gerações futuras, sugeriram a expressão "*paciencia beneditina*", que ficou universalmente conhecida. Contudo, apesar do carater que adquiriram de eruditos, quizeram também colaborar na obra das missões, sem receio das mais perigosas tarefas. Esse espirito de altruismo os conduziu até o coração da China, sob chefia de fr. Giovanni da Montecorvino, nomeado no século 15 pelo papa Clemente V, arcebispo de Kambaluk (Pekim). Um século depois o exemplo da Companhia de Jesus lhes estimulou o zelo apostólico, levando-os onde muito tinham que fazer entre índios

instáveis, brancos gananciosos e um governo demasiadamente utilitário. Começaram a provar na cidade do Salvador o travo que inspirara as queixas dos jesuitas registadas por Sacchino no pontificado de Gregório XIII. Não obstante, prosseguiram sem desfalecer, socorrendo consciências, amparando aflitos, corrigindo abusos e apontando o bom caminho aos católicos, e um dos que a eles mais se afeiçoou foi Garcia de Ávila.

Diremos mais uma vez, surgirem num tempo de crença única e geralmente fervorosa, conflitos entre um crente e uma ordem como a dos jesuitas, e continuarem devotos os leigos divergentes. Irritado pela proteção que os padres dispensavam aos índios, inclinou-se o famoso povoador já no fim da vida, para os frades bentos. Insistiam, porém, na sua pobreza para que lhes cedesse terras, acabando a teima por indispor-lo, e Garcia em testamento afirmava que o coagiam, e pedia aos herdeiros fosse enterrado com o hábito de S. Francisco, escolha significando provavelmente ruptura de relações.

Essas queixas contra ordens religiosas todavia sempre se azedavam quando dirigidas contra os jesuitas. O acréscimo de fé é muito compreensível levando em conta não se tratar de simples pedidos de auxílio, mas intervenção nos ambiciosos designios de reinos imigrantes, a lhes empecer o almejado enriquecimento do mundo novo. Em certo momento a grita foi tal, apoiada pelos maiores proprietários da Bahia continuadores da orientação de Garcia de Ávila, que Lourenço da Veiga se viu na contingência de examinar as acusações aos padres missionários, seguindo para as aldeias dos gentios em companhia do ouvidor Cosme Rangel. Certificou-se na ocasião de que tudo não passava de aleivosia, e ao invés de censurar os jesuitas passou a elogiá-los. Falhara por esta vez o golpe

preparado pelos que mais se beneficiavam da paz trazida pela catequese, obrigados a contemporizar para mais tarde, com maiores possibilidades de êxito, voltar triunfantes à carga.

Julgavam os que pretendiam alargar os seus bens em Sergipe, que as favoráveis circunstâncias a proteger o desenvolvimento dos currais, se intensificariam quando livres da ação de catequistas, e por este pensar, nada deviam à abnegação e superior inteligência dos que por eles se sacrificavam. Povoadores como Garcia de Ávila avultavam em cabedais persuadidos de que provinham tão somente da sua própria capacidade, exprobrando a atitude de Lourenço da Veiga e Cosme Rangel, por não lhes defender os interesses como deviam contra missionários perturbadores. A situação decorrente imprimia um caráter de intenso utilitarismo à coletividade colonial, semelhante ao que se nota em qualquer tempo nos sítios onde aportam levas de imigrantes estrangeiros. Muito diversa é a psique de uma população estavel, estabelecida de há muito num lugar, como no século 16 inúmeras aldeias lusas, insuladas do mundo exterior em meio de altas serranias. As do litoral baiano, cujos núcleos europeus existiam em função das suas relações não só com a metrópole, porém, com as cinco partes do mundo mostravam na mesma época aspéto completamente diferente. Em capítulos versando as capitânicas do nordeste tivemos oportunidade de examinar a mobilidade do importantíssimo elemento económico representado pelos cristãos novos. Iam, vinham, traficavam, na Bahia, Pernambuco ou domínios de Castela, em pontos não longe do litoral, até ganhar dinheiro com mercadorias importadas ou escravos, e tornar ao reino. Só os técnicos empregados nos engenhos de correligionários, os opulentos ren-

deiros de dizimos Brandões ou Santiago, é que traziam família. Os demais eram quasi invariavelmente solteiros ou deixavam as esposas na Europa, pois não pretendiam se estabelecer além mar (42). Igual atitude aparentavam cristãos velhos, embora com maior tendência em deitar raises na terra. Este fenómeno não era peculiar: tão somente à época, mas pertencia às condições locais submetidas à intensiva exploração colonial, que amainava quando a produção decrescia e os habitantes passavam a viver num regime retraído sobre si mesmo. Na delimitação económica causada pelo arrefecimento de relações com o exterior, adquirem os costumes, vícios e virtudes dos moradores aparência mais peculiar graças ao isolamento em que vegetam. Dá-se então na América em populações de outros séculos o que sucedia aos antepassados lusos nos lugarejos de civilização mediterrânea, antes de resolver atravessar o oceano e participar da multiforme atividade das regiões novas. Formava daí a Bahia quinhentista, clima ingrato a aspirações idealistas, mormente quando contrariavam o utilitarismo reinante em que tudo conspirava contra missões e missionários.

Viajantes antigos nos dizem como se enobreciam e magnificavam por deliberação própria os reinos que atravessavam a linha equinocial, e ainda em nossos dias, sob os vendavais a aluir fortunas, classes, regimes e sociedades, presenciemos em certas regiões do novo mundo, ridícula porfia entre imigrantes enriquecidos, à cata de títulos nobiliárquicos e outros galardões. A sêde de honrarias lembra, quando applicadas ao seu couro plebeu, os pretos de S. Domin-

---

(42) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, III, págs. 8-68, principalmente 58-59, 62-63 ib. IV, págs. 136-141 e 191. *Bahia e as Caps. do Centro*, I, 234 in nota.

gos intitulado-se a si mesmos marqueses da Marmelada ou duques da Goiabada para se altearem sobre os semelhantes. São eternas as ilusões provocadas por rápidas ascensões sociais, de que não escapam sequer antigos rebentos de boa linhagem, decaídos em planos secundários por falta de meios. Nas antigas colônias vemos se recrutar o pior novo rico, indistintamente em vilões de rústica progênie, e na pequena fidalguia geradora do empafioso grupo dos "*seigneurs sans importance*", a desfilar na Perichole. Os povoadores que se enriqueciam pelas imediações da cidade do Salvador tinham a mais diversa orijem, porém um traço comum; adquiriam fama e crédito correspondentes ao progresso local, não sendo estranha, na sua ânsia de ostentação e necessidade de dinheiro para sustentá-la, a má vontade que sentiam para com os missionários. Temos, pois, de acrescentar a outros fatores, também a vaidade como orijem da malquerença a envolver os jesuitas na séde da colônia.

Desde o início das atividades económicas no Recôncavo, destacaram-se alguns reinois na arte de ganhar bens e consideração entre os habitantes da Bahia. Lograram os Garcias de Ávila, Fernão Cabral de Ataíde, Cristovam de Barros, Diogo Muniz Barreto, Sebastião de Faria, Simão da Gama de Andrade e outros homens ricos, situação preponderante nos negócios públicos e privados da região. Do grupo obteve o maior êxito pelo bafejo que lhe dispensava Tomé de Sousa, e indiscutíveis qualidades próprias, o futuro latifundiário Garcia de Ávila. Farto de concubinato com índias e mameluças, vendo-se próspero, casou-se com atraente rapariga recém chegada de Portugal. O atraente vae por nossa conta, à guisa de explicação pelo ocorrido, porquanto sendo judia a

noiva, de família muito religiosa, o consórcio deveria ter causado escândalo no meio baiano. Tanto nos círculos católicos como nos israelitas, os reparos se multiplicavam estimulados pelos diz que disse. É possível que os pais da moça, preferissem noivo mais jovem e de mesmo credo para sua filha, do que aquele pretendente maduro, pai de vários mestiços. Talvez os seduzisse a fama de rico que ele desfrutava, e de fato se mostrou generoso para os afins, vivendo todos juntos depois do matrimônio, Garcia, a mulher, os sogros e os mamelucos. Deste consórcio não houve filhos, e não sabemos si por ingenuidade, religiosidade; ou ambas as coisas ao mesmo tempo; passados alguns anos a predileta do povoador, chamada Isabel, denunciou a madrasta no Santo Ofício. A menina era filha da índia ou mameluca Francisca Rodrigues, muito observadora e possivelmente pouco amiga da esposa e da sogra de seu pai. De uma feita, depondo no tribunal, alegou que apesar do batismo judaizavam a portas fechadas, com outras particularidades consideradas no geral agravantes pela inquisição.

O depoimento podia se tornar desagradável para Garcia de Ávila, que na qualidade de vereador mais antigo da cidade comparecia em 1591 na Sé catedral às cerimônias inaugurais da Visitação ao Brasil do inquisidor Furtado de Mendonça. Estivera Isabel até os 19 anos em sua casa antes de se casar, onde presenciou a dita madrasta dizer que atirassem fóra toda a água quando morria algum escravo. Mandava também deitar azeite nas panelas de "vaqua e galinha", dizendo que lhe melhorava o gosto, e lambia "com a boca a unha dos dedos", ao ouvir algum mau sucesso de parturientes. Tais atitudes despertavam espécie, mas quando instada a

explicá-las recusava terminantemente, tratando de desconversar. Dos itens incriminados, o despejo da água post mortem, que poderá parecer incompreensível ao leitor moderno, entrava no rol das suspeições especificadas no monitório geral de 1576 por D. Diogo da Silva, como meio para descobrir judeus infiéis à conversão forçada.

Continuando a depor, descreveu Isabel deslises da sogra de seu pai, Branca Dias, que certa vez fechara as portas da câmara de sua filha doente, exceto uma, assistindo então a denunciante a estranhas esconjurações. Tomara com suas mãos *“hum testo de barro com hua pequena de agoa dentro e hua coroa de estopa em cima do testo que lhe não chegava a agoa, que estava no meo do testo e com sua mão tinha no ar sobre a ditto doente dormindo e com o dedo da outra mão molhava em hua tigella dazeite e lançava as gotinhas do ditto azeite dentro na agoa de dito testo que lhe cahiam do dedo emquanto o fogo ardia na ditto coroa de estopas as quais ella acendera primeiro com a candea... e depois vio também a ditto Branca fazer esta mesma cerimonia da ditto maneira a hum seo neto estando dormindo o qual he morto, e vio que quando a ditto Branca Lopes fazia estas cousas estava dizendo manso certas palavras as quais ella denunciante não entendia e somente lhe ouvio e lhe entendendo hua das dittas vezes esta palavra, dente de cão”*. O mesmo se repetiu quanto a um neto, que a despeito das invocações veio a falecer, deixando a bastarda Isabel como única herdeira da casa de Garcia de Ávila.

Completando 19 anos apareceu-lhe entre muitos pretendentes Gil Vicente de Vasconcelos, português obscuro, de que não temos pormenores. Tornara-se exigente o sogro, cada vez mais próspero; o gado

a se multiplicar pelas campinas sergipanas afora; desejoso para a filha de algum reinol de quatro costados que lhe assegurasse descendência brasonada e clarificada. Todavia, o homem propõe e a mulher dispõe e a moça se apaixonou por indivíduo desaceito pelo pai, o qual namorado a tirou de casa "por justiça" quando completou a maioridade. Desgostoso, apartou-se Garcia da filha, presenteando-a com uma fazenda de criação em Itapoan, segundo o ditado "*quem casa quer casa*". Passado algum tempo enviuvou Isabel, e tornou a casar com um neto do Caramurú de nome Diogo Dias, filho de Vicente Dias de Beja e de Genebra Alvares. Estava destinada a linhagem do povoador protegido de Tomé de Sousa a consubstanciar tudo quanto há de mais regional nas névoas das velhas tradições familiares brasileiras. Fundiam-se nos primórdios da nacionalidade dois ramos mamelucos da governança baiana, os Alvares pertencentes ao período fabuloso da colônia, e os Ávilas paradigmas das casas que nasceram e se dilataram juntamente com a primeira tentativa colonizadora lusa em o novo mundo, tão confundidas com sucessos da evolução política e econômica que o estudo das suas genealogias é a pedra angular da história antiga brasileira.

\* \* \*

Apresentou Garcia de Avila demissão de almoxarife logo depois do episódio supra, repartindo daí por diante a sua existência entre os currais de gado e a cidade do Salvador onde o ia vender. Sucessivamente a'untara aos primitivos galpões da sua principal propriedade, casas, ranchos, paioes, armazens à volta da proviçória casa grande. Não sabemos ao

certo em que data teria elevado a "torre", si é que ele a elevou. Geralmente dava-se este nome a uma edificação mais sólida que as outras de uma fazenda ou povoação, feita de grossos muros e cobertas de telha a fim de que frechas inflamadas não as incendiassem. Assim devia ser a torre de Jerónimo de Albuquerque em Olinda, de que falam os papéis do Santo Officio, e a de S. Pedro de Rates, primeira de Garcia de Ávila, sita não longe da cidade do Salvador. A segunda em Tatuapara, dataria, segundo Pedro Calmon, do fim da vida do proprietário, de que ainda existem curiosas ruínas. Outros autores baianos atribuem-n'a aos sucessores de Garcia, oriundos do segundo casamento de Isabel. A versão tem visos aceitáveis, porquanto obra de tal porte deve ter demorado muitos anos antes de terminar. Talvez fosse iniciada ainda em tempo de Garcia de Ávila, mas concluída pelos seus herdeiros, caso ele já fosse velho quando a iniciasse.

Elevava-se em Tatuapara, perto das antigas aldeias dos jesuitas, os quais pela pacificação do gentio atraíram sobre a região a cobiça de estranhos. A séde da fazenda estava num alto, a dominar a enseada, onde podiam entrar com a maré os caravelões empregados no serviço de cabotagem. Por essa época, no dizer do seu contemporâneo Gabriel Soares, contava-se da residência do proprietário até as margens do S. Francisco, nada menos de dez curraes de "*criação de vacas e egoas*", mais ou menos quando chegaram de Portugal notícias da união das duas monarquias sob Felipe o Prudente. Sem embargo da nítida assonância castelhana do nome, o grande criador era português, e imaginamos como teria recebido o acontecimento. Comungaria o sentir de todos, lamentando o destino e o aceitando como inevitável. Só

o apelido por certo não o inclinaria à união que enlutava os brios nativistas dos conquistadores do comércio da Índia, mesmo porque, quanto a Garcia de Ávila não passaria de mero acaso. A sua primeira "torre", batisada S. Pedro de Rates, leva a perguntar qual o motivo da escolha do orago? Constava no tempo que Tomé de Sousa era filho do prior de Rates, o que sugere alguma relação dessa origem com o protegido Garcia, possivelmente parente legítimo ou ilegítimo. Por falta de dados genealógicos a respeito da ascendência do povoador, hoje difícil de encontrar em Portugal, torna-se quasi impossível saber algo de positivo, mas caso fossem descobertos trariam alguma explicação para a vinda ao Brasil do futuro latifundiário sergipano.

Enquanto se enriquecia veio a morrer Lourenço da Veiga na Bahia, onde favoreceu "*a cristandade no que pôde*" escrevia Anchieta, aludindo aos esforços do governador em auxiliar a catequese. Sem dispor de meios, nomeado com a recomendação de proceder a economias infelizes, nocivas ao progresso da colônia, Lourenço envidou os maiores esforços no sentido de não as agravar com resoluções irrefletidas, impostas sem conhecimento preciso há centenas de léguas do seu objetivo. Atribuem ao funcionário, às voltas com o aperto financeiro da metrópole, o costume de sempre estar em público a cavalo, mesmo quando o procuravam e queriam discutir negócios, engenhoso sistema de se proteger contra pedinçõs e outros importunos. Socorreram-n'o os padres jesuitas nos últimos transe, longe da terra natal e da sua numerosa família, numa hora de incertezas quanto à sorte do império lusitano, que ele tão abnegadamente servia.

Foi substituído depois de morto, por uma junta governativa composta do bispo D. António Barreiros, Cosme Rangel de Macedo e os vereadores da cidade do Salvador, em que figurava Gabriel Soares. Como era de esperar, seguiu-se à sábia gestão de Lourenço grande confusão provido do heterogêneo conjunto administrativo. Só em uma medida mostrou-se o povo quasi unânime; na adesão ao novo estado de coisas em Portugal, que a muitos não agradaria; porém era preciso aceitar. Ademais, à guisa de lenitivo, conservava-se uma aparência de autonomia nas relações entre os dois países, não devendo mudar o regime luso sob o novo soberano, tudo como dantes de cada lado das antigas fronteiras, apenas unidos os velhos reinos na política externa. Em que pese a sin-gelosa do programa, teoricamente muito fácil de executar, era necessário, por força dos acontecimentos, certo período de adaptação, que recaiu sobre a inte-rinidade sucessora do falecido governador.

Desta flutuação inevitável, houve alguma demora em solver casos pendentes, por parte dos próprios funcionários portugueses, à espera das resoluções das autoridades metropolitanas encarregadas de negócios ultramarinos. Terminara Cosme Rangel o seu tempo de provedor da ilha da Madeira ao ser nomeado ou-vidor geral do Brasil de 1578. A morte de Lourenço da Veiga o guindou de repente a um governo em que pretendeu impor as suas concepções administrativas. Em pouco desavindo com o bispo e os vereadores — que formavam por semelhança de condições e interes-ses uma espécie de casta dirigente — avocou a si todo o poder, e como sempre sucede no caso, o radicalismo das suas intenções acirrou a oposição, que por sua vez, provocou aumento de compressão governamental. Deu-se violenta luta, retirando-se os vereadores da ci-

dade, e desistindo o bispo de mediação visto a inutilidade de qualquer esforço ante o excesso de paixões, numa seqüência que fez deste governo ocasional um precursor de conflitos políticos reaparecidos no Brasil quatro séculos mais tarde. Viu-se, destarte, Cosme Rangel, em condições de dar largas à sua iniciativa, graças à coincidência da vacância do primeiro cargo da colônia com a do trôno em Portugal. Nesta porfia, em que se envolveu por excesso de atividade reformadora, teve que recorrer ao povo para enfrentar os adversários. O elemento social a que se aliou não pertencia nem à nobresa nem ao clero, constituído por imigrantes recém chegados, que ainda não tinham tido tempo de prosperar, juntamente com outros mais antigos na Bahia, que por várias razões continuavam nos "ofícios mechanicos" de carpintaria, caldeiraria, cantaria, etc. . . Seria classe hoje chamada proletária, de que se exceptuavam os mestres de purgador ou banqueiro de assucar, afastados da cidade sob controle dos senhores de engenho inimigos do ouvidor. Era pois a facção menos influente que o apoiava, esteiada no entanto, nas instituições democráticas portuguesas, que emergiam no cenário político baiano no primeiro choque entre o antigo ouvidor e restante da governança. Lembrara-se Cosme Rangel de Macedo, na conjuntura, de uma disposição existente no reino desde 1535, permitindo aos mestres colaborar nas câmaras municipais a respeito de regimentos dos ofícios, fixação de salários e mão de obra em geral. Eram por assim dizer deputados classistas, incumbidos de informar os demais sobre assuntos peculiares da sua classe, a fim de convenientemente a proteger através dos reclamos das corporações. Esses "mechanicos", não tinham no Brasil o mesmo aspêto que no reino, e podiam até ali-

mentar certas pretensões, onde o verdadeiro proletário era o escravo de côr, e qualquer branco valorizado pelo seu pequeno número, era requestado por opulentos reinícolas à procura de genro europeu para a filha casadoira. A esses imigrantes não demorava tornarem-se capatazes dos pretos, enquanto não iam além, passando a proprietários de oficinas ou de terras, caso não padecessem de vícios ou quaisquer defeitos retendo-os a uma inferior condição.

Na circunstância em apreço, ofereciam os representantes do povo a Cosme Rangel a vantagem de considerá-lo o fiel da balança política, reverenciando-o como representante del-rei. Possivelmente também entraria no movimento certa rivalidade de classe — humaníssima rivalidade — que os incitava a cerrar fileiras em torno de quem se opunha aos grandes proprietários locais. Entre os magnatas contava-se Cristovam de Barros, o seu amigo Gabriel Soares, Manoel de Sá, prestigioso elemento por ser sobrinho de Mem de Sá, provedor da alçada da cidade, e muitos outros. Tais personajens se agitavam com diversa fortuna no cenário colonial, formando um círculo em que medrava a vaidade de que ha pouco nos ocupamos. Nessas condições, não faltavam motivos para desaguisados com o governador interino, de início tido por insuficiente em categoria hierárquica para mandar e muito menos para desmandar. Demonstravam os componentes do grupo de senhores de engenho tendência exclusivista, julgando-se com direitos à administração, prontos a se rebelar contra leigos e missionários que não obedecessem às suas exigências. Consideravam-se, e com alguma ou muita razão, elementos privilegiados, que ao se enriquecerem também

enriqueciam o Estado, com direito à especial consideração, sentimento no qual se enxertavam os fumos de hipertrofiado amor próprio, ou que nome tenha, para expiação dos pecados de governante nas condições de Cosme Rangel. Ocorre amostra do ânimo irrequieto de um dos seus principais na representação do jesuítua Luís da Fonseca a el-rei (1585), em que diz ter Diogo Flores de Valdez cogitado de prender Gabriel Soares pela perturbação por ele acarretada, ao "*bom gouerno desta terra, este deu muytos capitulos de Cosme Rangel e lhe causou grandes trabalhos*".

A desordem, como toda do mesmo carater, espalhava agitação no Brasil, estimulada pelo rápido progresso, e conseqüente fome de braços da lavoura. Mostravam-se os senhores de fazendas e engenho dispostos a remediá-la com ou sem anuência de jesuítas e governadores e remover do seu caminho quem a eles se opuzesse. Esmiuçavam daí até os mais ínfimos atos do adversário, que aperreado pelos maiores da colônia, só podia contar com elementos de baixa classe, e de certo modo, mais comprometedores que úteis. Glosava-se na Bahia escandalosas irregularidades havidas na ocasião, tal o caso de uma nau inglesa que introduziu cerca de trinta mil cruzados de mercadorias, pagos apenas parte dos devidos direitos. A mesma nau embarcou em seguida, grande carga de assucar, em que foi contada apenas a terça parte dos impostos. O exemplo da séde da colônia atingia outras capitánias, ocorrendo em Santos depois de expulsos os ingleses (outrora amigos dos portugueses e agora inimigos) toda sorte de traficâncias praticadas pelos capitães de Diogo Flores Valdez. Não dispondo de bastante prestígio custava a Cosme Rangel coibir os

abusos, incidindo justamente no que argüiam os senhores de engenho, de que lhe faltavam títulos para ocupar tão elevado cargo e por tanto tempo. Afinal, veio comunicação do reino de que fôra nomeado Manoel Teles Barreto, primeiro governador do período filipino, que ia durar setenta anos e provocaria o desabamento da calamidade holandesa sobre o Brasil.

## O Governo de Manuel Teles Barreto aliado dos latifundiários.

**P**ROCURARAM os jesuítas manter-se alheios às facções em luta durante a gestão de Cosme Rangel. Pendiam naturalmente pelo governador interino, que acompanhara Lourenço da Veiga na visitação terminada em encômios ao padres, e que se via como eles às voltas com os mesmos adversários; mas o seu carater os levava a curtir em silêncio perfídias, afim de continuar o trabalho da proteção ao índio. Convergiam sem dúvida em política, as suas simpatias para o povo nacionalista, de preferência aos que viam em o novo governo uma possibilidade maior em alcançar desígnios ambiciosos. Estavam os inacinos de relações estremecidas com o Prior do Crato, mas também sabiam que Felipe II lhes era desfavoravel. Resolveram no dilema servir o monarca aclamado como tinham servido os seus predecessores, na esperança de que o desarmariam quando o régio burocrata se inteirasse dos benefícios que prestavam nas colónias. Felipe II de Espanha, primeiro de Portugal, não hesitava em empregar ordens doutrinárias, inda não as apreciasse, quando necessitava de missionários de escól, como sucedeu no México em 1572, em que recorreu à Companhia de Jesus, tida por indispensável no caso. As razões das suas desconfianças vinham de idéas preconcebidas, e não de motivos fundados. Colocava o filho de Carlos V acima de todas as coisas a autoridade que supunha apanágio dos príncipes em geral, e dos Habsburgos em particular, devendo as agremiações religiosas em atividade nas co-

lónias servir a monarquia como qualquer indivíduo que as habitasse. Uma agremiação como a dos jesuitas, apesar de seus méritos e prestígio na cristandade, não devia no seu entender, representar mais que simples instrumento político. Nesse ponto colidia com os discípulos de S. Inácio, porquanto o soberano desejava expandir sem limites o poderio da sua dinastia, ao passo que os apóstolos só pensavam em dilatar a fé cristã pelo mundo, independentemente do interesse de reis e imperadores. A imagem cara aos descendentes de Carlos V em que se vê as colunas de Ércules, sobre as quais serpenteia uma faixa com os dizeres "*Plus Ultra*", exprime a verdadeira rasão do dissídio.

Entretanto, desprovidos do real agrado, encontravam graças à obra das missões a melhor acolhida em Roma, junto do notavel pontífice que foi Gregório XIII. Praticava este ilustre humanista o mais esciarcido mecenado das artes e das letras, votando profunda admiração pelos jesuitas, que sempre se mostraram além de mestres eminentes da mocidade, preciosos auxiliares seus nas diretrizes romanas. Ofereciam os padres da Companhia de Jesus, na Europa do norte com Possevino, ou no recesso da floresta virgem americana com Nóbrega e Anchieta, a mesma eficiente defesa da igreja, que o papa mais almejava, a saber, acendradas virtudes, cultura superior, sólida pedagogia (43), e dedicação no propagar a fé sem receio de sacrifícios.

No que toca à obra das missões encontramos na correspondência de Spéciani com S. Carlos Borromeu, a descrição do entusiasmo de Gregório XIII quando ouvia a leitura dos feitos dos missionários nos

---

(43) cf. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, II, 7-47, principalmente 14 in nota.

quatro continentes da terra. Insistia com Felipe II para que os protegesse como ele mesmo fazia, e em dado momento, gizou o projéto de mandar um nuncio especial à América a fim de aí tratar questões religiosas. Frustrou o intento um plano diverso afagado pelo monarca, de se nomear um patriarca efetivo para as Índias Ocidentais, cujas atribuições e situação o collocariam sob completa égide do rei de Espanha. Alegava para justificar a descabida pretensão necessidade de impedir o alastramento da heresia europeia nos seus domínios, e com tal pertinácia que o papa teve de renunciar ao seu projéto, limitando-se em pedir a el-rei que mandasse para a América somente eclesiásticos de reconhecidas virtudes.

Consolou-se o pontífice dessa contrariedade com o resultado que as missões davam apesar de todos os obstáculos, e a partir de 1581, começaram a aparecer em Roma as *Annue Litterariae Societatis Iesu*, para informar a Cúria sobre a marcha da catequese nas missões de além mar. A publicação das notícias que afluíam da América, Ásia e África, era o resultado do interesse do papa, que não perdia oportunidade em elogiar os apóstolos, multiplicando palavras de estímulo nos *Breves Pontificios* ao filho do duque d'Atri, o grande Cláudio Aquaviva, geral da Companhia.

Envidava também esforços para valer aos jesuitas no que fosse possível, reservando-lhes a exclusividade das missões no Japão, um dos terrenos mais ingratos para cristianismo, de preferência ao pedido semelhante dos capuchinhos, que desejavam missionar no império do Sol Nascente. Queria, destarte, evitar competições que prejudicassem a catequese como sucedia no Brasil, não lhe sendo desconhecidos os incidentes da Paraíba

(44), em pouco repetidos na Bahia e outros sítios onde havia mais de uma ordem religiosa.

Mostrava-se também Gregório XIII bem informado a respeito dos sentimentos do Rei Católico para com os jesuitas. Em práticas que teve com diplomatas e cardeais, não escondia temor acerca das conseqüências da união das duas corôas ibéricas no mundo católico. De fáto, a recusa de apoio da côrte de Valhadolí aos missionários destacados no Brasil, veio confirmar os seus prognósticos pessimistas. Socorros agora só podiam receber os apóstolos da boa vontade do novo governador geral.

Em 1583 singrou para o Brasil Manuel Teles Barreto em a nau *Chagas de S. Francisco*, na companhia de dois ou mais sobrinhos, e dos jesuitas Cristovam de Gouveia, visitador, padres Fernão Cardim e Rodrigo de Freitas, acolitados pelos irmãos Barnabé Telo e Martim Vaz. Durante a travessia, que demorou sessenta e seis dias, aparentava Manuel Teles atitude, sinão amistosa, pelo menos cortês para os inacinos, convidando Gouveia à sua mesa, num facies exteriori que perdurou ainda durante algum tempo depois de chegados à cidade do Salvador. Mantiveram-se os padres nestas avenças, segundo em carta comentava Gouveia, sem muitas ilusões, pois o governador preferia confessar-se com os beneditinos. Manuel Teles era dos que embora bem intencionados, veem apenas as aparências das coisas e opinam sem as aprofundar, como deveria proceder um administrador carregado de responsabilidades. Faltavam-lhe os principais requisitos do cargo para enfrentar a confusa situação da colônia, convulsionada pela luta deflagrada entre os mais importantes elementos da sua coletividade e

---

(44) cf. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, II, 176-180-214.

o representante del-rei. Do embate desenvolvido no terreno mais perigoso, em que entravam competições sociais, sobrevinha o que ho e chamaríamos cega sabotagem, semelhante à do individuo que corta o galho da árvore em que está trepado, de modo a cair juntamente com a ramaria.

Na desordem desse período vimos os deslises da administração é da gente inescrupulosa que se aproveitava da turbação em proveito próprio. A esse mal sobrepunha-se a hostilidade contra a catequese, as violências dos povoadores contra índios, e o seu sangrento revide. A carta da maior importância do jesuita Luís da Fonseca, expõe a gravidade do passo em que o destino da colônia parecia depender por completo do problema do índio. Nunca se vira tamanha fome de braços na lavoura assucareira, sobrevivendo a contradição há pouco aludida, com a imagem do serrador do galho, em que o combate à catequese e agravos contra os selvícolas, provocavam desconfianças e vinganças, que por sua vez estimulavam a fuga do elemento africano do eito. Desde algum tempo afluíam, graças à prosperidade assucareira, braços negros em crescente quantidade para os engenhos. A desordem, entretanto, favorecia a deserção dos "negros da Guiné", os quaes livres do perigo dos índios, fugiam para sítios afastados dos povoados litorâneos, onde se congregavam e resistiam com valor às expedições mandadas contra eles. Chegavam ao Brasil bem treinados por embates sangrentos, em que tinham caído nas mãos de sobas fornecedores de cativos aos negreiros depois de lutas encarniçadas. Viajantes em África não lhes regateavam admiração pelos feitos bélicos, asseverando o dominicano Labat, que a sua intrepidez "*auroit fait honneur à des Césars*". Não eram portanto homens pusilânimes que se reuniam à roda de chefes

destemidos, em tranqueiras defendidas à moda do genio afro, reforçadas por modificações ensinadas pelos americanos. Por outra, certos fazendeiros na ânsia de arrebanhar trabalhadores por meios escusos — como tivemos amostra com os episódios do reinol Cabral de Ataíde e seu preposto o mameluco Tomacauna — colaboravam também em agravar situações perigosas para o futuro da colônia. Uma das mais graves fôra impedir Cosme Rangel de continuar a expedição que iniciara, quando ainda era ouvidor na administração precedente de Luís de Brito de Almeida, contra os quilombos da região baiana. A suspensão de medidas que requeriam maior urgência, propiciou o aumento dos redutos de antigos escravos, a ponto de se tornarem nas administrações ulteriores, outro gravíssimo problema a se ajuntar ao dos índios hostis.

Adiante voltaremos ao quadro traçado por Luís da Fonseca; vejamos por ora apenas o do início da administração de Teles Barreto. Encontrara a colônia desenvolvida nos últimos anos, em que apesar dos pesares tomara impulso sob os seus predecessores imediatos, de que o primeiro indício fôra a concessão em 1559 pela rainha regente aos senhores de engenho de importarem até doze cabeças de escravos pagando apenas um terço do imposto. Em vinte anos o número de africanos introduzidos na lavoura canvieira já representava apreciavel cifra, desfalcada todavia por mortes na viagem e fugas para os quilombos. A ocorrência se explica através da confusão causada pela hostilidade do índio. No geral, quando as tribus se mostravam tranqüilas graças à intercessão dos padres, sentiam-se os pretos vigiados pelas tabas amigas ou inimigas ocultas nos vales dos rios, obrigados dai, a permanecer nas fazendas com receio de serem devorados quando se afastassem dos seus limites. Sobrevindo, porém,

desordem entre brancos e índios, o número em aumento de foragidos lhes permitiu varar terrenos sob domínio de adversos para se concentrarem em sítios acidentados, de onde desciam sobre as vizinhanças espalhando o terror e a destruição como tinham feito na ilha de S. Tomé antes de vir para o Brasil (45).

Outra demonstração do desenvolvimento da colônia pode ser avaliado pelo aumento de subsídio do governador. De 600 mil réis anuaes com Lourenço da Veiga passava a 800 com Manuel Teles; assim como o soldo dos vinte homens da sua guarda ascendia a 15 mil réis anuaes, ao invés dos 6 mil vencidos pelos do seu antecessor. Não há indício mais seguro para aquilatar o progresso de uma região, do que a subida do custo da vida expressa pelo aumento de soldos e vencimentos. Assim sendo, estamos longe dos meios empregados nos primeiros anos do governo de Tomé de Sousa, quando soldados e operários eram pagos com bugigangas para resgates, ou ferro e armas à guisa de dinheiro. A população tampouco permanecia no mesmo estágio primitivo, em que todos viviam do auxílio governamental, transformados em funcionários públicos sem exceção, como si vivessem numa coletividade submetida a modernas experiências socialisantes. No fim da era quinhentista, já havia latifundiários e proletários baianos, da mesma côr, divididos em classes segundo as posses, independentemente de castas delimitadas pelo pigmento inamovível. Na informação de Varnhagen foram indultados no reino por obra do novo governador os representantes do núcleo social mais influente, ao mesmo tempo que desaparecia a participação dos mesteres nos negócios administrativos. Não era preciso mais para prenciar dias tormentosos, num

---

(45) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, I, cap. Início do Tráfico Negro no Brasil.

governo demasiado objetivo, de parceria com os piores inimigos do idealismo da Companhia de Jesus (46).

As medidas que se seguiram são reproduzidas sem côres de indulgência por Luís da Fonseca. Não tardara a se declarar a má vontade do principal magistrado contra os padres, concorrendo para tal a obrigação que encontrou de lhes pagar as subvenções como sempre atrasadas. Recómendava-lhe o Regimento outorgado em Lisboa que fossem pagos "*sem molestia nem dilação*", pelos serviços que prestavam, julgados indispensáveis mesmo em uma côrte pouco inclinada à Companhia. Todos sabiam à desafeição que lhe votava Felipe II, mas também reconheciam o alcance da obra missionária, persistindo no reino o apoio do Conselho de S. M. graças à autonomia da lusa administração dentro do império dos Habsburgos.

Depois de estar algum tempo na cidade do Salvador e examinar o estado dos negócios, verificou Manoel Teles que a receita em mãos do contratador Bento Dias de Santiago, apresentava déficit de quasi dois mil cruzados. Datava pelo menos de 1575 o arrendamento dos dízimos da Fazenda Real nas capitâneas de Pernambuco, Itamaracá (Paraíba) e Bahia, por aquele comerciante, que teve por feitores em mercância pública e privada a Ruy Teixeira e Ambrósio Fernandes Brandão, cristãos novos como ele. Ao último se atribue a autoria dos *Dialogos das Grandezas do Brasil*, que analisámos em volumes anteriores, e das suas informações e de outras fontes, ficamos sabendo que um dos encargos do arrendatário dos dízimos era o sustento dos padres em toda a colônia. Devia descontar a parte relativa a este auxilio, montando a sete mil e quinhentos cruzados, da receita total de trinta mil oi-

---

(46) cf. vol. 1 cap. *A Ocupação do Littoral*.

tocentos e vinte e cinco cruzados registada no praso anterior a Manoel Teles. Além disto, ainda procurava remeter à metrópole dez mil cruzados devidos ao fisco reiúno. No cômputo excetuavam-se as capitánias do sul, pelas muitas irregularidades havidas recentemente na cobrança e lançamentos. Neste setor, resolveu Manoel Teles outorgar em 1584 provisão a Baltasar Machado, a fim de que partisse para o sul e examinasse os livros de escrituração. No mesmo ano recebia resposta em que se inteirou, lá também exceder a despesa de muito à receita, perspectivas desalentadoras para quem pretendia restaurar as finanças coloniais.

Não fôra entretanto apanhado de surpresa. Ainda no reino antes de embarcar advertiram-no da situação, e quais os expêdientes passíveis de trazerem alguma melhoria. Sugeriram-lhe inquirir Antônio Dias Adorno, que dez anos antes percorrera uma serra julgada fabulosa, constelada de esmeraldas como o ceu de estrelas. Infelizmente o devassador de sertões morrera pouco antes, e a fama da expedição estava longe de corresponder à realidade. Teve Manuel Teles de se voltar, e por sinal com mais proveito, para outros senhores de engenho de que era expoente Gabriel Soares de Sousa. Entre as vantajens da esclarecida informação deste, constavam os dados coligidos pelo seu irmão João Coelho de Sousa, que em 1580 devassara o Paraguassú. Morrera na empresa, mas deixara um roteiro para Gabriel, que prometia descobrir minas caso o auxiliassem. Das entrevistas que teve com Manoel Teles, versando os meios de "enobrecer" a colônia com novas fontes de renda, e solução de problemas pertinentes, ficou estabelecido a próxima ida do lavrador escritor à côrte. De viva voz, si possível, trataria de descobrimentos e da remoção dos estorvos que emperravam a produção, reforçando as asserções com

memoriais explicativos a serem apresentados aos conselheiros de S. M.

De momento não pensava Manuel Teles em entregar o gentio aos povoadores, como dese avam grandes e pequenos na colónia. A queda da opposição formada no governo de Cosme Rangel contra as exigências dos latifundiários, deixara os jesuitas sosinhos na defesa dos seus pupilos. Os mesteres e arraia miuda que formavam a seu lado, eram ainda mais primários e gananciosos que os senhores de engenho. A sua psicologia se assemelhava à das massas, que hoje aderem momentaneamente a um suposto igualitarismo, crentes de que o seu triunfo lhes trará os despojos dos abastados. No século 16 na Bahia registava-se coisa parecida, formado o povo ora com uns ora com outros, passando com armas e bagagens para os esclavagistas opostos aos padres assim que lhes acenavam com alguma partilha de braços índios. O produto de uma "guerra justa", bastava para dissipar a solidariedade dos que entreviam momento oportuno para melhorar de condição graças à posse de alguns captivos. Voltava daí, ao ponto de partida, o insanável dissídio entre os missionários apoiados na justiça e caridade, e a maioria dos povoadores e régios funcionários, obedientes à triste fatalidade económica.

Atenuantes de sobra encontra, por conseguinte, o primeiro magistrado da colónia, nas medidas por vezes violentas e infelises que ordenou. A carta do jesuita Luis da Fonseca acusa-o, e involuntariamente, lhe dilue a responsabilidade. Descreve o estado da Bahia onde se faziam muitos agravos às pessoas, com mortes e espancamentos e grande desrespeito aos serventurios da justiça, quando não à própria justiça. Os almoxarifes e tesoureiros praticavam todos os modos da arte de furtar, entrando de algibeira vasia para a

administração e logo construíam para si engenho esteiado em grossa fazenda, ficando a dever muitos mil cruzados ao erário, alegando não terem meios para levar avante as obras de Sua Magestade. As exações também eram sem conta, a perturbar o comércio com maus tratos infligidos a mercadores, juntamente com despesas excessivas que dessangravam as finanças régias. No sertão os acontecimentos pioravam. Povoadores eram mortos pelos índios, quando mal aconselhados pela cobiça iam busca-los pela força ou a poder de enganar. Despovoavam o território outrora habitado pelo gentio, assolando espaços de duzentas a trezentas léguas em que apartavam as mulheres dos esposos, os filhos dos pais, os quais não tardavam a fugir ou morrer, dando em resultado calamidade nunca vista, porquanto o desaparecimento na faldagem do mar de certas tribus com que os portugueses mantinham relações amistosas, permitia assaltos contra engenhos de cabildas tapuias, que os destruíam e não permitiam a sua reconstrução.

Os acontecimentos não eram de molde a dar paz de espírito ao governador, ainda enervado por conflitos com o ouvidor geral, que não tardou a se retirar para Pernambuco. Substituiu-o um mancebo, que Luís da Fonseca classifica de degradedado, "*porq não tem q perder*", ignorante do ofício, que levava os papéis para o governador despachar, inclusive apelações de outras capitanias, "*de maneira q ha duas alçadas, e muyta falta de hua casa de Relação com bons letrados*". Tinham querido os padres auxiliar a Manuel Teles, exceto no ponto nevrálgico da captura ilegal dos índios, fato que o missivista designa sob o título de "*salvas as consciências*". Contudo, não o abrandaram, pois vinha de longe a malquerença, de quando era vereador de Lisboa, em que nunca consentira sê

efetuasse a doação do terreno que os antigos soberanos tinham liberalizado ao colégio de S. Antão, "*e ynda se iacta d'isso*". Na Bahia dispunha de muitos parentes, e bandeara-se por completo para os desafetos de Cosme Rangel, os ricos e poderosos da governança democrática local. Irritado pela defesa dos índios, proferia que os padres desmoralisavam a religião contrariando aos moradores, e que mais valia dar a renda dos colégios aos turcos, e que inda lhe mandassem, recusaria pagá-la, e si os jesuítas lhe aparecessem para reclamar os lançaria pela janela, renunciando a subir ao paraíso caso arriscasse de lá os encontrar. Não perdia também ocasião em atingir de todos os modos aos catequistas, intervindo em doações de moradores pios à Companhia de Jesus, obrigando-os a retroceder e demandarem para desfazer os donativos. Ao mesmo tempo elegia vereadores a parentes e amigos, para sob capa do serviço do povo cuidar dos próprios interesses, "*e pera isso foy dequa Gabriel Soares muyto seu amigo e nosso adversario*", concluía Luís da Fonseca.

Acertava mais do que supunha, quanto aos sentimentos do senhor de engenho para com a sua irmandade, pois ao escrever a carta, ainda não sabia o missivista da intensa lida de Gabriel Soares em Madri, onde procurava por todos os meios, inclusive através de longa relação, denegrir os missionários no conceito público. Provavelmente já fôra informado por Manuel Teles das desconfianças de Felipe II contra os jesuítas, porque nunca tardam os aios a perceber e exagerar as antipatias dos amos, axioma de que os padres iam fazer dura experiência no Brasil, depois da reunião das duas corôas. Salvou-os, na conjuntura, a abundância de provas, que facilmente apresen-

taram assim que vieram a saber da aleivosia contra eles atirada.

No momento não tinha Manuel Teles mãos a medir para enfrentar os múltiplos problemas que sobre a sua administração convergiam. Urgia angariar recursos imediatos para remediar a situação, em que mal começava uma tarefa despontava outra, reclamando os povoadores do norte e do sul que não eram amparados e não podiam trabalhar. Precisava também fortificar a Bahia e capitánias, e prosseguir com os trabalhos do Rio de Janeiro para que lá não voltassem franceses. Na região norte de Pernambuco, o surto promissor as-sucareiro que se esboçara, corria perigo depois do fracasso da expedição de Frutuoso Barbosa, custosamente organizada, e num instante dispersada pelo mau tempo. Não houve remédio sinão pleitear que ficassem na colônia os dez mil cruzados exigidos pelo fisco metropolitano, no que teria sido atendido segundo Varnhagen, por montar a tanto as despesas realizadas o ano anterior com os navios castelhanos de Diogo Flores Valdez.

O insucesso de Frutuoso Barbosa na Paraíba, em que perdera um filho, tornara apreensivos os baianos. A resistência dos índios naquela região se intensificara com a presença entre eles de franceses, que depois de perderem ou incendiarem os seus navios nas praias vigiadas pelos pernambucanos, se tinham refugiado entre o gentio levando-lhe reforços de homens e armas contra o adversário comum. A intervenção de estrangeiros trouxe porém a ajuda do general espanhol, que em Santos afugentara, a serviço da política do seu rei, os ingleses de Edward Fenton. Apesar de muito molestada por longa navegação, a esquadra de Diogo Flores parecera oportuníssima onde havia tão poucos recursos de defesa.

Mostraram-se incansáveis os habitantes em homenagear a tripulação surgida em boa hora no Recôncavo. Os sete navios de que se compunha (os demais sob comando de Diogo da Ribeira seguiram do Rio de Janeiro para o estreito de Magalhães, com os abastecimentos que da Bahia lhes mandaram) foram reparados nas oficinas da cidade baixa do Salvador, enquanto Manuel Teles banqueteava esplendidamente os capitães e demais fidalgos da oficialidade, no que foi imitado pelo bispo D. Antonio Barreiros. *“Mas o que mais fez nesta materia”*, escreve fr. Vicente, *“foi um cidadão senhor de engenho, chamado Sebastião de Faria, o qual lhes largou suas casas com todo o serviço e o banqueteou (a Diogo Valdez) e aos seus familiares e apaniguados oito mezes que aqui estiveram”*.

Tais manifestações, dado os complexos latentes entre portugueses e espanhoes, lembram o aparato que estadeiam dois competidores pouco amigos, porém desejosos de mutuamente se deslumbrarem. Continuando porém boa harmonia entre castelhanos, governador, bispo e povoadores, apresentou-se a grande expedição com destino a Pernambuco, onde deviam receber mais reforços colhidos no lugar, e desembarcar ao norte da capitania, conforme vimos em volumes anteriores que tratam da região. Iniciando as operações, queimou Valdez mais quatro navios franceses na boca do Paraíba, e depois de deixar alguns homens no fortim construído na vizinhança, zarpou de volta à Espanha de onde partira dois anos antes.

Nessa altura, enquanto prosseguia o combate à indiada paraibana, desdobrava-se Gabriel Soares na côrte para conseguir o que o levara à Europa, aumentando os obstáculos antepostos ao pagamento dos subsídios a que tinham direito os jesuitas, e tão re-

petidos se tornaram os agravos, que se viram obrigados a protestar diretamente no reino. Aí esbarraram na mesma má vontade por parte dos oficiais da fazenda, como se obedecessem a uma palavra de ordem emanada de altas esferas administrativas. Assumira o governo da Espanha em nome de Felipe III a sua mãe, a imperatriz viúva D.<sup>a</sup> Maria, ao passo que em Lisboa ficava o arquiduque Alberto d'Austria como seu representante. Esta mutação de governo pouco adiantou aos jesuitas, concluindo o vice-provincial padre Manuel de Sequeira, que quanto mais se esforçasse a província jesuítica de Portugal pelo monarca espanhol maior repulsa encontrava, atribuindo-a a alguns componentes menos cautos da ordem, declaradamente favoráveis ao Prior do Crato. Certa vez pretendia Felipe II suspender a renda outorgada pelos seus predecessores ao colégio de S. Antão, o que dava muito que pensar. Hostilizados simultaneamente dos dois lados do oceano, pela côrte na Europa e pelo governo geral na América, viam-se os padres entre a cruz e a caldeirinha, embora soubessem que os aprestos da Invencível Armada e suas conseqüências, deixavam poucas disponibilidades para acudir as colónias.

Da oposição governamental no Brasil manavam incidentes, um dos quaes decorreu de uma denúncia recebida por Manuel Teles, de que os padres tinham por seu procurador em Camamú e Boipeba a Pero Simões, o qual empregava indevidamente índios nos trabalhos dessas ilhas. Sem mais averiguações mandou o governador que para lá seguisse a justiça, e em seu nome fosse apreendido o gentio apontado. A diligência se houve com tanta infelicidade, que ao se aproximar subrepticamente à meia noite dos alojamentos dos trabalhadores, provocou alarma e os próprios índios resistiram e frecharam os intrusos. Acalmaram-se

contudo os ânimos, por intervenção de Pero Simões, sem que deixasse por isso de ser preso e embarcado numa canoa. Acudiu em outra o padre Diogo Nunes, destacado em Boipeba, havendo protestos acalorados sem mais conseqüências momentâneas. Serviram porém no dia seguinte para Manuel Teles classificar o procedimento como desacato à sua autoridade, exigindo fosse o padre expulso da Companhia de Jesus.

Bem augurava Luís da Fonseca com pitoresca expressão, os aspétos da porfia em que o governador se mostrava cada vez mais agreste, principalmente "*depois que teve a faca e o queijo nas mãos*". Não havia meio de lhe aplacar a ira, tudo servindo para exacerbá-la contra as missões pelos mesmos doestos que séculos mais tarde, serviram para formar em torno dos missionários lenda tão negra quanto falsa. Recresceu a cólera de Manuel Teles com a inevitável absolvição de Diogo Nunes, considerada injusta e perigosa, tanto mais que desfazia o triunfo prelibado na versão que mostrava os apóstolos apanhados em flagrante delito de explorar índios! A atitude do governador todavia era estranha, porquanto no domingo compareceu, como si nada acontecera, à missa do collegio, contradição que só pode ser explicada por fenómeno bastante comum em certos indivíduos, compenetrados do seu desejo a ponto de o confundir com a realidade, e podemos avaliar o seu espanto e indignação, quando os padres num justo revide, o convidaram a sair da igreja em que se tornara indesejavel.

\* \* \*

Era quasi impossivel manter o idealismo da Companhia de Jesus num ambiente que descambara no declive do mais intenso utilitarismo. A empresa as-sucareira estava em pleno desenvolvimento, e na fase

em que se encontrava não podia mais ser detida por considerações doutrinárias. Repetimos o que em volumes precedentes dizíamos a respeito da sina dos povos jovens, a impor que o seu progresso evolua à custa de lágrimas, sangue e iniquidades. Não erigiu a Grécia a sua espantosa cultura no regime da mais odiosa escravidão? O mesmo fenómeno se nota onde vingava a lavoura canavieira, quasi à revelia da metrópole, muito mais interessada na descoberta de jazidas metalíferas, do que numa indústria trabalhosa, complexa e aparentemente de pouco rendimento imediato. O assucar dava grandes lucros mas exigia desdobramentos de imigração branca, braços escravos, proteção armada, missionários, cléro regular, funcionários; e mais pertences da máquina administrativa a hipertrofiar-se assustadoramente de ano para ano. Chegamos a ressentir impressão de que o primeiro projéto de devassar o Brasil para obter metais, transformou-se involuntariamente em cultivo do sólo, obrigados os devassadores por força das circunstâncias à atividade estavel, de carater permanente, sem o que não poderiam manter os pontos estratégicos do litoral. Essa base lhes foi assegurada por acaso, graças à uma produção remuneradora no mercado europeu, que conquistou pela qualidade do produto auxiliada pelo aumento de consumo no século 16. A iniciativa particular do regime das capitánias fez o resto, e no Brasil surgiram condições completamente diversas da Índia. No oriente o comércio se limitava ao domínio do mar, que presidia o transporte de mercadorias, e relações com príncipes indianos que as forneciam às feitorias. Na América tornou-se preciso lançar os fundamentos de empresa com aspéto colonizador, dependendo de elaboração longa e delicada antes de resarcir o dinheiro

nela invertido. Visivelmente a metrópole foi arrastada a esforços desproporcionados aos seus recursos em homens e finanças, enquanto as colónias não se tornavam o esteio da sua maturidade.

Relacionada com a cultura de cana estava a criação de gado para alimentar os agricultores e lhes proporcionar os bois de serviço, em que vemos um dos muitos desdobramentos acima aludidos, desviando para Sergipe a atenção dos povoadores baianos. O interesse de senhores de engenho e grandes fazendeiros instava pela definitiva conquista daquela região. Surgiu o pretexto com incidente fortuito: um belo dia mandaram os índios que obedeciam ao principal Boapeba (ou Boipeba, cobra enrodilhada) mensagem aos jesuitas exprimindo o desejo de serem doutrinados, como já o tinham sido outros índios do lugar. Provavelmente se referiam aos de Tatuapara, no sítio que passara às mãos de Garcia de Ávila e outros reinos influentes. Esses personagens não podiam almejar melhor dádiva dos ceus. Chegava o pedido do momento em que os brancos preparavam uma entrada em Sergipe, a lhes simplificar os planos, porquanto si os índios pensavam em desamparar a terra, era preferível que fossem para as roças dos povoadores, onde trabalhariam para a grandesa do Estado, do que para si mesmos nas aldeias dos jesuitas. Protestaram os catequistas contra esse brutal modo de ver, sem resultado, porém, pois os povoadores deviam contar com o apoio do mesmo governador que ordenara a diligência de Camamu. Nesta intenção 150 portugueses e mamelucos, mais 300 índios, invadiram os descampados que se estendiam até o S. Francisco, persuadidos de que seriam facil conquista. Caro lhes custou a temeridade quando os selvícolas, com ajuda dos franceses de um barco que viera carregar pau

brasil na enseada de Vasabarrís, não só resistiram valentemente, como passaram de agredidos a agressores.

Os responsáveis pelo desastre, segundo o venerável Cristovam de Gouveia, eram os desafetos da Companhia, em que se destacavam os religiosos de S. Bento, Garcia de Ávila e o governador. Prometera Manuel Teles aos beneditinos uma fazenda em Sergipe, o que aparentemente os incluía nos pretendentes de terras ao norte da Bahia. Atuavam também sobre o governador, povoadores voltados para aquelas bandas, entre os quais o dito Garcia de Ávila, constantemente em relações com o governo por ser um dos fornecedores de mantimentos à cidade. Tantos interesses concorriam para formar corrente irresistível, a exigir que os índios doutrinados pelos jesuítas, passassem a seu poder como condição prévia para realizar planos desbravadores. Da exigência e maneira como se exercia, advieram choques que já mencionamos, avaliando-se em 500 os brancos vítimas da sua própria cubiça, aos quais se ajuntaram mais 100 de novos conflitos, perda extremamente sensível na colônia onde o seu número ainda era insignificante. Grande exaltação abrasou daí a coletividade, tornando-se necessário descobrir um bode expiatório. No momento não podia deixar de ser o incômodo jesuíta, contra o qual todos os meios serviam, numa celêuma em que até um pequeno cùrral, há mais de trinta anos em seu poder, onde criavam algumas rezes para o seu sustento e o dos pupilos na cidade do Salvador, foi também reivindicado pela Câmara. Desolava-se Cristovam de Gouveia com os acontecimentos e participava aos irmãos de Portugal, "*Os governadores e justiça são aqui como reis*", resolvendo, no entanto, desprezar a campanha a fim de

que as increpações se desmanchassem por si, respondendo a obra das missões pelos apóstolos, pois, siquer o governador, com toda a sua má vontade e ressentimento, se atrevia em negar-lhe o mérito.

Sobrevinham os males justamente no período em que, sob direção de Cristovam Gouveia e Anchieta, tinham os jesuitas desenvolvido notavel atividade altruistica e se viam em grande aperto. Ao se inteirar no reino da situação, dizia o procurador Amador Rebelo que estavam "*em risco de fallencia*", não sabendo como resolver o passo, tanta era a má fé e cega opposição encontrada nos que mais se aproveitavam da catequese do índio. Na circunstância, não se podia attribuir as dificuldades tão somente ao governador, embora fosse ele o maior responsável pelo cargo que occupava. Evidenciava-se, porém, que os poucos recursos existentes na colônia para atender às suas mil e uma necessidades, agravavam a velha balda de Manuel Teles contra a Companhia de Jesus. Prejuizos antigos reapareciam em o novo mundo trazidos por sucessos algo semelhantes. Chegara idoso o governador à Bahia, possuido de mau humor, que o momento e as condições da colônia desculpam. Nesse estado de espirito não se inclinaria à serenidade, tornando a nutrir para com os padres sentimentos, que anos antes aparentara, quando almotacé da capital recusava-lhes um terreno doado por S. A.

Ledo engano crer no lenitivo proporcionado pela idade a pessoas contenciosas, porquanto no geral, são como os vinhos que sendo bons, melhoram no decorrer dos anos, mas si forem ácidos na orijem pouco poderão melhorar, e o governador era cordial desaféto da Companhia, embora não parecesse irreligioso. A família tampouco o era, e no oriente, onde os portugueses sob a competição de crenças contrá-

rias se tornavam mais devotos, lograram muitos Teles Barretos se assinalarem ao lado de S. Francisco Xavier. Comandava em 1504 certo Manuel Teles, uma das 13 velas com que o capitão mor Lopo Soares, de insigne memória, destruiu 85 embarcações do Samorim em Granganor. Dois anos mais tarde o mesmo Manuel, destaca-se no comando do *Rei Pequeno*, em companhia de Álvaro Teles Barreto no *São Vicente*, ambos os dois na armada de Afonso de Albuquerque, quando a caminho da Arábia descobriram a ilha de S. Lourenço. O primeiro permaneceu com o Terribil no mar Vermelho com objetivo de tomar a ilha de Socotorá. O segundo deu volta à recém-descoberta ilha e foi ter a Samatra na suposição de que fosse o cabo Guardafui. Tornou novamente este Álvaro, à Índia em 1515 no *S. Gião*, com Lopo Soares que ia por vice-rei, onde o ajudou a construir as fortalezas de Couião e de Columbo. O seu parente despachado para a Bahia, de que ora nos ocupamos, era filho de Enrique Muniz, comandante em 1529 da nau *Conceição* pertencente à esquadilha de Diogo da Silveira, o qual morreu no mar deixando na orfandade dois filhos rapasitos que levava consigo. Um deles, de nome António, praticou mais tarde muitos feitos, comandando entre outras a nau *Zambuco* da armada de Fernão Soares de Albergaria, descendente do famoso Lopo, naufragando na costa indiana e salvando-se a custo com setenta homens. Comboiou ao depois no comando da nau *Belém*, o vice-rei D. António de Noronha quando foi assumir o posto em Malaca, dando-se na ocasião o falecimento deste fidalgo, o que lhe propiciou o governo da Índia. Lá ficou numa fase particularmente turbada pela competições dos príncipes indianos, segundo ele mesmo relata na carta transcrita no epistolário dos Fugger. Alongarfa-

mos porém em demasia a lista dos parentes próximos e remotos, colaterais e afins da ilustre gens, si a quizessemos reproduzir. Basta a fé de officio do pai e do irmão, para demonstrar que a familia era das mais tradicionalmente católicas e nacionalistas do reino, sem motivos especiais para um dos seus aborrecer a Companhia de Jesus, igualmente nacionalista e desvelada servidora dos interesses portuguezes.

Em outro terreno devemos procurar as razões do desaguisado de Manuel com os padres. De começo na Bahia pareciam querer entender-se muito bem, e nos festejos com que foi recebido no colégio pouco depois da viagem, houve discursos, "*onde se entroncaram todos os troncos e avoengos dos Monises com as mais maravilhas que têm feito na India*", escreve Fernão Cardim. O esforço redundou todavia inutil ante as vicissitudes coloniais. Apesar de lisongeados, inclinou-se o governador para os que lhe mostravam o quanto os povoadores poderiam concorrer para o desenvolvimento das finanças del-rei, si lhes dispensassem o que se "*desperdiçava*" com missionários. Diretores espirituais encontrariam melhores nos beneditinos, mais lhanos e menos precavidos que os jesuitas; e quanto a catequistas, minguariam de importância à medida que o progresso proporcionasse soldados e armas. O que importava era carrear índios para a lavoura, aprôveitar terras baldias e devassar sertões, sem a perda de tempo em lenta catequese, procedida por idealistas, mais preocupados com a salvação das almas do que em amplificar rapidamente meios económicos. Com essa diretriz colidiam mais uma vez os dois poderes, o espiritual e o material, a enfraquecer contra os desejos dos padres a coletividade, quando mais unida deveria estar para resistir à ambição estrangeira.

Suspendera Manuel Teles logo no começo do seu governo os processos intentados por Cosme Rangel contra alguns povoadores. Também acolheu as representações sobre cobrança de dívidas particulares que muito os incomodavam. Ajustou nesse mesmo sentido os roceiros — como diz Varnhagen — com os traficantes de escravos, a fim de que aos poucos lhes pudessem satisfazer sem o risco de juros atrasados que lhes tiravam as propriedades. A escravaria de quem dependiam, devia se compor em grande parte de negros da Guiné (mais certo seria de Angola e Congo), e o restante de índios capturados em “guerra justa”. Estes porém, diminuiriam com o tempo, porque em 1587 entrou em vigor o decreto regulando a matéria, alcançado pelos jesuitas à revelia dos povoadores, e muito provavelmente do governador. Nele ordenava-se que ninguém descesse gentio sem licença de autoridades superiores, e sem acompanhamento de pessoas de confiança. Estas seriam *“dois ou tres Padres da Companhia de Jesus, que pelo bom credito, que teem entre os gentios, os persuadirão mais facilmente a virem servir aos ditos seus vassallos em seus engenhos e fazendas... sem força nem engano, declarando-lhes que lhes pagarão seus serviços, conforme ao meu regimento”*, e que poderiam se retirar do mesmo modo, livres de qualquer coação, *“não os contrangendo a servir em contra as suas vontades”*. O documento demonstra logo de início, o defeito de resoluções demasiado teóricas, tomadas longe no reino, a respeito de assuntos brasílicos. Os termos da lei parecem considerar os índios como campônios europeus da região mediterrânea, afeitos desde séculos a uma espécie de mutirão pago, que ainda persistia antes da primeira guerra mundial. Via-se por 1914 camponeses do norte da Itália, seguirem todos os anos

para a Argentina afim de proceder às colheitas, e em seguida tornar ao Piemonte de onde tinham partido. Muito diversos eram os gentios que trabalhavam quando lhes "*dava la gana*" e do modo que bem entendiam, largando o eito em meio de uma tarefa, por qualquer motivo, fundado ou não, procedente ou im-procedente, regressando sem mais cuidados à taba. Serve contudo, o texto para demonstrar o que vimos dizendo sobre os jesuitas, e a sua atividade benéfica reconhecida mesmo por adversários.

E' também o contrário do que alega Varnhagen, mais uma vez culpado de citar ocorrências sem dizer as fontes, atribuindo a Manuel Teles o que pertence aos inacinos. Quem se entendia com o gentio eram os missionários, porque o socorriam e protegiam, e pleiteavam leis que o garantissem contra os parciais do governador. Percebemos o rancor desses contrariados, ainda mais virulento, ao saber que os padres se recusavam tomar parte nessas expedições de carater predatório. Tinham sem dúvida anos antes acompanhado-a de Espinosa, e obedecido a Luís de Brito de Almeida na de António Dias Adorno. Julgava aquele governador não ser possível a empresa sem missionários, pelos mesmos motivos citados na lei supra, o que sugere provir o contexto da contribuição informativa daquelas empresas. Destinavam-se porém, a descobrir ouro, e não aprezar escravos. A concordância de funcionários estimulou o mais acérrimo inimigo dos jesuitas, o senhor de engenho Gabriel Soares, em solicitar o seu auxilio por intermédio del-rei, rogando ao governo os constrangesse a servir na expedição inda de princípio recusassem como de fáto aconteceu.

Faleceu Manuel Teles na Bahia no ano de 1587. após um governo, que a despeito de muitos erros na sua orientação geral, foi probó e de certo modo fe-

cundo, digno de exemplo e da tradição que houvera dos seus maiores. Deixava o Rio de Janeiro firmemente na posse dos portugueses, graças aos auxílios e atenção com que acompanhou os esforços de Salvador Correia. Procurou sanar a régia administração em Pernambuco, e combateu implacavelmente os abusos de senhores de engenho no gênero de Fernão Cabral de Ataíde, e do seu cúmplice o Tomacau-na (47), Adeantou igualmente a ocupação da Paraíba e a de Sergipe, procurando em toda parte melhorar a defesa da colônia, o que lhe custou não pequeno sacrifício visto a escassês de meios com que lutava. Zelou pelos produtores, já naquele tempo às voltas com falta de crédito, concedendo-lhes vantajens nos prazos de pagamento de dívidas, e dilação nos executivos que lhes moviam os traficantes fornecedores de pretos, e capitalistas judeus que emprestavam dinheiro a juros elevados. Este auxílio não veio sem provocar protestos veementes dos Shylocks coloniais, e a respeito escreve fr. Vicente que os recebeu Manuel Teles com aspereza, *“dizendo que elles vinham a destruir a terra, levando della em tres ou quatro annos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e accrescentavam com seu trabalho e haviam conquistado à custa do seu sangue”*. Também ajudou os pequenos mercadores e a população da cidade do Salvador, mandando buscar gêneros em capitánias distantes, e mesmo nos domínios castelhanos do Prata, valendo-se da união das duas corôas para conseguir melhora de abastecimentos. A monocultura do assucar imperando no litoral forçava-o a estas providências, em que se vê desde os alvares do Brasil acentuarem-se no correr

---

(47) v. Pernambuco e as Caps. do Norte, III, 92.

do tempo as zonas de produção de víveres cada vez mais em direção sul.

No seu governô foram concedidas tres importantes sesmarias aos que mais direitos apresentavam a uma recompensa, ou para o aproveitamento das terras, a saber: Bento Dias de Santiago com várzeas as-sucareiras em Itamaracá; um menor de nome Vicente, aparentado a Cosme Rangel, que recebeu uma légua de comprido por duas de largo junto a Jaguaripe; e a maior de todas a Brites de Carvalho, viuva de Duarte Dias de Carvalho, morto em África, com doze léguas de extensão no rio Real. Talvez depuzesse maior fé no próspero cristão novo Bentô Dias, que entretanto foi o primeiro a falhar. Prescrito o praso em que deviam ser aproveitadas, passaram as suas glebas a D.<sup>a</sup> Jerónima de Albuquerque. Confirmava o opulento contratador dos dizimos os dizeres dos que consideravam os judeus como avessos à agricultura. Efetivamente, muitos dos seus correligionários, mesmo os bem sucedidos nos engenhos montados com o produto da mercância (bom negócio para quem não precisava pedir dinheiro a juros para o custeio da empresa), pouco persistiam à testa dessa atividade semi-agrícola, semi-industrial. Não criavam raises em parte alguma, nem onde medravam essências chamadas "reais" pelo seu porte e viço. Preferiam desfazer-se de fazendas e engenhos por alto preço depois de explorá-los o quanto possível, e em seguida se retirarem para o reino. Era o contrário do cristão velho, que demonstrava pendor em se vincular para sempre onde bem ou mal se estabelecia. Esse sentir abrangia até ordens religiosas, como os beneditinos, determinados em se demorar no Brasil a despeito da insegurança e incomodidades cedendo aos rogos de habitantes em que se contava o próprio Manuel Teles, si bem pa-

reça motivar-se o pedido deste mais no desejo de enfraquecer a situação dos jesuítas.

Acerca dos franciscanos chegados depois, escrevia Nóbrega já em 1553, que um tal Álvaro de Magalhães deixara ao morrer os seus haveres ao primeiro convento de S. Antonio que se fizesse na capitania. "*E' fazenda grossa*", comentava o padre, "*e desejam dála a esta casa, si o Nuncio ou de quem isto pertence se houver licença para se poder permutar. Não se deixe perder por falta de diligência*". O pedido exarado na carta originára-se de não haver naquela data franciscanos no Brasil, e exigirem os testamenteiros que a dádiva só se efetuasse para esses frades. Como sabemos, ao se mudarem os lusos para o Brasil traziam consigo as suas predileções, que viam naqueles abnegados a continuação da comovente história do seu fundador, que tinha feito voto de pobreza para viver da caridade pública. Os frades demonstravam também eloquência inflamada, que atemorizava os pecadores com as penas infernais, ou os confortava com promessas de bemaventurança eterna. Passando-se para o Brasil, afinados com a simplicidade da turba, gozariam da simpatia que desfrutavam no reino, tanto mais por terem dito a primeira missa na terra recém-descoberta. Apareceram igualmente nas expedições seguintes, onde em meio de indígenas viviam alguns naufragos e desertores, sacramentando, ao que se conjectura com algum fundamento, uniões desses primeiros brancos da nossa proto-história com as filhas dos que os amparavam (48).

Desejosos os irmãos portugueses de missionar em o Novo Mundo, desembarcaram em 1584 na ca-

---

(48) v. *Primeiros Povoadores do Brasil*, 2.ª ed. 119.

pitania de Jorge de Albuquerque Coelho, indo ter em seguida à Paraíba, onde substituíram os jesuítas desavindos com as autoridades e povoadores (49). Empenhou-se o virtuoso fr. Melchior de Santa Catarina em continuar a obra dos antecessores, incorrendo, porém, nos mesmos percalços, pelo que cederam por sua vez lugar aos carmelitas. O tempo se mostrava particularmente ingrato à catequese dos índios nos moldes cristãos, premente em toda parte a fome de braços da lavoura, e inevitável desrespeito às missões. Tornados a Pernambuco tiveram ensejo de se encontrar com D. António Barreiros que os levou à cidade do Salvador, agasalhando-os até se transferirem para um rancho coberto de palha, no sítio em que se eleva o atual convento. Continuando o bispo a protegê-los, comprou em 1587 terrenos vizinhos a António Fernandes, morador na ilha da Maré, doando-os aos seus amigos franciscanos, que aí erijiram um pequeno convento e igreja, substituídos no fim do século 17 pelos atuais edifícios.

Mais venturosos do que eles em rápido progresso na colónia, foram os beneditinos graças à proteção de Manuel Teles Barreto. Reza a *Chronica do Mosteiro de S. Bento de Olinda*, por fr. Arcanio da Anunciação (50), que no ano de 1581 (ou melhor, em 1580 segundo indica Wanderley Pinho) pediram os moradores da Bahia, "*Ihes mandassem monges da nova reforma para sua consolação*". Atendeu-os o geral, apoiado no capítulo reunido seis anos antes, em que se consignara o desejo del-rei de possuir mosteiros de S. Bento "*na India, Brasil e lugares ultramarinos*". Começaram os beneditinos a sua tarefa no Rio de Ja-

---

(49) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, II, cap. Paraíba.

(50) Irmão de fr. Gaspar da Madre de Deus.

neiro passando-se ao depois à Bahia como foi dito. Com a chegada de fr. António Ventura nomeado abade no capítulo geral de 1584, tornou-se, apud Borges de Barros, a situação da ordem regularmente estabelecida no Brasil, e por influência do governador não tardaram a receber doações de habitantes principais do lugar. Num acesso de piedade presenteou-os o latifundiário Garcia de Ávila com a ermida de N.<sup>a</sup> Sra. do Monte Serrate, que fez construir de pedra e cal, acrescentando terras à volta para sustento dos custódios. Arrependeu-se em seguida, segundo já tratamos em sucessos que se relacionam com outra história.

Os últimos a aparecer na Bahia neste período foram os carmelitas chegados de primeiro ao nordeste em companhia de Frutuoso Barbosa. Dalí se mudaram para a cidade do Salvador, onde se estabeleceram no Monte Calvário, perto dos jesuitas. Um outro importante medalhão colonial, Cristovam de Aguiar de Altero, doou-lhes a capelinha da Piedade e as terras adjacentes, em que a pouco e pouco prosperaram a partir do governo Teles Barreto. Pena foi este mandatário reiuno não se entender com os jesuitas que tantos serviços prestavam à colónia, pois teria sido então impecavel o seu governo. Causam às vezes grande perturbação e prejuizos, prevenções pessoais levadas ao terreno político, tanto mais nocivas quanto mais fúteis. Sábias teorias poderiam ser construídas, extensas e bem alicerçadas, sobre determinantes do género oriundas de ressentimentos, idéas preconcebidas ou simples desconfianças. Tais investigações serão deveras úteis quando os métodos empregados na historiografia se libertarem de antiquados processos, que ainda predominam, por demais rudimentares na sua unilateralidade. Atualmente a história dá impressão de um painel sem relevo, a descrever fátos para de-

terminados grupos de igual ideologia, através de generalidades extremamente cômodas para essas exposições, todavia de escasso valor científico. Sentindo a sua inferioridade, procuram essas teorias se revestir de uma pseudociência, incapás de entender não só acontecimentos presentes, como crises de psicologia coletiva ocorridas no passado, em que todo um povo se torna presa de uma obsessão, como succedeu à Espanha no século 16, ou a Portugal durante o reinado dos Felipes.

Um pequeno exemplo se nos depara no antagonismo entre Manuel Teles e a Companhia de Jesus. Apesar de ser bom católico, muito devoto de outras ordens religiosas, o governador a hostilizou quanto pôde com ardor comparavel ao de turco ou luterano nas mesmas condições. A explicação já foi lembrada páginas atrás, quando nos referimos ao fenómeno verificado onde só havia uma crença. A unidade permitia que praticantes dos mais fervorosos, se voltassem contra certas agremiações eclesiásticas sem quebra de solidariedade como hoje significaria. Não nos esqueçamos a respeito da atitude do governador empenhado no Brasil em luta contra os padres, que ainda reboava na cristandade o horror do saque de Roma pelas tropas de Carlos V. Por milagre escapara o Vigário de Cristo à fúria de mercenários protestantes, que no entanto eram pagos por um monarca considerado o campeão do catolicismo contra a Reforma e o Islam. Na mesma época o principal adversário do imperador, o Cristianissimo rei Francisco I, aliava-se a Solimão o Magnífico, que ameaçava sepultar a Europa sob os escombros das suas vitórias. De modo semelhante, na política portuguesa dos anos seguintes, rogara o Prior do Crato pouco depois de Alcacer Quibir assistência militar ao Xerife de Fez, o

qual de primeiro lh'a prometeu, para em pouco se entender com Felipe II contra o pretendente e os ingleses que o apoiavam.

Descendo agora dos paços reais para as ordens religiosas, vemos não menor desunião. Surgidos na Paraíba e na Bahia depois dos jesuitas, tentavam beneditinos, franciscanos e carmelitas, embaraçar a obra dos confrades, certos de que os substituiriam com vantagem na conversão dos bárbaros do Novo Mundo. Não se pense, porém, que por se efetuarem intra muros, deixavam semelhantes rivalidades de ser menos nocivas. Falecido Manuel Teles sucedeu-lhe no reino Francisco Giraldes, donatário da capitania de Ilheus. O novo governador pouco apreciava os inacinos por causa do litígio das terras de Camamú. Nas práticas que teve em Lisboa com os padres a respeito dos trabalhos da Companhia e das quantias que lhes eram legitimamente devidas, ameaçava retirar-lhes as missões, e cedê-las a outras ordens, coisa que nem Manuel Teles ousara. e só mediante amargos sacrifícios lograram os apóstolos lhe conter a cólera. Começaram então os jesuitas que labutavam nas missões ultramarinas, a cogitar da venda do produto das suas lavouras, para se eximirem das contínuas humilhações e prejuizos que lhes acarretava a precariedade de subsídios, entremeados de delongas e oposições, mais danosas que a cobiça dos povoadores e a ferocidade do índio.

## Novo Governo Interino e definitiva conquista de Sergipe.

**V**OLTAVA o bispo D. António Barreiros pelo falecimento de Manuel Teles, a assumir o governo interino da colónia, desta vez auxiliado por Cristovam Cardoso de Barros. Incidiam sobre o segundo vários encargos, entre os quais o de angariar esmolas para a Santa Casa de que fôra eleito provedor. Nesta intenção partira da cidade a percorrer o Recôncavo, quando apareceram na Bahiã tres embarcações de corsários ingleses. Traziam cartas de corso do Prior do Crato para hostilizar a navegação espanhola, num estado de guerra que agora abrangia ao Brasil e as colónias portuguesas. Um incidente fortuíto as instruiu da escassa defesa da cidade do Salvador. Contara a tripulação de um patacho espanhol, aprisionado pelos ingleses perto da costa, que a praça só dispunha de insuficientes recursos militares, entregue ao bispo na ausência do provedor. Resolveram assaltá-la ante perspectiva de golpe facil e frutuoso, ocorrendo então fáto sintomático, prenúncio de calamidades futuras. Estava no porto a urca flamenga do mercador Duarte Osquer, cuja tripulação provavelmente eivada de luteranismo, ao ver os ingleses se apoderarem dos navios surtos no encoradouro, passaram-se aos agressores ajudando-os a atacar os portugueses. Supunha Varnhagen que tencionavam obrigar os habitantes a pagar resgate, como um século depois praticou Dugay Trouin no Rio de Janeiro, de novo com a cumplicidade de holandeses, nas mesmas condições. Felismente para

os baianos não contavam os adversos com bastante gente para desembarcar, porquanto si do lado marítimo a defesa era pouca, em terra havia as fortificações remodeladas por Manuel Teles, apoiado nas quais o bispo, assistido por Cristovam de Gouveia, se dispoz a resistir. Preferiram então os corsários assolar as povoações marginaes do Recôncavo, onde foram repellidos pelos bandos armados do provedor, em que entravam os pupilos das aldeias incinas e mais gente sob o comando do opulento Sebastião de Faria. Corresponhia assim o latifundiário à maior obrigação do senhor de gênero feudal, acudindo à frente de vassallos menores, parentes, afins e milícias, ao brado de guerra del-rei. Após um insucesso em Itaparica, desceram os ingleses em Camamú, onde, atacados de surpresa pelo mameluco António Alvares Capara e índios dos jesuitas, afastaram-se da Bahia com o que puderam levar.

Estas noticias apressaram a vinda de Francisco Giraldes com a patente do governador geral do Brasil, concedida pela segunda vez, tendo sido a primeira a Tomé de Sousa. O escolhido era conselheiro de S. M. com interesses na região, donatário da capitania de Ilheus, que não prosperara por falta de auxilio da corôa. O seu pae fôra dos mais notáveis mercadores estrangeiros estabelecidos em Lisboa, empenhado em negócios coloniais a ponto de comprar uma capitania no Brasil. Infere-se que o filho por esse e outros motivos, bem conhecesse problemas brasileiros, motivo maior da sua nomeação, como ademais dão a entender os termos do seu Regimento. Expressim igualmente o surto económico da colônia no último decênio, a exigir modificações administrativas correspondentes ao seu progresso. No texto não se cogitava mais de cortes no funcionalismo,

nem supressão de cargos como no tempo do absurdo D. Sebastião I. Na capitania de Pernambuco, dos Albuquerque Coelho, e na da Paraíba já se elevavam sessenta e seis engenhos, a produzir anualmente duzentas mil arrobas de assucar. Seguia-se a Bahia com trinta e seis engenhos, e produção média anual de tres mil e trezentas arrobas por ano cada um, e nas outras capitanias juntas "*metade deste numero*", escreve Varnhagen, perfazendo um total de cento e vinte mil. A porcentagem da corôa no total montava a setenta mil cruzados, a rasão de um por caixa de dez quintais. As outras importações a concorrer nos impostos eram pau brasil, algodão e ambar, enquanto não se procedia à plantação intensiva de fumo nativo, que se tornaria apreciável nos escambos com régulos africanos detentores de negros (51). O primeiro gênero ainda era bastante vultoso, para Alviano (52) o considerar complemento do assucar na exportação nordestina, e não muito depois reproduzia D. Diogo de Meneses os seus dizeres, com a afirmação que "*verdadeiras minas do Brasil são assucar e pau brasil, de que V. Magestade tem tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda um só vintem*".

Nas proximidades do século 17, foram canalizadas as correntes de escravos para essa lavoura, no momento em que se inflamava a competição imperialista dos países europeus no terreno colonial. A despeito dos esforços de lavradores, autoridades e traficantes, que teriam conseguido para a lavoura brasileira cerca de cinquenta mil cativos, sinão mais no espaço de 1576 a 1591, continuavam entretanto deficientes. Do número de "peças" embarcadas, era preciso descontar entre

---

(51) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte do Brasil*, t, 261-274 in nota 104.

(52) *Personagem do Dialogo das Grandesas*.

outras as perdas registadas na viagem em proporção verdadeiramente catastrófica (53), de sorte que não tardou a ocorrer aos lavradores unirem-se em grupos a fim de fretar navios e importar diretamente negros do outro lado do Atlântico. Queriam assim prescindir da intervenção de intermediários, porquanto um engenheiro devorava insaciavelmente escravos no pesado serviço do asucar. A dificuldade em obter braços indígenas habituados à roça de mandioca, provocava crises decorrentes da monocultura levada ao extremo, pelo que foi preciso decretar disposições sobre o número de covas para cada cabeça de escravos negros, a fim de não se positivar o espectro da fome que os ameaçava. Frequentemente tiveram os baianos em toda a fase colonial, de comprar farinha "de guerra" (que era a mais resistente) na região sulina, principalmente no planalto vicentino, e mais longe ainda, quando a unificação da península ibérica permitiu que se importasse carne seca do Prata (54). A capitania de S. Vicente tornou-se destarte, por várias vezes, não só fornecedora de escravos índios à lavoura do norte, como também de víveres para alimentá-los. Apresenta Varnhagen algumas cifras a respeito das importações do norte do Brasil neste período, sem nos dizer todavia onde compilou os dados. A vista do mau hábito; infelizmente reproduzido por alguns historiadores já envelhecidos, mas ainda citados, esses cálculos foram postos em dúvida por Roberto Simonsen, que rasoavelmente os considera incertos. Temos assim de nos louvar apenas na reconhecida honestidade do autor da *Ha. Geral*, que avalia o consumo de mercadorias exóticas no Brasil em quatrocentos mil cruzados. Essas importações produziam renda de oitenta mil cruzados para

---

(53) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, I, 272-291-307.

(54) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, IV, 134-137.

o erário régio, ou seja 10 % do total. Noticiava fr. Luís de Sousa por volta do primeiro quartel do século 17, atingir a despesa del-rei nas quatorze capitanias 59.487.164 cruzados, que deviam se referir principalmente às do norte por serem grandes produtoras e portanto grandes consumidoras. Como vemos pelos extratos, delineava-se na transição do século 16 para o 17, a situação que ia ser por longo tempo o *modus vivendi* entre a colônia e a metrópole.

Assunmia nossa agricultura papel primordial nas finanças portuguesas, apresentando assucar de boa qualidade no grande mercado europeu, quando era mais reclamado e apreciado. Conta-nos Pyrard como o vendiam sob rótulo da ilha da Madeira, e o falsificavam, ajuntando-lhe substâncias várias das quais muitas nocivas (55). O assucar se tornara necessidade na cosinha do ocidente, depois de o ter sido na do oriente, criando ao lado do requinte caseiro, uma indústria largamente difundida na predileção do povo e ostentação principesca (56). Economistas modernos asseveram que os benefícios que proporcionou ao português ultrapassou de muito a subsequente contribuição do ouro de Cuiabá e das Minas Gerais. A tese é muito admissível, dado o carater da agricultura que de todas as produções de uma região é a mais útil aos seus habitantes. Requeria porém grandes massas de trabalhadores e atividades complementares, que aumentavam o consumo ativando o intercâmbio entre pessoas, países e continentes. Da Bahia iam gêneros em comboios para a metrópole, que os distribuía pela Europa, regressando os navios ao ponto de partida com variado carregamento. Diferente era a ação dos metais, mais fáceis de desencavar e remeter para o reino, onde com ainda

---

(55) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, V, 120.

(56) *ib.* III, 204-206.

maior rapidês, se escoavam nos centros produtores ingleses, e outros do norte europeu. O apoio que lhes dispensavam era valiosíssimo, chegado no momento mais favorável, na hora *H*, quando precisavam de auxílio para se desenvolver. O assucar, pelo contrário, dava um resultado que permanecia na população do império português, em mãos de senhores de engenho ou negociantes, capatazes ou empreiteiros de obras, leigos ou religiosos, de um e de outro lado do Atlântico.

A produção e consumo do assucar eram favorecidos pela evolução da existência no ocidente, reclamando cada vez mais variedades no cardápio diário, consequência diréta do surto de navegação transmarina. Adunavam-se no fim da Renascença frutas, legumes, tubérculos, aves e desconhecidas especiarias, na mesa das novas classes sociais em plena formação. Era o contrário do que hoje se presencia no mundo, em que o caótico e alarmantíssimo aumento das populações, impõe a seus dirigentes que o nível de vida seja rebaixado ao estrito necessário, a fim de que massas enormes possam rudimentarmente subsistir. O estranho resultado dessa política de desespero, é cairem num plano ínfimo antigas zonas produtoras, em proveito de outras até pouco tempo despresadas. O assucar, o café, o cacau, as frutas chamadas exóticas, receberam depreciativa classificação de "*suplementos de sobremesa*", tendo de lutar em tempos normais com toda sorte de restrições para se esgueirarem onde outrora eram recebidos com sofreguidão. Inversamente países como o Canadá e a Argentina, que em 1846 pouco interessavam o mercado mundial — o primeiro às voltas com sublevação de índios, e o segundo entregue a caudilhos irrequietos — atraem um século depois milhões de indivíduos,

desvairados pela fome a flagelar o berço das mais antigas civilizações.



Assomava o assucar na balança comercial quinhentista no momento em que decaía o comércio da Índia, tornado menos importante que o da África no século 16, quando da remessa de cativos negros dependia a atividade das Américas (57). Grandes e pequenos, artífices e latifundiários, nas colônias e na metrópole, ficavam suspensos ao braço negro por não haver outro meio prático de incentivar a produção. Segundo os conselheiros del-rei, ninguém conhecia melhor este problema que um filho de donatário da categoria de Francisco Giraldes, com experiência de negócios ultramarinos, conhecedor das necessidades das capitânias e dos recursos que na Europa poderiam alcançar. O nome do galeão em que embarçou era simbólico, batisado São Lucas em lembrança de Luca Giraldo, pai do novo governador, grande negociante, perito no comércio de gêneros exóticos. A embarcação navegaria de conserva com as naus da Índia nas monções de março, formando comboio para resistir aos navios de Walshingham que infestavam a rota dos transportes das monarquias conjugadas. Calculavam com acerto os inimigos de Felipe II; ingleses, franceses e luteranos, que sem as colônias, desarticular-se-ia o império ibérico, pela falta do "*nervo da guerra*" com que se mantinha na Europa. Não pôde, entretanto, Giraldes transpor o equador, mesmo livre dos inimigos do seu rei. Levado por ventos contrários foi ter às Antilhas, e depois de

---

(57) Chamamos cativos os prisioneiros de guerra em mãos dos régulos que os vendiam. Chegados aos engenhos passavam então a ser escravos absorvidos no seu trabalho.

um ano de procelosa viagem tornou à Lisboa sem ter visto o Brasil.

O contratempo acarretou grave prejuízo à população colonial, porquanto vinha com Giraldes o fidalgo António de Magalhães, no cargo recentemente criado no Brasil de sargento mor, a fim de reorganizar as companhias de ordenanças incumbidas da defesa do território marítimo, trazendo alguma artilharia e mais pertences necessários. Vinham ainda dois desembargadores para a Relação que Manuel Teles Barreto advogara para a colônia, com séde na cidade do Salvador. Este tribunal era constituído por nove ministros, a saber, desembargadores de agravos, ouvidor geral, juís dos feitos, promotor da justiça e juízes estravagantes, tendo sido Luís Machado de Gouveia mais tarde o primeiro chanceler. O desacerto da viagem de Francisco Giraldes, em que estavam alguns desses magistrados, e mais dificuldades supervenientes, atrazaram por alguns anos as funções normais do utilíssimo orgam, pois apenas tres dos seus elementos chegaram ao destino. No mesmo ano de 1588 em que os nomearam, também foi criado o cargo de provedor dos defuntos e ausentes, da maior importância onde por força das distâncias e dificuldades de comunicação, jouviam bens e heranças longo espaço abandonados ou entregues a funcionários incompetentes.

De volta a Portugal depois da malograda tentativa, veio a falecer Giraldes no momento em que a metrópole, jungida à política filipina, necessitava na côrte administrativa de todos os seus fidalgos. Um dos passos culminantes do reinado de Felipe II foi o desmedido plano da invasão da Inglaterra, com que pretendia de vez afastar do seu caminho um adversário, em que farejava com rasão o futuro senhor dos mares. A empresa tinha a magnitude do golpe que uniu

a península ibérica sob o cétro dos Habsburgos, e todos os recursos foram de novo concentrados em aprestos, como acontecera no tempo de D. Sebastião I em vésperas de Alcacer Quibir. Somente desta vez o *Demônio do Meio Dia* continuou vivo e ainda perigoso depois do desastre da Invencível Armada, graças aos invejáveis recursos que lhe remetiam da América. Sofreu contudo a Espanha terrível abalo, mas soube reagir repelindo vigorosamente as algaras tentadas por Drake e Norris contra os Açores e as costas metropolitanas. De nada lhes adeantou disporem da mais bela esquadra que jamais a Inglaterra alinhara em batalha. Sucederam reveses para os capitães de Isabel nas ilhas e em terra firme, desanimados por fim pela defesa de Lisboa sob comando do arquiduque cardeal Alberto, que impoz desfecho inglório ao revide contra a frustrada invasão das ilhas britânicas. Nestes sucessos, em que o império filipino ultrapassava o apogeu e descambava para o ocaso, os negócios de ultramar foram os primeiros a padecer. Ajuisou-se destarte, mais acertado deixar o governo do Brasil como estava, nas mãos do bispo D. António Barreiros, imitador do Cardeal D. Alberto, e de Cristovam de Barros, também filho de donatário e ele mesmo dono de latifúndio na colónia. A presença dos dois garantia a continuidade da administração, evitando o período de incerteza de um novo governante, em momento impróprio para experiências, tanto na política externa como interna nos negócios portugueses.

Com a junta governativa se entenderiam igualmente as fontes vitais da colónia, representadas pela gente da governança, grandes e pequenos proprietários, donos de fazendas e até artifices, que esperavam um dia também se tornarem personagens na coletividade, em virtude da confusão de classes reinante na

América dentro da casta branca. Um dos itens do Regimento de Francisco Giraldes versava a campanha contra os índios de Jacuipe, para assegurar a passagem terrestre da Bahia a Pernambuco. Na impossibilidade do comissionado executar o projeto viram-se os sucessores na contingência de lhe dar execução. Era um imperativo económico, pelo fato dos barcos de cabotagem nem sempre conseguirem subir a costa o ano todo, pelos ventos ponteiros que encontravam fora das monções. Com o desenvolvimento da Bahia, cada vez mais preponderante à vista do estabelecimento da Relação, e mais serviços centralizadores na cidade do Salvador, não era possível continuar no antigo isolamento delimitado pelo rio de S. Francisco. O pedido anterior de Manuel Teles Barreto, para que deixassem na colónia a contribuição destinada ao tesouro régio, facultou aos administradores da Bahia poderes mais extensos para realizar obras públicas. Esse subsídio era muito necessário para as obras de proteção reclamadas pelos moradores, temerosos de assaltos franceses à frente dos índios da região norte baiana, ou de ingleses, cuja última incursão sobressaltara os espíritos, como sucedeu depois do revês de Alcacer Quibir em que se cogitava de medidas acauteladoras até contra turcos e barbarescos.

A posse da fós do rio Real assegurava a desejada entrada para os portugueses nos descampados sergipanos próximos ao mar. Dizia-se que outrora aí dominara um chefe com nome de Serijí, a significar ferrão de síri, sobre o qual poucos dados existem. De positivo, sabemos apenas que as descidas insufladas por Garcia de Ávila e outros grandes proprietários necessitados de campos de criação tinham acarretado, como vimos, a morte injusta do principal Surubí, amigo dos jesuítas, e do Aparipê, em vias de igualmente aceitar

a doutrina que os padres subministraram no sector entre Bahia e Pernambuco. O que se podia resolver pacificamente, foi portanto subvertido pela autorisação para que se procedesse à guerra naquele trecho, medida a encobrir, escopo de arrebanhar braços juntamente com a posse da terra. O desdobramento e coroação da obra seria a nova campanha sugerida pelo chefe dos latifundiários baianos, recomendada no reino sob pretexto de segurança ao malgrado Francisco Giraldes.

Recaiu sobre Cristovam de Barros a incumbência de levá-la a cabo, o qual em 1589 iniciou a marcha para o norte marjeando o litoral, acompanhado pelas maiores forças até então congregadas na Bahia em expedições de conquista. Na vanguarda ia António Fernandes, e na retaguarda seguia Sebastião de Faria. Os irmãos Álvaro Rodrigues e Rodrigo Martins, dos Adornos da Cachoeira, netos do Caramurú, estavam incumbidos de congregar índios nas tribus aliadas, ou melhor, inimigas das que iam ser atacadas (58). A campanha voltava-se principalmente contra o maioral Baepeba, o mais importante da região depois do desaparecimento dos acima citados, que derrotara no governo precedente a expedição aconselhada por Garcia de Ávila. Os preparativos, por sinal, não tinham passado despercebidos aos sergipanos do Baepeba (ou Boipeba) à espreita dos movimentos dos ad-

---

(58) Os demais expedicionários eram segundo recenseamento de Afonso Costa que transcrevemos pelo seu muito interesse numa época em que havia poucos portugueses e mesmo mamelucos na Bahia: "Antonio Gonçalves de S. Ana, Afonso Perelra, Antonio Vaz Jaboatão, Bras de Abreu, Baltazar de Leão, Callisto da Costa, Cristovam de Araujo, Cristovam Dias, Diogo Muniz Barreto, Damião da Mota, Estevam Gomes de Aguiar, Estácio Gonçalves de S. Tomé, Francisco Fernandes, Francisco da Silveira, Gaspar de Abreu Ferraz, Gaspar Gomes, Gaspar Meneses, Jorge Coelho, João Dias, João Martins, João Felipe, Manoel Fonseca, Pedro Lomba, Sebastião Dias, Tomé Fernandes e outros".

versários. Logo de início caíram os irmãos Adornos numa cilada, em que se perderiam si não os socorresse Cristovam de Barros com a sua lusida comitiva. Era composta da melhor gente baiana, em que figuravam o seu alcaide mor Duarte Muniz, mais Diogo Lopes Ulhoa, Belchior Dias Morea, João de Avila, Bernardo Maciel de Andrade e muitos outros, montados em sessenta ginetes, rodeados de escravaria indígena, agregados, criados, parentes e afins. Os padres tinham sido compelidos a ceder cerca de duzentos pupilos gentios para a cruzada, em que iam muitos mosquetes e peças de artilharia. O armamento e o coagido auxílio dos jesuítas denunciavam receio de encontrar corsários entre a indiada hostil, e ao que parece, verificou-se a existência de armamento francês nos despojos dos vencidos. Avaliam as forças das tribus que se confederaram sob o comando do Baepeba, em vinte mil guerreiros, dos quais 1.600 perderam a vida em combate e 400 caíram nas mãos dos vencedores. Constituíam animadora compensação pelos gastos dos povoadores na guerra em que imitavam a contribuição da nobresa antiga nos sacrifícios e nas recompensas. Maior semelhança sobreveio ainda quando em meio do campo de batalha, Cristovam de Barros armou cavaleiros segundo a tradição da Idade Média, autorizado por uma provisão del-rei, que permitia fosse realizada no Brasil a cavaleiresca promoção como em Marrocos, onde os morgados iam receber tirocínio militar na luta contra os infiéis.

Ao capitão vencedor coube grande lote de prisioneiros e extensas campinas próprias para criação. O princípio obedecia à velha praxe romana adotada nos países neo-latinos. O chefe que dera o exemplo na guerra, também mostraria aos antigos soldados como aproveitar o quinhão que recebiam no território

conquistado. Da ocupação do litoral sergipano pelos antigos expedicionários, que para ali levaram algumas rezes que logo se transformaram em rebanhos, dizia fr. Vicente do Salvador provirem no seu tempo os bois dos açougues e engenhos da Bahia e Pernambuco. Era o fecundo resultado de uma medida em aparência opressiva, que para se manter daí por diante, foi galardoada por Cristovam de Barros com o arraial batisado com o seu nome, perto do forte mais tarde chamado Velho, que devia proteger a região de assaltos de gentio e de franceses.

Pacificada com estas medidas a frança costeira concedeu Cristovam uma dada de terras a seu filho António, que ia da margem esquerda do rio Sergipe, hoje Cotindiba, até a margem direita do S. Francisco. Essa dada foi começo da ação dos latifúndios a se alongarem por vinte, trinta e mais léguas, que através de capitánias alcançavam até onde o gado encontrava campos e ribeiros. Estabeleceu-se mais ou menos na mesma ocasião no rio Real, Belchior Dias, neto do Caramurú, pai do famoso Robério descobridor de minas. Em pouco foi acompanhado por outros êmulos de Garcia de Ávila, computados em cerca de duzentos brancos, havendo um, que seria este Belchior, ao qual a *Rêsão do Estado do Brasil* atribue uma fazenda de trinta léguas, estendendo-se do mar em direção à serra de Iacobina. A conquista de Sergipe, simultânea à da Paraíba, representava o triunfo da política de aproveitamento e valorização do solo, exigida pelos senhores de engenho para abrir novos campos à sua atividade. Dos núcleos mais antigos, espraia-se pelo litoral a civilização importada do Velho Mundo, convergindo do norte povoadores que vinham entestar através de rios, com os que subiam do sul acompanhava o povoamento de Alagoas pelos

pernambucanos o de Sergipe pelos baianos, ao mesmo tempo que da Paraíba marjeavam portugueses e mamelucos a costa leste-oeste até o Amazonas. Abaixo do Recôncavo mantinham-se os lusos em Ilheus, Porto Seguro e Espírito Santo, a despeito de todos os reveses, preferindo vegetar em angras de difícil acesso para a navegação de grande calado, a ceder ao desânimo e desamparar aqueles pendões costeiros. A rusticidade do mestiço, associada ao estoicismo do campônio ibero do reino ou das ilhas do oceano, retinha preciosas bases de apoio e abastecimento para a navegação de cabotagem, por longo espaço único meio de comunicações entre os povoados coloniais do norte e do sul. Graças por sua vez à pertinácia dos habitantes de S. Vicente, firmou-se a iniciativa dos jesuitas em Piratininga, fulcro de entradas no sertão que abrangia o cerne de um continente! Estavam lançadas as bases do que seria o Brasil dos séculos vindouros, alongando ou arredondando a partir dessa época territórios, sem perder a harmoniosa forma de harpa que desde o começo recebeu.

\* \* \*

Enquanto terminava o governo da regência interina, prosperavam os povoadores beneficiados pelos últimos acontecimentos. Entre eles predominava Garcia de Avila, destacado desde a sua chegada ao Brasil pela proteção que lhe dispensava Tomé de Sousa. Já era bastante rico sob Mem de Sá, para ordenar a construção de duas casas, uma na cidade do Salvador e outra em Tatuapara, que se tornou a mais conhecida até hoje de todas as mansões coloniais do Brasil. Supõe-se que foi elevada no lugar de antigas palhoças, para servir de residência fortificada ao senhor, e de

séde geral ao trato dos currais de gado. Escreve Borges de Barros que o edificio provem de descendentes do opulento criador, provavelmente levantado em meados do século 17. Pensa de modo diverso o autor da *História da Casa da Torre*, que no seu documentado trabalho atribue o início da construção ao primeiro Ávila estabelecido na Bahia. Os cronistas antigos não nos dizem de modo explícito si o luxo atribuído ao latifundiário era no campo ou na cidade, na antiga residência ou em a nova ordenada para substituir a primitiva, julgada demasiadamente rudimentar para quem se alteara em bens e serviços à república. Inclínamos a concordar com Pedro Calmon pelo contexto geral de Fernão Cardim, quando alude à suntuosa hospedagem oferecida por Garcia no solar campesino ricamente alfaiado, onde se encontravam iguarias das Espanhas e se celebravam missas na capela "*mais formosa que há no Brasil*".

A "*torre*" ou casa forte de Tatuapara, era mixto de moradia, armazem e fortaleza, em frente ao porto que lhe dava acesso ao mar. Nela se distinguia a cantaria tradicional no velho reino onde sobejavam terrenos pedregosos. A feição era maciça, apresentando acúmulo de cubos lavrados, que teriam vindo do interior pelo rio Pojuca desaguante em Tatuapara. Pensa Pedro Calmon fossem carreadas por via marítima de outra orijem, de Boipeba, ao depois assentes como calcário de mariscos e azeite de peixe. De um modo ou de outro, o material devia ser preso por argamassa capás de resistir ao rolar dos anos, como demasiadamente otimista esperava quem presidiu o levantamento da fábrica. O primeiro a desaparecer foi o telhado, que desabou expondo os vãos dos muros a perigosas infiltrações de água, destruidoras também do soalho de madeira e das escadas internas de tijolo.

Aventa Godofredo Filho, que as peças dos caixilhos e soleiras dos umbrais de portas e janelas, viessem do reino como lastro de navios, que para lá iam com assucar e voltavam carregados de mármore de Liós. Na opinião deste autor, as outras pedras possivelmente viriam de Itapitanga, boas de aspeto e de se lavar. Em abono da conjectura, cita Gabriel Soares quanto ao emprego do dito material nas obras da Sé da Bahia, cousa muito admissível embora sujeita a discussões no caso de Tatuapara, que vamos deixar a cargo de historiadores locais.

A fachada do solar típico do grande latifundiário brasileiro do primeiro século, criador de reses como os seu longínquos antepassados invasores da Europa, situava-se no belo panorama que abrangia largo trato de terra e mar. O que resta permite reconstituir um quadrado de cada lado, e outro acima da parte central do edifício, sobranceiro ao alpendre sobre arcos onde os visitantes apeavam e entravam na casa dos Ávilas. O interior dividia-se e subdividia-se em torno de pequenos pátios internos, numa sucessão de aposentos grandes e pequenos, em que se vêm reintrâncias destinadas a nichos para imagens religiosas. Um dos quartos ostentaria paredes forradas de guadamecim, e o suntuoso leito a que se refere Cardim, oferecido ao padre visitador durante a sua estadia em Tatuapara de preferência às redes suspensas a argolas de cobre ou bronze em que dormiam os outros moradores. No andar inferior (com mais aposentos nos fundos pelo declive do solo), dizia-se haver calabouços para negros fugidos ou índios capturados no tempo do primeiro Garcia, e feras enauladas à guisa de complemento para a defesa da casa.

Não será a única lenda a pairar sobre os muros de Tatuapara. O vulto do soturno casarão, a sua an-

tiguidade, a fama dos primeiros donos, geraram inúmeras credices, tais como a de escravos atirados às feras como o feliz Heliogábalos praticava com importunos. A tradição de tesouros ocultos difundiu igualmente persistente rumor, velho de décadas, que não pouco concorreu para a deterioração do edifício. Afanaram-se curiosos em pesquisas de camartelo em punho, reforçado por pólvora e dinamite, sucessiva depredação que jamais descobriu as barras de ouro e sacos de pedrarias, que se supunha ocultos nos desvãos de pedra. Ignoravam os incipientes arqueólogos os efeitos da desagregação das fortunas solarengas, fracionadas pelo excessivo número de filhos com direitos iguais. Nada sobrava depois da passagem de netos, bisnetos e trisnetos pelo solar, pois tudo que fôra possível haver dos restos dos antigos latifundiários, fôra cuidadosamente raspado sob imposição do "primo vivere", imposto às grandes famílias pelo regime democrático.

Da mole deserta, semelhante reduto de barões feudais de outrora, ficara apenas a escalavrada ossatura. A propósito, sempre nos pareceu imprópria a designação de "feudal" aplicada aos donatários, sendo talvez mais consentânea à situação de um grande proprietário dos fins do século 16 e começos do 17. Assim adquire maior projeção a chamada torre, ou residência fortificada, copiada do antigo reduto na Europa do senhor de pendão e caldeira, termo que permaneceu no reino e na colônia para designar residências nobres. Vamos encontrá-la em Olinda na casa dos duartinos, e em S. Vicente na dos afonsinos. Contudo, as ruínas de Tatuapara não ostentam vestígios de torre de menagem, apenas se nota em matéria de característicos feudais restos de muros e um fosso, que a certa distância do edifício principal parece circundá-lo, e tal-

vez outrora tivesse uma ponte levadiça. Além dessa defesa havia ainda grades duplas nas janelas externas, com grossas reixas de ferro como nos solares quinhentistas das Beiras ou do Alemtejo. Pode-se daí concluir, que a torre do Garcia de Ávila é a mais representativa do gênero que jamais existiu na América Portuguesa em mãos de um particular.

O seu atual estado de conservação; ou melhor, de inconservação; destinava-o a completa ruina, não fossem os providenciais cuidados do benemérito *Serviço do Patrimônio*, que roçou a vegetação aluindo os muros e procedeu a mais alguns reparos urgentes. Outra causa antiga de estragos foi conservar a parte sul o telhado e umas poucas janelas, tornando-se valhacouto de vagabundos e negros fugidos. Informa Bras do Amaral quando esteve no sítio em missão arqueológica contarem os moradores das vizinhanças que no século 19 houve certa vez desavenças entre os homisiados, ou algum descuido involuntário, que ateou fogo nos cômodos ainda habitáveis, provocando a destruição de vigas e desabamento de paredes. Resta porém, na face<sup>sul</sup> a capela, respeitada pelos outlaws num tempo em que havia alguma coisa sacrosanta mesmo para os piores elementos da sociedade. Descreveu-a no século 16 o padre Cardim com "*abobada sextavada com tres portas... feita toda de estuque e tintim de obra maravilhosa de molduras, lançarias e cornijas... mui bem provida de ornamentos*". Sofreu, todavia, inúmeras alterações por necessidade ou pelo zelo excessivo de fiéis mal inspirados. Supõe Bras do Amaral que a capela tal como está, deve datar de época posterior à do jesuita, embora ainda aparente o plano hexagonal por ele descrito. Em todo caso, dispunha no momento da excursão do visitador, algumas imagens mutiladas, vestígios de pinturas, inscri-

ções lapidares, e “um baptisterio de marmore rosado, e o delicioso teto em forma de concha”, que parece indicar efetivamente arte decorativa mais próxima do século 18.



O primeiro dono aí se estabeleceu demoradamente no fim do século 16, quando atingiu o fastígio da opulência e importância. Era decano dos almoxarés da Bahia, dispondo de léguas de costa onde se encontrava o melhor ambar, “sem lhe custar nada”, informa Cardim, e acrescenta possuir o latifundiário tanto gado, “que não lhe sabe o numero, e só do bravo e perdido sustentou as armadas d’El-Rei”, e a propósito de alimentos à sua disposição nos solares urbanos e rurais, diz o jesuita ao se referir à hospedagem da missão em que estivera com o padre Cristovam de Gouveia, “deu-nos sempre de comer aves, perús, manjar branco, etc. . . Elle mesmo, desbarretado servia a mesa e nos ajudava à missa”, na dita capela “sextavada”. O casamento legítimo com a judia não dera herdeiros a Garcia de Ávila, restando-lhe apenas os filhos naturais. Da índia Francisca Rodrigues teve a menina Isabel de quem já nos ocupamos. De outra chamada Catarina e de sobrenome também Rodrigues — pelo que, se inferiu fossem irmãs — houve o sertanista João Homem. No seu testamento transluz afeição pelo mameluco ao dotar generosamente duas filhas suas, portanto netas dele Garcia, tornadas prematuramente orfãs pela morte do pae no sertão onde se embrenhara. No documento em questão, instava com os mordomos da Santa Casa de Misericórdia para que as casassem o melhor e o mais breve possível, em reconhecimento do legado que deixava ao hospital. Mas, fosse porque a sua filha Isabel obtivesse filho varão, fosse

por ser a sua predileta, criada em sua casa, ou por vaidade nobiliárquica dominante na época, o grande contemplado no testamento foi o neto Francisco Dias de Ávila, sobre o qual podia recair um morgado. Apesar de mestiço como as primas, era entretanto pelo lado paterno descendente de Vicente Dias de Beja, fidalgo da casa do infante D. Luís, pai do Prior do Crato. Não seria tão ilustre o sangue da avó Catarina, filha do Caramurú, porém ascendera a família do maior povoador a nível dos mais elevados na Bahia, ilustrada a grei cabocla com a governança local desde o naufrágio do famoso reinol naquelas parajens.

O sangue índio deixara de ter jaça depois do aparecimento dos escravos pretos. Um significava guerreiro indómito, o outro a ignominia do trabalho servil que tornava oprobriosa a sua condição. Acima de tudo, porém, estava o fáto de que o mestiço do branco e do índio, não aparentava o ibridismo do mulato, tido por semelhante ao produto do jumento e da égua. Mesclavam-se mamelucos com a melhor gente que aportava à colónia, porquanto poder e dinheiro branqueiam qualquer excesso de morenice, fenómeno americano velho de quatro séculos. Pedro Calmon e Wanderley Pinho enumeram os esmaltes que os netos do Caramurú ganharam a poder de serviços e de assucar. As irmãs e primas de Diogo Dias tinham desposado entre outros personajens, a Araujo de Ponte de Lima, considerado pelo grandiloquente Jaboação da melhor nobresa de Entre Douro e Minho; assim como os Amorins e Peixotos de Elvas, militares com foros de fidalgos, mandados à cidade do Salvador para lhe assegurar a defesa. De permeio haveria na família algumas alianças menos brilhantes, necessárias porém, à constituição de um segundo plano com defini-

das funções na coletividade colonial, correspondendo ao que se chamaria hoje burguesia média, prestante classe a que tanto devemos e tão pouco reconhecemos.

Em 1609 morria quasi nonagenário Garcia de Ávila na enfermaria da Misericórdia que ajudara a levantar, cercado de advogados, escrivães e tabeliães a quem ditava as últimas vontades. Verifica-se pela sua leitura continuar clarividente e pugnaz procurando demonstrar o quanto lucraria no futuro el-rei em manter integro o morgado que deixava ao neto. A despeito da idade e moribundo, mostrava-se mais lúcido que muitos improvisados sociólogos modernos, quando investem contra latifúndios suggestionados por argumentos de autores estrangeiros, de regiões completamente diversas das nossas, em épocas muito diferentes, sem paralelo com o imperativo da grande propriedade no período ainda embrionário da colônia. Este período ainda não cessou em grande parte do Brasil, em que se pode incluir junto do Nordeste e do centro do país a própria Bahia, não só no sertão adusto e de pouco proveito, como também no litoral fértil mas ainda desabitado.

A terra precisava de iniciativa particular provida de largos recursos, sem os quais escassos benefícios traria à coletividade. Sentia-o Garcia de Ávila, e desejava que depois de morto continuassem os seus descendentes a obra ainda em esboço. Podemos aceitar o quadro pintado pelo historiador da Casa da Torre, quando descreve a despedida do povoador: *“Sua idade e cansaço o desânimo que o desaparecimento dos filhos lhe causara não lograram obscurecer-lhe o senso econômico de sua mocidade. A todo momento despertava nele o habil mercador que enriquecera com o gado de Cabo Verde. Sacudia-lhe a modorra de esclerótico o instinto mercantil, e o seu olhar fosco lu-*

*zia com um brilho de lâmina. Sabia tudo no seu catre de moribundo. As vacas que tinha no Itapicurú, os rebanhos soltos na Jacuibe, os currais de Sergipe, as fazendas estendidas de Itapoan ao São Francisco, as novas datas que Cristovam de Barros lhe dera, a sua extensão, a natureza do solo, os escravos, os índios forros, os agregados, e não sofreria que lhe mutilassem o vasto domínio. Este tinha a unidade de uma existência, a coesão de uma vontade. Legava-o ao neto. Para que alçasse o mesmo pendão, empunhasse a mesma espada, devassasse aquele mundo, vigiasse aquele mar. . .”*

Morreu em 1609 e foi sepultado na Sé, venerável monumento destruído tres séculos depois sem proveito para a cidade, por urbanistas mais adstritos a supostos benefícios do trânsito das ruas, que às tradições da sua terra. Pedira que o amortilhassem no hábito de S. Francisco, talvez por afeição a uma ordem popular entre os portugueses, a não ser que a preferisse por estar de más avenças com jesuitas e beneditinos. Uns tinham protegido os índios de Sergipe, atrasando a multiplicação dos seus rebanhos; outros o aborreciam com pedidos no leito em que se finava, a ponto dele se queixar in extremis dos religiosos que de principio auxiliara e presenteara. Não fosse Garcia de Ávila o homem mais rico da Bahia, teria alcançado um trespasse mais sereno, deixado em paz pelos que precisavam de esmolos, livre de parasitas de toda espécie, e de preocupações sobre o porvir da casa, que levantara com extremoso amor e construtiva ambição.

## Antagonismo entre a atividade económica dos Jesuitas e Gabriel Soares de Sousa.

A Igreja sempre se mostrara avessa a lucros comerciais, que se lhe afiguravam ilícitos, portanto danosos à salvação humana. Proibira expressamente no correr da Idade Média o empréstimo a juros, que vem a ser a base do comércio. Condenava a cobiça como um dos mais graves pecados, e foi à sua revelia, a poder de seguidas infrações aos ditames cristãos, que se desenvolveu a mercância entre os católicos. De nada adeantara o exemplo do Divino Mestre, citado pelos doutores e ministros da religião contra o acúmulo de bens acima do necessário, acicatado pelo instinto económico residente em todo homem. Continuaram bons e maus na senda irreprimível, obedecendo a um complexo que medida alguma de ordem moral ou espiritual consegue reprimir por longo tempo. O fenómeno pertence a uma série de aspirações, em que não entram apenas ambição e esperança de melhoria, como ainda intenso anseio criador. Todo indivíduo superiormente dotado, ao planejar certa obra, verifica depender a possibilidade de êxito da sua independência no meneio de recursos para alcançá-lo. Da expansão deste sentir, e do impulso que imprimiu à iniciativa privada, decorrem até agora as maiores conquistas da nossa civilização segundo veremos adiante mais detidamente.

O predomínio da Igreja na antiga sociedade cristã instara pelo desprezo de bens terrenos, principalmente propugnado pelos franciscanos, muitas vezes a provocar crises que pareciam schismas irremediáveis. Só de esmolas o clero não podia viver, pois as obras de solidariedade humana custam caro, constantemente turbadas por dificuldades que unicamente meios monetários podem remover. Si tivermos alguma dúvida a respeito bastará olhar para a obra dos atuais Estados socialistas para percebermos a procedência da assertiva. Aumentava igualmente os obstáculos à manutenção de ministros e obras de caridade, o desenvolvimento do poder real apoiado na doutrina da origem divina, inventada para resistir à hegemonia do papado, tendência que entrevemos nas queixas de D. João III contra os prejuízos que lhe acarretava a Cúria Romana (59). Finalmente em meados do século 18 as monarquias católicas impunham ao Santo Padre a dissolução da Companhia de Jesus, a maior capitulação da Igreja ante seu secular adversário — o poder leigo.

Por estes e outros motivos, sob a inevitável ação do progresso nas instituições do Ocidente, o catolicismo não só tolerou a constituição de fortunas, como a própria Igreja procurou assegurar a sua independência graças a bens de raiz. Não se olvidava, contudo, em lembrar aos fiéis as palavras de Jesus, asseverando ser mais fácil passar um camelo pelo vão de uma agulha do que entrar um rico no céu. Remanescera, destarte, grande repugnância no seio da religião católica acerca da sede de lucro e acúmulo de riquezas, no que se diferenciava das deturpações cristãs sobre o mesmo assunto das velhas seitas protestantes (60). Po-

---

(59) v. Tomo I desta obra, págs. 80 e 81.

(60) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, I, 153-158 e II, 396.

de-se encontrar a miude nos testamentos da época legados a ordens sacras e mais recomendações piedosas de mercadores e banqueiros, exprimindo o remorso que os atormentava, e o desejo de retribuir aos pobres o que lhes fôra subtraído. Persistia nos vezeiros de mercâncias e traficâncias a consciência do pecado, porquanto o católico devia lavrar a terra para si e os seus, doando o excesso aos semelhantes, para melhor obedecer ao mandamento "*Amai-vos uns aos outros*". Davam exemplo neste sentido as ordens religiosas com o produto das glebas que lavravam, angariando em esmolas os demais recursos necessários à sua manutenção. O regime oriundo dessa solidariedade, parecida com o mútirão da economia primitiva, começou rapidamente a decair depois dos descobrimentos do século 15. A revolução abalando o Ocidente era demasiado profunda para permitir a vida quasi apática dos séculos anteriores. Chegava o mundo às vésperas da transformação económica, do schisma protestante, das grandes povoações, do capitalismo, e da expansão colonial, acelerando de modo prodigioso o progresso do ocidente.

Óbvio repetir que o regime cooperativista anarquista nestas condições ideais, só podia continuar em pequenas coletividades de regiões à margem dos acontecimentos ou feitorias recém fundadas além oceano. Estava ainda na fase em que as potências marítimas procuravam fontes de matérias primas, ao invés de escoadouros para mercadorias, como passou a suceder nos séculos 18 e 19. Mesmo a despeito da limitação desse período, a vida na Europa e suas dependências encareceu continuamente pelo influxo do comércio transmarino, não havendo melhor quadro para observações económicas e suas repercussões, do que o aspéto moral das colónias onde reinava espírito utilitário. Não

era pois estranhavel que no fim do século 16, sofressem os jesuitas no Brasil mil e uma dificuldades a empecer a sua obra missionária, com que tentavam a melhoria moral, espiritual e material do índio. Além da opposição dos povoadores; voltados contra os padres assim que julgavam não precisar mais dos seus serviços; juntava-se a má vontade dos funcionários régios, a irregularidade dos subsídios, a competição de novas ordens que se estabeleciam no Brasil, a incompreensão às vezes manifestada pelo Conselho del-rei acerca da situação dos apóstolos, e fáto mais doloroso, a da própria administração da Companhia de Jesus em Lisboa, demasiadamente afastada do drama que se desenrolava no teatro americano. Mas os padres destacados no litoral brasileiro, eram combatentes que não se submetiam a circunstâncias prejudiciais sem antes se esforçar por lhe descobrir remédio.

Deveriam encontra-lo na América como o tentara a metrópole, num esforço continuo para descobrir jazidas preciosas, no recesso do continente em que avultava o Potosi. E, enquanto não as achava, onde iria buscar a régia administração os milhões de cruzados exigidos pelos seus orçamentos, sinão nos lucros oferecidos pelo assucar! O recurso estava visível, ao alcance dos missionários, muito mais conhecedores do meio e seus problemas, do que o mais eficaz agente régio em trânsito pelo Brasil. Mais valia, por conseguinte, abandonar o velho principio do alheamento do dinheiro, do que renunciar ao imperativo de velar pelo gentio e direção espiritual da população branca da colônia.

Escrevia Cristovam de Gouveia em 1583, o seu desalento numa quadra particularmente angustiada para os inacinos, pelos inúmeros pleitos judiciais que os molestavam, provenientes de terras cedidas pelo go-

verno, ou aforadas e herdadas de particulares. Queixava-se o illustre visitador da proposta do almoxarifado baiano em lhe pagar de tres em tres anos 80\$000, "*como mandava El-rei*", irrisórios na sua opinião, porquanto nem 100\$000 anualmente bastariam para acudir às despesas dos colégios onde os filhos dos brancos aprendiam, e das aldeias em que se doutrinavam selvagens ainda perigosos para a lenta obra civilizadora.

No ano seguinte foi elevada a quantia de 100 mil réis trienais, ou sejam 20\$ acima da primeira proposta julgada inaceitavel pelo visitador, e que assim continuava, pois o acréscimo era insignificante. Tampouco, foi melhor sucedido o visitador, em rogar à congregação provincial da Bahia, se esforçasse por conseguir a presença em Lisboa de um padre e de um irmão do Brasil como informantes, para que não se repetissem enganos de se remeter às capitánias volumes destinados à Índia e vice-versa. Igualmente opinaram contra o costume dos procuradores da Companhia de Jesus assumirem compromissos gerais, que pesavam sobre as províncias de um e outro lado do oceano. Da situação amadureceu na mente dos missionários, a idéa de vender diretamente tudo que se poderia produzir nas aldeias, para custear as despesas das missões. Não faziam mais que seguir o progresso caracterizado pela hipertrofia mercantilista do mundo moderno, em que tanto os indivíduos como as agremiações religiosas, tinham de acompanhar a evolução dos tempos.

Serafim Leite indica mudança de opinião dos missionários na carta de Nóbrega de 1561, quando estava em S. Vicente, ao enumerar as várias conservas mandadas ao reino por saudáveis. Tratava-se de ananases bons para dor de pedra, marmeladas de ibas,

camucis e carases específicos para câmaras de sangue, e uma pouca de abóbora. Assucar não pudera ir no lote pela repulsa do padre Luís da Grã, "*porque lhe parece que será tratar*". Naquele tempo este gênero ainda substituiu na colônia o numerário insuficiente, de sorte que a proibição de mandá-lo à metrópole, afigurava-se escrúpulo exagerado ao missivista, porquanto "*a moeda que nesta Capitania corre, não é senão assucar e nelle nos pagam a esmola de El-Rei*". Levando em conta esta particularidade concedeu o padre geral, que daí por diante também o incluissem nas remessas, como de há muito faziam os particulares entre si nas suas transações, e à guisa de pagamento de taxas fiscais (61).

Quando algum missionário tornava a Portugal levava algumas curiosidades, bichos vários e mais amostras da fauna e flora da terra. Entretanto, continua Serafim Leite, "*isto por ser menos próprio de religiosos, proibiu-se em 1593. Entre as casas da Europa, que mais ajudavam o Brasil, conta-se o colégio de Coimbra. Em 1552, pensava Nóbrega em plantar algodoads, para mandar, depois, o algodão e voltar a Portugal transformado "em pano que se vistam os meninos; e não será necessário que o Colégio de Coimbra cá nos ajude sinão com orações"*. Note-se que a iniciativa partia justamente do mais ardente apóstolo em missão, do padre Nóbrega completamente absorvido pela obra a que se dedicara, ansioso por resolver problemas quasi insolúveis. Mas a despeito do seu entusiasmo e eloquência, relutava o geral em conceder tudo o que pedia, e impunha limitações para não sobrevir jaça de mercância nas atividades missionárias da Companhia de Jesus no Brasil.

---

(61) v. *Pernambuco e as Caps. do Norte*, IV, 123.

O resultado obrigou os padres nas capitanias a pagar pedreiros, carpinteiros e mais oficiais mecânicos empregados nas obras do colégio e templos, pelo regime de escambo como si fossem índios. Era o *commutatio rerum* a que aludem as Cartas Jesuíticas, aceito enquanto se mantinha a colônia num estágio primitivo, em que ainda era possível lançar mão de tais recursos, porém impraticável no desenvolvimento econômico registado no século 17. De Roma não era muito fácil à direção superior da ordem perceber as necessidades dos missionários no Brasil. Só em 1590 permitiu o geral ao colégio da Bahia a plantação de canaviais, vencido pela premência de liberar a província dos milhares de cruzados que devia. Contudo, recomendava que não fossem os padres os fabricantes do assucar, nem os noviços fossem às fazendas jesuíticas arrecadá-lo, assim como farinha e mais produções, porque essas atividades lhe pareciam negócio. O meio que o visitador Cristovam de Gouveia encontrou para conciliar a aversão teórica com a realidade prática, foi cometer temporariamente a leigos o cuidado das transações comerciais.

Tais paliativos provocando a ingerência de estranhos na complicada vida das missões, traziam graves inconvenientes, e relativamente poucas vantagens. Informaram, nessa ordem de ideias os padres ao papa, que o modo de governo temporal do Brasil era diverso do europeu, e que parecia acertado não mudar de tres anos provinciais e reitores, carecedores de tempo para se enfronharem em problemas num sítio onde nada se achava para comprar e tudo devia se conseguir pela indústria local. Era preciso para a obra submetida ao rápido progresso da colônia, dispor de escravos, fazendas, gado, lavouras e engenhos, inclusive da matéria prima indispensável para constru-

ções — cal, pedra e madeira — e os barcos para a transportar. A organização americana dilatava-se dia a dia, representando cada leva de cativos negros a aportar nas praias, novo sangue a enriquecer a circulação nas veias da economia brasileira.

Todo o mecanismo leigo ou eclesiástico, público ou particular, se hipertrofiava progressivamente das maiores às menores peças. A navegação da cabotagem era um exemplo: careciam os padres, cujos núcleos de atividade se espalhavam pelo litoral, de barcos para disporem de comunicações. De princípio tinham dois, construídos para esse fim, porém causadores de acréscimo de gastos numa hora em que dívidas prementes cruciavam os padres. Foram então obrigados a receber passageiros e carga de particulares para aliviar a despesa além da sobrecarga repentina de contratemplos, que muito os prejudicavam. Uma das embarcações foi destruída pelos corsários a infestar as angras costeiras. A outra teve de ser vendida pelo padre Marçal Beliarte, para comprar navio mais ligeiro, de vela e remo, a fim de mais facilmente escapar de perigosos encontros. Até nos longínquos domínios hispânicos se faziam sentir os efeitos políticos da luta de religião, em que os inacinos do Brasil figuravam como vítimas inocentes. Continuaram, não obstante a obra, em que muitas vezes consagravam a subvenção concedida pelo governo para o serviço marítimo, em socorrer Amoípiras, Carijós e outros gentios carecedores do seu auxílio. O maior mal, todavia, pior que as hostilidades de piratas luteranos, foram os enredos tecidos contra os padres por questões de índios e de terras pelos proprietários rurais.

Grande fôra a surpresa dos apóstolos ao saber que apresentara Gabriel Soares a D. Cristovam de Moura em Valhadoli, longa denúncia, atribuindo aos

jesuitas toda sorte de malfeitos, de que os mais graves eram esbulhar terras pertencentes a lavradores. Compreenderam nesse momento a razão da má vontade manifestada contra eles na côrte de Felipe II, de quem D. Cristovam era valido e conselheiro sobre negócios portuguezes, assim como junto da rainha e do cardinal arquiduque Alberto. O requisitório do senhor de engenho baiano formava com o *Roteiro do Brasil*, cahamaço de que uma das cópias consultada em París por David Warden, tinha nada menos de 397 folhas manuscritas. Na conjuntura foram defendidos pela verdade. Por mais que o acusador multiplicasse doestos, e os funcionários del-rei apoiassem a campanha contra os desafetos do amo, facilmente os padres desfizeram aquele amontoado de falsidades. Todos nós, porém, sabemos que neste gênero de porfia nem sempre a exatidão dos fatos basta para salvar o acusado, principalmente quando às voltas com o poder. No caso, viram-se protegidos os inacinos por tres samaritanos: o regime democrático vigente nas Espanhas, onde nunca houvera feudalismo, nem despotismo real com os caraterísticos de nações visinhas; segundo, a evidente aleivosia da imputação; terceiro, e acima de tudo, os serviços que prestavam no Brasil. Graças ao conjunto de circunstâncias, puderam continuar o amanho das terras havidas por dádivas, herança e compras, quando depois de 1601 foram levantadas as limitações que o papa Gregório XIII e o geral da ordem, tinham imposto à atividade económica das missões. Mas antes de chegar à solução de ha muito patente aos olhos menos penetrantes, decorrera meio século de luta, sacrificios e rogos em vão!

No tempo em que os padres eram acusados na Espanha de empecer o trabalho dos latifundiários, continuavam estes a progredir no Brasil, sem se perturbar com a morte do seu mais proeminente representante. O desaparecimento de Garcia de Ávila, não destruiu a obra que encetara, apesar de remanescer como seu herdeiro um neto de tenra idade, confiado a Manuel Pereira Gago, arrendatário de terras do avô em Sergipe. Era homem de confiança, e que não a desmereceu ao cuidar do pupilo como si fôra filho seu. O novo gerente da casa de Ávila dedicou-se a engrandecê-la, continuando o impulso que o fundador imprimira a seus negócios, alargando-lhe o território com o vale de Subauma que requereu em 1615 defronte dos índios Massacará. Seis anos mais tarde recebia a recompensa no casamento de Francisco Dias de Ávila com a sua filha, sucesso que viera provavelmente coroar velhos sonhos do antigo meeiro. No desvêlo que prestara ao pupilo não se limitou todavia em lhe beneficiar a fortuna. Também o preparou ao seu futuro de senhor latifundiário, esforçando-se por orienta-lo com a clarividência que inspira a verdadeira afeição. Estivera o rapás antes de se casar, em luta com os índios que lhe ameaçavam as fazendas pelo lado norte em que ao invés de rebento inútil de gente ativa, mostrou-se Francisco em condições de defender de armas na mão o patrimônio que houvera do avô e que devia transmitir aos seus descendentes. Dependia nos alvôres do centro brasileiro, o progresso de toda uma região, da atividade e acerto de latifundiários no seu gênero. Desprovido acaso de mérito pessoal, o jovem pouco aproveitaria as lições do tutor, do exemplo paterno e da influência do meio. Ninguém o censuraria por se mudar para a cidade onde a vida era menos agreste, ou para algum engenho das visinhanças, em que lhe era

facil participar dos eventos urbanos e no mesmo dia volver à casa grande rural. Mas ao invés de incidir nessa existência o neto de Garcia, filho de sertanista, discípulo de técnico em administração agrária, aproveitava exemplo de parentes e afins para trabalhar com a atividade que herdara da ascendência branca.

Em pouco tornou-se conhecido o seu ânimo pelos funcionários reiuunos e principais homens incumbidos da governança da terra. Recebeu do parente Baltasar de Aragão, casado com sua prima Maria de Araujo (62), o comando da gente estabelecida entre o rio Jacuipe e Real, onde se adensava numerosa indiada limitrofe do chamado sertão alagoano. Em 1621, no mesmo ano do seu casamento, requereu e foi satisfeito em paga de serviços, com mais dez léguas de terra, que iam do rio de Inhambupe em direção oeste, até a serra de Jacobina. O motivo alegado, "*paga de serviços*", parece ter acepção de incumbência por parte dos poderes públicos na exploração de terras pouco conhecidas, para maior beneficio de zonas visinhas, já em condições de produtividade.

Continuou igualmente o jovem latifundiário a demanda contra os beneditinos, a quem seu avô concedera glebas perto das suas. A questão vinha de longe, proveniente de um legado que além de não contentar os frades, segundo verificamos pelo testamento de Garcia de Ávila, ainda deixou atrás de si rastilho de questões. Pensa Pedro Calmon que fossem causadas pelas olarias e currais em Itapoan, ainda em posse do doador no ano de 1587. Aí elevou Garcia uma ermida de pedra e cal dedicada à N.<sup>a</sup> Sra. de Monteserrate, que confiou aos frades de S. Bento. Ajunta

---

(62) Tiramos estes dados da *Historia da Casa da Torre*, cujo autor de há muito vem coligindo todos os nomes e ramificações familiares de balanos antigos.

o mesmo historiador, que se verificara a elevação depois de escrito o livro de Gabriel Soares, "*que não se refere à capela, entretanto das mais procuradas da Baía, e predileta dos homens do mar*". O pleito foi longo e muito rendoso para a chusma de parasitas forenses, que desde os primórdios da colônia se ajuntara nos principais povoados litorâneos. Quando os litigantes se cansaram de engordar a fauna indesejável, entraram em acôrdo, de que se lavrou a escritura de composição e desistência de ambas as partes, segundo notícia Borges de Barros.

A despeito da atividade de Francisco Dias de Ávila, houve quem o acoimasse de elemento inútil, arrastando uma existência de prazeres fáceis na cidade do Salvador. Contra a pecha se insurgiu Borges de Barros, apoiado no fáto dele participar de entradas no sertão e nos primeiros sucessos da guerra holandesa. Não foi culpa sua *si* desapareceu moço, deixando dois filhos varões quando as hostilidades iam em meio; o segundo Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, além de uma filha Catarina. Amparou-os o tio materno padre Antonio Pereira, em que encontraram um guia diligente e sagás, o qual ainda em vida do primeiro Francisco muito o ajudara a poder de conselhos. Medrou a família no tumulto da luta contra o invasor, em que presenciou lances de heroísmo dos povoadores chamados às armas e fugas dramáticas de mulheres e crianças ante o cruel inimigo, que antecedendo processos nazistas, fazia do terror meio de quebrantar energias. Entretanto, as conquistas planejadas pelos padres e executadas pelo cunhado, não se perderam na voragem, antes pelo contrário, serviram para mais rapidamente restaurar a fortuna dos orfãos, depois da tempestade. Descreveu Pedro Calmon, na reconstituição dos fastos da família Ávila neste período, sob

a égide de Antonio Pereira, o povoamento dos altiplanos da Jacobina, as pontas de gado do Itapicurú tangidas para o médio S. Francisco, e principalmente, num acesso de cobiça, a tentativa de desvendar o mistério das minas de Belchior Dias Moreira.

Este sertanista era próximo parente de Francisco Dias de Ávila por ser como ele descendente de Caramurú. Espírito aventureiro, familiarizado como bom mameluco com o sertão, participou da conquista de Sergipe e do devassamento do rio Salitre. Multiplicavam-se nesta altura entradas no interior da Bahia sob influxo das lendas que supunham imensas riquezas ocultas em recessos sertanejos. A atmosfera que aos poucos se formou em torno de bandeiras à procura de metais e pedras preciosas, se assemelha à dos descobrimentos marítimos no ocaso do século 15, sendo de admirar que os portugueses justamente ciosos de suas glórias, ainda ha pouco celebradas com os feitos da expedição Capelo e Ivens de Angola à Contra Costa, olvidassem a epopéia bandeirante com que o luso palmilhou o continente sulamericano. Reinois eram Vasco Rodrigues de Caldas, Martim Carvalho e os inacinos que os acompanhavam. O mesmo sucedia no Capricórneo, onde Raposo Tavares enveredava dos campos de Piratininga até o vice-reinado do Perú. Mantinha Tomé de Sousa a orientação de Américo Vespúcio e Martim Afonso como empresário de bandeiras, obedecendo às ordens de S. A., motivo pelo qual também nelas colaboravam os jesuitas. No espaço de poucos anos vemos sucederem-se as expedições de Tourinho; dos Adornos da Cachoeira; de Marcos de Azevedo Coutinho; do Matante Negro, Diogo Martins Cão; de João Coelho e Gabriel Soares de Sousa, para citar apenas as mais conhecidas. Desses Belchior ou Melchior Dias Mo-

reira (63), esteve no interior das terras baianas apregoando na volta ter descoberto minas de prata. O metal gosava de prestígio mágico na época, graças às jazidas castelhanas do Pacífico, dos maiores fatores da grandeza dos Habsburgos, juntamente com as minas de cobre do Santo Império e as de ferro da Espanha. Fizera o acaso das lutas políticas da Europa, cair nas mãos dos Ásturias aquele acervo de metais, com que pretendiam satisfazer a sua ambição de domínio universal. Vinha daí, o interesse do governo nas façanhas do suposto descobridor, que segundo se dizia na Bahia, traçara um roteiro com as indicações do seu acesso, o qual depois de morto o autor fôra entregue ao sobrinho e visinho Dias de Ávila.

Residia Moreira na sua fazenda entre os rios Indiatuba e Guararema, aberta nas terras que houvera em recompensa da sua participação na conquista de Sergipe. O sítio onde aos poucos prosperara, pertencia ao vale do rio Real, nas cercanias da vila de Campos. No seu feudo tinha casa com boa baixela, e capela ornada de rica banquetta onde se reunia a numerosa descendência, a qual segundo o culto familiar enaltecia com galas prodigiosas os feitos do seu chefe de clan. Não seria estranho a este piedoso sentir o desenvolvimento fantasioso das miríficas descobertas, e o efeito que produziram no estro de Rocha Pitta e nos comentários algo mais sisudos de Acioli. Do rumor teimosamente alimentado sobreveio ao depois a história das descobertas do seu filho Robério Dias, que da Jacobina ter-se-ia abalado para Madri a fim de oferecer a Felipe III jazidas tão ricas de prata quanto as da Biscaia em ferro, a troco do título de marquês das Minas e mais algumas vantajens substanciais.

---

(63) v. a respeito do nome *As Minas de Prata de Roberio Dias*, Afonso Costa, notas 23 e 26 das págs. 52 e 53.

Retificou Capistrano de Abreu o episódio, com o acerto que o caracterisava, demonstrando que o verdadeiro batedor de sertões era o pai, Melchior ou Belchior, e não o filho Robério ou Rubélio, apagado indivíduo havido de uma índia, e que nunca esteve na Europa. Atribuía-se-lhe inexatamente os feitos paternos, descritos pelo perito em assuntos de mineração Pedro Barbosa Leal, que um século depois da morte de Belchior certificava saber de outiva ter este sertanista esquadri-nhado o "*quasi rotudo território desde o rio de S. Francisco, compreendendo as capitánias de Sergipe del Rey, Jacobina, Paraguassú, Pará-mirim, até o continente*". Reforçam os seus dizeres o relatório do coronel Leolino Muniz, de 1726, em que informa estivera Belchior absorvido em prospeções cerca de oito anos no ribeirão dos Remédios, afluente do Paramirim, para onde fôra em 1597 acompanhado por Marcos Ferreira, assistente de Gabriel Soares na bandeira em que o senhor de engenho perdeu a vida. Supõe-se que em 1605 partiu o pretendente para Madri na esperança de obter del-rei auxílio semelhante ao de Gabriel Soares. Diferiam porém tempo e circunstâncias. O senhor de engenho lá estivera apoiado por Manuel Teles Barreto, governador da colónia, e pela mais importante facção política da Bahia, que era a dos seus pares latifundiários. Após algum tempo precisou Belchior voltar ao Brasil, o que fez em companhia do novo governador D. Francisco de Sousa, como escreve Afonso Costa, depois de desperdiçados nas antecâmaras do governo quatro anos improfícuos. Pediram-lhe na côrte que acompanhasse o fidalgo para lhe prestar as informações que porventura requisitasse. Neste pontô não sabemos o que sucedeu entre ambos. Provavelmente surgiu mútua desconfiança quando desembarcados e concertados se dirigiam da

fazenda de Jabeberi em demanda das minas. O governador exigia as prometidas informações, ao passo que o matuto por ingenuidade ou artimanha, queria receber de antemão as vantagens que pleiteava. Assim pensamos pelo fato de até hoje não terem sido descobertas as taes riquíssimas jazidas, suficientes para calçar de prata as ruas de Madri. O resultado foi impacientar-se D. Francisco que por fim o encarcerou, multando-o a mais com as despesas da expedição, que montavam a cerca de nove mil cruzados. Dois anos esteve o infeliz minerador preso regressando afinal a Sergipe onde morreu na sua sesmaria em 1622, sempre teimando em sustentar, através de copiosa correspondência epistolár, os seus descobrimentos de minas.

Sucedeu-lhe o filho Robério, com o qual o confundiram tornando-o heroe da história, onde o vemos espoliado pelo fidalgo provido de protetores mais poderosos graças aos quaes desviou em seu proveito o título de marquês destinado ao verdadeiro descobridor. Em parte assim aconteceu, recebendo, porém, D. Francisco a mercê, pelas minas de ouro do sul da colônia, exploradas na vigência do seu governo, e não pelas fabulosas de Belchior Dias Moreira. Injustiça houve em se considerar o filho Robério como homem de todo incapaz, quando se mostrava atilado em conservar o que herdara do pae, proesa às vezes mais difficil do que conseguir uma sesmaria em momento de distribuição de terras. Devia até, ter ampliado o patrimônio da família, pelo que se deduz de uma informação de Felisbello Freire, ao aludir na sua *História Territorial* ao socorro que nas suas fazendas encontraram as tropas de Bagnuolo derrotadas em Porto Calvo. Talvez fosse Robério de todo inocente de confusões efetuadas à sua revelia, ao transferir residência em 1636, quando arrendou a fazenda de Jabeberi, passando a S. Cris-

tovam junto ao "forte velho", onde abasteceu com cerca de duas mil reses as forças de S. M. em luta com os invasores flamengos. Mesmo assim, prestou-se a argumento de romances e novelas, e ainda há de sugerir algum film cinematográfico, em que através de mil perigos descubra minas capases de sanar todos os déficits orçamentários del-rei Felipe o Terceiro, recebendo à guisa de prêmio dolorosa preterição por parte de áulico bem apadrinhado. E quasi inevitável será o dramático epílogo em estilo Hollywood, depois de pitoresco enredo de intrigas palacia-nas, com a morte do desventurado no cárcere, perseguido pelos jesuitas e a inquisição, que o obrigam a levar para além túmulo o segredo das minas.

De mais certo, porém, no tocante às riquezas do norte baiano, estaria o seu segredo no desenvolvimento do gado, que nesta altura, em começos do século 17 começou a se espriar rapidamente pelos vales e campinas. As boiadas derribavam a macega e por si descobriam as melhores pastagens, fazendo com que se alargasse a base económica da Bahia pela região, de onde ganharia por outros vales e descampados o interior das capitâneas do nordeste até o atual Estado do Piauí. Enaltece Gabriel Soares a prodigiosa fecundidade das reses no Brasil, presenciando o beserro mamar na novilha, e esta na vaca, numa seqüência pouco conhecida na Europa. O fenómeno comum em todo lugar onde a pecuária jaz abandonada assombrava o reinol, como ademais maravilhou a estrangeiros de outra orijem. Narra Barleus que a primeira terra avistada do mar em 1624 pela esquadra flamenga, foi a propriedade de Francisco Dias de Avila. Da "Torre" mandavam sinais para Itapoan e Rio Vermelho, afim de que retransmitissem o aviso de perigo à cidade do Salvador, sem no entanto, lograr sal-

vá-la. Era demasiada a desproporção do número e qualidade das forças, pois além de numerosos e bem armados, contavam os holandeses com melhor comando, o que lhes assegurava inteira iniciativa das operações. O pânico resultante na séde dos portugueses levou grande parte da população a se retirar em direção ao rio Vermelho, onde se refez do susto incentivada pelo denodado bispo D. Marcos Teixeira e mais gente da governança. O assalto dos ingleses no tempo de D. António Barreiros, servira de tirocinio de guerra, muito valendo na circunstância aos mais animosos. Igualmente util foi o auxílio de Francisco Dias, que abrigou e reabasteceu os refugiados, ajudando-os a se organisarem em milicias na aldeia de Espírito Santo e outros sítios. Por fim neles se incorporou com os seus brancos, índios e mamelucos, infelizmente mal armados. Nessas condições apesar do ardor combativo, malograram as primeiras escaramuças para desalojar os holandeses da capital, devendo comandar Francisco o regresso à Tatuapara, depois de algumas perdas. Contudo, o castelo ficou como espinho cravado no flanco do adversário, pois enquanto não o occupassem ficariam os batavos inseguros, expostos a novas tentativas do adversário cada vez mais ardorosos no correr do tempo. Efetivamente lá desembarcaram os reforços remetidos de Pernambuco por Matias de Albuquerque, reacesas as hostilidades sem tréguas até a chegada da grande esquadra libertadora de D. Fradique de Toledo Osório.

\* \* \*

O oportuno apoio, que o neto de Garcia pôde prestar a seus conterrâneos marca o remate dos preliminares que incorporaram a região sergipana no

sistema colonial. Não só dispensava daí por diante o sustento dos poderes públicos, como ainda os amparava na tormentosa quadra que atravessavam. Chegados a este ponto, vamos tornar à região propriamente baiana, de que nos desviamos para tratar da conquista da zona sita ao norte, entre o litoral e o S. Francisco.

Nos eventos administrativos e políticos da cidade do Salvador no fim do século 16, tão cheio de glórias e reveses para a velha monarquia portuguesa, avultavam entre as mais curiosas individualidades da nascente colônia, o nosso conhecido Gabriel Soares de Sousa. Chegara em 1569 em a nau de Francisco Barreto que se destinava à conquista do Monomotapa. Açoitada pelo mau tempo arribara em meio caminho desembarcando parte dos passageiros na Bahia. Resolveu nessa ocasião renunciar Gabriel ao primeiro intento de aventuras africanas e permanecer no Brasil, onde mais tarde desposou a filha do rico senhor de engenho Rodrigo de Argolo. Trocou destarte, com acerto, a enfermiça Africa pela próspera Bahia, em que se arvorou negociante, bandeirante, vereador e senhor de engenho, encontrando através de múltiplas occupações oportunidade para satisfazer os seus dons naturais de curioso observador. Da ilustração que possuía, muito acima dos outros povoadores, veio-lhe a idea de compor a *Noticia do Brasil*, aparentemente para ser util aos povoadores, mas em realidade visava o papel de roteiro para governantes. Dos dezete anos passados sem interrupção na lavoura as-sucareira, manou a obra literária, que é um admiravel monumento de saber para a época. O esforço empenhado na sua elaboração tornou-a fonte de subsídios para o moderno historiador; particularmente no parágrafo

da etnologia; trabalho somente possível pelo muito amor que Gabriel votava à pátria de adopção.

A matéria do volumoso in fólio que escreveu na sua viagem à côrte madrilenha, diz os sentimentos que o animavam a começar pelo grandiloquente cabeçalho; *“El-Rei D. João III de Portugal, que está em glória, estava tão afeiçoado ao Estado do Brazil especialmente à Bahia de Todos os Santos, que se viverà mais alguns annos, edificaria n’ella hum dos mais notaveis reinos do mundo”*. Eram palavras repassadas do patriotismo, de quem via nos acontecimentos, o reflexo dos seus próprios desejos. Neste afã, enumerava a D. Cristovam de Moura a configuração da Costa, os accidentes geográficos, as possibilidades e a real situação dos povoados ao longo das praias e margens de rios, com o interêsse de entendido apaixonado pelos seus problemas. De si mesmo fala na terceira pessoa, *“abaixo do esteiro da mão direita, que se chama Caipe, indo por elle acima está hum soberbo engenho com grandes casas de purgar, e de vivênda, e muitas outras officinas, com huma grande e fermosa igreja de S. Lourenço, onde vivem muitos vizinhos, e huma povoação, que se diz a Graciosa. Esta terra he muito fertil, e abastada em todos os mantimentos, e de muito cannaveaes de assucar, a qual he de Gabriel Soares de Sousa”*. Soubera escolher com igual acerto a outra propriedade no *“Juquerijane rio tão formoso como o Guadiana, mas tem muito mais fundo... por onde podem navegar navios de cem toneis, e de mais... do esteiro mais do cabo para a banda da cachoeira (hà) huma legoa toda de varzea he terra muito grossa para cannaviaes... e junto d’esta cachoeira se vem metter huma aldeia pequena com hum feitor, que manda. Na barra d’este rio tem o mesmo huma roça com mantimentos e gente, com que se grangeou*

*este rio muito provido de pescado, e marisco, e muita caça, e frutas silvestres*". Infelizmente o manuscrito jove durante dois séculos no pó dos arquivos antes de vir à luz anónimo no século 19, sem corresponder ao intuito do autor. O mesmo aconteceria pouco depois ao trabalho de Antonil, propositalmente olvidado pelo zelo da metrópole, temerosa de uma invasão nos seus domínios provocada pe'a fama de riquezas porventura espalhada por esses livros.

E' igualmente possivel no caso de Gabriel Soares, provir o esquecimento do descaso geral e crescente modorra a invadir a máquina administrativa lusitana, que acabou encalhada no regime absoluto antecessor dos totalitários de nossos dias, vã tentativa para resolver problemas insolúveis por esse método. Desfeita a aglutinação castelhana procurou a nova monarquia portuguesa recuperar o seu antigo lugar no mundo mediante o desenvolvimento de todas as fontes de produção. No entender dos seus governantes a medida preliminar seria o progresso da instrução pública em qualidade, de modo a armar tecnicamente os empreendimentos dos súditos de S. M.. Entretanto, não ocorreu a Sebastião José de Carvalho, que dissipou milhões na propaganda de seus planos políticos, assim como no vilipêndio dos que julgava obstáculo à sua vontade, consagrar alguns dobrões do ouro das Minas Gerais a um livro, que em outro século, sob outras luzes e outra mentalidade, veio a ser julgado possuidor de extraordinário interesse. Sem dúvida, não deixava Gabriel Soares de alimentar os mesmos prejuizos e preconceitos dos contemporâneos em certos passos da sua obra; como por exemplo, no capítulo do índio; em compensação, aduz no restante comentários preciosos pela sagacidade com que os fundamentou. Trata de todos os

assuntos pertinentes à colônia, como no tempo ninguém poderia fazer, mais inteirado das possibilidades da terra que os donatários, e das suas necessidades que os governadores. Infatigável no trabalho agrícola, armasenava experiência quando elevava engenhos em benefício do imperialismo ibérico. Era preciso criar fontes de riqueza no solo americano para lhe dar os meios de vida essenciais, e remeter o excedente à metrópole depauperada, desprovida de grandes riquezas naturais como a Inglaterra, ou de terras férteis como a sua vizinha e rival a França. Deviam os moradores de possessões dista ..es se substituir pela iniciativa própria ao governo da monarquia, velho organismo cercado de poderosos inimigos, lembrando a fábula do leão envelhecido às voltas com alcateia de lobos famintos. No mistér podia descórner ex-catedra Gabriel Soares, através da arguta observação no aproveitamento da flora, fauna e mais recursos do Brasil, sem se esquecer do papel destinado ao colaborador voluntário ou involutário, negro ou índio. Do conhecimento que tinha do Recôncavo lhe veio o desejo de abranger regiões mais distantes rasão da sua ida à Espanha para organizar uma base permanente de entradas devassadoras no sertão de S. Francisco.



Nos últimos anos da sua permanência na Bahia, estivera Gabriel Soares sob a mesma ilusória crença, que deslumbrava aos coloniais a respeito de imensas jazidas preciosas no interior das terras. Supunha ser possível atingir o centro do Brasil pelo grande rio baiano, conjectura que as tentativas do seu irmão João Coelho de Sousa reforçavam. Viera este parente de Portugal a chamado seu, aqui chegado algum tempo depois da

gorada expedição ao Monomotapa. Das entradas que realisou por volta de 1575 no S. Francisco e adjacências, dispendeu tres anos, assegurando fr. Vicente do Salvador ter encontrado ouro. Trazia o luso sertanista amostras consigo quando morreu a caminho da Bahia nas cabeceiras do Paraguassú, vítima de febres contraídas na jornada, quando pesquisara metais em brejos e marjens de rios maleitosos. Da empresa ficaram mostras auríferas, segundo fr. Vicente, e um roteiro indicando onde tinham sido encontradas, que foi ter as mãos de Gabriel (64). Não sabe si esta foi a causa da viagem, ou si apenas concorreu para a ida em 1584 do senhor de engenho a Madri, em missão de representar o seu partido — dos latifundiários baianos — junto à cõrte filipina. Decorreram sete anos antes que obtivesse a nomeação de capitão mor e governador da conquista e descobrimento do rio São Francisco, espaço aproveitado para esmiuçadamente especificar os auxilios a lhe serem fornecidos. Cuidava também de outros assuntos de ordem mais política, que recresceram a má vontade dos governantes metropolitanos contra os jesuitas. Não tardaram os padres a sentir os efeitos da intervenção de Gabriel Soares, acabando por se inteirarem de que realmente haiva na cõrte um conlúio contra a obra missionária. Pediram daí, com urgência, ao padre Jeronimo Cardoso que lhes remetessem documentos “autênticos”, pois não se tratava

---

(64) O relatório do coronel Pedro Barbosa Leal, a que já aludimos, discorda desta versão, “Naquele tempo por faltar o commercio do reino de Angola e da Costa de Mina se serviam os moradores da Bahia com o gentio da terra, que costumavam pelo seu gentio manso mandarem ao sertão pomblar outro gentio para o mesmo serviço. O gentio de Gabriel Soares vindo daquela diligencia em certa ocasião lhe trouxeram uma pedra cravada de ouro, que lhe havia dado o gentio do sertão. Certificado Gabriel Soares que aquela pedra tinha ouro, se embarcou para Portugal, e com ella se ofereceu a S. M. para fazer aquele descobrimento.

apenas de esclarecer o público e o governo, mas assegurar a continuidade da própria evangelização em o Novo Mundo. Tomando conhecimento do libelo de Gabriel Soares, passaram a lhe responder item por item, desfazendo exageros, restabelecendo a verdade, demonstrando de maneira insofismavel a imensa tarefa que realizavam e o insignificante subsidio que recebiam. Releva notar, ascender tão somente a 20\$000 anuais o parquíssimo auxilio dispensado pela corôa a cada colégio ultramarino, sem favor especial à Companhia de Jesus, porquanto era a mesma soma ofertada aos mestres de qualquer outra ordem em iguais condições.

O cotejo entre o libelo e contra libelo é inteiramente favoravel ao segundo. Deixara-se perturbar Gabriel Soares por excesso de utilitarismo, contagiado como ficou pelo modo de pensar dos latifundiários, instigados para mais por Manuel Teles, velho desafêto dos iesuitas. Censurava Gabriel a despesa dos colégios, e aprovava a ereção de igrejas suntuosas, em flagrante demonstração de critica impensada, pois censurava obras urgentes, e enaltecia despesas perfeitamente adiáveis. Com o mesmo critério, ou falta dele, rebelava-se o senhor de engenho contra a independência política dos inacinos no Brasil, motivo primeiro da malquerença do dito governador à Companhia de Jesus. Nesse ponto, desejavam funcionários e fazendeiros que a doutrinação processada nas aldeias, onde se amansava o gentio e o induziam à prática da civilização, fosse toda a seu favor, devendo os padres dedicar-se exclusivamente a tarefa de preparar operários para os lavradores. Esrevia, assim Gabriel Soares contra a instrução ministrada nos colégios *... basta que se ensine um pouco de latim, ler e escrever, como se fazia sem esta renda* (antes da con-

cessão dos 20\$000 anuais), e como na verdade se não ensina outra cousa, nem ha na terra quem aprenda mais. E bastava o Collegio da Bahia para todo o Estado do Brasil, em o qual até hoje não acabaram o curso de Artes mais que seis ou sete pessoas e alguns destes se receberam na Companhia. . . E se em Portugal, antes, não havia mais que a Universidade de Coimbra porque não bástaria ao Brasil a da Bahia para todo o Estado?" Responderam os mestres com a enumeração dos serviços por eles mantidos em outros sitios, a principiar pela capitania de Pernambuco, "*onde há sessenta engenhos cheios de escravaria e outra muita gente, de que servem os portugueses, muito gentio, que trazem do sertão, e muitos pretos de Angola, os quaes não teem outro remedio para as suas almas sinão aos pa-dres da Companhia, como é notorio*".

Devemos lembrar que nesta fase política e económica Pernambuco se avantajava às demais capitánias, situação que se mantém até a guerra holandesa tudo subverter (65). Inda assim, a despeito da evidência dos fatos, teimava Gabriel Soares no seu estreito ponto de vista, exigindo que os mestres abandonassem as escolas onde segundo diziam singelamente os inacinos, "*desde as primeiras letras criam homens que muito sirvam a Deus e ao proximo*". Continuou no entanto acesa a porfia, como vemos em outro lance da controvérsia, em que Gabriel Soares preconizava o captivo dos índios, porquanto "*não são capazes para serem forros, e merecem que os façam escravos pelos grandes delitos que teem cometido para com os Portugueses, matando e comendo muitos centos e milhares delles, em que entrou um bispo e muitos sacerdotes*". O requisito assim apresentado, consubstancia todos

---

(65) v. Introdução da presente obra no I vol.

os complexos do homem branco imigrado por ambição, ao mesmo tempo imbuido da sua superioridade, deseioso de rapidamente enriquecer e irritado pela proteção dispensada por idealistas ao despresível selvícola. Era o mesmo pensar do pequeno lavrador às voltas com o Santo Officio, por ter dito que o índio não tinha mais alma que um porco!

Situam alguns etnólogos a Gabriel Soares entre os autores antigos mais afeiçoados ao gentio, pelo muito que se interessou pelos usos, costumes e condições das tribus. Parece-nos todavia demonstrar interesse menos puro, quando lhes acentua os defeitos e malfeitos, pois, considerados falsos ou verdadeiros esses delitos, davam em último caso, "*guerras justas*" clamorosamente iniíquas, muito apreciadas pelos proprietários necessitados de braços, que em muitas circunstâncias não se arceciavam em provôcá-las.

Vamos deixar porém este lado da questão, para olharmos apenas o acervo util da herança que nos deixou Gabriel Soares. Com rasão o consideram o melhor informante que houve a respeito do Brasil quinhentista, mormente acerca do estado dos índios, que pelo número e variedade, nem sempre era fácil reunir numa síntese. Juntamente com Anchieta, Lery, Thevet, Cardim, Hans Staden e os missionários das *Cartas Jesuíticas*, formam benemérita constelação, em que vemos as suas notícias valorizadas por observações dignas de autores armados de luses modernas. Dos seus coevos, Anchieta, p. ex., foi dos raros a anotar fenômenos sociológicos do selvícola e embora outros também aflorassem o assunto, sempre se manteve com destacada autoridade entre continuadores leigos e eclesiásticos (66) permane-

---

(66) Os atuais salesianos obtiveram interessantes resultados nas suas observações dos Orarimugudoge (Boróros orientais) com os trabalhos do padre Coibachini e seus colaboradores. Os franciscanos também rea-

cendo Gabriel Soares como o mais multifário nas manifestações etnossociológicas, tais como as instituições do levirato e sororato, só agora estudadas de modo metódico e comparativo.

Aventou-se que o senhor de engenho se interessara pelo índio por afeição, pois só os que amam realmente podem compreender os outros. A hipótese é engenhosa, infelizmente os dizeres a respeito do selvícola esparsos nas notícias de Gabriel, e o trecho dos *Capítulos* por ele apresentado na Espanha contra os

---

lisaram modernamente bons trabalhos de etnologia, versando a organização social dos Mundurucú do rio Cururú, afluente do Tapajós. Dos jesuitas muito se espera quando terminarem a sua organização em Mato Grosso, onde provavelmente vão aplicar nos seus trabalhos o cuidado que os caracteriza em estudos científicos. Essas investigações, norteadas por bom critério científico, permitem pelo que hoje em dia é possível verificar, medir a ação do índio como mestre do branco em cousas brasileiras. Nas muitas retificações que proporcionam, uma avulta na história colonial, a evidenciar que nem sempre foi o europeu ou o seu filho mameluco, os introdutores de métodos práticos na agricultura. Muitas vezes até sucederia o contrário, e podemos afirmar que a tarefa da organização do trabalho na faixa litorânea, seria quasi impossível sem o poderoso auxílio da cultura aborígine. Durante séculos o arroteamento do solo se manteve entre nós em extremo primitivo, e dispomos apenas de vaguissimas notícias a respeito de melos mecânicos empregados na lavoura. Teria aparecido acidentalmente um arado, nem que fosse por melos de fortuna, improvisado por algum povoador que se recordava dos elementos em uso no reino. A maioria, porém, dos nossos agricultores proletários, veio das ilhas portuguesas do Atlântico, onde esse processo era desconhecido por causa da topografia do solo e na gleba americana encontravam infinidade de obstáculos que o inutilizavam. A terra boa era conquistada sobre florestas milenárias, que deixavam atrás de si tocos profundamente enraizados, e de fibra resistente às intempéries, constituindo terreno impróprio ao arado. Ocorreram no entanto certas notáveis modificações na maneira de trabalhar por influxo jesuítico, que logrou levar para o elto o elemento masculino indígena, proesa semelhante aos feitos do combate à antropofagia, porquanto o Tupi quinhentista sendo guerreiro, reputava a faina do campo como indigna do homem, e própria da mulher. Daí a enorme procura de braços que a rudimentar técnica colonial exigia, e o verdadeiro desespero do produtor em procura-los, fossem de índios fossem de negros, já que nas regiões escravagistas americanas o branco não trabalhava no elto. Mas si o europeu introduziu alguns utensílios metálicos na lavoura, os conhecimentos que obteve dos índios na maneira de utilizar a terra, continuaram em geral os mesmos até nossos dias, sem muita diferença nos processos adoptados, bastando cotejar as notícias de missionários e exploradores com um livro como o de Antonil, onde vêm descritos a derrubada da mata e o seu subsequente aproveitamento em campos lavrados.

jesuitas, não são de molde a autorisá-la. Continuamos a pensar que neste ponto partilhava Gabriel o deplorável modo de encarar o gentio dos demais leigos reinóis do Brasil. Nem precisamos ir longe na leitura dos seus trabalhos para encontrar flagrante demonstração. Nas causas que alegou para manifestar o seu desprezo pelo gentio logo lhe acudiram aberrações sexuais, consideradas monstruosas na atmosfera de intensa religiosidade que envolvia o português quinzentista, passíveis de penas tão severas quanto as de homicídio. Em frases repassadas de virtuoso horror exprobra Gabriel a depravação dos tupís com quem lidou. Não havia pecado de luxúria que não cometessem homens e mulheres a porfiar em erotismo. Os velhos eram professores de depravação, *“e as velhas já desestimadas dos que são homens, grangeam... meninos... e não os deixam nem de dia nem de noite”*. O incesto era comum, os paes alcoviteiros dos filhos e as mulheres dos maridos, numa tal exitação genésica que os moços morriam esfalfados. A sua palestra versava assuntos imorais, *“não sabem falar senão nestas sugidades, que cometem cada hora”*, testemunhando os maridos fraco zelo pelas esposas, atitude que parecia o máximo da abjeção a um peninsular eivado do ciúme árabe, obediente ao ponto de honra que exigia a morte da faltosa pilhada em flagrante adultério. Quando muito nas tabas receberiam uma sova, continuando ao depois tudo como dantes, o marido a provocar mulheres alheias e as esposas a se oferecerem a quem quizesse. Praticavam igualmente os tupis outro costume abominável; descontentes os homens com o que a natureza lhes dotara, procuravam aumento de volume fricionando o membro genital com o pelo, *“de hum bicho tão peçonhento, que lho faz logo inchar, com que tem grandes dores mais de seis meses... com*

*que lhe faz o seu cano tão disforme e grosso, que os não podem as mulheres esperar*". Por fim, acrescenta anomalias dignas das fogueiras purificadoras com que no reino eram castigadas, afeiçoado o gentio ao "*nefando que brada aos ceus*", e "*contam esta bestialidade por proesa, e nas suas aldeias pelo certão ha alguns, que tem tenda publica a quantos os querem como mulheres publicas*".

A exposição das maselas tupinambás vem inçada de disparates, patentês mesmo a estranhos em etnologia. Autores antigos e modernos, desapaixonados e de bom crédito, estão acordes em notar a relativa algidês do selvícola. Existem também narrativas das recomendações dos pagês e principais, sobre a conveniência dos homens pouparem as forças nas vésperas de grandes caçadas ou na guerra. As mulheres é que pareciam mais "namoradeiras" como dizia Anchieta, às vezes importunas quando perseguiam os pupilos dos missionários. Em todo caso, o motivo da intemperança deverá ser procurado em outro terreno que o da dissolução especialmente indígena. Pende mais para o complexo, ou melhor, a série de complexos, que medeiam entre a libido e a vaidade feminina. A predileção das Tupinambá pelos brancos não viria apenas da sua superioridade nas dimensões do membro viril, como também da novidade que representavam, dos presentes que podiam ofertar e do prestígio da sua condição de dominadores. A atitude que apresentavam nesse terreno as pobres cunhãs, tampouco é exclusiva de índias, haja vista nos fatos históricos e no anedotário internacional concernente o erotismo das mais variadas épocas e regiões do globo. Ainda há pouco, na vigência de um caricato ditador de triste memória, mandou certo militar que em todos os corredores, elevadores e antecâmaras da cafagestapo de

cidade muito nossa conhecida, fossem colocados papeluchos avisando que só podiam ser recebidas senhoras acompanhadas de um representante do sexo masculino, querendo com isso o beleguim evitar provavelmente tentativas de sedução em proveito das vítimas das violências policiais. Em inúmeras outras regiões, em variadíssimas circunstâncias, repetia-se a conjuntura em que não se sabe ao certo provir o aparente sacrifício de real necessidade ou de outras causas, e si de fáto eram precisas tais intervenções ou si não passavam de mero pretexto, como o das damas francesas que se enamoravam em S. Domingos de Toussaint Louverture.

Faltam igualmente observações fundamentadas que certifiquem, como quer o senhor de engenho, a ausência de ciúme dos indígenas responsável pela leviandade das esposas. Na região germânica ocupada em 1918 pelos franceses, escasso pejo sentiam as camponesas em ter relações com senegaleses, e o maior castigo que lhes trazia a quebra de fidelidade ariana consistia em injúrias caso voltassem para casa de mãos abanando. E, na recente conflagração terminada em 45, vimos o elemento feminino dar exemplo da fraternidade, indulgência e esquecimento de agravos, congraçando-se em toda parte com a soldadesca de ocupação, segundo o prolóquio caipira que diz, "*moça só não namora a cobra porque não sabe qual é o macho*".

Mais fracas ainda são as alegações das "*tendas publicas*" de que fala Gabriel Soares, completamente desprovidas de confirmação em outros autores antigos e modernos (67). Abramos agora os registos da

---

(67) Si quer notou o Prof. H. Baldus entre as inúmeras tribus que visitou no Chaco, Paraná, S. Paulo, Mato Grosso ou Golás, a prática do onanismo entre meninos.

inquirição e veremos que não eram menores os desvios contra natura entre cristãos novos e velhos, aportados do reino e das ilhas sob a dinastia de Aviz. Confessava por ex. a reinícola Maria Rangel no fim do século 16, quando Gabriel escrevia a sua *Notícia*, que tivera aos quinze anos ajuntamentos carnaes sodomíticos com outra moça da mesma idade, “ e outrossim dixе que no mesmo porto... ella com outras moças também pequenas e algumas de doze annos as quaes não lembrarão nem conhece, em diversos tempos e logares, por diversas vezes tãoben huãs com as outras... ajuntando seus vasos pella dita *paneira se deleitavão*”. Outra confissão, de rapariga já mais crescida por volta do successo pecaminoso, confirma a precedente, tratando-se agora de mameluca filha de grego e de “*yndia deste Brasil*”, casada com Pero Dominguez, que “*despois que casou... nunca até agora o ditto marido dormio com ella pello seu vaso natural e com a mão a corrompeo e a deflorou com a mão e muitas vezes com a mão lhe anda por dentro do ditto vaso natural e a deita de costas e por cima da barriga lhe alevanta os peis della até os ombros e assim se poem em cima della e lhe mette o membro deshonesto por baixo pelo seu vaso trazeiro della confessante*”, etc...., etc.... Quanto à homo-sexualidade entre reinóis seria enfadonho reproduzir os casos que a todo momento escrevem nos registos inquisitoriais.

Dá ensejo o arquivo do Santo Officio neste ponto, à verificação de mais um depoimento favoravel ao indio. Veio o preto depois do branco para a América, sem nada ficar a dever em excessos aos predecessores. Passando das confissões perante a mesa inquisitória às denúncias, encontramos Joane, negro da Guiné, “*que no ditto pecado uso do officio de mulher*

e isto, digo de femea (emendava o escrivão distraído pelo que ouvia apesar da prática)... denunciou mais... que em Angola e Congo, nas quaes terrãs elle denunciante andou muito tempo... he costume entre os negros gentios trazerem hum pano cengido com as pontas por deante que lhe fica fazendo huã abertura deante, os negros somitigos que no pecado nefando servem de molheres pacientes, aos quaes... chamam na lingoa de Angola e Congo jibandaa que quer dizer somitigos pacientes e que nesta cidade (do Salvador) está hum negro per nome Francisco de Congo captivo de Antonio Pires çapateiro... do qual Francisco elle denunciante ouviu nesta cidade fama entre os negros que elle era somitigo, e nesse mesmo tempo... vio elle denunciante ao dito Francisco trazer hum pano cengido assim como na sua terra em Congo trazem os somitigos pacientes como dito tem, e logo o reprehende... e o dito... lhe respondeu que elle não usava de tal e o reprehendeu tãobem por que não trazia vestido o vestido de homem que lhe dava o seu senhor". No transcrito não ha fantasias nem inverdades, que por vezes se encontram nas denúncias, a despeito do fervor religioso da época, que fazia dos depoimentos descargo de fé e não instrumento de vinganças. Um autor digno de acatamento pela sua veracidade, o jesuita Fernão Guerreiro, reforça os tópicos supra na *Relação Annual* de 1609, onde diz no capítulo *Das Cousas de Angola*: "Acharam os padres por aqui muitos a que chamam Chibados (ou Chibandos), que são grandíssimos feiticeiros, e sendo homens andam vestidos como mulheres, e tapados de continuo: assentam-se como mulheres; e fallão como mulheres, e tem por grande afronta chamarem-lhes homens: têm marido como as outras

*mulheres, e no pecado mau são mesmo de fato os mesmos diabos”.*

A vida sexual dos que vieram para terras novas, ou que lá se encontravam quando apontaram os primeiros europeus, tem sido descurada por mal compreendida pudicícia. Parece absurdo que etnólogos e éntropólogos; isto é, os que representam hoje em dia o braço direito e o esquerdo do historiador; fechassem os olhos sobre assuntos, que virtuosos eclesiásticos não vacilaram em afrontar. Chega a ser ridículo, dado o vulto que ocupam na exegese do passado, que fatores predominantes na vida humana possam ser deliberadamente esquecidos, quando quaisquer influências em padrões de comportamento assumem a maior importância na documentação histórica.

As considerações que fazemos tornam-se ainda mais procedentes si deixarmos fenómenos individuais para olhar os coletivos. Nada mais visível nas deturpações de notícias que a superficialidade de forasteiros, que após curta permanência num lugar se abalançam a juízo definitivo e inapelável sôbre as suas populações. Pyrard de Laval afirmava na mesma hora em que a inquisição catalogava vícios na Bahia, serem os habitantes das ilhas Maldivas os mais depravados do mundo. As mulheres do arquipélago, descontentes com os seus companheiros, recorriam a bananas do comprimento de *“un pan & gros comme le bras d’un enfant de dix ans”*, na prática de um pecado conhecido por *“pouy tallan”*. As da Índia tinham acentuada predileção por homens brancos, assumindo no caso visos de pura vaidade, pois, segundo o viajante, embora lá houvesse indianos alvos, continuavam a preferir europeus, fáto ademais confirmado por outros coevos. Esses reparos são entretanto eivados de prejuízos “turísticos”, que oscilam entre

o encômio desmedido e o malsinar impiedoso, através de comparações disparatadas com o país de origem do narrador.

No geral, o viajante segue com o espírito voluntária ou involuntariamente predisposto a apreciações sobre o que ele vae ver, além de sentir durante a permanência em terras estranhas toda a série de contradições provenientes do choque de "desenraizamento". Tanto é certo, que na segunda ou terceira viagem ao mesmo sítio, já regista sensações diversas. Mas si permanecer numa única observação, complicada com inevitável desconhecimento do que pretende julgar, pode iludir o leitor, principalmente quando se atreve a descrever assuntos intrincadíssimos, nem sempre ao alcance de um caminhante apressado. O enorme acervo de escritos europeus sobre o indígena brasileiro dá pouca cousa aproveitável no terreno sexual, até chegar à oportuna contribuição de Herbert Baldus, e nessa data torna-se contrária às alegações de Gabriel Soares. As conseqüências são ponderáveis em setores da crítica histórica que muitas vezes devemos basear em relatos de estrangeiros que nos visitaram. Tratamos em volume anterior da permuta de acusações, que sob a ação de pruridos nativistas, e relatos de viajantes trocavam os povos a respeito da sífilis (68). Constituiu o aparecimento desse flagelo na Europa o mais impressionante surto venéreo de todos os séculos, pres-tando-se a toda sorte de aleives de facil efeito. Afir-mavam uns e outros com igual veemência, ser o detestado visinho o disseminador da horrível epidemia, tal qual Gabriel Soares procurava atirar sobre os índios os mais feios pecados da religião católica.

Estudos tão complexos requerem assistência de especialistas, possuidores de vastos conhecimentos e

---

(68) v. *Pernambuco e as Capitanias do Norte*, IV, 209-231.

prática de etnologia e matérias correlatas. Por ora nos limitamos em duvidar da amizade do senhor de engenho por selvícolas que pretendia reduzir a escravos. Depois dos seis anos e meio que dependeu em Lisboa e Madri, aparece novamente Gabriel Soares na Bahia provido de poderes para completar o devassamento do rio São Francisco. O grande curso alvoroçava a imaginação dos portugueses ansiosos por chegarem à fabulosa lagôa mediterrânea da sul América, onde se supunha nascer o rio mar. Estavam longe de conceber a sua origem nas neves andinas, que derretidas iam constituir os primeiros afluentes do Amazonas, como igualmente ignoravam que o S. Francisco depois de desenharem uma tendência em chegar ao âmago do Brasil, infletia para o sul à medida que os expedicionários lhe acompanhavam a corrente. Ao que parece, o atlas de André Homem era dos responsáveis pela crendice, sustentada por Gandavos e Guadalaxaras. Aceitava Caetano da Silva a versão de que *“essa mesma carta geográfica de André Homem nós dá a chave do mysterio da vida de Gabriel Soares, de outro modo inexplicável”*. Observaremos ainda, que as constantes penetrações sertanejas eram estimuladas oficialmente em Portugal, pois cada frota da prata aportando às angras peninsulares, fazia estremecer de cobiça aventureiros que supunham a imensa poça Manoa no meio do Brasil, numa região em que ia jorrar o maior caudal metalífero do mundo. Apenas discordavam do trajeto, pois muitos consideravam para lá ir eram mais condizentes os cursos da parte meridional baiana, e outros que ainda não se encontrasse o caminho, tais pesquisas completariam as do norte dirigidas no mesmo sentido.

Essas lendas favoreceram poderosamente Gabriel Soares, ao qual Felipe II nomeou Governador da Con-

quista e Descobrimento do Rio de São Francisco, com poderes na região iguais ao geral da Bahia. Era-lhe permitido prover todos os officios da justiça e fazenda, conceder fôro de cavaleiro fidalgo a cem auxiliares, a fim de recompensar os mais mercedores; requisitar das prisões os condenados a degredo que fossem mineiros ou mecânicos e parecessem úteis à expedição, e si lhe aprouvesse poderiam levá-la além da marjem esquerda do S. Francisco, em território pernambucano. Para êsse fim, ainda lhe deram licença de pedir embarcações e mantimentos, devendo o novo governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, fornecer-lhe 200 índios guerreiros e 50 quintais de algodão em caroço, provavelmente para fazer peiteiras de combate. Aos quatro cunhados que o acompanhavam, Paulo de Argolo, dois genros de Rodrigo de Argolo, e talvez o marido de uma das irmãs de Gabriel Soares pensa Pedro Calmon, foram concedidos o hábito de Cristo com 50\$000 de tença e no fim da jornada receberiam à guisa de recompensa suplementar o fôro de cavaleiro fidalgo com moradia, mercê extensiva a dois primos que iam na bandeira e a mais dois capitães, à sua escolha, por serviços prestados. Quanto a ele mesmo, o galardão seria no termo da jornada o título de marquês das minas a serem descobertas, justamente o adorno com que sonhava Belchior Dias Moreira.

Em Lisboa embarcou Gabriel Soares com a sua comitiva no ano de 1591 na urca flamenga *Grifo Dourado*, agregada ao comboio de D. Francisco de Sousa. Houve quem julgasse singular a escolha da nave, em que iam súditos das duas monarquias ibéricas, entregues a marujos de duvidosa fidelidade. Pertencia no entanto as Flandres ao império filipino, cuja diretriz máxima residia em estreitar os laços entre as parce-

las de que se compunha, além de que os flamengos estavam de ha muito associados ao comércio de gêneros exóticos na Europa onde sobrelevava o assucar. Vinham com o senhor de engento cerca de 360 homens de armas e quatro religiosos carmelitas, dos quais fr. Gerónimo de Carvalho — ou Canavezes, segundo costume de certas ordens religiosas de pospor o lugar de orijem ao prenome dos seus irmãos — ao depois organisador e provincial dos carmelitas no Brasil. Na chegada foram infelises, porquanto a urca naufragou numa enseada não longe do Salvador, com mortes e perdas de material, devendo seguir Gabriel por terra até a Bahia. Aí recebeu o prometido auxilio de D. Francisco, que mandou compulsoriamente buscar índios nas aldeias dos jesuitas por serem às de maior confiança. Feito isto, a'untou-se gente e apetrechos no engenho de Jaguaripe, erijido em ponto de partida e base dos expedicionários. A coluna foi dividida em dois troços, respetivamente sob comando de João Homem, filho de Garcia de Ávila, e de Francisco Zorilla, constando de dois capelães Jácomo de Queirós e Manuel Álvares, porque os jesuitas a muito custo tinham cedido índios, e de todo se mostravam como já vimos, avessos em acompanhar a expedição (69). Figurava ainda a titulo de técnico em minas, Marcos Ferreira, tido por autoridade na matéria depois do desaparecimento de Felipe Guilhem.

---

(69) "Em 1592, escreve ao Geral o P. Amador Rebelo, de Lisboa, que, se El-Rel lhe pedir padres para irem com o capitão Gahrriel Soares, a descobrir minas de ouro, que lhos não dê. Porque, diz o Provincial da Brasil, "os praticos afirmam que não há m'ans, e que aquillo não é senão pretexto para tomar e saltear Indios". Aduzira ainda um reparo sensatissimo na carta, com que expressava o fruto da experiência dos inacinos acerca da psicologia do selvícola, "E que a isso não podem ir os nossos Padres, sob pena de nunca lá tornarem, para os fazer cristãos". Na mesma carta também informava que superior algum de outras ordens quizera ceder religiosos à empresa, o que parece indicar realmente intuitos predatórios contra gentios conhecidos de todos. Serafim Leite, *Ha. da C. J. no Brasil*, II, 179.

Ordenara el-rei a fim de proteger o escoamento do minério se fizesse um fortim em cada 50 léguas do percurso. Supõe o sr. H. Kruse, contratado para fazer pesquisas por conta do Serviço do Patrimônio Histórico, ter descoberto restos desses blockhaus, que fotografou e constam no trabalho do Dr. Pirajá da Silva sobre Gabriel Soares. Segundo Pedro Barbosa Leal, a expedição teria atravessado as matas de Jaguaripe até a serra do Guairirú, onde fez uma casa forte que por muitos anos subsistiu. Continuando a marcha levantou outra depois de transpor o Paraguassú, defronte da futura vila de João Amaro, que teve a sina de servir posteriormente de reduto aos índios da "*nação topim*", diz o coronel, pesadelo no século 18 dos viajantes da estrada do rio das Contas e do dito Paraguassú. Desse ponto, prosseguiram os expedicionários para a serra do Orobó, e aí levantaram outra casa forte. Pensa o militar por informação de antigos, que o senhor de engenho nela deixou uma peça de artilharia, cujo transporte representa verdadeira façanha, arrastada como foi até aquelas longínquas parajens, através de serras invias, rios profundos e desertos estéreis. No percurso ter-se-ia verificado o acerto do famoso roteiro, enveredando entre Jacobina e o Paramirim do rio das Contas, "*onde se perdeu e morreu Gabriel Soares com toda a sua tropa*". A causa do desastre fôra o repentino conflito entre o gentio cedido pelos jesuitas, e o bravo que os expedicionários tiveram a imprudência de ajuntar pelo caminho. Pelos modos parecia que Gabriel não via um selvícola sem tentação de preá-lo, ou pelo menos, trazê-lo consigo. Interveio para mais com desastrada energia na pendência, num rompante mais próprio de dono de senzala do que de prudente capitão, o que provocou a deserção de gregos e troianos, que o largaram gra-

vemente enfermo de febres malignas no deserto onde não tardou a morrer.

Recebendo a notícia do desenlace, mandou D. Francisco de Sousa que o restante da expedição se recolhesse à Bahia, como foi feito, não sem dificuldades apesar do auxílio dos habitantes da Cachoeira. O malogro contudo, não desanimou governo e particulares, iniciando dois anos depois o nosso conhecido Belchior Dias Moreira nova expedição, em que levava consigo, como vimos, o tal Marcos Ferreira, e possivelmente Bernardo Ribeiro, sobrinho de Gabriel, este na triste missão de recolher os despojos do ilustre parente e trasladá-los para a cidade do Salvador. Contemplara Gabriel Soares com legados aos frades beneditinos os quais gratos receberam com boa sombra os seus despojos mortais. Menos satisfeitos ficaram ao depois, quando se verificou que a ida do doador ao reino, e despesas da expedição, tinham-n'o comprometido financeiramente a ponto de dever mais do que possuía.

Nos papéis da inquisição encontramos pormenores sobre os componentes que lograram escapar da malaventurada bandeira. Denunciou Bernardo Pimentel de Almeida a Antonio Mendes, "*...que foi... ao sertão com Gabriel Soares e ouviu dizer que foi sem licença desta mesa contra forma de excomunhão*". A esperança de encontrar metais e prear escravos, realisava o milagre de obliterar perigos verdadeiros a favor de vantajens hipotéticas, atraindo para serranias desconhecidas cristãos velhos preadores de índios, e, até, novos cubiçosos de ouro, apesar de assustadiços, pouco propensos a temeridades e mau passado, o que assume no caso muita significação.



O vulto do homem que assim desapareceu do cenário colonial representa em nosso ver o feudal do tempo, com seus preconceitos, prejuízos, defeitos naturais ou ocasionais, e também as suas qualidades. Quizeram os fados de regiões novas que viesse a colidir na mesma esfera de ação o latifundiário com o missionário. Necessariamente um elemento económico como Gabriel Soares, professava utilitarismo oposto aos designios da Companhia de Jesus, e ao invés de se completarem como soía a duas entidades igualmente interessadas no progresso da colonia, entravam em conflito inevitavel. O primeiro se dedicara ao desenvolvimento de bens materiais em seu proveito, e indiretamente a beneficio de governo e particulares no terreno económico e político. O segundo era paladino de bens de outro gênero; morais e espirituais; que a todos abrangiam, inclusive ao índio despresado e cubiçado pelo produtor. Sem braços abundantes um Gabriel Soares nada podia fazer, e ao alongar a vista pelas várzeas próprias à cultura da cana, deparava ao longe os fogos das aldeias jesuíticas, amparo de índios dóceis aos decuriões, embora sem proveito — pensava o senhor de engenho — para o desbravamento da região que transformaria o deserto em veigas fecundas. Ao passo que o leigo se impacientava, o religioso jogava com tempo a fim de não empecer a catequese, pouco se lhe dando o espaço decorrido, pois a Igreja é eterna. Tal placidês não convinha à sofreguidão dos imigrantes que viam naquele arrastar monótono, prejuízos irreparáveis, e se mostravam nos protestos e movimentos de classe apoiados pela solidariedade do povo e, a dos governantes.

Ô embate trouxe atritos em que a pessoa de Gabriel Soares, se revestiu de aspéto bem pouco simpático aos nossos olhos de geração situada entre duas

guerras universais, à espera de uma terceira muito mais atroz. As iniquidades do nosso tempo vedam a serenidade necessaria a juízos desapaixonados, em que possámos analisar com elevação um período histórico e melhor compreender a mentalidade dos que nele existiram. Requeria a lavoura assucareira no Brasil do século 16, homens como Gabriel Soares, e não seria temerário repetir o mesmo acerca de séculos seguintes, porquanto não lhe facultaria outra attitude, si quizesse em tempo util aproveitar as suas forças para angariar trabalhadores rurais e os guerreiros necessários às descidas do sertão. Demonstraram recentes experiências, que a produção de gêneros como assucar ou café necessita carater latifundiário, e tanto melhor funcionará quanto mais exclusivamente for aplicado este princípio. Evidenciam igualmente, que a tentativa coletivista não consegue se substituir à iniciativa privada, embora pareça revoltante prêmio ao escopo de lucro individual. Mas assim o quer a insanavel imperfeição humana, e examinado por este prisma, Gabriel Soares se nos afigura elemento típico dos produtores baianos do século 16, peritos na exploração semi-agrária semi-industrial da cana de assucar, e desejosos na sua orientação política de alcançar de qualquer modo o máximo de rendimento da terra. Será porventura diferente a attitude dos estadistas de países hoje submetidos a experiências totalitárias, sob rótulo humanitário? Mostrava-se em todo caso mais completo o malogrado governador do S. Francisco, do que os seus longínquos imitadores, visto que depois de escolher a gleba, reunia braços, dispunha roças e maquinarios, formara rebanhos e ainda pretendia desvendar o misterioso accesso das minas, que seria o coroa-mento da sua carreira, de artifice de riquezas para o seu rei e a sua grei.



CARTA DO OUVIDOR CRISTOVAO DE BARROS  
a el-rei em 1587.

---

Carta Inédita

COPIADA NOS ARQUIVOS NACIONAES DE PARIS  
POR FERDINAND ACHILLE BRAUDEL

“Temos escripto largo a su Magestade o bispo e eu q(ue) governamos este estado do Brazil por cõcessão do Governador Manuel Teles q(ue) Deus tem em gloria como nos navios de março escrevi a V(osa) A(lteza e posto q(ue) pollas de sua Magestade de V. A. deve ver o que escrevemos, eu em particular quis dar resão da vida dos Ingresses a esta Bahia, a vinte hum dabril paçado entrarão nella duas naos groças a capitania de quinhentas toneladas, Almiranta de duzentas e hũa zabra de porte con alguas lanchas; fiçeraon a entrada algũa perda ê navios que tomarão dezaparelhados estando para ir a monte. Mais a mor parte perdida que fizerão e se reçebeo foi os engenhos deixarem de morer os dous mezes q(ue) nela estiverão. Os corsarios receberão perdas de muytos homês q(ue) lhe matarão e muitos aleigados efferidos indosse bem necessitados de mantimentos. Mas cõ a proa posta em Pernambuco aonde homê tinha ia mandado avizo pelo que pervenidos não podião os coçarios fazer nenhû noio na terra e hũa urca q(ue) aqui veo con licença del Rey Don Anrúque q(ue) está em gloria despachada na ilha da Mad(ei)ra por Joam Osquer mercador alemão morador nesa cidade de Lisboa foy causa da tomada dos ditos navios por(que) não tan somente ajudou a os defender estando surta a junta a eilles com m(uy)ta gente erthelleria (sic), mas antes se confede-

rou com elles e se botou de sua parte como V. A. vera pelas devações que mandamos a sua M(agesta)de deixando suas fazendas e terra q(ue) mandamos çocrestar até sua Ma(gestade) mandar o que dellas se fação.

Partirão estas duas naus e zabra de Inglaterra o ano paçado (3 cõ outras quatro e duas zabras êviadas por hũ Condé chamado de Comburlão ao mar do sul as quaftro cõ as duas zabras partirão da Ilha dos Lobos (q(ue) lie na boca do Rio da Prata, primeiro q(ue) estas quarenta dias onde acharão cartas q(ue) declaravão o dia em que partirão della nesta misma Ilha derão cõ dous navios q (ue) a esta bahia o bispo do Tucuinão tinha mandado a buscar Padres da Companhia e algũas mercadorias de que naquellas p (ar) tes estão faltos os quais alargarão tomando lhe as mercadorias e tres homês q(ue) sabião do Peru. Segirão logo dahi sua viagem e intento atte altura de quarenta e tres graos e meio aonde acharão tromentas e tempos contrarios q(ue) os obrigou arribar e por falta de mantimentos deixarão de segir viage para Ilha de Santa Illena porqu (e) estas e as mais trazião por Regimento q (ue) não embocando o estreito e ir ao mar do sul fossen a dita Ilha a gardar (— agoardar) as naos da India ou vir para esta costa a saquear as capitancias della e poleas a ubidiencia de Don Antonio, a cauza de se lhe não ser feito o damno q (ue) puderão receber posto q (ue) o primeiro intento seu foi quebrar as forças do mar cõ a tomada dos navios foi affalta de polvora e a q(ue) avia ser tal qual eu sempre clamei e pedi a sua M(agestade) de a menza de sua fazenda como se vera por mûtas cartas minhas en que sempre a pedi sem numqua se embiar a esta terra salvo agora nestes navios q (ue) chegarão 15 dias primeiro q (eu) os Ingreses vies-

sem em q (ue) vierarão alguns dezoito quintais della e tal q (ue) com as noças peças serem de 60 quintais não chegavão as naos dõde as suas de 20 e 30 paçavaão por riva da cidade e davão no campo e Roças dos moradores della e não ha outra a q (ue) se desse Reino êvia senão a engeitada de todallas armadas, pello que deve V. A. ter particular lembrança de mandar proveer duma e doutra cõ a brevidade poçibel pois afirmo q (ue) nos almozês e em toda esta terra não ha mais q (ue) 6 quintais de bombarda e dous de espingarda e de sorte hau e outra q (ue) ninguê apode julgar por pólvora porque não he pera nenhũ effeito.

Temos mandado por gentio da terra buscar salitre q (ue) esperamos cõ offavor de Deus muito cedo devesse prover denxoffre pera nesta terra se pode fazer e confio en Deus se he como cudo (sic) q (ue) so este anno se podera requerer pólvora pera esta emais capitancias e so denxoffre nos poderemos valer desse Rey (n) O.

Tambem a capitania do Rio de Janeiro clama por ella polla não ter e os francezes tornarem de novo a buscar pao de Brazil ao Cavo frio q (ue) he dezoito leguas do mesmo Rio de Janeiro donde agora forão deitados de o fazerem se gentio pello não aver na terra por elles como dantes feselhe hũa silada andando eles trazendo o do mato as costas o pao en que matarão sinquo e captivarão hu e com isto se alevantarão as naos como Salvador Correa capitão do dito Rio o deve escrever a V.A. Nosso Senhor...

*Escrita da Bahia a 26 de Septembro de 87  
Cristovão de Barros".*

